

**Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social
(PPGAS-UFSCar)**

Marcos Vinícius Guidotti Silva

“A nossa luta é essa”: uma etnografia com as lutas de moradores(as)
removidos(as) pelo Programa de Urbanização de Favelas numa área
entre a favela de Heliópolis e São João Clímaco

São Carlos
2026

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social
(PPGAS-UFSCar)

Marcos Vinícius Guidotti Silva

**“A nossa luta é essa”: uma etnografia com as lutas de
moradores(as) removidos(as) pelo Programa de Urbanização de
Favelas numa área entre a favela de Heliópolis e São João
Clímaco**

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Antropologia Social da Universidade
Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar
Villela

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (orientador – UFSCar)
Profa: Dra. Cibele Rizek (USP)
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo (UFSCar)
Prof. Dra. Mariana Medina Martinez (UNIOESTE)
Prof. Dra. Silvana de Souza Nascimento (USP)

Suplentes:

Prof. Dr. Antônio Rafael Barbosa (UFF)
Prof. Dra. Stella Zagatto Paterniani (UNICAMP)

São Carlos
2026

Guidotti, Marcos Vinícius Silva

"A nossa luta é essa": uma etnografia com as lutas de moradores(as) removidos(as) pelo Programa de Urbanização de Favelas numa área entre a favela de Heliópolis e São João Clímaco / Marcos Vinícius Silva Guidotti -- 2026. 239f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Jorge Luiz Mattar Villela

Banca Examinadora: Cibele Rizek, Luiz Henrique de Toledo, Mariana Medina Martinez e Silvana de Souza Nascimento.

Bibliografia

1. 1. Remoção Habitacional. 2. Urbanização de Favelas. 3. Luta Habitacional.. I. Guidotti, Marcos Vinícius Silva. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Marcos Vinícius Guidotti Silva, realizada em 27/03/2026 .

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Jorge Luiz Mattar Villela (UFSCar)

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo (UFSCar)

Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento (USP)

Profa. Dra. Cibeles Saliba Rizek (USP)

Profa. Dra. Mariana Medina Martinez (Unioeste)

Agradecimentos

Escrever uma tese de doutorado e perseverar nos caminhos da ciência, sobretudo no Brasil, são coisas cujo sentido completo ainda me escapa. Essa sensação perdura agora mesmo, após concluir anos de pesquisa e obter o título de doutor da universidade onde, desde a graduação, busquei meu desenvolvimento político e existencial. No entanto, a motivação fundamental que orientou esse trabalho para mim é cristalina: um esforço por uma ciência comprometida. Um esforço para, desde a pesquisa e a universidade pública, oferecer um entendimento antropológico que fortaleça as favelas e as vidas de suas gentes.

Este trabalho só se tornou possível graças aos encontros e às potencialidades que o fortaleceram e o tornaram real. Trata-se, sobretudo, das pessoas e vidas que, por vezes, acreditaram mais do que eu na efetividade do que aqui se apresenta. A elas dedico meus agradecimentos e meu reconhecimento.

Primeiramente agradeço a minha mãe. Hoje, como homem feito, tenho a certeza de que foi dela que retirei a qualidade, tão necessária à prática disciplinar da antropologia, de saber ouvir, escutar e servir à comunidade. Foi com ela que obtive uma referência de perseverar naquilo que é necessário, antes mesmo da filosofia de Nietzsche. Aprendi com ela a importância da paciência, resiliência e perseverança para lutar num mundo onde há forças que querem ver aqueles como nós presos ou mortos.

Agradeço, como não poderia deixar de ser, ao meu pai. Agradeço, mais do que nunca, à minha irmã Mariana. Agradeço pela vida de Matteo e Murilo, seus filhos e meus sobrinhos.

Meu inestimável agradecimento nesta tese também deve ir para meus parentes. Minhas tias, tios, primos, primas. As pessoas que formaram durante muitos anos meu convívio familiar e que, em virtude de suas remoções e envolvimento nos conflitos habitacionais da região estudada, me apresentaram os primeiros caminhos da pesquisa. Agradeço especialmente minha madrinha, tia Sazika, meu tio Vagner (padrinho) e tio Muchacho. Todos sempre uma referência para mim. Agradeço meus primos e primas, especialmente Nêgo Saulo e Neguinho

Grão. Dedico aqui um agradecimento especial para minha prima Juliana, sem a qual esta tese não aconteceria.

Agradeço ao Marte, meu melhor amigo nessa caminhada, cachorro que acompanhou boa parte do trabalho intelectual do meu doutorado. Seja ao meu lado, seja embaixo das mesas e escrivaninhas onde estudei, li e escrevi os temas da pesquisa que fundamentou esta tese.

É preciso agradecer meus amigos e amigas que conheci em virtude da vida acadêmica em São Carlos. Inestimavelmente agradeço ao João Francisco, amigo de todos os momentos, entre todos os deslocamentos de tempo e espaço. Menino bom, sempre atencioso, gentil e inteligente. Agradeço a André de Pieri; sociólogo, músico genial e amigo de torcida pelo Timão, assim como de noitadas e venenos na mão do palhaço. Agradeço à Tamires Cristina, por sempre me receber em sua casa. Agradeço à Stacy e Ariane.

Da mesma forma estimo muito e agradeço meus colegas e minhas colegas de trabalho acadêmico. Sem os e as quais esse trabalho não poderia ser realizado. Gente que apresentou questionamentos, críticas e desafios ao meu trabalho. Agradeço às pessoas que compuseram as formações do Hybris-Canavial (grupo de estudo e pesquisa sobre relações de poder, conflitos e relacionalidades). Obrigado Olof, Gabriela, Sara, Renan (Zinho), Guilherme, Mariana, Jacqueline, Amanda, Júlia, Gustavo e Karina. Nesse sentido, também agradeço a Ana Cláudia Marques pelas ocasiões que me acolheu em sua casa e também pelas conversas intelectuais que tivemos tanto em São Paulo quanto em São Raimundo Nonato no Piauí.

Agradeço aos colegas e às colegas da turma 2021 da pós-graduação do PGGAS-UFSCar. Gente que enfrentou o desafio de realizar um doutorado ou mestrado, de maneira remota/virtual, enquanto o mundo colapsava pela pandemia de covid e o Brasil sofria com o governo de tendência golpista da ultra direita. Um período difícil, de desprezo pela vida e pela dignidade da morte. Dessa turma, emito um agradecimento especial a Marcela, que por vezes estimulou a expressão das minhas ideias, leituras e reflexões desde a antropologia.

Do mesmo modo, estendo meu agradecimento aos colegas de profissão, professores e professoras, do Colegiado de Antropologia da Universidade do Vale do São Francisco (Campus Serra da Capivara), onde pude trabalhar como professor substituto de antropologia – num período anterior ao doutorado. Na época, era o mais recente e o menor colegiado da disciplina no país. Mas não se enganem: também era o mais potente núcleo de antropologia que poderia existir, aliado às lutas quilombolas, das mulheres e comunidades locais da região de São Raimundo Nonato no Piauí. Um lugar de ensino, luta, resistência e potentes afetos. Nesse sentido, agradeço a todos e a todas as alunas de quem fui professor nas disciplinas de teorias antropológicas, parentesco e organização social, patrimônio e museologia, cultura popular, cultura material.

Bem como agradeço aos professores que tive durante a minha vida. Desde a professora Vera, professora de português que viu em mim, ainda adolescente, alguma qualidade com as palavras e com a expressão pela fala. Agradeço ao professor Valter Silvério que, no momento em que entrei no ensino superior, pelas antigas cotas raciais, sem saber como me manter estudando ciências sociais no interior de São Paulo, disse que o que não podia acontecer era eu deixar de estudar, direcionando para mim uma bolsa-atividade (para cumprir funções administrativas) do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB).

Agradeço às professoras e professores do PPGAS-UFSCar, que desde a graduação transmitiram suas formações disciplinares para mim. Agradeço à professora Catarina Morawska Vianna, ao professor Geraldo Andrello, Felipe Vander Velden, Piero Leirner, Igor Renó Machado, Clarice Cohn, Marina Cardoso (já aposentada) e Luiz Henrique de Toledo. Professores e professoras que frequentei cursos. Também agradeço aos professores que compõem o quadro docente e que não tive aula, mas que mesmo assim pude conviver intelectualmente nas atividades acadêmicas do PPGAS. Estendo esse agradecimento ao Eduardo e Fábio, secretários do PPGAS-UFSCar durante meu doutorado e mestrado (respectivamente).

Como se fala nas favelas, sem palavras para agradecer Jorge Villela. Meu amigo e orientador – nessa ordem, como o mesmo diz. Obrigado por me instruir nessa tarefa de estar junto das lutas das gentes a partir da antropologia. Minha vida como intelectual seria impossível sem a inspiração, referência e companheirismo que me infundiu e transmitiu. Obrigado por acreditar nesse projeto de luta, obrigado por me tirar da obscuridade da revolta sem direcionamento. Obrigado por me ensinar quais lutas entrar, quais armas e estratégias usar. Enfim, sem palavras, obrigado!

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, que financiou a pesquisa que fundamenta esta tese a partir do processo 2020/15285-4. Sem esse financiamento, somado aos financiamentos de minhas pesquisas de mestrado e iniciação científica, esse trabalho seria impossível (sobretudo por conta de um trabalho de campo tão complexo, mas garantido pelos recursos da bolsa). Também agradeço à Capes, que durante três meses financiou meu doutorado a partir de uma bolsa de pesquisa do PPGAS-UFSCar, destinada aos (às) estudantes egressos(as) de cotas raciais e políticas de ações afirmativas durante a graduação.

Agradeço às professoras Cibele Rizek, Mariana Martinez e Silvana Souza Nascimento e ao professor Luiz Henrique de Toledo por aceitarem, tão gentilmente, compor a banca de defesa desta tese. Também agradeço ao professor Antônio Rafael Barbosa e à professora Stella Parterniani por aceitarem a suplência da banca.

Por fim, mas não menos importante, pelo contrário, agradeço todas moradoras e moradores de Heliópolis e São João Clímaco que, além de abrirem suas casas para mim, abriram suas vidas e acreditaram nessa proposição de conhecimento. Que a luta de vocês nunca seja invisibilizada, nem subjugada ou incompreendida. Destaco aqui a importância que as mulheres de Heliópolis e São João Clímaco tiveram nessa tese, foram elas que mais acreditaram no meu trabalho como algo importante. Meu muito obrigado.

Dedicado à Mãe. Aqui tentei lutar a boa luta, aquela que se vive por acreditar ser o certo. Independentemente se a ganha e se chega lá ou não. O ponto é sempre correr atrás, o ponto é estar lutando a boa luta. Talvez a vida seja sobre isso, continuar a fazer o que sabemos que precisa ser feito.

Resumo

Nesta pesquisa, desenvolvida na região da favela de Heliópolis e do bairro de São João Clímaco (zona sul de São Paulo), foi realizado um estudo etnográfico dos efeitos das intervenções habitacionais e sociais da política nacional – das últimas décadas – de combate aos assentamentos precários, compreendida desde o desenvolvimento do Programa de Urbanização de Favelas. Para alcançar esse objetivo, a tese estrutura-se em cinco capítulos que articulam análise teórica, documental e etnográfica. O primeiro capítulo reconstrói etnograficamente a formação do campo dos estudos urbanos, demonstrando como se consolidou a lente central da definição das favelas enquanto espaços de moradias precárias, com o foco nas bases teóricas/discursivas que seriam assimiladas pela política pública nacional de habitação estudada. O segundo capítulo examina, especificamente, a passagem desse alinhamento da teoria da urbanização – das grandes cidades – com as políticas de habitação, analisando a dobra teórico-política pela qual o diagnóstico crítico sobre a cidade desigual – forjado nas lutas contra a ditadura militar – foi convertido em tecnologia de gestão habitacional, focalizando a descrição de como esse saber acadêmico fundamentou a política nacional de combate aos assentamentos precários do Brasil urbano (materializada no Programa de Urbanização de Favelas). O terceiro capítulo introduz a perspectiva etnográfica do campo de pesquisa, descrevendo a atuação histórica de moradores que formaram o movimento social local da região de Heliópolis e sua influência na territorialização da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas, explicitando como lutas locais por moradia foram ao mesmo tempo reconhecidas e ressignificadas pelo Programa. O quarto capítulo complexifica esse entendimento ao apresentar outras vozes, saberes e arranjos habitacionais que escaparam à planificação uniformizante do Programa de Urbanização de Favelas, apontando para a diversidade e complexidade dos modos de habitar a favela que foram obscurecidos pela intervenção habitacional estudada. Por fim, o quinto capítulo focaliza a experiência concreta da remoção e espera decorrentes da intervenção, detalhando etnograficamente como a vida dos moradores e moradoras da área estudada foi transformada pelo deslocamento forçado, pela dependência de programas de assistência habitacional e pela incerteza prolongada quanto à moradia prometida com o desenvolvimento do Programa de Urbanização de Favelas; o que produziu, segundo afirmações colhidas com a pesquisa, uma nova forma de vulnerabilidade. A pesquisa, baseada em trabalho de campo intensivo e em pesquisa bibliográfica e documental, permitiu confrontar o projeto oficial de cidade com os entendimentos de luta da população por ele objetificada. A tese conclui que intervenções urbanas como o Programa de Urbanização de Favelas, ao ignorarem a complexidade, a história e as disputas das formas de habitar as favelas, não apenas falham em resolver os problemas de moradia, mas frequentemente os intensificam, demandando de moradoras e moradores das favelas constantes reinvenções de suas lutas pelo direito à moradia e pelo viver na cidade.

Palavras-chave: Remoção Habitacional; Favela; Urbanização de Favelas; Luta Habitacional; São Paulo.

Abstract

In this research, conducted in the area of the Heliópolis favela and the São João Clímaco neighborhood (southern zone of São Paulo), an ethnographic study was carried out on the effects of the national policy of recent decades aimed at combating precarious settlements – understood from the development of the Favela Urbanization Program – specifically its housing and social interventions. To achieve this objective, the thesis is structured into five chapters that articulate theoretical, documentary, and ethnographic analysis. The first chapter ethnographically reconstructs the formation of the field of urban studies, demonstrating how the central lens defining favelas as spaces of precarious housing was consolidated, focusing on the theoretical/discursive bases that would later be assimilated by the national public housing policy studied. The second chapter specifically examines the transition of this alignment between the theory of urbanization (of large cities) and housing policies, analyzing the theoretical-political fold through which the critical diagnosis of the unequal city – forged in the struggles against the military dictatorship – was converted into housing management technology, focusing on the description of how this academic knowledge underpinned the national policy to combat precarious settlements in urban Brazil (materialized in the Favela Urbanization Program). The third chapter introduces the ethnographic perspective of the research field, describing the historical action of residents who formed the local social movement in the Heliópolis region and their influence on the territorialization of the Favela Urbanization Program's intervention, explaining how local housing struggles were both recognized and resignified by the Program. The fourth chapter complicates this understanding by presenting other voices, knowledges, and housing arrangements that escaped the standardizing planning of the Favela Urbanization Program, pointing to the diversity and complexity of the ways of living in the favela that were obscured by the housing intervention studied. Finally, the fifth chapter focuses on the concrete experience of removal and waiting resulting from the intervention, detailing ethnographically how the lives of residents of the studied area were transformed by forced displacement, dependence on housing assistance programs, and prolonged uncertainty regarding the housing promised with the development of the Favela Urbanization Program; which, according to statements gathered in the research, produced a new form of vulnerability. The research, based on intensive fieldwork and bibliographic and documentary research, made it possible to confront the official project of the city with the understandings of struggle held by the population objectified by that project. The thesis concludes that urban interventions such as the Favela Urbanization Program, by ignoring the complexity, history, and disputes inherent in the ways of living in favelas, not only fail to solve housing problems but often intensify them, demanding from favela residents constant reinventions of their struggles for the right to housing and to live in the city.

Keywords: Housing displacement; Slum; Slum upgrading; Housing struggle; São Paulo.

Lista de Figuras

Figura 1: Fundo conjuntos habitacionais da SABESP (“redondinhos), na frente ocupações pós intervenção do Programa de Urbanização de Favelas (acervo pessoal).....	17
Figura 2: Divisão do território de Heliópolis em glebas (domínio público)	23
Figura 3: Visão de dentro da ocupação do terreno da SABESP, nas adjacências dos edifícios cilíndricos do PUF, cenário de séries como Sintonia e Irmandade. Quebrada feia e sem maquiagem. Ao fundo obras embargadas da intervenção (acervo pessoal).....	29
Figura 4: <i>Barraco de Corinthiano na favela. Ao fundo obra embargada do Programa de Urbanização de Favelas ocupada por moradores de outras regiões da cidade (acervo pessoal).</i>	42
Figura 5: Autodeclaração de renda para atendimento SEHAB (acervo pessoal)	204
Figura 6: Declaração informal de aluguel (acervo pessoal)	206

Lista de abreviaturas e siglas

BNH - Banco Nacional de Habitação
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CEM - Centro de Estudos da Metrópole
CJP - Comissão de Justiça e Paz de São Paulo
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação
CPT - Comissão Pastoral de Terra (CPT)
ETE - Estação de Tratamento de Esgotos
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU - Fórum Nacional da Reforma Urbana
FUNAPS - Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal
HIS - Habitação de Interesse Social
HMP - Habitação de Mercado Popular
IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho
IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão
IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
MCidades - Ministério das Cidades
MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
MDF - Movimento de Defesa dos Favelados
MMC-SP - Movimento de Moradia do Centro
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PAC-1 - Primeiro Programa de Aceleração do Crescimento
PAC-2 - Segundo Programa de Aceleração do Crescimento
PDE - Plano Diretor Estratégico
PREZEIS - Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social
Pró-Favela - Programa de Regularização de Favelas
PROMORAR - Programa de Erradicação de Submoradia
PROVER - Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas
PT - Partido dos Trabalhadores
PUF - Programa de Urbanização de Favelas
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UCL - Unificação das Lutas de Cortiços
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UMM-SP - União dos Movimentos de Moradia de São Paulo

UNAS - União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis
e São João Clímaco

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

Sumário

Introdução	17
A implementação (o Programa de Urbanização de Favelas).....	17
Vozes removidas e personagens excepcionais (ou uma estratégia etnográfica para escrita íntima: os anômalos).....	28
A pesquisa.....	41
Os capítulos	54
Capítulo I – Em meio a um problema já colocado: a enunciação da precariedade	59
Introdução.....	59
1. 1. Um campo de conhecimento amplamente trabalhado: estudos urbanos	68
1. 2. Uma teoria sociológica contra a violenta pobreza produzida na cidade, ou uma fé libertária em meio ao povo nas lutas: São Paulo capitalismo e desigualdade.....	77
1. 3. Polemistas: querela teórica e convocação de saberes subjugados ao centro do campo teórico	86
1. 4. Cidade desigual	94
1. 5. Conexões políticas e percepções de ação contra a cidade desigual.....	100
Capítulo II – Dobra política e teórica do problema da precariedade habitacional das favelas: alinhamento entre teoria e políticas de habitação	109
Introdução.....	109
2. 1. Um movimento de continuidade e ruptura nas ideias da urbanização das grandes cidades	124
2. 2. O arquivo dos(as) invisibilizados(as): os assentamentos precários.....	131
2. 3. Uma leitura teórico/etnográfica como contribuição para as lutas por moradia.....	137
Capítulo III – Favela e luta organizada.....	141
Introdução.....	141
3. 1. Uma ocupação territorial, o movimento organizado de lutas em Heliópolis: saber habitacional da favela	144
3. 2. A controvérsia política: ou a entrada da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas no território de Heliópolis	151
3. 3. Síntese e transição: da potência das lutas organizadas à enunciação das vozes silenciadas pela remoção	155
Capítulo IV – Complexidades habitacionais e outros saberes das favelas.....	158
Introdução.....	158
4. 1. Sistemas políticos da alta e baixa favela	165
4. 2. Ocupações nada espontâneas: o risco do apagamento das complexidades habitacionais	174
4. 3. Cultivar o lugar: a persistências do cuidado habitacional na terra	187
4. 4. Para dizer que não estive no meio do problema	192
Capítulo V – A vida pós-remoção e a luta da espera da casa (relatos da população vulnerável).....	196
Introdução.....	196

5. 1. Quando a reurbanização da favela bateu na porta de casa	198
5. 2. A continuidade da remoção: o “bolsa-aluguel”	203
5. 3. Linhas da remoção.....	208
5. 4. Conflitos habitacionais	212
5. 5. Atualização do cadastro da precariedade.....	215
Notas Finais.....	221
Referências bibliográficas	228
Sites do arquivo consultado	239

Introdução

[Sobre uma prática da existência, ou uma ciência]:

Seria o mesmo que dizer que toda verdade já é virtualmente conhecida, que o ser modelo está depositado nos arquivos públicos da cidade e que a filosofia é um jogo de quebra cabeça no qual se trata de reconstruir, com peças que a sociedade nos fornece, o desenho que não nos quer mostrar. Seria o mesmo que atribuir ao filósofo o papel da atitude do aluno que procura a solução pensando consigo mesmo que uma espiadela indiscreta lhe mostraria, anotada na frente do enunciado, no caderno do professor. Mas a verdade é que se trata, na filosofia e mesmo alhures, de encontrar o problema e, por conseguinte, de pô-lo, muito mais do que resolvê-lo (Bergson, 2006, p. 54)

A implementação (o Programa de Urbanização de Favelas)



Figura 1: Fundo conjuntos habitacionais da SABESP (“redondinhos”), na frente ocupações pós intervenção do Programa de Urbanização de Favelas (acervo pessoal).

O Programa de Urbanização de Favelas (PUF) é um programa habitacional aplicado na cidade de São Paulo que coadunou recursos municipais, estaduais e federais com a justificativa da regulamentação fundiária e construção de moradias de interesse social. Isto é, unidades habitacionais produzidas sem finalidade

lucrativa, destinadas à população de baixa renda mediante financiamento subsidiado.

A criação desse programa tinha como fim mitigar parte do problema crônico das moradias precárias e irregulares da cidade. Em 2005, durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com a aprovação do projeto de lei que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o Governo Federal estabeleceu diretrizes para uma ampla política de habitação, tendo os municípios como agentes locais de sua aplicação. Para o apoio da atuação das prefeituras, foi criado em 2006 o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)¹. Nesse contexto, o PUF foi formulado pela Prefeitura de São Paulo, sendo encaminhado à Caixa Econômica Federal (CAIXA) e ao Ministério das Cidades (MCidades) – a fim de aprovação e priorização dentro do FNHIS. Em 2007, com a inclusão do combate aos assentamentos precários como um dos eixos do primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-1 – realizado de 2007 até 2010)², a política nacional de habitação, que estava sendo gestada no âmbito do MCidades desde 2003, recebeu uma quantidade de recursos inédita para tratar da crise habitacional e da desigualdade social em todo o território nacional.

Em São Paulo, essa política alcançou um patamar inédito de intervenção nas grandes favelas – formadas por ocupações profundamente constituídas na década de 1970³. O objetivo era consolidar uma nova perspectiva de política

1 Tanto o SNHIS quanto o FNHIS foram instituídos pelo Governo Federal como parte de uma estratégia nacional para a construção de habitações de interesse social e para a regularização fundiária, iniciativa essa que foi ampliada nas décadas seguintes. Inserida no contexto das políticas do Ministério das Cidades, criado durante o primeiro mandato federal do PT.

² Compreendido como um conjunto de medidas econômicas e movimentação de recursos centradas, sobretudo, em investimentos públicos na realização de obras de infraestrutura. Contemplando desde usinas hidrelétricas, usinas de transmissão e extração de petróleo, gás, indústria naval, obras rodoviárias, linhas férreas, portos, hidrovias, aeroportos, até obras urbanas (iluminação, metrô, recursos hídricos, habitação e saneamento).

³ As favelas no Brasil são uma questão complexa e diversa (considerando as particularidades geográficas e históricas de cada região do país). Vale destacar, por exemplo, que as favelas no Rio de Janeiro têm raízes históricas que remontam ao fim do Império e que se consolidaram nas primeiras décadas da República. Ao longo do século XX, essas ocupações foram amplamente estudadas, com um significativo volume de pesquisas produzidas já no fim da década de 1950 e com publicações no início da década de 1960 (Samacs, 1960; Pearse, 1962; Medina, 1964; Machado da Silva, 1967; Conn, 1968; Leeds, 1969; Salmen, 1969; Parisse, 1969; Boschi &

pública de urbanização das grandes favelas em território nacional, reforçando assim o reconhecimento do direito à cidade e à moradia digna para as famílias das populações de baixa renda – aquelas entre zero e três salários mínimos em valores brutos.

Nesse contexto, o Programa de Urbanização de Favelas se tornou o maior programa de desenvolvimento de infraestrutura urbana do Brasil. Mobilizando não só recursos, mas também, como será descrito, uma articulação dos três níveis do poder executivo voltada ao combate da desigualdade social.

Na maior cidade da América Latina, a lei de seu Plano Diretor Estratégico (PDE) – que atualmente se encontra em disputa para aplicação⁴ – define como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) um dos instrumentos de intervenção e planejamento urbano/habitacional do município. As ZEIS são porções do território urbano destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população de baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regulamentação fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social (HIS) e Habitações de Mercado Popular (HMP) dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércios locais⁵.

Atualmente, as ZEIS são classificadas em seis tipos e, dentro de sua instrumentalidade, o Programa de Urbanização de Favelas objetificou sua ação em

Goldschmidt, 1970). Para além da academia, o processo de favelização da capital fluminense também alcançou grande notoriedade em produções culturais, a exemplo do aclamado filme *Cidade de Deus*, adaptação do livro de Paulo Lins (1997).

⁴ De modo que a lei do Plano Diretor (Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014) foi promulgada no ano de 2014, sob mandato municipal de Fernando Haddad, eleito PT. Atualmente, sob governo da direita conservadora, a municipalidade tem apresentado reificações no projeto da lei, o que dificulta a garantia de todos os aspectos legais definidos em seu texto original da lei. Para acompanhar esse debate, sobretudo, pautado por urbanistas e entidades de movimentos sociais locais, ver: <https://artebrasileiros.com.br/arte/entrevista/processo-de-discussao-publica-do-plano-diretor-foi-uma-especie-de-encenacao-diz-raquel-rolnik/> (último acesso 29/10/2024).

⁵ As ZEIS, enquanto instrumentos de gestão urbana, estabeleceram-se num contexto de afirmação progressiva da agenda urbana neoliberal nos anos de 1990. Inicialmente, foram um bastião de resistência perante a agenda neoliberal. Em confronto com a lógica do mercado imobiliário, as ZEIS foram pensadas por reformadores urbanos como uma ruptura com a especulação imobiliária, embora posteriormente tenham sido desconstruídas para dar lugar a grandes projetos e operações do mercado imobiliário.

São Paulo nas ZEIS 1 e ZEIS 4. Essas últimas são caracterizadas por glebas ou lotes não edificados, adequados à urbanização e à edificação, em áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais – como zonas das represas Bilings e Guarapiranga. Por sua vez, as ZEIS 1 são áreas caracterizadas pela presença de favelas e loteamentos irregulares habitados predominantemente por população de baixa renda⁶.

Foi essa a entrada legal do PUF para atacar a precariedade e irregularidade das moradias das duas maiores favelas da cidade, Paraisópolis e Heliópolis. Castilho (2013) e Figueiredo (2021) já estudaram a atuação do PUF, sobretudo em Paraisópolis – a maior favela da cidade em números de população. Contudo, no momento da proposição do projeto da pesquisa que fundamenta esta tese, uma análise etnográfica da atuação do Programa em Heliópolis ainda era uma lacuna.

Durante a primeira fase do PUF em Heliópolis (2008-2011), inserida no âmbito do PAC-1, as unidades habitacionais tinham suas construções financiadas por meio de uma combinação de recursos federais, estaduais e municipais. A CAIXA operava os repasses do Governo Federal, mas a produção da moradia no território – notadamente os conjuntos habitacionais conhecidos como “redondinhos” (que compreendem a área onde a pesquisa de campo desta tese foi realizada) – dependeu também do Governo Estadual (via Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU) e do Governo Municipal, via recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) e do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI). Desse modo, as famílias realojadas para as HIS assumiram ou assumiriam contratos de financiamento das moradias subsidiados, mas esses contratos poderiam ser firmados tanto com a CAIXA (no caso de recursos federais) quanto com a CDHU (no caso de recursos estaduais) –

6 Para consultar as definições dos dispositivos políticos e legais relacionados às zonas especiais de interesse social, consultar: SÃO PAULO. Lei nº 16.050, 31 de julho de 2014. Texto da Lei Ilustrado, 2014, pp. 59-60. Conforme o link: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf> (último acesso 14/05/2024).

gerando para as famílias alvo da política de urbanização do território de Heliópolis diferentes regimes de pagamento pelas unidades habitacionais.

Como descreveram Cardoso e Denaldi (2018), a política de urbanização dos assentamentos precários do PAC-1 reproduziu o desenho programático da política habitacional do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) – o Programa Habita Brasil/BID (criado em 1999)⁷ – que já previa o financiamento de diversos componentes institucionais na lógica de promover a urbanização integrada de assentamentos precários e tratar de forma conjunta a dimensão social, a urbano-ambiental e a fundiária (Cardoso & Denaldi, 2018, p. 27). Um desenho programático que reconhecia a complexidade das intervenções em territórios precários e a necessidade da participação de pessoas locais – diretamente interessadas nas intervenções – na formalização dos projetos de urbanização de cada território intervencionado.

Mantendo essa premissa participativa, na primeira fase da intervenção do PUF em Heliópolis o movimento social local organizado (em torno das pautas da habitação) exerceu participação direta na promoção das obras de urbanização na região, atuando como o principal agente local do Programa – assumindo o papel de organização representativa com legitimidade para negociar, fiscalizar e cocriar as intervenções. Com base na compreensão etnográfica a respeito da habitação na região, obtida em meu mestrado (Guidotti, 2018) por meio de trabalho de campo, é possível afirmar que o destaque político desse movimento local decorreu da organização de moradores e moradoras que lutaram desde o início da década de 1980 pelo reconhecimento e descriminalização das áreas ocupadas em Heliópolis. Essa organização partiu da divisão de 14 núcleos habitacionais. Cada núcleo desenvolveu suas organizações internas, mas todos se articulavam entre si. Uma das funções dessa estrutura foi organizar a ocupação dentro do território da favela.

Na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2) – lançada em 2010, com ações executadas entre 2011 e 2014 – houve uma tentativa

⁷ Esse programa visava a promoção de intervenções em assentamentos precários, sendo direcionado para famílias de até três salários-mínimos, recebendo recursos do Banco Internacional do Desenvolvimento (BID).

de integrar a produção de unidades habitacionais ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Contudo, em Heliópolis, essa integração não se concretizou na forma da modalidade “Entidades” do MCMV⁸. Na segunda fase da intervenção do PUF no território, iniciada em 2011, o que aconteceu foi a continuidade da lógica anterior, com o movimento local por moradia (organizado em torno dos núcleos habitacionais) permanecendo como interlocutor direto do poder público. De modo que a maioria das famílias diretamente afetadas pela intervenção não tivesse acesso direto ao planejamento das obras, ficando a representação comunitária a cargo do movimento organizado. A participação desse movimento local deu-se, assim, por meio de fricções que se desdobram na ocupação de espaços institucionais e em negociação direta com a Prefeitura, o Governo do Estado e o Governo Federal.

Nesse sentido, a territorialização do PUF em Heliópolis, a maior favela de São Paulo em termos territoriais, foi feita a partir de um mapeamento que dividiu o milhão de m² de seu território em quatorze glebas, nomeadas de A até N. Uma divisão forjada em meio aos conflitos por moradia do passado da favela. A divisão em glebas, no entanto, não foi apenas um reflexo dos conflitos passados; ela também produziu um modo de o Estado definir e intervir sobre o território. Ao converter a complexidade territorial da favela em unidades abstratas (nomeadas com letras), o PUF criou uma grade de inteligibilidade que permitiu planejar, monitorar e hierarquizar riscos e intervenções. É precisamente um processo como esse – de produção de territórios administráveis – que a descrição de Martinez (2016) ajuda a compreender. Em seu estudo etnográfico das redes de cuidado voltadas para populações em situação de rua e em uso de drogas, a autora descreve como tecnologias de gestão – como cartografia, cadastros e tipologias

⁸ Modalidade de financiamento habitacional da CAIXA direcionada às famílias de baixa renda. A execução é feita por entidades privadas sem fins lucrativos (como associações, sindicatos e cooperativas), que atuam organizando famílias, gerenciam recursos públicos e acompanham a construção de moradias. Tem como núcleo a produção social da moradia, em que os beneficiários participam ativamente do processo, desde o planejamento até a fiscalização da obra. O Governo Federal repassa subsídios e garante o financiamento subsidiado para as famílias atendidas (Rizek, Carvalho & Camargo, 2014).

socioespaciais – funcionam precisamente para fazer ver populações e espaços de vulnerabilidade aos olhos das intervenções políticas. Dessa maneira, as glebas de Heliópolis – formadas em meio a conflitos e processos de ocupação (descritos no Capítulo III) – tornaram-se unidades de planejamento, monitoramento e cálculo de risco de vulnerabilidades habitacionais, permitindo ao PUF alocar recursos, definir obras e, assim como destaca Martinez em seu contexto de pesquisa, gerenciar corpos e vidas – definindo, em última instância, quem seria removido, quando e para onde.



Figura 2: Divisão do território de Heliópolis em glebas (domínio público)

Entre as 14 glebas, as glebas A, K e N foram definidas para receber as intervenções habitacionais do Programa de Urbanização de Favelas. Enquanto nas

demais glebas foram implementados ou continuados outros programas habitacionais⁹.

As obras do PUF em Heliópolis foram implementadas na região com a justificativa de atender cerca de 70 mil famílias em situação de vulnerabilidade ou irregularidade habitacional. O projeto previa a construção de aproximadamente 4 mil novas unidades habitacionais da modalidade HIS (conforme a nomenclatura do PDE), além da pavimentação de vias, canalização de córregos e criação de áreas verdes e de lazer. Em termos de extensão territorial, é possível afirmar que essas intervenções se territorializaram de tal forma que impactaram mais da metade da área total da favela, atuando sobretudo na gleba K (a maior de todas).

Quanto ao atendimento habitacional nessa porção da favela – área que inclui o local da pesquisa de campo desta tese –, pode-se afirmar que os moradores e moradoras que viviam em condições precárias na gleba K foram retirados de suas casas. Em seguida, foram inseridos no programa de Auxílio Aluguel, gerido pela Secretaria de Habitação do Município (SEHAB). Esse programa, como o próprio nome indica, destina um auxílio mensal de R\$ 400,00 a pessoas ou famílias removidas e remanejadas pela ação de programas de (re)habitação voltados às favelas da cidade. A finalidade do valor é custear o aluguel de um imóvel em São Paulo até que a unidade habitacional prevista no atendimento seja concluída e entregue.

A primeira fase da intervenção do PUF em Heliópolis atendeu os(as) moradores(as) e famílias que viviam nas áreas de maior risco e vulnerabilidade habitacional. As moradias dessas famílias se encontravam construídas sobre córregos ou em áreas de provável deslizamento de terras, além de estarem expostas a eventos como enchentes e ao risco de doenças causadas pela insalubridade das águas.

Conforme o planejamento da intervenção do PUF na região de Heliópolis – que seguiu a metodologia de intervenções em favelas adotada pelo Governo

9 Entre os quais: o Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal (FUNAPS), o Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas (Prover) e o Programa Bairro Legal.

Federal a partir do segundo mandato do PT –, os(as) moradores(as) das zonas de risco deveriam ser deslocados(as) para conjuntos habitacionais construídos em áreas próximas de suas antigas moradias, garantindo assim a manutenção dos vínculos com o território. Na área pesquisada, parte das unidades habitacionais foi construída dentro da própria favela. A maioria, porém, foi projetada – e algumas, efetivamente construídas – em um terreno em São João Clímaco, que até então era propriedade da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

Conforme o projeto inicial da intervenção, novas unidades habitacionais seriam construídas nesse terreno, em uma área de quarenta mil metros quadrados. A área foi cedida ao Programa de Urbanização de Favelas por meio de um convênio entre o MCidades (Governo Federal) e o Governo do Estado de São Paulo, via Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB). No local, funcionava desde o final da década de 1970 uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) da SABESP. Contudo, conforme o parecer técnico do PUF, a maior parte do terreno não cumpria nenhuma função social. Por isso, foi destinada à construção dos principais conjuntos habitacionais da intervenção.

No projeto da intervenção, os conjuntos habitacionais foram denominados SABESP 1 e SABESP 2. A maioria dos edifícios, no entanto, foram projetados e construídos no formato cilíndrico e, por conta dessa forma, também ficaram conhecidos entre parte dos(as) moradores(as) da região de Heliópolis e na mídia como "redondinhos"¹⁰. As primeiras unidades habitacionais desses conjuntos foram entregues em 2011 e destinadas às famílias que viviam em situação de maior risco na gleba K. Esse também foi o mesmo ano em que a segunda fase das intervenções na região de Heliópolis se iniciou. Nessa fase, os(as) moradores(as) da gleba K com menor grau de risco habitacional e os(as) moradores(as) de ocupações em torno do antigo terreno da SABESP foram inseridos(as) no

¹⁰ No campo de pesquisa, feito no entorno desses prédios, foi possível registrar que não são todos(as) os(as) moradores(as) da região que se referem aos conjuntos habitacionais feitos pelo PUF pelo termo de redondinhos. Outro termo mais corrente nas ruas para se referir aos edifícios era: "os prédios".

parâmetro da intervenção. Incluindo ocupações em terrenos do bairro de São João Clímaco (inicialmente desconsideradas no escopo do projeto da intervenção).

Essa população, desde então, passou a integrar os registros do atendimento habitacional à população vulnerável da cidade. A primeira previsão de entrega das unidades para esses(as) moradores(as) de Heliópolis e São João Clímaco foi 2014; já a segunda, 2016. No entanto, houve atrasos e embargos nas obras do Programa de Urbanização de Favelas.

Desse modo, esses(as) moradores(as) ainda não foram contemplados(as) com uma explicação para o atraso, nem houve uma data definida para a entrega. Conforme relataram algumas das pessoas acompanhadas em suas casas pela pesquisa desta tese, a única informação obtida pelos canais da SEHAB foi a de que “as obras seriam feitas e a entrega realizada por ordem de remoção”.

De acordo com a pesquisa dos arquivos do Programa, os atrasos nos atendimentos decorreram de problemas na manutenção do financiamento da política habitacional de nível federal que bancou o PUF. Tratava-se de uma política gestada, como mencionado, com a criação do Ministério das Cidades, mas que não foi efetivamente continuada durante a crise política do segundo governo de Dilma Rousseff e estagnada pelo processo de impeachment (golpe político/parlamentar) de 2016. Posteriormente, as políticas sociais e habitacionais de nível nacional foram dilapidadas pelo governo pós-golpe de 2016 e praticamente destruídas com a ascensão da ultradireita ao Governo Federal (durante os anos de 2019 e 2022) – acontecimentos políticos que distanciaram ainda mais moradores e moradoras de Heliópolis e São João Clímaco do direito à moradia adequada (ao menos uma década a mais).

No momento em que a introdução desta tese está sendo escrita, pode-se dizer que os(as) moradores(as) que tiveram suas vidas tocadas pelo desenvolvimento do Programa de Urbanização de Favelas (dada a segunda fase das intervenções), já foram retirados da linha de atendimento desse programa e encontram suas futuras moradias vinculadas ao desenvolvimento de outro

programa gerido pela SEHAB – criado em 2021 –, o programa Pode Entrar – que será retomado e aprofundado na conclusão desta tese.

Por ora, é possível afirmar que esse programa foi apresentado aos interlocutores e interlocutoras desta pesquisa como um meio de acesso facilitado – para as famílias removidas de ocupações irregulares e que aguardam na fila por moradia municipal há mais de quinze anos – ao direito à moradia adequada. Além desse tipo de deslocamento, os(as) moradores(as) removidos(as) relataram, no contexto do atendimento político-habitacional da cidade, um agravamento das dificuldades e precariedades que enfrentam em suas lutas pelo direito de viver na cidade – temas que serão detalhados no quarto e quinto capítulo deste estudo.

Fundamentado no trabalho de campo desta pesquisa, é possível afirmar, etnograficamente, que houve uma profunda transformação nas lutas por moradia em Heliópolis e São João Clímaco. Se, no passado, os conflitos giravam em torno da ocupação de áreas, do combate à violência policial ou de disputas locais, hoje os(as) moradores(as) removidos(as) pelo Programa de Urbanização de Favelas enfrentam um contexto inédito. Suas lutas habitacionais são, agora, a de criar modos de viver diante da vulnerabilidade e da pobreza que os(as) definem no âmbito da “economia política da urbanização” de São Paulo (Singer, 1973).

O trabalho de campo desta tese demonstra que o PUF, longe de mitigar a vulnerabilidade ou o risco habitacional, reconfigurou e intensificou as dificuldades dos moradores e moradoras da região de Heliópolis por meio de suas intervenções fragmentadas e interrompidas, convertendo a promessa de um direito em um fardo administrativo e existencial. Ao decompor arranjos locais de moradia, o Programa soterrou modos de habitar e existir consolidados no território, impondo uma singular e difusa violência estatal, que não se resume às violências espetaculares retratadas pela mídia, mas que se manifesta como uma violência lenta e duradoura. A violência da remoção, de dívidas inescapáveis, da incerteza e da perda do lar. Um dos achados desta etnografia é que, ao contrário da reurbanização prometida, o PUF produziu uma nova vulnerabilidade que se define pela espera interminável e

incerteza sobre a moradia, situação na qual lutar por um teto tornou-se, para muitos e muitas, lutar pela própria permanência na cidade.

É nesse contexto que esta tese apresenta os resultados de uma pesquisa de campo duradoura – um ano e quatro meses, além de visitas pontuais – realizada na região de Heliópolis e São João Clímaco. O estudo coloca em questão o paradoxo do poder público como um agente que, ao mesmo tempo que busca combater a precariedade habitacional (combate que alavancou indicadores sociais antes de 2016), atua na produção e intensificação dessas mesmas precariedades. Um questionamento que remete à complexidade histórica do lugar, tendo em vista que já no início da efervescente década de 1990, a urbanista e socióloga Ruth de Sampaio (1991), que atuava junto à comunidade organizada de Heliópolis, registrou uma crítica fundamental; segundo a qual, o poder público, desde os primórdios da "invasão" da favela, atua alterando seus planos para o território, gerando insegurança e fragilizando as conquistas locais – um diagnóstico que a presente tese complexifica e aprofunda.

Vozes removidas e personagens excepcionais (ou uma estratégia etnográfica para escrita íntima: os anômalos)

Maria chegou para morar no bairro de São João Clímaco em 1989, na rua onde futuramente seria construído o acesso aos conjuntos habitacionais da SABESP¹¹. Casou-se com José, que pôde reformar e ir morar com ela em um dos cômodos do quintal do terreno que os sogros de Maria haviam comprado na década de 1970¹², na rua Elisabeth. Maria viveu nesse cômodo com o (então) marido e sua filha Juliana, nascida em 1994. Em 1998, o núcleo familiar mudou-se para uma

¹¹ Os nomes dos interlocutores e interlocutoras utilizados nesta tese são ficcionais. A opção por esse procedimento visa à preservação da vida dos moradores e moradoras removidas pela política habitacional estudada, em suas estratégias para enfrentar a condição de vulnerabilidade. Além disso, alguns nomes funcionam como um dispositivo descritivo, sintetizando afirmações, falas, ações e pensamentos de diversas pessoas. Ou seja, o que alguns dos nomes fictícios informam nesta tese provém não da vida de uma única pessoa, mas de várias.

¹² Ainda que divorciada, Maria denominava "sogros" os pais de seu ex-marido. Preservou-se essa terminologia no texto como forma de manter a fidelidade à perspectiva da interlocutora que forneceu os dados.

casa construída em uma das ocupações às margens do terreno dos conjuntos habitacionais da SABESP.



Figura 3: Visão de dentro da ocupação do terreno da SABESP, nas adjacências dos edifícios cilíndricos do PUF, cenário de séries como Sintonia e Irmandade. Quebrada feia e sem maquiagem. Ao fundo obras embargadas da intervenção (acervo pessoal)

Maria e José já estavam divorciados quando foram atingidos pela intervenção do Programa de Urbanização de Favelas, que resultou na remoção de ambos. Por ter permanecido com a filha do casal na casa onde viviam desde 1998, Maria foi quem receberia o registro de atendimento habitacional decorrente da demolição da casa. No entanto, ela considerou justo ceder um cômodo da casa para que o ex-marido construísse sua própria habitação e também recebesse uma unidade habitacional. Segundo suas palavras, atualmente consegue manter uma relação de coleguismo com José. Contudo, mesmo quando sentia emoções

contrárias e repulsivas em relação à figura do ex-marido, ela compreendia a luta dele para conseguir uma casa durante o período em que foram casados. Isso porque José foi um dos moradores da região que, por meio de enfrentamentos violentos, negociaram as terras que deram origem à ocupação onde viveram até a chegada do PUF.

Conforme pude compreender, esse enfrentamento aconteceu quando moradores(as) de outras regiões da cidade e da favela de Heliópolis intentaram ocupar as terras lindeiras do terreno da SABESP. A estratégia de dividir cômodos das casas que seriam removidas foi adotada não só por Maria, mas serviu como uma ferramenta de luta utilizada por muitos(as) moradores(as) da região para contrapor a perda que lhes foi imposta.

A unidade habitacional planejada para a remoção e reurbanização de parcelas da favela de Heliópolis – um apartamento de 50 m² com dois quartos, cozinha, sala e área de serviço – visava à melhoria habitacional dos(as) moradores(as) em situação de risco. No entanto, muitos(as) deles(as) haviam construído casas maiores, com mais cômodos e espaço em relação ao modelo oferecido pelo Programa de Urbanização de Favelas (PUF).

Após a remoção, Maria foi morar de aluguel na casa de uma conhecida. No mesmo ano, sua filha engravidou. Como a filha optou por enfrentar a situação como mãe solo, Maria a acolheu em sua própria casa, juntamente com o futuro neto. Dessa forma, sua filha e seu neto passaram a compartilhar a mesma luta de Maria pela moradia, integrando a população vulnerável da cidade e lutando cotidianamente para manter o registro ativo na lista de espera por atendimento habitacional do município. Parte dessa luta pude acompanhar em meu trabalho de campo. Por diversas vezes, Maria e sua filha Juliana relataram-me as dificuldades do atendimento habitacional e os esforços para manter a validade do registro de remoção perante a SEHAB.

Em agosto de 2023, por exemplo, a Prefeitura emitiu uma convocatória para a atualização dos dados dos(as) beneficiários(as) do Programa Auxílio Aluguel, visando à confirmação da permanência na lista de espera e à futura entrega das

moradias de interesse social. Uma descrição detalhada do funcionamento dessas convocatórias e, por consequência, do processo de registro para atendimento habitacional será apresentada no quinto capítulo desta tese.

Por ora, só é preciso manter na vista da mente que, na fria manhã do dia 15 daquele mês, eu fui até o bar de um interlocutor tomar café e saber dos acontecimentos que não presenciei no campo de pesquisa¹³. Foi lá que o octogenário dono do bar, que trabalhara como pedreiro na região quando era mais jovem, contou-me que Maria estava passando por dificuldades e andava preocupada em não conseguir renovar seu cadastro na sede da SEHAB, no centro da cidade.

No mesmo dia, procurei Maria para ver o que poderia fazer, o que estava acontecendo e ao menos lhe dar uma escuta. Maria então me disse:

Sabe, já houveram momentos difíceis nessa vida e nessa nossa luta. No entanto, a demora e a falta de compromisso dos políticos com a entrega de nossos apartamentos estão no limite. Eu só não entrego os pontos porque tenho meus netos, tenho que dar uma referência para eles. Preciso cuidar deles, mas chegou o dia, que está difícil para mim. Estou num trabalho novo, nem tive a minha carteira assinada e a patroa não sei se vai entender bem essa minha falta no trabalho para ir até a Prefeitura renovar meu cadastro. Em outros empregos já foi difícil sair, dizer que está indo resolver um problema porque eu morei em ocupação, não é todo mundo que entende [...]. A sensação que tenho é que esse projeto de habitação, que era para melhorar as nossas vidas, está complicando. A gente está adoecendo. Tem gente que ficou mesmo doente por causa da incerteza de ter uma casa, tem gente que morreu e não viu a casa. É uma dificuldade. Isso gerou muita dificuldade para a gente aqui que tinha, querendo ou não, a nossa casa ao menos. Poderia não ser a melhor casa, poderia ser ilegal, invasão, como eles dizem, mas ao menos esses problemas para morar a gente não tinha. Era favela, deixaram a favela crescer e depois tiraram tudo. Mas tinha ao menos o teto nosso para partir e voltar depois do trabalho do dia. Imagina, tiraram a gente da nossa casa e colocaram a gente no aluguel. Nessa situação, em que cada ano, o valor do aluguel aumenta, os salários permanecem os mesmos e o valor que o governo dá para a gente pagar um aluguel é só R\$ 400,00. É isso desde quando fomos removidos, há mais de dez anos. Fala a verdade, você

13 Este bar funcionou, durante parte do trabalho de campo, como uma fonte de informações e um espaço de conhecimento para a organização da pesquisa. Além de permitir observar o fluxo de pessoas na área estudada, era o local onde se conversava sobre a vida da vizinhança, se compartilhavam questões cotidianas, se discutia a política veiculada na TV, além do futebol e dos acontecimentos atuais da cidade e do país.

entende isso como uma melhora para as nossas vidas? É uma melhora como prometeram para nós?¹⁴

Em outra ocasião, durante o Natal de 2022, acompanhei um interlocutor que foi visitar um amigo. Esse amigo havia conseguido um indulto natalino para passar as festividades com a família. Como eu estava com o interlocutor, acabei acompanhando-o. A ceia natalina daquela família acontecia em uma laje em frente aos conjuntos habitacionais da SABESP.

Do alto dessa laje, podia-se observar os conjuntos habitacionais construídos pelo Programa de Urbanização de Favelas e, em torno do terreno, as casas irregulares que já formavam novas ocupações. Era possível notar, ainda, que algumas dessas novas casas haviam sido construídas nos mesmos terrenos de onde outras haviam sido removidas anteriormente.

Observando os prédios da intervenção, os terrenos vazios das antigas ocupações e as novas ocupações, comentei com meu interlocutor, Chiclete (Daniel): “já tivemos tempo de ver muita coisa. Coisas como o crescimento da favela de Heliópolis, a remoção dos barracos, a chegada da intervenção habitacional e, agora, o surgimento de novas ocupações”.

¹⁴ A etnografia de Gabriela Marcúrio, intitulada *A máquina do terror: a luta das pessoas atingidas pelo crime da Samarco* (2025), realizada com a comunidade de Paracatu de Baixo (MG), devastada pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale em 2015, explora a potência teórica e política do termo “atingido(a)”. A autora mostra como, desde a tragédia, as famílias adotaram essa categoria para nomear coletivamente suas situações de incerteza, perda, luto e terror, em contraste com a vida comunitária anterior ao crime ambiental. Esse uso ressoa no relato de Maria. Assim como os “atingidos” e “atingidas” pela mineração, ela descreve sua condição de forma análoga: a incerteza sobre a moradia, a perda do lar próprio e da autonomia, o desgaste físico e mental (“a gente está adoecendo”) e a sensação de injustiça perante uma promessa não cumprida pelo Estado: “esse projeto de habitação... está complicando”. A categoria “atingido(a)”, portanto, ajuda a conceituar a experiência de Maria e de seus vizinhos e vizinhas, não como meros(as) “removidos(as)” ou “beneficiários(as)” de uma política, mas como pessoas cujas vidas foram profundamente alteradas e prejudicadas por uma intervenção institucional. Vale destacar ainda que amplo ramo da antropologia mobiliza o termo justamente para tratar das complexidades envolvendo populações afetadas por grandes projetos, como os de mineração, hidrelétricas e, como neste caso, de reurbanização. Para o termo atingidos(as) em estudo etnográfico ver também: Lacerda (2023).

O amigo de Chiclete estranhou um pouco minha afirmação, pois havia chegado à região depois que eu ingressei na universidade e não me conhecia. Chiclete, por sua vez, disse:

Realmente, nós que crescemos aqui vimos essa favela crescer junto de nós. Era outro mundo. A violência era outra. Alguém era morto na rua, ou dentro de uma casa, e o corpo ficava lá por horas. Lembra aquela vez que a gente precisou ficar trancado dentro da escola, de noite, porque a quadrilha do Platana havia passado disparando uma rajada de tiros no grupo do Claudinho? Que roubava cargas de caminhões de transportadoras de outros do crime e vendia rifas de carros. Depois convidava o ganhador para um churrasco na represa para matá-lo e ficar com o dinheiro do prêmio? Lembra? A diretora, dona Therezinha, não deixou nenhum aluno sair. Todo mundo teve que esperar levarem os mortos. Ela não deixou ninguém ver a cena da violência. Foi aqui na rua [apontando alguns metros à frente]. Sobre o que você falou, parece que as obras que eram para acabar com a vulnerabilidade do pessoal têm gerado mais vulnerabilidade, porque tem gente que ficou pior. Como minha irmã me disse. Meu pai morreu de diabetes. A pressão dele desregulou, subiu e nunca mais desceu, de tanto pensar que foi removido. Ele trabalhou até o fim da vida, aos 57 anos, sem acessar a aposentadoria. Morreu com dificuldade de pagar o aluguel da casa onde morou depois da remoção. Um dia eu estava tomando cerveja no bar do Conterrâneo e conversei com uma mulher que vive numa das casas dessas ocupações mais recentes. Me disse que perdeu o marido para o HIV e não tinha onde morar, porque não conseguia mais pagar aluguel sozinha, com três filhos. Um irmão lhe cedeu um barraco de tijolo. Ela está vivendo lá até que venha a remoção para conseguir uma inscrição no atendimento habitacional da prefeitura. Ao menos não está mais no aluguel.

Durante o campo, acompanhei um casal de mulheres que passaram a morar num apartamento no bairro da Bela Vista. Esse apartamento era de uma roteirista que até então trabalhava num canal de televisão. Marina, uma das mulheres do casal, é massoterapeuta, e a roteirista era sua cliente. A cliente de Marina foi morar no exterior a trabalho e, por confiar nela e querer-lhe bem, deixou o apartamento para que ela e sua companheira morassem.

Marina também havia sido removida pelo PUF e, como ela me disse, morar no apartamento e cuidar do lugar enquanto sua cliente vivia no exterior foi muito

importante¹⁵. Isso porque ela e a companheira puderam direcionar os recursos que seriam gastos com o aluguel de um imóvel qualquer em São Paulo para um uso melhor.

Certa noite, foi preciso dormir nesse apartamento por conta do trabalho de campo. Pela manhã, no café, fiquei lendo um exemplar de uma antiga edição de *Moby Dick*, de Melville, tradução publicada em 1957, que compunha a biblioteca da casa. Li ali, pela primeira vez, as desventuras do narrador (Ishmael) provocadas pela atração irresistível que sentia pelo mar.

Numa dessas desventuras, o narrador formou uma improvável aliança com Queequeg, um homem retratado no romance como um nativo da Polinésia, com quem, por contingência, dividiu a mesma cama na noite em que se conheceram. Tudo para não enfrentar o frio cortante e a noite melancólica de New Bedford (Massachusetts, EUA) ao relento.

Durante a sistematização final dos dados de campo para esta tese, o acompanhamento de Marina direcionou a atenção da pesquisa para a relação entre os personagens de Melville, sobretudo a aliança de Ishmael e Queequeg. É essa aliança que, em certa medida, possibilita a entrada da descrição quase etnográfica no romance, o qual narra a viagem de pesca de baleias até as águas frias do Pacífico Sul, na altura do cabo Horn.

Em antropologia, como se apreende na teoria clássica, as relações entre outro personagem (certo antropólogo) e pessoas da Oceania foram fundamentais para a disciplina, sobretudo naquilo que a distingue: o trabalho de campo e o estilo etnográfico de descrever o outro.

Em outras palavras, Malinowski e os melanésios – retratados como nativos – consagraram os modelos de trabalho de campo nas ciências humanas, universalizando o que um dos mais destacados historiadores da antropologia

15 É preciso destacar que essa interlocutora não utiliza o valor do Auxílio Aluguel. Vale ressaltar que os(as) moradores(as) atendidos(as) pela política habitacional sob gestão da SEHAB não podem ter renda familiar superior aos valores que definem a situação de vulnerabilidade. Também não podem morar numa casa em que não pagam aluguel e receber o benefício. O descumprimento dessas regras pode levar a processos por estelionato e à perda da unidade habitacional.

chamou de “arquétipo malinowskiano” de pesquisa de campo (Stocking, 1992). Esse arquétipo remete ao esquema do pesquisador à deriva, longe de sua terra, obrigado a se situar numa outra cultura, em outra sociedade, em outros territórios existenciais – ou seja, o antropólogo como aquele que, da tenda de sua barraca, observa tudo com referenciais externos e precisos.

O estudo da Antropologia permite compreender como, a partir desse roteiro, o etnógrafo se libertou para trabalhar literalmente com “os imponderáveis da vida real”, uma vez que:

Em outras palavras, há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma pode ser registrada apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas deve ser observada em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de “imponderáveis da vida real”. Pertencem a essa classe de fenômenos: a rotina do trabalho diário do nativo; os detalhes de seus cuidados corporais; o modo como prepara a comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social ao redor de fogueiras; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade; as simpatias ou aversões momentâneas entre as pessoas; maneira sutil, porém inconfundível, como vaidade e a ambição pessoal se refletem no comportamento de um indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam (Malinowski, 2018 [1922], p. 76).

Na sistematização etnográfica desta tese, para cumprir o requisito antropológico de dar voz ao saber nativo – e não o silenciar –, a escrita do campo de pesquisa adotou como estratégia focalizar pessoas excepcionais destacadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Desse modo, com o intuito de expressar a multiplicidade das lutas por moradia, a escrita concentrou-se em personagens construídos a partir da pluralidade de vozes que compõem as lutas.

Quando se trata de trabalhar com a multiplicidade das favelas, é impossível não considerar algumas das ideias da filosofia de *Mil Platôs* (Deleuze & Guattari, 2012 [1980]). Segundo os autores dessa filosofia, por toda parte onde há multiplicidade encontra-se também um indivíduo excepcional – e é com ele que se faz alianças: não o lobo solitário, mas o chefe do bando, o senhor da matilha; ou então o antigo chefe de bando, o traidor, ou ainda o chefe destituído que vive agora sozinho; por fim, o demônio, o Leviatã, Moby Dick.

Nesse sentido, os autores entenderam o romance de Melville — o mesmo encontrado no apartamento em que morava minha interlocutora — como uma das

maiores obras-primas do devir. O capitão Ahab tem um devir-baleia irresistível, mas que justamente contorna a matilha ou o cardume e atinge diretamente a borda da multiplicidade das profundezas do Pacífico com a ponta de seu arpão – bem ali, na pele branca da baleia cachalote retratada no romance (Deleuze & Guattari, 2012 [1980], p. 26).

Na antropologia, um dos antropólogos que refletiram sobre os impactos e potencialidades da filosofia de *Mil Platôs* para a disciplina foi Márcio Goldman. Em uma de suas obras, Goldman (2016) destaca a importância do livro *Les mots, la mort, les sorts: la sorcellerie dans le Bocage*, de Favret-Saada (1977). É a partir dessa referência que o antropólogo ressalta a centralidade do tempo na antropologia de Favret-Saada, argumentando que, se sua pesquisa de campo no Bocage tivesse durado apenas um ano, a autora teria pouco a acrescentar além do que poderia ser obtido pelo limitado procedimento de investigação que Malinowski condenou sob o rótulo de “método de pergunta e resposta”.

Afinal, Favret-Saada relatou que, inicialmente, bastava parecer interessada pelo tema da feitiçaria para que seus interlocutores evitassem falar do assunto. Eles desconversavam, dizendo que a feitiçaria era coisa de gente ignorante, do passado, negando qualquer entendimento ou prática para além disso.

Sendo assim, por que revisitar um tema já superado? O que mais se poderia encontrar, além do que já foi dito e poderia ser extraído de documentos e arquivos – os quais, no caso da feitiçaria no Bocage, conforme lembrou Favret-Saada, não continham a fala do povo? Onde o povo do Bocage aparecia, senão, como objeto do discurso administrativo e não como sujeito de um discurso autônomo?

Em suma, foi preciso que a antropóloga fosse diagnosticada por alguém como vítima de um feitiço para que se tornasse interessante aos moradores do Bocage tratar da feitiçaria com ela (Favret-Saada, 2005 [1990]). Isso demandou tempo.

Márcio Goldman destaca, entretanto, que no trabalho de Favret-Saada, “o passar do tempo não é só o passar do tempo” (Goldman, 2016, p. 96). Ele sugere a importância de, no lugar de supor que o tempo é apenas externo às relações e

existências humanas, considerar que as experiências da passagem do tempo – compartilhadas ou não pela pesquisa etnográfica – são por si mesmas relações fundamentais para a compreensão das existências estudadas.

Todavia, é apenas com a passagem do tempo – não mensurável por padrões numéricos e quantitativos – que os(as) etnógrafos(as) podem ser afetados pelas complexas situações que envolvem a pesquisa de campo e que possibilitam a produção etnográfica de conhecimento (Goldman, 2016, p. 96). Nesta tese, foi ao longo do tempo que a sistematização da pesquisa de campo pôde produzir algumas de suas estratégias para trabalhar, no momento da passagem do campo para o texto etnográfico, com os “mal-entendidos e as questões atinentes à problemática ampliada da tradução” em torno da etnografia (Toledo & Costa, 2022, p. 266).

Os personagens excepcionais – como Maria, Chiclete e outros que ocupam este texto e que apontaram o caminho para a possibilidade de transposição do campo de pesquisa para o texto etnográfico – são uma dessas estratégias. Tais personagens aqui incorporam uma estratégia de dar racionalidade antropológica a toda uma cacofonia de vozes das favelas – assim como aos “mal-entendidos”, evitações, relações jocosas, conflitos, desavenças e discordâncias – que fizeram parte do trabalho de campo desta tese, como acontece com qualquer antropólogo(a) (Goldman, 2016; Toledo & Costa, 2022)¹⁶.

No entanto, é preciso afirmar que essa produção metodológica e etnográfica se baseia numa dimensão da relação entre pesquisador e nativos que não coincide necessariamente com a alteridade – conceito central na produção etnográfica desde o arquétipo malinowskiano de pesquisa de campo. A dimensão criativa de alguns dos personagens desta tese está relacionada a algo como

¹⁶ Os mal-entendidos e temas correlatos são assuntos centrais em textos metodológicos fundamentais, como os de Fabian (2006), da própria Favret-Saada e de Márcio Goldman – autores e autora cujas perspectivas, citadas anteriormente, convergem de forma notável. A essa lista somam-se as contribuições de Michael Herzfeld (2014 [2001]) e de Eduardo Viveiros de Castro (2018). Este último, ao transportar a noção de mal-entendido ou equívoco para os contextos específicos da etnologia ameríndia das terras baixas amazônicas, recuperou uma definição proposta por Herzfeld. Segundo ela, a antropologia é a disciplina que se ocupa precisamente dos mal-entendidos – incluindo aqueles do próprio pesquisador –, resultantes da incomensurabilidade mútua entre diferentes noções de mundo, história, senso comum, modos de vida e concepções de existência (Herzfeld apud Viveiros de Castro, 2018, p. 255).

uma potencialidade anômala das múltiplas vozes das favelas, especialmente no estudo das lutas habitacionais. Quem faz pesquisa nas favelas, quebradas ou periferias, entende que essa potência – a partir da atração irresistível dos acontecimentos desse campo – pode arrastar antropólogos e antropólogas para relações que, no limite, tratam de vida ou morte¹⁷. Contudo, a longa duração do tempo da pesquisa de campo nesses espaços de moradia demonstra que é impraticável procurar se manter na imanência das multiplicidades do campo de pesquisa. É preciso saber sair.

É preciso, portanto, fazer um movimento de fuga pela borda. Para explorar as potencialidades da multiplicidade de vozes no campo das lutas por moradia – ou de qualquer outro fluxo da favela –, foi necessário estabelecer alianças e pactos com interlocutores(as) ou personagens anômalos da área de Heliópolis. São personagens que mantêm nossa segurança (enquanto pesquisadores ou pesquisadoras) e possibilitam a realização da pesquisa sem termos de viver constantemente no limite mais extremo da favela. Um interlocutor sintetizou essa estratégia durante uma ida ao “fluxo” da 13 ou da rua Itamarati – não me recordo bem –, ao afirmar: “pra estar no movimento do fluxo da favela, não precisa ocupar o meio, o miolo. Dá para aproveitar daqui, da borda, de quebrada”.

Cabe destacar que o termo fluxo refere-se aos bailes funk de rua, que ocorrem geralmente durante a noite, estendendo-se até o amanhecer. Eles ocupam vias inteiras das favelas, com música alta e grande concentração de pessoas. É um

¹⁷ Um exemplo disso é a relação quase agonística de “vida e morte” que Karina Biondi enfrentou em suas pesquisas (n)o crime, produzindo metodologias e teorias etnográficas desde as favelas ou “quebradas”, como a autora as denomina. Em suas pesquisas de campo para o mestrado e doutorado, Biondi descreve o acompanhamento antropológico de pessoas dedicadas a atividades criminosas. Nesse contexto, os interlocutores podiam ser presos a qualquer momento, e muitos foram capturados pelo sistema carcerário durante os períodos de interlocução, sobretudo em sua pesquisa de doutorado. Essa instabilidade tornou difícil para a pesquisadora obter informações diretamente por meio da observação participante clássica, de inspiração malinowskiana. Como demonstra em seus trabalhos, pesquisar na “quebrada” significa, no limite, trabalhar em um campo onde a informação se cria (Biondi, 2018; 2017). Em contrapartida, ao pesquisarem temas como políticas públicas, relações de trabalho, de gênero e precariedades em comunidades periféricas da zona leste de São Paulo, Rizek e Georges apontam as dificuldades e intermitências do trabalho de campo nas favelas, destacando os riscos de permanecer nos locais pesquisados e a transição constante de interlocutores e interlocutoras (Rizek & Georges, 2012).

movimento ambíguo, pois muitos moradores sentem sua tranquilidade e descanso perturbados pelo som e movimentação – considerando que ocorrem geralmente nos fins de semana. Outros consideram que os fluxos são uma importante expressão de lazer, cultura e socialidade para a juventude favelada, movimentando também a economia local (sobretudo de bebidas alcoólicas e comida). Mas aqui o termo ganha um sentido adicional. Quando o interlocutor diz "pra estar no movimento do fluxo da favela, não precisa ocupar o meio, o miolo. Dá para aproveitar daqui, da borda, de quebrada", ele também atesta a dinâmica central e, por vezes, perigosa da noite na favela – o que se relaciona com o sentido de borda, “de quebrada”, como posição estratégica adotada por esta etnografia.

Nesse sentido, eis a hipótese da filosofia de *Mil Platôs*: “uma multiplicidade se define, não pelos elementos que a compõem em extensão, nem pelas características que a compõem em compreensão, mas pelas linhas e dimensões que ela comporta em intensidade” (Deleuze & Guattari, 2012, p. 28). Mudar de dimensão é mudar de multiplicidade.

Depreende-se que a ocupação de uma borda varia conforme cada multiplicidade. Essa borda não é absolutamente um centro, mas uma linha que envolve ou dá a extrema dimensão em função da qual se pode contar as potências da multiplicidade – todas aquelas que constituem a multiplicidade ocupada. Pensar pela borda é, como argumentou o professor de filosofia Luiz Takayama em conversa pessoal sobre a filosofia estoica da Grécia Antiga (séculos IV, III e II a.C.), adotar um estilo de filosofia que pensa o limite. De forma contrária ao platonismo – que tratou o limite como algo exterior que delimita ou restringe – trata-se de pensar o limite como aquilo até onde a potência de uma força pode alcançar¹⁸.

¹⁸ Ou em outras palavras, para os estoicos antigos, como Crisipo, o limite não é a demarcação pré-existente (como no platonismo, onde a Ideia determina os limites em que o ser pode existir, sem determinar sua natureza interna), mas a concretização espaço-temporal de uma força causal interna que se expande e se contrai. Nessa visão estoica, o limite é o que dá ao ser a sua unidade e duração. Para o platonismo, o limite é como a forma de uma obra de arte dada externamente por um escultor, ou como um teorema por meio do qual se pode construir, dentro dos limites pré-definidos, uma infinidade de figuras iguais. Já para o estoicismo antigo, o limite é a expressão máxima e concreta de uma força vital interna de um corpo, que se desdobra no espaço e no tempo – como um gérmen que cresce ou uma semente que se desenvolve em planta –, determinando, a partir de dentro, a unidade e duração do ser (Bréhier 2012 [1965], pp. 19-20).

A feitiçaria, nesse mesmo contexto que lida com multiplicidades, também é importante, pois, na filosofia que lida com a imanência, destaca-se o fato de que os feiticeiros sempre ocuparam a posição anômala, no limite dos campos ou dos bosques. Eles sempre se encontravam na borda do vilarejo, ou entre dois vilarejos. O crucial é sua afinidade com a aliança, com o pacto, o que lhes confere um estatuto contrário ao da filiação. Os autores evocam a antropologia de Leach ao retomarem os temas do contágio com o animal como matilha e do pacto com o ser excepcional para estudar a feitiçaria kachin, sobre a qual escrevem:

A influência maléfica é supostamente transmitida pelo alimento que a mulher prepara [...]. A feitiçaria kachin é contagiosa mais do que hereditária, [...] ela é associada à aliança, não à descendência (Leach, 1968, *apud* Deleuze & Guattari, 2012 [1980], p. 30).

A filosofia dos *Mil Platôs* destaca que há toda uma política na criação por devires, como uma política da feitiçaria; essa política se elabora em agenciamentos que não têm como ser o da família, nem os da religião, nem os do Estado. Eles exprimem antes grupos minoritários, ou oprimidos, proibidos, clandestinos e ilegais, mas sempre habitando as bordas dos reconhecimentos institucionais – em suma, anômicos.

Assim, explorando a potência anômala, esta tese sistematizou a informação colhida em campo criando personagens que convocam e conjuram as vozes da multiplicidade da favela pelo limite, pela borda. São personagens criados a partir do acompanhamento de interlocutores e interlocutoras que, com a duração da pesquisa, apresentaram a qualidade de manifestar – por seus gestos, movimentos, lutas, ideias e palavras – as potencialidades das lutas por moradia da área de favela pesquisada e os entendimentos habitacionais da região. Foi a criação de tais personagens que possibilitou descrever os dados de campo com uma racionalidade antropológica.

Desse modo, para concluir a explicitação dessa estratégia de narrativa etnográfica – de construção de personagens excepcionais ou anômalos – destaco aqui Quintana. Ele me tornou íntimo da causa; fizemos uma aliança e um pacto durante os longos períodos de trabalho de campo. Arrisco-me a dizer que Quintana

foi uma das pessoas que mais se dedicou à causa que esta pesquisa procurou apresentar. Enquanto pude compartilhar a mesa com sua família, certa vez, numa de nossas conversas, sua mãe, dona Josefina, me disse:

Se antes soubesse dessa importância, de que a nossa luta era essa, teria feito uma movimentação. Sairia conversando com as pessoas que falaram e foram uma voz ativa na chegada da intervenção. Houve uma reunião ali, na capela de São Benedito, na antiga ocupação da viela Vicente Gaspar. Acho que foi em 2011. Uma das lideranças do movimento social daqui foi quem falou, disse que íamos sair, que não tinha jeito. Ou aceitava a remoção ou recebia um valor baixo pela casa – por ser em terra invadida. Eu só sei de uma pessoa que aceitou receber o valor. O marido dela tinha um negócio, não sei, acho que uns caminhões, uma transportadora. Era isso ou os apartamentos. Na reunião, eu fui uma das pessoas que perguntou como seria feito, porque muitas das casas onde a gente morava eram maiores do que os apartamentos. A liderança disse que era só um apartamento por casa, mas deu a entender que, para cada casa removida, seria um apartamento, mesmo que a casa só tivesse um cômodo. Antes das visitas dos técnicos, dividimos as casas com nossos familiares. Eu não poderia deixar meu filho, minha filha, sem uma casa. Disseram que os nossos apartamentos seriam entregues em 2014. Antes de atrasarem as entregas, o Haddad veio aqui e conversou comigo. Disse pra mim: "senhora, isso aqui vai ficar bom. Eu sei que é difícil, mas é igual quando a gente faz obra na nossa casa; dá uma dor de cabeça, o pedreiro atrasa, mas no final fica bom". Quando atrasou a primeira vez, o prefeito em pessoa veio aqui na rua. Até hoje, não sentimos nem o cheiro da tinta da casa que prometeram.

A pesquisa

Esta tese resulta da busca por construir uma racionalidade etnográfica focada no registro dos efeitos da remoção habitacional promovida pela política do Programa de Urbanização de Favelas. Concluído o trabalho de campo na área onde cresci e mantive vínculos profundos, foi possível afirmar que o desenvolvimento de uma intimidade com as lutas por moradia travadas pela população atualmente definida em situação de vulnerabilidade social/habitacional – conforme os termos dos programas de habitação adequada – ensina uma inteligibilidade vital para a luta. Ou seja, permite compreender como se luta pela moradia, quais são as dificuldades e quais os pontos que devem ser superados estrategicamente para se obter o direito à moradia adequada, mesmo quando essa moradia é abstraída por políticas estatais.



Figura 4: Barraco de Corinthiano na favela. Ao fundo obra embargada do Programa de Urbanização de Favelas ocupada por moradores de outras regiões da cidade (acervo pessoal).

Contudo, traduzir essa experiência para uma racionalidade acadêmica específica – mais precisamente, para o campo da antropologia – não foi necessariamente uma tarefa simples. Foi preciso considerar que o material etnográfico descrito nas páginas anteriores foi produzido na mesma área onde vivi até ingressar no ensino superior, em 2011, por meio do antigo modelo de cotas raciais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O acesso ao ensino das ciências sociais, e sobretudo da antropologia, gerou em mim a tendência inicial de estudar minha própria comunidade, ou, no limite, a "casa" de onde vim – enunciado que seria abandonado para realização desta tese.

Foi também em 2011 que ocorreu a remoção de meus parentes, conhecidos e vizinhos – pessoas incluídas na segunda fase da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas na região de Heliópolis. Inicialmente, o objetivo geral da pesquisa que fundamentou esta tese foi formulado em seu projeto como a

realização de uma etnografia sobre as lutas por moradia dos(as) moradores(as) do contexto habitacional da SABESP.

Como "contexto habitacional", a ideia era sintetizar no projeto a área que compreende as ruas de acesso aos conjuntos habitacionais SABESP 1 e SABESP 2, os terrenos de antigas ocupações removidas para o desenvolvimento do programa estudado e as novas ocupações que se instalaram devido ao atraso das obras projetadas para a região.

Todos esses são acontecimentos da última década. É inegável que eles impactaram meu trabalho – não por uma mera "virada" teórica no modo de pensar a favela, mas por me colocarem na posição de acompanhar parentes sofrendo o que se poderia definir como uma injustiça social e política. O desafio, no entanto, foi realizar uma pesquisa que, ao considerar problemas íntimos compartilhados com meu estrato familiar, não pôde simplesmente seguir o modelo bem-sucedido de pesquisa etnográfica desenvolvido por pesquisadoras e pesquisadores indígenas. Tendo em vista que, em seus contextos de pesquisa, esses autores e autoras mobilizam a própria trajetória para descrever – com a etnografia – problemas comuns às suas comunidades e parentes¹⁹.

Foi necessário, portanto, deslocar minha aproximação direta dos problemas da pesquisa como questão íntima. Antes de focar nos impactos da intervenção em minha vida ou na trajetória da minha família, precisei concentrar-me nas forças e

19 Cada problema ou questão posta por pesquisadores e pesquisadoras como Sandra Benites (2018), Lima Barreto dos Santos (2017), Francisco Apuriña (2019) e Felipe Tuxá serve de forma efetiva e somente à experiência vivida que descrevem. Nessas potentes etnografias, uma profusão de sentidos é disparada, envolvendo inúmeras vozes humanas e mais-que-humanas, habitantes das paisagens possíveis em territórios de resistência e (re)existência indígenas. Entretanto, por se tratar de experiências vividas em comunidade, os problemas estudados por esses autores são postos em função das condições sob as quais são definidos como problemas *junto a* seus parentes. É assim, por exemplo, que Sandra Benites cria novas possibilidades de descrição etnográfica ao apresentar uma "descrição prática" da "luta das mulheres guarani nhandewa" frente às "desavenças e conflitos" entre a "educação formal" – imposta nas aldeias – e o *Nhandewa*, que é formado por histórias contadas em comunidade e que remetem ao coletivo, sendo a base de criação de condutas, crenças e personalidades de cada modo de ser e viver nhandewa. Contudo, a colocação do problema entre educação formal e conhecimento nhandewa só pôde ser traduzida para uma linguagem antropológica na medida em que Benites destaca que o conhecimento nhandewa discutido bibliograficamente até então não havia tratado das especificidades de um olhar etnográfico produzido por uma mulher guarani-nhandewa com longa trajetória como mãe, estudante, antropóloga, neta, filha, liderança, etc. (Benites, 2018).

nos movimentos que levaram à territorialização do Programa de Urbanização de Favelas na área onde meus parentes viveram e da qual foram removidos – juntamente de outras pessoas. E, posteriormente, com a sistematização dos dados de campo, também foi necessário focar nas vozes removidas que descrevem de forma dissonante o desempenho dessa política habitacional na área estudada. Sem reduzir a questão ao meu âmbito íntimo e militante – atravessado pelo problema em questão.

Caso contrário, o foco da pesquisa poderia recair apenas sobre traumas pessoais, conflitos domésticos mais diretos e más consciências impossíveis de gerar encontros potentes – tão necessários para que uma pesquisa antropológica de cunho etnográfico aconteça. Desse modo, esta tese apresenta uma etnografia da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas nas regiões de Heliópolis e São João Clímaco, composta pelo estudo de três planos que envolvem a proposição e a resolução da moradia precária como um problema tangível etnograficamente.

O primeiro desses planos pode ser enunciado como o da proposição política que o estudo dos arquivos e documentos da intervenção permitiu circunscrever. O segundo é o da literatura dos estudos urbanos, convocada aqui como saber teórico da urbanização da cidade e de seus problemas habitacionais. Por fim, mas não menos relevante, o campo das lutas por moradia nas favelas, que a pesquisa de campo na área estudada pôde etnografar. Esse último campo foi compreendido pelo acompanhamento de pessoas que foram inseridas na primeira fase da intervenção estudada, de pessoas removidas na segunda fase, de pessoas que receberam a unidade habitacional do PUF e daquelas que não a receberam.

A composição do estudo desses três planos de pesquisa teve como orientação verificar a seguinte hipótese: para que a intervenção surgisse e produzisse suas complexidades sociais/habitacionais na vida da população vulnerável atendida, foi necessário um alinhamento teórico/político. Onde, por um lado, houve a introdução do plano teórico e político dos estudos urbanos –

produzidos desde as lutas contra a violência estatal da ditadura militar (instaurada em 1964) – como formulação técnica da política habitacional do Programa de Urbanização de Favelas, e, por outro lado, houve o tipo de planificação territorial idealizado para a intervenção da área estudada – uma planificação que manteve em seu horizonte termos expressos na política de combate aos assentamentos precários; termos como: precariedade, irregularidade, clandestinidade e risco habitacional.

Em suma, a hipótese foi desenvolvida por meio de um deslocamento analítico: o deslocamento da aproximação inicial dos problemas pesquisados enquanto questão íntima para sua constituição, pela pesquisa etnográfica, como acontecimento coletivo e político. Desse modo, o esforço de sistematização aqui definido é o de um deslocamento descritivo do pessoal para o coletivo – considerando que a minha trajetória ou biografia não foram mobilizadas como tema central, mas como um recurso que possibilitou tanto o acesso aos dados de campo quanto suas modulações em escrita etnográfica.

Uma das premissas de trabalho para o estabelecimento da relação de aliança que formei com o orientador desta tese foi a de que o texto final não poderia ser focado na minha trajetória individual, nem na minha experiência particular ou vida íntima; afinal, a pesquisa não poderia tratar de mim. Em termos antropológicos, esta tese não poderia resultar na modalidade de etnografia que, durante a década de 1990, se convencionalizou chamar de antropologia “halfie” – isto é, quando o antropólogo tem “um pé no seu objeto de pesquisa e outro na antropologia”, como ocorre com “as feministas que estudam gênero, os negros que estudam negros, ricos que estudam ricos, usuários de drogas que estudam drogados” (Villela, 2010, p. 14).

Ou, como escreveu Lila Abu-Lughod ao se posicionar contra a utilização irrefletida do conceito colonizador de cultura na escrita etnográfica, o termo *halfie* em antropologia designa antropólogos e antropólogas cujas posições

desafiam claramente as premissas mais básicas da antropologia cultural/social – gente cuja identidade nacional ou cultural é mista em virtude de migrações, formação educacional no exterior ou origens familiares. Cabe destacar que a relevância desses pesquisadores e pesquisadoras, assim como a dos antropólogos e antropólogas indígenas, segundo a autora, não reside em qualquer reivindicação de superioridade moral ou primazia em seu fazer antropológico, mas nos dilemas que enfrentam. Esses dilemas, na visão de Abu-Lughod, revelam os problemas que surgem quando a antropologia cultural/social pressupõe uma distinção fundamental entre o ego (eu) e o outro (Abu-Lughod, 2018 [1991], p. 194)²⁰.

Talvez agora seja possível afirmar que a premissa estilística do orientador desta tese foi a de livrar o trabalho aqui apresentado do obscurantismo que permeia o território da autoantropologia – um terreno que envolve o estudo subjetivo do próprio pesquisador ou de sua casa (seu lugar de origem). Trata-se de um terreno ao mesmo tempo físico, fenomenológico, psicológico e existencial, que possibilita uma modalidade de antropologia situada na confluência de questões cruciais sobre a identidade, o método e o próprio estatuto da disciplina.

Questões como: a antropologia é eticamente correta como empreendimento de conhecimento? É realizada de forma mais eficaz em certos lugares e contextos do que em outros? Depende de certos estados existenciais da mente? Seria mais bem compreendida como uma atitude perante a vida social, uma linguagem ou uma etnometodologia das relações sociais? Segundo Nigel Rapport e Joanna Overing no livro *Social and Cultural Anthropology: The Key Concepts* (2000), todas essas questões dizem respeito ao lugar da reflexividade tanto na vida de um(a)

20 Desse modo, a autora explora como feministas e *halfies*, em suas práticas, deslocam os limites impostos pela dialética da alteridade entre o “eu” e o “outro”, permitindo refletir sobre a natureza convencional e os efeitos políticos dessa divisão. Ela sugere que o termo “cultura”, por exemplo, reativa forças de separação que geram hierarquias na produção do conhecimento antropológico – hierarquias de objetos, linhas de estudos, sujeitos de pesquisa e saberes. Nesta tese, optou-se por manter o termo original em inglês, *halfie*, pois a tradução do termo para “mestiços/as”, como na tradução brasileira, pode não transmitir com precisão a questão antropológica específica destacada pela autora. Por fim, cabe notar que seu texto foi uma reação à coletânea *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* (Clifford & Marcus, 1985), obra fundamental que, apesar de sua crítica inovadora às premissas da antropologia cultural, excluiu do debate justamente os antropólogos e antropólogas *halfies* e indígenas.

pesquisador(a) profissional ou de um(a) estudante universitário(a) *halfie* quanto na vida daqueles que a antropologia se comprometeu a estudar e a levar a sério (Rapport & Overing, 2000, p. 18).

Em outros trabalhos, pude tratar dessas questões de modo mais central (Guidotti, 2018; 2017), adotando-as inclusive como estratégia de escrita e narrativa acadêmica. Nesta tese, no entanto, assumi que a reflexividade sobre minha trajetória não poderia ser o crivo analítico central para a descrição proposta.

Afinal, a intervenção como um todo foi particularmente traumatizante para mim, o que poderia desvirtuar o trabalho científico ao contaminá-lo com o medo. Considerando o famoso Espinosa de Haia, o medo é uma tristeza instável, surgida de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida. A própria esperança também poderia desvirtuar o trabalho da busca de racionalização etnográfica, uma vez que, para o mesmo Espinosa, a esperança é uma alegria instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, cuja realização temos alguma dúvida (Spinoza, 2009, pp. 143-144).

Para contornar esse problema, afirmo que a "minha casa", por assim dizer, só tem efetividade nesta tese na medida em que proporcionou a inescapável alternativa de basear a pesquisa no entendimento da intervenção apresentado em campo pelos moradores e moradoras cujas vidas foram atingidas pela remoção executada pelo PUF. A remoção é um *modus operandi* da política de reurbanização de favelas. Desse modo, a comunidade que vivi, onde morei e que durante muitos anos identifiquei como minha comunidade cultural e social, só é válida reflexivamente aqui na medida em que não existe mais. Explico. O que há é somente o deslocamento da remoção, os movimentos do atendimento habitacional e as memórias que compõem a atualidade da luta por moradia. Nesse sentido, meus parentes aparecem aqui pelo movimento da remoção que compõe suas

vidas, que os faz figurar como "população vulnerável" em documentos teóricos e técnicos da intervenção ou, no limite, nas políticas habitacionais da cidade²¹.

Se um dia me for possível inventariar e conectar as lutas das favelas urbanas, dos quilombos da Caatinga e das comunidades que sofrem com a atividade mineradora no Sul Global – a exemplo de Chañaral, comuna da quarta região do Atacama, no norte do Chile²² –, inevitavelmente aproximarei o deslocamento metodológico desta pesquisa da descrição produzida por Marcúrio sobre a luta envolvendo a reparação, a retomada da forma de vida e da habitação da comunidade de Paracatu de Baixo. Comunidade essa que foi atingida pela lama tóxica liberada pelo rompimento da barragem da Samarco Mineração S.A. (Vale & BHP Billiton) na região de Mariana (MG). Comunidade que, conforme a descrição etnográfica da autora, expropriada pela lama tóxica trazida pelo rompimento da barragem, sofreu uma expulsão brutal: sem aviso prévio de despejo, sem possibilidade alguma de resistir, a não ser pela fuga em busca de sobrevivência. Diferente de muitas lutas por terra travadas por famílias camponesas, seja em decorrência de grilagem ou de projetos de desenvolvimento econômico, a luta dos(as) atingidos(as) começou depois da expulsão, “depois do fim” – como afirma a autora (Marcúrio, 2022, p. 145).

Conduzida após a remoção de ocupações da região da favela de Heliópolis, esta tese constitui uma etnografia que, portanto, necessariamente precisou lidar com um tipo de tratamento próprio dessa modalidade de pesquisa, impulsionado

21 Destaco aqui a relevância da antropologia focada em traumas e emoções. Como exemplo dessa vertente bibliográfica da antropologia da saúde que trata de temas voltados às remoções habitacionais por tragédias climáticas, ver: *Chronic disaster syndrome: displacement, disaster capitalism, and the eviction of the poor from New Orleans* (Adams, Hattum & English, 2009).

22 O impacto socioambiental da mineração na região do *Desierto de Atacama*, especialmente em Chañaral, é intensivo e histórico. Desde 1938, mais de 350 milhões de toneladas de rejeitos de atividade mineradora foram despejadas no rio Salado, sedimentando-se na baía e criando uma extensa zona de contaminação por metais pesados. Em 2015, um *aluvião* ampliou o risco ambiental, expondo novamente a população à incerteza tóxica em relação à saúde e ao sofrimento ambiental – acontecimento que ocorreu no mesmo ano do rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP) em Mariana (MG), no Brasil. Em ambos os casos, observa-se um padrão de externalização de danos, negligência institucional e produção de desigualdades socioecológicas que atingem corpos, territórios e modos de vida, tornando visível a violência inerente a modelos mineradores e extrativistas no Sul Global. Para o caso de Chañaral ver: González Castillo (2021).

pela singularidade do conhecimento de campo. Essa singularidade reside precisamente na capacidade de criar um território onde o(a) pesquisador(a) entra em contato com a realidade do grupo pesquisado, compartilhando, teoricamente, sua realidade social e cultural. O objetivo dessa criação não é converter-se em nativo, mas comparar as produções de ideias dos sujeitos do grupo estudado com as produções teóricas (históricas, sociológicas, antropológicas, geográficas, etc.) já existentes sobre esse mesmo grupo.

Contudo, nessa modalidade, deve-se assumir que o entendimento etnográfico de um grupo estudado não se confunde com os entendimentos próprios dos membros desse grupo – sua cultura, relação com o meio ambiente, relações sociais, arquitetura, política, religião e temas afins. É necessária, portanto, a instituição e consideração das diferenças. Afinal, uma teoria etnográfica tem, como um de seus objetivos, ao descrever qualquer objeto social (linguagem, magia, política), considerar um contexto específico da realidade humana que seja capaz de fornecer uma fonte de estudos para outros contextos que, de alguma maneira, se associem com o objeto descrito e estudado (Goldman, 2003, p. 459; Magnani, 2009; Strathern, 2014a)²³.

E é o trabalho de campo que eleva o(a) pesquisador(a) à possibilidade de criar esse tipo de pesquisa, mediante um processo no qual ele(a) deixa sua condição anterior ao campo por meio de um deslocamento – nem sempre geográfico – que altera afetos, percepções e entendimentos anteriores à experiência do trabalho de campo. Esse processo é, teoricamente, no ensino da antropologia, definido por muitos nomes; como, por exemplo, estranhamento, deslocamento, exterioridade, alteridade e objetividade etnográfica.

A fim de evitar falsos problemas, fica aqui firmado que a diferença, a alteridade radical necessária para validar uma pesquisa antropológica, foi, nesta

²³ Embora operem em territórios, objetos e temáticas de pesquisa diversas, os autores citados exemplificam um princípio metodológico fundamental. Isto é, que a precisão de uma teoria etnográfica não reside em sua limitação ao contexto estudado, mas, ao contrário, em sua capacidade de funcionar como ferramenta analítica e material de reflexão para outros campos de investigação antropológica.

tese, criada pela remoção da "casa" do pesquisador. Desse modo, o posicionamento estratégico e legítimo adotado pelo lugar de fala – próximo ao terreno das diversas ocupações válidas da escrita que se vale da experiência pessoal – é mais lateral ou mesmo estabelece uma posição de borda neste estudo. Isso porque, mais do que buscar uma ocupação bem definida do lugar de fala de alguém que viveu numa favela e foi removido de sua casa, interessam aqui as questões do movimento da remoção de um lugar de fala, de sua inexistência e de sua impossibilidade. O que importa, portanto, é a possibilidade antropológica que a remoção da casa em que morei com meu núcleo familiar produz, a possibilidade de realizar uma etnografia focada na população vulnerável, em termos habitacionais, das favelas das grandes cidades.

Então, por que não apresentar a relevância da realidade habitacional da área estudada por meio de uma militância política, junto a algum dos movimentos sociais organizados em torno da reivindicação do direito à moradia adequada? Movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST-Brasil, MTST-SP), a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), o Movimento de Moradia do Centro (MMC-SP), a Unificação das Lutas de Cortiços (UCL), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I, a Associação de Movimentos de Moradia da Região Sudoeste, o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) e a própria União de Núcleos, Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS)?

Ou, então, por que não afirmar ou descrever os problemas e conflitos habitacionais vivenciados em Heliópolis e São João Clímaco por meio de uma queixa no Ministério Público, via Defensoria Pública do Estado de São Paulo? Ou pelas vias da militância jurídica ou mesmo do jornalismo? Em suma, por que não utilizar o lugar de fala ou a autoficção, em vez de um esforço científico?²⁴

24 Na antropologia, convencionalizou-se a necessidade de uma "ruptura conceitual" no "contínuo" entre pesquisador(a) e grupo estudado, tal como descrito por Strathern em *Os limites da autoantropologia* (Strathern, 2014a [1987]). A autora trata das medições impossíveis e dos graus de familiaridade que poderiam, em tese, ser medidos objetivamente entre o(a) pesquisador(a) "em casa" e os "nativos". A ideia de uma continuidade imediata entre pesquisadores(as) que investigam

Esta tese destaca, estima e apreende, com respeito, as lutas dos movimentos organizados por moradia em São Paulo, no Brasil e na América Latina. Também destaca as efetividades políticas daquilo que Villela descreveu, em outros contextos, como “lutas jurídico-cartoriais” – lutas que utilizam dispositivos técnicos e burocráticos em conflitos e relações instituídas pelo e com o Estado (Villela, 2020, p. 301). Um exemplo dessa modalidade de luta é a empreendida pelo reconhecimento da demarcação territorial do Quilombo Lagoas, na cidade de São Raimundo Nonato (PI). Lá, conforme pude compreender ao ministrar aulas de museologia e patrimônio, cultura material e cultura popular desde o Colegiado de Antropologia da Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) – junto ao Mestre Cláudio Teófilo Marques, na comunidade do Calango (uma das mais de cem comunidades locais do amplo território quilombola da caatinga piauiense) –, os quilombolas valeram-se da criação de laudos e termos técnicos (conduzidos pelos critérios de reconhecimento da cultura material e das relações de parentesco) para a comprovação antropológica da existência de modos de vida quilombola ao longo de aproximadamente 63 mil hectares (que abrangem seis municípios da bacia do Rio Piauí, no sudoeste do estado) ²⁵. Esse tipo de luta, em termos teóricos e etnográficos, também pode ser definido como exemplo das “lutas pela singularidade”; ou seja, lutas que se afirmam a partir das relações específicas que

seus próprios estratos sociais e seus interlocutores tende a obscurecer a ruptura conceitual que o ofício antropológico necessariamente produz. A questão central, portanto, não é a identidade ou proximidade social, mas saber se pesquisador(a) e pesquisados(as) estão igualmente à vontade com as premissas sobre a vida social que informam a investigação antropológica.

25 De modo que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão do Governo Federal responsável pela titulação de territórios quilombolas, reconheceu a Comunidade Quilombola Lagoas como um território étnico-racial formado por ocupações coletivas baseadas na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Destaca-se também a relevância da aproximação entre universidade e quilombo promovida por docentes e discentes do Colegiado de Antropologia da UNIVASF, que apostam na interface entre pesquisa, ensino e extensão para a produção de conhecimento em diálogo com as comunidades da região de São Raimundo Nonato (PI). Para trabalhos acadêmicos decorrentes dessa interlocução, ver: *Territorialidades, identidades quilombolas e políticas públicas* (Macedo, 2021); *Administração da diferença: materialidade e poder na constituição dos espaços, território e estruturas temporais na constituição de um programa de pesquisa* (Freire, 2018); *A trajetória das comunidades remanescentes de quilombos: Território Lagoas em vias de titulação* (Paes Filho, 2021).

determinado modo de existência estabelece em mundos onde se cria e se é criado (Villela, 2020, p. 295).

Nesse sentido, é preciso afirmar que, embora seja possível analisar parte dos aparatos utilizados pelos movimentos sociais organizados por moradia em São Paulo como dispositivos jurídico-cartoriais²⁶, meus interlocutores e interlocutoras no trabalho de campo não se valeram desses dispositivos na maior parte de suas estratégias ao longo das lutas que demarcaram os últimos anos dessa pesquisa na favela de Heliópolis e São João Clímaco. Ademais, a proposição científica do projeto de pesquisa desta tese apresentou um desafio bibliográfico de ordem teórica e política.

Uma primeira versão do projeto de pesquisa recebeu um parecer negativo da instituição financiadora desta tese. O documento destacou duas carências principais no projeto: em primeiro lugar, a falta de clareza sobre qual era o problema específico da pesquisa; e, em segundo, qual seria sua contribuição para um campo de conhecimento já amplamente trabalhado, considerando a vasta literatura dos estudos urbanos mobilizada.

Evidentemente, a primeira dessas carências só poderia ser devidamente respondida e superada após a realização do trabalho de campo. Afinal, na etnografia, a delimitação precisa do que se descreve só se torna possível depois do que pode ser chamado de momento etnográfico (Strathern, 2014b) – ou seja, após certa composição da realidade que gera uma afetação criadora de percepções capazes de se relacionar, de modo sensível, com a realidade vivida pelo grupo estudado, e que possam, por fim, ser traduzidas para o campo da linguagem (Favret-Saada, 2005).

Enfim, tecnicamente, o problema etnográfico específico trabalhado pela pesquisa só poderia ter uma definição efetiva com a sistematização final do trabalho de campo. Contudo, já a segunda carência impôs ao trabalho um desafio maior para o início da pesquisa e do processo de doutorado.

²⁶ Nessa linha de análise, destacam-se certas etnografias, tais como: Aquino (2015); Paterniani (2019); Bologna (2018).

Como falar num lugar onde a fala já foi amplamente utilizada, onde parece não restar nada a dizer? Como trabalhar num campo já trabalhado, minerado, aprofundado e revestido por múltiplas camadas de análise teórica, convertendo-se em um território de intervenção política, de descrição de conflitos, histórias e estórias?

As lutas e os combates que esta tese tematiza ensinam – como também apontou o orientador deste trabalho, em diversas ocasiões – que o silêncio não pode ser a imposição final de um medo ou o revés de forças contrárias à ocupação de um território que precisa ser (re)ocupado. Direcionando esse ensinamento ao desenvolvimento desta tese, foi preciso observar e perceber, em um campo de estudos consolidado e profundamente trabalhado, quais vozes ressoavam no silêncio e quais movimentos eram possíveis em um terreno aparentemente imóvel. Foi preciso, portanto, aprender a falar sem um lugar de fala específico – um falar das lutas silenciadas, subjugadas, homogeneizadas e removidas.

A tática foi deslocar o conhecimento dos estudos urbanos, acessado inicialmente pela sociologia urbana e pela abordagem dos movimentos sociais formulada desde o final da década de 1970, após as greves gerais dos trabalhadores do Grande ABC. Esse deslocamento teórico foi realizado por meio da leitura de trabalhos de urbanistas, arquitetos(as), historiadores(as), geógrafos(as) e economistas que abordaram temas diretamente ligados à urbanização de São Paulo e suas favelas. Tal leitura foi guiada pelas aproximações que estudantes, professores e intelectuais estabeleceram com os movimentos locais de base nas favelas. Ela também foi conduzida com a atenção voltada para a prática libertária e teológica da pastoral das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e para a ascensão do primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores à prefeitura da maior cidade do país – conformando, assim, uma política habitacional fundamentada na participação das bases locais das favelas.

Dessa forma, pude partir teoricamente não de uma espécie de apelação ao lugar de fala, à minha trajetória em si ou aos demarcadores sociais que meu corpo e intimidade familiar abrigam. E essa não foi uma opção de livre escolha, um ato

de livre arbítrio; foi uma precisão. Recorro, aqui, a outro aspecto do primeiro revés científico enfrentado por esta pesquisa.

No mesmo parecer destacado algumas páginas acima, os pareceristas afirmaram:

os pontos favoráveis à pesquisa decorrentes do fato de o(a) candidato(a) ser oriundo(a), com sua rede familiar, do estrato social que reside na localidade a ser estudada, requerem, no entanto, um cuidado metodológico, apontado no parecer, que não foi suficientemente considerado no projeto.

Tendo isso em mente, enquanto pesquisa antropológica, este trabalho não encontrou efetividade em apenas requisitar minha experiência como morador removido de uma ocupação na região da favela de Heliópolis. Foi preciso (re)ocupar um campo teórico silenciado, onde só se dizem as mesmas coisas sobre as favelas, para, então, fazer falar vozes silenciadas em meio às disputas em torno da urbanização da cidade de São Paulo.

Enfim, esta tese segue por esse caminho – ou, mais precisamente, pela impossibilidade de um lugar de fala fixo e de uma ênfase no envolvimento íntimo e direto com o problema estudado. Passo agora à descrição dos capítulos, elaborados à medida que o trabalho buscou uma racionalização etnográfica centrada no registro da remoção habitacional resultante da política do Programa de Urbanização de Favelas e nas lutas de uma população que viu seu direito à moradia adequada ser complexificado por essa mesma política.

Os capítulos

Esta tese está organizada em cinco capítulos, elaborados a partir do esforço de deslocar meu envolvimento íntimo com as lutas e ocupações da região de Heliópolis para uma descrição etnográfica da intervenção do PUF no território. Para cumprir seu objetivo, esta pesquisa precisou fundamentar-se em análises etnográficas da formulação da política habitacional do PUF e de seus efeitos na área onde se realizou a pesquisa de campo.

O primeiro capítulo desenreda um *a priori* histórico, por assim dizer, que constitui os estudos urbanos. Tal *a priori* é a associação entre ocupações de favelas, ou locais onde vivem os(as) moradores(as) da cidade sem grandes posses, com termos como a precariedade habitacional, vulnerabilidade, violência, risco, desigualdade social, ilegalidade, irregularidade e clandestinidade. Essa tarefa foi feita sob a luz de uma leitura de trabalhos centrais da antropologia, sociologia, arquitetura, urbanística, geografia e, em certa medida, economia que buscaram compreender os problemas habitacionais de São Paulo.

O argumento de fundo do primeiro e do segundo capítulo é o de que existe um alinhamento entre certos eixos centrais dos estudos urbanos e a proposição política que estruturou o Programa de Urbanização de Favelas – ou seja, a política de combate aos assentamentos precários. Desse modo, o primeiro capítulo desta tese funciona como uma espécie de revisitação crítica da bibliografia canônica dos estudos urbanos.

O segundo capítulo é basilar para esta tese, pois efetua a transição do campo teórico do problema estudado por esta etnografia para a sua proposição política concreta. Coerente com a moldura geral do trabalho, este capítulo explora de forma mais aprofundada o desenredamento da conexão direta entre favelas e a categoria política-teórica dos assentamentos precários. A seleção dos textos mobilizados neste trecho decorreu do estudo de arquivos e registros relacionados à política nacional de combate aos assentamentos precários e ao PUF.

O terceiro capítulo descreve etnograficamente como as forças e lutas da região de Heliópolis organizadas em torno dos mutirões impactaram o território. Ao descrever algumas das linhas que compõem a atuação do movimento social local, esta tese apresenta a territorialização e o entendimento habitacional que o desenvolvimento do PUF incorporou para a execução da política de combate aos assentamentos precários e de produção de habitação social na região de Heliópolis.

É importante destacar que este capítulo funciona como uma contribuição para o entendimento das lutas por moradia e suas potencialidades na política de

urbanização das favelas. Por conta disso, este capítulo também apresenta uma descrição etnográfica das estratégias e da composição de forças que negociaram o desenvolvimento da intervenção estudada no território.

O quarto capítulo, por sua vez, apresenta outras vozes, ideias e sentidos dados pelos moradores e moradoras sobre as ocupações da área estudada. Ele aborda afirmações de pessoas da região que não se alinham diretamente ao entendimento e aos sentidos das lutas por moradia do movimento social local. A dissonância das informações que fundamentam a descrição deste trecho da tese aponta para a complexidade da habitação na região da favela de Heliópolis e São João Clímaco, assim como para a diversidade de vidas, histórias e ideias a respeito da habitação e da área estudada na favela.

Este capítulo, ao trabalhar com informações que escaparam da planificação da intervenção, também destaca a uniformização teórica/política do território feita pelo PUF. Em outras palavras, o texto focaliza outras “vozes removidas”, descrevendo que a remoção física das casas de meus interlocutores e interlocutoras foi acompanhada por uma operacionalização específica: a desconsideração de um conjunto complexo de entendimentos habitacionais existentes antes da intervenção.

A descrição desta parte envolve duas vertentes descritivas. Primeiro, apresenta a tecitura da vida local que foi desconsiderada pelo PUF. Desse modo, por meio de narrativas de moradores e moradoras, o capítulo buscou ampliar etnograficamente os sentidos dados à habitação da favela. Considerou sentidos produzidos no dia a dia da comunidade, que mobilizaram arranjos familiares, ampliações de moradias e uma vinculação afetiva e material com o lugar construído e ocupado. Essa descrição aponta que o projeto do PUF, ao converter essas complexidades num problema técnico a ser resolvido e realocar as pessoas em “unidades habitacionais”, promoveu um apagamento de histórias de lutas que também constituíram a habitação de Heliópolis e São João Clímaco. A segunda vertente descreve outras formas de habitar que persistem na borda do projeto oficial, focalizando a atividade de cuidado do solo desenvolvida por um morador em

específico. O capítulo aponta como as habitações das favelas são complexas e variadas, mas também como elas são simplesmente categorizadas por intervenções habitacionais como “irregulares” e “informais”. O tratamento dos dados aqui trabalhados procurou considerar essas formas de habitar como consistentes modos de produção habitacional e de ocupação da cidade. O ponto é que a interpretação intervencionista não só não reconheceu essas formas de habitar, mas ativamente as desestabilizou. Com isso, não sanou a precariedade ou risco habitacional enunciados. Ao contrário, substituiu arranjos conhecidos – por mais complexos que fossem – pelo arranjo da administração da vulnerabilidade, da espera e da incerteza da moradia prometida.

O quinto capítulo conclui esta tese ao apresentar uma descrição das lutas por moradia dos moradores e moradoras da favela após a intervenção do PUF e a remoção habitacional promovida pela política do Programa. O capítulo oferece um relato das consequências e efeitos da intervenção estudada, descrevendo as reconfigurações das lutas por moradia de meus interlocutores e interlocutoras depois da remoção de suas casas. Sua realização cumpre a função nesta tese de elucidar como o PUF, longe de resolver o problema das habitações precárias da favela, engendrou um novo regime de vulnerabilidade.

A tese, neste ponto, focaliza uma nova modalidade de luta por moradia, que não é mais desempenhada pela confrontação territorial (ocupações e enfrentamentos), mas por batalhas cotidianas em meio aos parâmetros da administração da população vulnerável e do tempo da espera pela moradia prometida. Em outras palavras, este trecho apresenta os movimentos dos moradores e moradoras acompanhados na política de atendimento à população vulnerável de São Paulo e nos dispositivos de gestão de entrega de moradias sociais, o que passa a definir boa parte da vida das pessoas removidas de ocupações e que aguardam a casa prometida. A etnografia, nesse ponto, acompanhou percursos desgastantes da luta que deve atender às convocatórias para a atualização do cadastro do atendimento habitacional da SEHAB, a gestão incerta do Auxílio-Aluguel e a lógica opaca da fila de distribuição de moradias

sociais na cidade. Dessa maneira, a tese procurou descrever como a espera da moradia não é passiva, mas uma ação constante e onerosa, que consome recursos financeiros, tempo, saúde mental e emocional. A luta, portanto, desloca-se para o terreno da tática de enfrentamento da administração – o perigo de ter o nome retirado da lista de entrega da moradia por não conseguir comprovar endereço na cidade ou renda em meio a um prazo de atendimento indefinido.

O capítulo conclui, portanto, que o PUF operou uma conversão do viver em vulnerabilidade. O direito à moradia, reconhecido como retórica, foi convertido num pesado fardo administrativo para os moradores e moradoras de Heliópolis e São João Clímaco que foram removidos de suas casas e não receberam a unidade habitacional. A vulnerabilidade produzida pós-remoção, assim, não se configura apenas como econômica e material, mas também política: é a vulnerabilidade de quem foi atrelado a uma política habitacional que prometeu, adiou, convocou, exigiu e não entregou, aprisionando os moradores e moradoras num hiato administrativo. Esse tipo de violência estatal, difusa, lenta, produz a espera e a incerteza, o que expressa que a “nossa luta”, que é “essa” – enunciado que dá título à tese – é a luta exaustiva pela simples permanência na cidade, pela espera e pela esperança de uma casa prometida num futuro inalcançável.

Capítulo I – Em meio a um problema já colocado: a enunciação da precariedade

Introdução

Este capítulo desenreda uma ancoragem teórica presente no desenvolvimento do Programa de Urbanização de Favelas. Conforme esta tese busca demonstrar, tal ancoragem enquadrava áreas – como as da intervenção do PUF, pesquisadas em Heliópolis e São João Clímaco – na qualidade de espaços da precariedade, da vulnerabilidade, da violência e do risco. Para circunscrever essa problemática em termos amplos e fluidos próprios da abordagem etnográfica (Barbosa, 1998), partiu-se da hipótese de um alinhamento teórico e político entre os quadros interpretativos de certas agendas centrais dos estudos urbanos e a própria concepção e execução do PUF.

Segundo a formulação da política habitacional proposta pelo Ministério das Cidades e Secretaria Nacional da Habitação, descrita no texto *Urbanização de Favelas: experiência do PAC* (Brasil, Ministério das Cidades & Secretaria Nacional de Habitação, 2010), a precariedade dos “assentamentos precários” das cidades do Brasil:

caracteriza-se por vários aspectos: pela irregularidade fundiária e/ou urbana; pela deficiência da infraestrutura; pela ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; pelos altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; pelas enormes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transporte insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; além da insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente os de saneamento, educação e saúde. A esse conjunto de carências soma-se um conjunto de questões sociais que configuram, muitas vezes, situações de extrema vulnerabilidade, também sujeitas, e de forma cada vez mais significativa, ao domínio pela violência (Brasil, Ministério das Cidades & Secretaria Nacional de Habitação, 2010, p. 11).

Essa percepção das favelas e periferias a partir de suas carências, longe de se restringir ao discurso técnico do Estado, está profundamente presente na

literatura acadêmica sobre o urbano. Ela atravessa tanto os trabalhos que compõem o cânone dos estudos urbanos quanto aqueles que almejavam romper com as “grandes agendas de pesquisa” do campo. Tome-se como exemplo a etnografia seminal de Teresa Caldeira, *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos* (Caldeira, 1988). A autora posiciona sua investigação justamente na lacuna entre as “explicações globais” que enxergavam favelas e periferias “sempre pelas suas carências” e as análises que interpretavam a ação de seus moradores “invariavelmente analisada pelo aspecto político”. À autora coube, então, a tarefa de descrever o cotidiano daqueles “locais tão inóspitos e miseráveis”. É a partir desse lugar de observação que Caldeira afirma que:

não há nada que caracterize melhor o processo de apropriação do espaço e de resolução do problema habitacional para as camadas de baixa renda da população de São Paulo que o binômio loteamentos-autoconstrução. É através dessa associação que se pode compreender o fenômeno da periferia e descrever a uniformidade da paisagem dos bairros que a formam. As ruas irregulares e esburacadas que foram abertas sem um plano prévio e que são preenchidas por essas casas construídas através de um processo de *bricolage* que lhes confere um aspecto sempre precário. Elas compõem, junto com marcas da ausência de serviços – falta de iluminação pública e asfalto, esgoto correndo a céu aberto – um cenário imediatamente identificável: trata-se do local de moradia das camadas mais pobres da população (id. Ibid. p. 26).

A autora aplica essa mesma caracterização ao descrever o “Jardim das Camélias”, bairro periférico do distrito de São Mateus, na Zona Leste de São Paulo, onde realizou seu trabalho de campo:

Nesse bairro onde tudo é *precário*, onde os serviços não existem e os trabalhadores *têm poucos meios para viver*, era de se esperar que as condições de habitação e saúde fossem as piores do município [...]. São casas autoconstruídas, feitas com material barato e ruim, em geral sem condições de garantir a seus moradores um mínimo de conforto. Além disso, a maioria está em ruas com péssimas condições de saneamento: esgoto a céu aberto, lixo acumulado, etc. Este fato, aliado à alimentação precária [...] e à ausência de serviços médicos só pode agravar as condições de saúde dos moradores [ênfases minhas] (Caldeira. op. cit. pp. 62-63).

A investigação desenvolvida neste capítulo parte do reconhecimento de que a própria bibliografia de referência dos estudos urbanos no Brasil constitui-se como

um artefato político. Os textos que aqui dialogam foram forjados no mesmo campo de forças históricas das lutas por moradia das favelas, por melhorias urbanas e contra a violência de Estado que marcaram as décadas de 1970 e 1980, em oposição ao regime ditatorial. Esse contexto comum de produção não é um mero pano de fundo, mas a condição de possibilidade de um determinado olhar sobre a cidade. É nesse terreno concreto de embates que se consolidou a visão que tomou termos como a "precariedade" e a "carência" enquanto lentes para definir os territórios periféricos. Desenredar essa ancoragem significa, portanto, descrever como um compromisso ético-político legítimo com as lutas populares pôde, paradoxalmente, ser cristalizado num repertório interpretativo que, ao ser assimilado pela máquina estatal (como no documento do PAC), pôde servir a lógicas de intervenção que obscurecem a complexidade dos modos de habitar as favelas.

Reconhece-se, é claro, que os acontecimentos históricos e seus desdobramentos não se configuram em séries necessariamente cumulativas ou em continuidades discursivas inquebrantáveis (Foucault, 2013 [1969]). No entanto, a reconstituição feita neste capítulo sustenta que os textos aqui analisados não apenas orientaram a experiência política de sua época, como também constituíram o fundo teórico que viria a informar as políticas públicas de habitação, mais progressistas, das últimas décadas. Mais precisamente, aqui é sustentado que a ancoragem teórica – que tomou a carência, a precariedade, o risco e a violência como lentes para se olhar as favelas – referenciou diretamente o combate político da desigualdade social que estruturou o eixo de infraestrutura urbana e social do PAC-1. Em outras palavras, a linguagem de denúncia e reivindicação forjada nos embates contra a ditadura forneceu a matéria-prima conceitual, as armas e estratégias, para a formulação técnica de um programa estatal de intervenção massiva no meio urbano.

Com essa proposição, este capítulo situa a tese como uma contribuição descritiva a dois campos de conhecimento: 1) ao das pesquisas que refletem sobre as relações (rupturas, continuidades, determinações e casualidades) entre o

período da ditadura e a democracia; e 2) ao das pesquisas sobre políticas habitacionais. Simultaneamente, e de forma inseparável, ao pretender compor-se com as lutas por moradia das favelas, este capítulo assume uma função analítica e prática. Ele busca operar como uma ferramenta de reflexão crítica, elucidando as linhas de força, os bloqueios estruturais e os pressupostos conceituais que configuram o campo de batalha no qual lutas são travadas. Não se trata de um manual, mas de um esforço para compreender as condições de possibilidade e os limites da própria ação política no contexto habitacional investigado.

Em outros termos, este capítulo pretende apresentar alguns pontos táticos para o estudo das favelas e da urbanização de São Paulo²⁷. A análise aqui encaminhada, no entanto, não tem a pretensão de denunciar limitações, erros, insuficiências e incoerências, nem de direcionar críticas anacrônicas ao saber científico. Muito menos assume a acusação que define o conhecimento acadêmico como algo próximo à ignorância, à ideologia ou à mera representação. Aqui se reconhece o saber acadêmico como parte constitutiva – e não como oposta – ao campo das lutas estudado por esta pesquisa.

Por fim, mesmo que uma tese denunciativa possa ser validada pela função do autor de mobilizar o lugar de fala – aqui, no caso de quem morou numa região de favela e acompanhou intimamente a remoção de sua família, justificada por um programa de (re)urbanização –, a opção por esse tom mostrou-se ineficaz para o texto desta tese. Primeiro porque, como descrito na introdução, o lugar de fala não importa necessariamente para o campo de conhecimento aqui ocupado. E, segundo, porque os próprios moradores das favelas – meus interlocutores, interlocutoras e parentes – já desenvolvem e mobilizam suas próprias análises e táticas. Elas não se limitam a combater o entendimento que os define unicamente

27 Cabe ainda ressaltar que, como se verá ao longo da tese, esta pesquisa necessariamente consultou e dialogou com trabalhos produzidos a partir da reflexão sobre o desenvolvimento de outras grandes cidades brasileiras. Em outras palavras, procurou-se não ter como referência exclusiva os debates urbanos de São Paulo, ampliando assim o horizonte teórico e comparativo da investigação.

pela carência, mas consistem em modos concretos de negociar, desviar e resistir às ações políticas que tais visões legitimam. Diante disso, o papel desta etnografia não é falar “por” ou “contra”, mas focalizar a descrição dessas próprias formas de conhecimento e ação, tomando-as como centrais para a compreensão do urbano²⁸.

Daniel Hirata, com o intuito de propor uma reflexão sobre a prática de pesquisar nas cidades, antes de se deter na relação (cara à antropologia) entre pesquisador e pesquisados, concentrou-se num ponto que lhe pareceu mais importante: “as relações entre o pesquisador, o saber por ele produzido e seus efeitos de poder” (Hirata, 2010, p. 10). O objetivo do sociólogo foi o de construir uma perspectiva para compreender a maneira pela qual as relações de poder e dominação são parte constitutiva dos objetos de estudo e das pesquisas urbanas. Essa proposição teórica apresenta, de certo modo, um precedente para esta tese dentro dos estudos urbanos, no sentido de compreender a produção científica sobre a urbanização e as favelas como efeito e resultado de relações de poder e dominação – e, portanto, como produção situada dentro de um campo de forças²⁹.

Adalton Marques (2018), por seu turno, apresenta em sua tese um esforço para descrever e examinar o surgimento de uma “razão democrática e humanista” no campo da segurança pública no estado de São Paulo – precisamente nas duas últimas décadas da ditadura militar. Trata-se, portanto, do mesmo período histórico e do mesmo campo de lutas que serviram de base para a produção dos textos analisados neste capítulo.

Na análise do autor, o surgimento dessa razão deu-se a partir de três foros centrais dedicados ao tema da criminalidade urbana. São eles: 1) a interpretação teológica e política da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) por

28 Durante o trabalho de campo, uma das interlocutoras desta pesquisa, concedeu entrevista ao *Intercept Brasil* denunciando os efeitos do PUF. A matéria está disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/10/03/prefeitura-de-sp-faz-evento-para-prometer-casas/>.

29 A formulação desse objetivo pelo sociólogo Daniel Hirata tem como referência fundamental as pesquisas de Michel Foucault, especialmente o curso *Segurança, território, população* – ministrado no Collège de France entre 1977 e 1978 e publicado posteriormente (Foucault, 2008). Nessa obra, Foucault analisa como os mecanismos de segurança e as práticas de governo constituem a população e o território como objetos de saber e alvos de intervenção, fornecendo um quadro analítico central para se pensar as relações entre poder, saber e espaço urbano.

setores da Igreja Católica, em especial aqueles articulados em torno de Dom Evaristo Arns; 2) as discussões jurídico-políticas instauradas no Conselho Federal da OAB a partir de relatórios encomendados pelo Ministério da Justiça para analisar o problema da criminalidade em 1980; e 3) a militância contra os prejuízos do sistema carcerário da época, liderada por senadores que foram centrais nas campanhas pela redemocratização e na formulação da Assembleia Nacional Constituinte.

Todavia, para os propósitos desta tese, a afirmação crucial da argumentação de Marques é a de que o principal resultado político do surgimento dessa "razão democrática e humanista" foi a subjugação e o apagamento de duas linhas de pensamento crítico: as análises criminológicas/jurídicas que focavam nas incertezas e violências do sistema carcerário, e as reflexões teórico-políticas que buscavam compreender as relações entre criminalidade (urbana) e desigualdade social.

Reconhecidas as precedências teóricas e as contribuições contemporâneas que dialogam com o argumento deste capítulo, importa destacar que a análise aqui proposta opera com dois movimentos decisivos em relação aos trabalhos dos autores supracitados.

O primeiro desses movimentos diferencia-se da crítica sociológica de Hirata (2010). Sua análise foca na produção científica que avalia políticas estatais, especialmente aquela que busca mensurar metas e resultados de programas governamentais. Para fundamentar essa crítica, Hirata (2010, p. 26) detém-se em abordagens de ecologia humana, produzidas sobretudo pela escola de sociologia de Chicago nas primeiras décadas do século XX – período em que a cidade foi convertida em “laboratório social” para medir causas, efeitos e localizações da criminalidade urbana e, *pari passu*, em campo de intervenção sobre populações.

Em contrapartida, a bibliografia que esta tese mobiliza caracteriza-se por sua produção crítica e combativa ao pleno desenvolvimento do “sistema urbano e industrial”, processo potencializado pelo governo autoritário da ditadura militar³⁰.

Desse modo – e este é o segundo movimento decisivo desta tese em relação à análise de Adalton Marques –, os saberes de urbanistas, sociólogas(os), formuladores(as) de políticas, arquitetas(os) e antropólogos(as) que se dedicaram a descrever as complexas relações entre desigualdade e problemas urbanos não são tratados aqui como saberes apagados ou subjugados. Esta tese argumenta que eles produziram uma discursividade potente e fulgurante, a qual se tornou um recurso fundamental e ativo para o próprio campo das lutas urbanas no período de máxima expansão do modelo de desenvolvimento baseado na urbanização industrial. Além disso, essa bibliografia – que buscava compreender as relações entre criminalidade (urbana) e desigualdade social – foi central em proposições políticas para a cidade de São Paulo já no final dos anos 1980.

A primeira parte deste capítulo recupera os trabalhos de intelectuais reunidos na coleção *Debates Urbanos* (Volume 3: *Repensando a Habitação no Brasil*), organizada por Lícia Valladares (1982) e que inclui contribuições de Celso Nelson F. dos Santos, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik e Roberto Schmidt de Almeida. Principalmente a partir da resenha de Valladares sobre a produção dos estudos urbanos publicada nesse volume, o subcapítulo posiciona o leitor e a leitora no campo de debates onde se pode acompanhar a atuação político-teórica de pesquisadores(as) que, por sua vez, assumiram posições centrais em uma luta

30 Uma das funções dos textos analisados neste capítulo foi justamente revisar criticamente os programas habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH), instituído pelo regime militar. Esses programas foram criados com o intuito de dissipar lutas por reforma urbana e reivindicação de melhorias urbanas que marcaram as propostas reformistas do governo de João Goulart. Além disso, o BNH foi criado com o enunciado de financiar a aquisição da casa própria por “trabalhadores de baixa renda” com a convicção, expressa pelo então Ministro do Planejamento do regime golpista, Roberto Campos, de que “o proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou depredar propriedades alheias e torna-se um aliado da ordem” (Campos, 1966, p. 20).

teórica contra a crise habitacional que afetava a população pobre das grandes cidades brasileiras.

Esse posicionamento oferece pistas para compreender as agendas que fundamentaram os estudos urbanos. É crucial notar, porém, que os pontos conceituais de partida desta parte da tese – trabalhados dentro dos parâmetros da legitimidade científica – visam efetivar uma compreensão localizada de todo um complexo campo de forças e lutas. É nesse campo que se dá o debate técnico sobre as favelas e suas moradias precárias. Assim, esta primeira parte do capítulo funciona também como uma ferramenta bibliográfica para explicitar o processo de entendimento das favelas e periferias como espaços precários, irregulares, vulneráveis e ilegais.

A segunda parte deste capítulo resulta da busca por contextualizar a emergência de um dos principais argumentos para o entendimento da urbanização de São Paulo: a ideia de que os moradores e moradoras das grandes cidades enfrentam problemas específicos – como a pobreza, vulnerabilidades habitacionais e desigualdades sociais. Para tanto, o segundo subcapítulo se dedica a descrever um gênero de teoria sociológica arraigado numa profissão de fé cristã e libertária declarada em territórios da América do Sul, argumentando que tal teoria definiu as bases para as atuais compreensões políticas das causas dos problemas urbanos – como desigualdade, moradias precárias, pobreza, vulnerabilidade e violência. O caminho metodológico adotado por esta tese para percorrer esse trecho foi analisar uma obra fundamental dos estudos urbanos, o livro intitulado *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976).

O terceiro subcapítulo explora uma querela teórica que remonta aos anos 1990 e que foi reativada pela tese de Adalton Marques, posteriormente publicada como *Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública de São Paulo* (2018). A função desta parte é explicitar um movimento analítico decisivo para a realização desta tese – um afastamento em relação à maneira como Marques mobiliza, em seu argumento, alguns dos mesmos autores e autoras aqui trabalhados. Em sua análise, focada no campo da segurança pública, Marques

situa essas contribuições como vozes teóricas vencidas pelo campo da “sociologia da violência” – por onde foram associadas à pecha de “marxismo vulgar” e de “análises imprecisas” a serem superadas. Essa leitura é proveniente da análise que o autor faz das dinâmicas, embates e confrontos que definiram o próprio campo da segurança pública. Em outras palavras, é da caracterização de certos autores e autoras dos estudos urbanos como “saberes sujeitados” (Foucault, 2010, p. 8)³¹ que Marques retira a potência analítica de sua crítica ao campo dos estudos da segurança pública. Contudo, este trecho desta tese propõe uma inversão dessa perspectiva a partir do campo da habitação. Pois, quando se analisa a produção desses autores e autoras, verifica-se que não foram marginalizados, mas tornaram-se absolutamente centrais. Foi precisamente esse corpo teórico que, ao longo das décadas, descreveu, analisou e criticou os processos de produção da precariedade, da vulnerabilidade e da carência de infraestrutura urbana nas favelas – fornecendo, assim, os próprios termos e diagnósticos pelos quais o Estado passou a enxergar e a intervir de forma ampla nesses territórios.

A quarta parte do argumento deste capítulo, por seu turno, reafirma a centralidade dos autores e autoras aqui mobilizados, trazendo à tona uma apropriação específica do conceito de “espoliação urbana”, cunhado por Lúcio Kowarick (1979). A função deste trecho é ressaltar a ressonância dos termos e conceitos produzidos por esses autores na própria formulação política da urbanização de São Paulo. Para isso, explora um dos conceitos mais influentes dos

³¹ Por saberes sujeitados, Michel Foucault entende duas coisas. Em primeiro lugar, designam, em suma, conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. Concretamente: não foi certamente uma semiologia da vida em hospício, nem uma sociologia da delinquência, mas sim o aparecimento de conteúdos históricos que permitiu fazer, tanto do hospício como da prisão, o que Foucault definiu como a “crítica efetiva” dessas instituições – na França do século XX. O autor afirma que apenas os conteúdos históricos desses saberes podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo justamente mascarar. Portanto, os “saberes sujeitados” são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a prática da crítica pôde fazer reaparecer pelos meios da erudição. Em segundo lugar, por “saberes sujeitados”, Foucault entendia outra coisa: uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados, tidos como ingênuos, hierarquicamente inferiores, abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requerido (Foucault, 2010, p. 8).

estudos urbanos brasileiros – que ainda hoje ecoa tanto no plano acadêmico quanto na proposição de políticas públicas para a maior cidade da América Latina.

Por fim, o quinto subcapítulo apresenta a conclusão do argumento desenvolvido nesta parte da tese e prepara a transição para o capítulo seguinte. Esse movimento é feito apresentando uma descrição das efetivações políticas do saber produzido no campo dos estudos urbanos e trabalhado neste primeiro capítulo.

1. 1. Um campo de conhecimento amplamente trabalhado: estudos urbanos

A hipótese do alinhamento teórico-político, apresentada na introdução geral desta tese, demandou como primeiro movimento estratégico a reconstituição do próprio campo de conhecimento que produziu os entendimentos das categorias de “precariedade”, “desigualdade”, “risco” e “carência” voltadas às favelas e periferias das grandes cidades. Como dito anteriormente, este subcapítulo dedica-se, com esse fim, a mapear a gênese e consolidação dos estudos urbanos no Brasil, tomando como ponto de partida a primeira sistematização bibliográfica desse campo de estudos.

Dessa forma, o objetivo dessa estratégia é apresentar o solo intelectual do qual emergiram os conceitos que, ao longo do tempo, se consolidaram como lentes centrais para se observar e pensar as favelas e periferias, estabelecendo assim os fundamentos do discurso que, décadas depois, seria atualizado pelo Programa de Urbanização de Favelas.

Na história das favelas no Brasil, há uma espécie de mito fundador bastante difundido no senso comum. Trata-se de uma interpretação corrente, historicamente enquadrada, que fundamenta a ideia de que o nascimento das favelas está intrinsecamente ligado à cidade do Rio de Janeiro, primeira capital federal do país.

Essa narrativa, em linhas gerais, descreve que, após a Abolição da Escravidão (1888) ocorreram ocupações nas partes altas da cidade por pessoas negras egressas do cativeiro. Uma década mais tarde, seguindo-se ao massacre de Canudos, soldados do Exército – que não receberam os lotes de terra prometidos pela Primeira República como espólio de guerra – alojaram-se no Morro da Providência. Em razão da aparência dos barracos, passaram a utilizar o termo “favela” para designar aquele tipo de ocupação, remetendo à planta *Cnidoscolus quercifolius* – espécie xerófila e espinhenta da Caatinga que dá nome ao termo. Entre 1903 e 1906, a reforma urbana do prefeito Pereira Passos, ao promover a modernização e o embelezamento da capital, removendo cortiços e expulsando milhares de famílias das áreas centrais, levou essa população a subir os morros e ali construir seus barracos. Assim, a vida nos morros consolidou-se na passagem do século XIX para o XX, e a designação generalizou-se para esse tipo de habitação (Valladares, 2015).

A crônica *A Volta*, publicada por Lima Barreto em 26 de janeiro de 1915, oferece um registro singular das condições de vida das populações que passaram a habitar os morros cariocas. Escrita uma década após a reforma urbana de Pereira Passos, o texto descreve a realidade cotidiana dessas famílias e menciona a política da Primeira República de fornecer passagens, terras, instrumentos de arar e auxílio financeiro àquelas pessoas que aceitassem se instalar em núcleos coloniais localizados em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro.

Em sua crônica, Lima Barreto evoca os jornais da época que publicaram “fotografias edificantes” dos primeiros que foram procurar passagens na chefatura da polícia. Na leitura, salta aos olhos a caracterização das delegacias do início do século XX como lugares de “sujidade moral”, de “desprezo pela sorte do próximo”, de opressão, de desprezo por todas as leis, de “ligeirezas em deter e de prender”. O cronista, que afirma ter entrado na chefatura “como louco” devido à “inépcia de um delegado idiota”, conclui: “pude me encher de piedade por aqueles que lá foram como pobres, como miseráveis, pedir e se humilhar diante ‘desse Estado que os embrulhou’” (Lima Barreto, 1915).

Isso porque a diplomacia de Rio Branco, segundo o cronista, "cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, devidamente reconhecida na Europa". Em troca, o país deveria dotar a então capital de avenidas, boulevards e "elegâncias binoculares" – gastando dinheiro e contraindo empréstimos internacionais. Enquanto isso, as populações pobres dos sertões semiáridos, enfrentando a febre palustre e as secas rigorosas, foram atraídas pelo fluxo de capital da corte fluminense, "correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável" (Lima Barreto, 1915).

Segundo Lima Barreto, o governo da Primeira República não deu atenção às populações dos sertões, nem procurou melhorar suas condições nas terras que seus antepassados habitaram. Em vez disso, "criou a fascinação para a cidade para depois fazer voltar pelas mãos da polícia como reles vagabundos e delinquentes". O cronista aponta ainda uma "tendência obsessiva" do Rio de Janeiro por Buenos Aires, que teria perturbado o julgamento das coisas. Enquanto a cidade platina, com seu milhão de habitantes e longas ruas retas, expulsava seus negros, o Rio – cortado por morros e formado por séculos de presença africana – como poderia imitá-la? "Como um país que então havia recebido por quase três séculos milhões de negros não podia ter negro no centro?" Em seu diagnóstico, foi com "um tipo de raciocínio eurocêntrico" que se perturbaram as vidas da gente pobre, satisfazendo "obsoletas concepções sociais e tolas competições patrióticas", enquanto milhares eram removidos e os solos ao redor da capital permaneciam abandonados, sem que nenhum estadista soubesse torná-los produtivos (Lima Barreto, 1915).

Tanto o mito de origem das favelas no Brasil quanto crônicas do início do século XX, como a de Lima Barreto, atestam que favelas e remoções habitacionais são realidades desde a Primeira República. Há, no entanto, um consenso na bibliografia dos estudos urbanos brasileiros de que a constituição de um campo teórico sistemático sobre a moradia das populações pobres das grandes cidades – isto é, uma análise que compreende esses territórios como resultados de processos econômicos, sociais e produtivos geradores de precariedade – consolidou-se

apenas a partir da década de 1960 (Marques & Torres, 2005; Feltran, 2014; Magnani, 2000)³².

Seguindo essa linha do tempo, no início dos anos 1980, o campo de conhecimento sobre favelas já contabilizava cerca de 200 trabalhos – entre livros, artigos, teses, relatórios e comunicações em eventos. Coube à socióloga Lícia Valladares a primeira sistematização abrangente dessa produção, com o texto intitulado *Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura (1964-1981)*, publicado no volume 3 da coletânea *Debates Urbanos* (Valladares, 1982). Para compor esse levantamento bibliográfico pioneiro, Valladares consultou bibliotecas e centros de pesquisa no Rio de Janeiro, estabeleceu contatos com especialistas e correspondências com os principais programas de pós-graduação do país.

É importante demarcar que, com o passar do tempo, essa fixação temática no centro-sul do país foi questionada e repensada, à medida que se desenvolveu a produção dos centros de pesquisa das regiões Norte e Nordeste. Esse deslocamento do eixo analítico encontra, por exemplo, uma referência fundamental no trabalho de Urpi Montoya Uriarte, desenvolvido a partir de Salvador (BA)³³. No entanto, nos anos 1980, ainda se afirmava que cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte eram analiticamente “melhor representadas” em detrimento de outras regiões, conforme argumentava Lícia Valladares (1982, p. 15).

Embora abrangente, essa primeira sistematização analítica sobre habitação nas “grandes cidades” não pretendeu ser exaustiva. A resenha bibliográfica de

³² Como contraponto, é relevante observar que, antes mesmo da década de 1960, já circulavam formulações intelectuais sobre a habitação popular urbana. Um exemplo expressivo foi a Primeira Jornada da Habitação Econômica, realizada em São Paulo em 1942 pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), com participação de figuras como o industrial Roberto Simonsen e o antropólogo Donald Pierson. Os anais do evento, publicados na *Revista do Arquivo Municipal* em 1943, mostram um debate técnico, científico e social que, ainda que distinto do marco teórico posterior, já colocava em relação indústria, planejamento urbano e moradia operária. Link: https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/arquivo_historico/publicacoes/8312.

³³ Vale destacar que, já na década de 1970, existiam trabalhos que tematizavam os processos de desenvolvimento habitacional no Nordeste. Um exemplo significativo é o trabalho de José Sérgio Leite Lopes, *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar* (1976), que analisou a relação entre industrialização, habitação operária e formas de dominação no contexto canavieiro.

Valladares reúne, de fato, títulos importantes produzidos por cientistas sociais, arquitetos e planejadores urbanos que atuaram como intelectuais durante o período da ditadura militar. No entanto, a autora explicitamente delimitou o escopo de sua análise, descartando a literatura estritamente técnica sobre aspectos como tecnologia construtiva, desenho e projetos de arquitetura³⁴.

Esse material de estudo pioneiro dividiu as tendências de produção de conhecimento da área, conforme sistematizado por Valladares (1982, p. 26), em sete linhas temáticas: 1) “favela”; 2) “ação governamental no campo da habitação”; 3) “periferia: loteamentos e autoconstrução”; 4) “moradia e trabalho”; 5) “uso do solo”; 6) “movimentos sociais”; e 7) “textos de natureza geral”.

Considerando as linhas temáticas sistematizadas por Valladares, pode-se afirmar que a evolução do problema habitacional no Brasil acompanhou a identificação de uma “crise habitacional crônica”, conformada ao longo das primeiras décadas do século XX (Singer, 1998, p. 8). A partir dos anos 1960, esse quadro se intensificou. A população urbana não apenas cresceu exponencialmente – conforme atestado pelo Censo de 1970, que apontava que 56% dos brasileiros já viviam em cidades –, como também passou a ser tratada como um “objeto a ser governado”, um alvo central para a intervenção e o planejamento estatal.

Desse modo, nas grandes cidades, a questão da moradia ganhou maior visibilidade política com a multiplicação de barracos e casas em favelas, assim como de mocambos, alagados e outros tipos de moradia classificados sob o termo “assentamentos precários”. É na década de 1960 que aparecem estudos pioneiros tematizando as favelas cariocas e que remontam seu surgimento como grandes aglomerados urbanos aos anos 1950 (Sagmacs, 1960; Medina, 1964; Machado da Silva, 1967; Parisse 1969; Leeds, 1969).

³⁴ A resenha de Valladares tampouco incluiu a bibliografia relativa ao mercado de construtoras e à financeirização da moradia – tema que se tornou central nas décadas seguintes, através da crítica à concepção da moradia como mercadoria (*commodity*). Para uma introdução a esse amplo debate, ver: *Poverty Capital: Microfinance and the Making of Development* (Roy, 2010); *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* (Rolnik, 2015); e, para uma perspectiva comparada, *Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia* (Roy; Alsayyad, 2004).

Outro consenso bibliográfico apontou que as primeiras análises sobre os problemas urbanos se apoiaram na famigerada "teoria da marginalidade". Em destaque entre intelectuais latino-americanos na década de 1950, essa teoria defendia, basicamente, que os "bairros populares" explicitavam a permanência de arcaísmos e tradições do meio rural, os quais resistiam à modernidade das cidades³⁵. Essa teoria foi desenvolvida a partir da construção e operacionalização de pares dualistas, como integração/não integração, urbano/rural e arcaico/moderno³⁶.

A partir da década de 1970, a favela já era predominantemente vista no imaginário social e político como reduto da habitação da pobreza. Paralelamente, os argumentos da teoria da marginalidade começaram a ser contestados por pesquisadores. Os estudos passaram a afirmar que não era possível compreender os "problemas urbanos" com referenciais teóricos como os da teoria da marginalidade, que *a priori* os definiam como resultado do atraso do país frente ao processo de modernização. Afinal, os problemas das cidades precisavam ser entendidos como questões intrínsecas aos contextos urbanos.

³⁵ Ver também: Centro para el Desarrollo Económico y Social de América Latina (DESAL), *Marginalidad en América Latina: un ensayo de diagnóstico* (DESAL, 1969), citado em Samuel Jaramillo González, *Urbanización informal: diagnóstico y políticas – una revisión al debate latinoamericano para pensar líneas de acción actuales*, in Clara Eugenia Salazar (org.), *Irregular: suelo y mercado en América Latina* (Cidade do México, El Colegio de México, 2012).

³⁶ Vale aqui destacar que a teoria da marginalidade emergiu, em grande medida, como uma das respostas críticas aos limites do pensamento desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Criada em 1948 pela ONU, com sede em Santiago do Chile, a CEPAL tinha por objetivo promover o desenvolvimento econômico latino-americano, contrapondo-se às teorias convencionais que recomendavam o livre-mercado e a especialização em setores primários. Sua abordagem, elaborada por autores como o argentino Raúl Prebisch, o brasileiro Celso Furtado e a brasileira Maria da Conceição Tavares – que chefiou o escritório da CEPAL no Brasil e atuou nos escritórios do Chile e do México –, partia da distinção entre centro (economias industriais, com progresso técnico homogêneo) e periferia (economias especializadas em bens primários, com progresso técnico heterogêneo e dualismo estrutural). A teoria da CEPAL argumentava que a deterioração dos termos de intercâmbio – com a queda relativa dos preços dos produtos primários face aos industriais – impedia a periferia de reter os frutos de seu próprio progresso técnico, sendo a industrialização por substituição de importações, conduzida pelo Estado, a única via para superar o subdesenvolvimento. O pensamento cepalino foi sistematizado pelo uruguaio Octavio Rodríguez em sua obra *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL* (1981), que organiza conceitos de centro e periferia como núcleo do paradigma da teoria da Comissão. Embora a própria CEPAL tenha incorporado o debate sobre a marginalidade em seminários como o de 1959 em Santiago, sua visão "otimista" sobre a urbanização como motor da modernização dos países da periferia passou a ser contestada.

A produção de conhecimento da área voltou-se, então, para temas como: as condições materiais e os modos de vida nas favelas; os baixos níveis de renda e educação; o desemprego e o subemprego; as organizações familiares; e a falta de participação social no meio urbano (Kowarick, 1975, p. 14).

Outro enquadramento teórico sobre as favelas, que se consolidou na década de 1970, surgiu em paralelo à criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) pela ditadura militar e à intervenção desse órgão na produção habitacional. Nesse contexto, parte da produção acadêmica passou a focar na análise crítica das ações e dos programas implementados pelo BNH (Grabois, 1973; Souza, 1974; Bolafi, 1975; 1977).

Ainda na década de 1970, pesquisadores e pesquisadoras de São Paulo direcionaram seus estudos para as causas da expansão das periferias e para o padrão de crescimento urbano conhecido na bibliografia como “autoconstrução de moradias precárias” (Maricato, 1976; Santos, 1980; Bonduki & Rolnik, 1979). Esse ramo de análise criticou tanto a política habitacional do BNH³⁷ quanto os altos preços do mercado imobiliário. Além disso, relacionou a consolidação do “padrão periférico de crescimento urbano” paulistano – baseado no trinômio autoconstrução, casa própria e assentamento ilegal – ao fato de que as moradias precárias, erguidas em áreas cada vez mais distantes, tornaram-se a principal opção de acesso à habitação para os setores populares durante o intenso processo de industrialização da cidade (Kowarick & Bonduki, 1994).

Ademais, questões como o preço da terra urbana e o uso do solo foram apontadas como fundamentais para a compreensão e a formulação de modelos de política habitacional (Vetter, 1975; Santos & Bronstein, 1978; Singer, 1979; Lefèvre, 1979). Por fim, na década de 1970, surgiram também trabalhos dedicados a compreender os conflitos urbanos em torno da moradia nas favelas e periferias, a partir da organização de movimentos sociais (Santos, 1981, 1977; Moisés, 1978; Gohn, 1979; Singer, 1980).

³⁷ Que efetivamente atendia somente aos estratos sociais com níveis de rendas mais elevados, mas que não alcançava os estratos “pobres” das populações urbanas.

Se, por um lado, a evolução temática apresentada pela “resenha” de Valladares se concentrou nas mudanças ocorridas no cenário político e urbano do país desde o início do século XX até a ditadura militar, por outro, a autora destacou que houve marcos teóricos que se fizeram presentes no pensamento urbanístico latino-americano nos anos de 1960 e 1970. Como dito anteriormente, os primeiros estudos sobre favelas e temas relacionados foram constituídos em torno da “teoria da marginalidade”, desenvolvida por sociólogos da América Latina, centrando suas análises em pares de oposição como rural versus urbano e integração versus não integração dos “estratos mais pobres” da população ao meio urbano (cf. Machado da Silva & Ziccardi, 1980, p. 80-81). Nesse sentido, Lícia Valladares afirma que “mais evidente em alguns autores, menos nítida em outros, a marca teórica da marginalidade foi, entretanto, presente em quase toda a produção das ciências sociais sobre a habitação no início da década de 1970” (Valladares, 1982, p. 25).

Para a superação da teoria da marginalidade, as abordagens focalizaram a “problemática dos graus e formas de exploração da força de trabalho, a partir de discussões entre diferentes tipos de organização social da produção” (Machado da Silva & Ziccardi, 1980, p. 81, apud Valladares, 1982, p. 25). Desse modo, as teorias marxistas da acumulação e dos processos de produção do capitalismo industrial constituíram-se como tendências potentes na produção de conhecimento sobre a habitação nas grandes cidades.

Essa guinada teórica, por exemplo, orientou o desenvolvimento de linhas de pesquisa sobre as periferias de São Paulo, os “loteamentos irregulares” e os “processos de autoconstrução da moradia”. Paralelamente, e conforme mapeado por Valladares, o estado da arte da literatura no final dos anos 1970 e início da década de 1980 foi decisivamente influenciado pela então “nova sociologia europeia”. Autores como Castells (1983) e Lojkine (1981) ganharam centralidade nos estudos urbanos, sobretudo para agendas de pesquisa que problematizaram a ação do Estado na urbanização capitalista, as relações entre Estado, urbanização e habitação e as condições de reprodução da força de trabalho no cenário urbano.

Esta tese dialoga e, mais precisamente, estabelece uma “extensão protética” com o pensamento de Donna Haraway. Bióloga de formação e filósofa da ciência situada no contexto euro-americano, Haraway tem se dedicado a pensar, desde os anos 1980, as relações entre tecnociência, mundos multiespécies e a epistemologia feminista. A partir dessa posicionalidade, a autora critica a construção do cientista como sujeito desencarnado, portador do *god trick* – o truque mítico de ver tudo a partir de lugar nenhum –, pretensamente capaz de proferir veredictos imparciais e objetivos.

Refletindo sobre a possibilidade de superação de falsos problemas e sobre o uso do termo “objetividade” nos debates da pesquisa acadêmica e do ativismo feminista anglófono, Haraway argumenta pela compreensão do fazer científico como um modelo paradigmático que não se funda no fechamento, mas no que é contestável e contestado. Isto é, uma ciência que não escapa à ação e à responsabilidade, situando-se num domínio acima das disputas, mas, antes, uma ciência de prestação de contas e de responsabilidade pelas traduções e de solidariedades que vinculam a cacofonia de vozes visionárias dos “saberes subjugados”.

O que disso interessa a esta tese, em outras palavras, é a possibilidade de pensar uma produção científica que não busca se tornar um saber hegemônico ou definitivo sobre seu objeto, mas simplesmente cumprir uma responsabilidade (Haraway, 2009, p. 33). Tendo em vista o amplo e diversificado leque temático dos estudos urbanos, já aberto em sua primeira década de produção acadêmica (nos anos 1960), conforme demonstrado anteriormente, esta tese não pretende realizar uma reconstituição exaustiva desse campo de conhecimento.

Este estudo adere à estratégia de partir do entendimento de um livro que apresenta um certo posicionamento no campo de estudos da urbanização de São Paulo e que, curiosamente, não foi referenciado no levantamento bibliográfico

seminal de Lícia Valladares. Trata-se do livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976).

Dessa forma, esse livro funciona nesta tese como uma ferramenta bibliográfica para apresentar as favelas e periferias das grandes cidades como espaços precários, irregulares, vulneráveis e ilegais. Em termos de localização de saberes, a pesquisa contida na obra demarca o estabelecimento teórico de territórios marcados por profundas desigualdades socioespaciais, entendidas, desde então, como reflexo territorial das desigualdades produzidas pela exploração da força de trabalho – processo intensificado pelo desenvolvimento político-econômico levado ao extremo pelo autoritarismo e pela violência do regime militar.

Considerando a trajetória acadêmica delineada pela primeira revisão bibliográfica dos estudos urbanos, o livro analisado no próximo subcapítulo situa-se na tendência de pesquisa vinculada aos centros de estudos do estado de São Paulo. A partir dos anos 1970, essa produção intelectual dedicou-se a descrever as causas da expansão das periferias e do crescimento urbano tendo como objeto construções altamente precarizadas – desde a ocupação dos terrenos, passando pelo processo construtivo, até as condições materiais das edificações.

1. 2. Uma teoria sociológica contra a violenta pobreza produzida na cidade, ou uma fé libertária em meio ao povo nas lutas: São Paulo capitalismo e desigualdade

O mapeamento do campo intelectual permitiu isolar e examinar um artefato analítico que operacionalizou, de forma seminal, a superação da teoria da marginalidade. Este subcapítulo concentra-se, desse modo, no estudo que utilizou essa superação para formular um diagnóstico urbano, o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976). O objetivo é fundamentar o entendimento do PUF, reativando o contexto de produção teológico-política — vinculado à ação da Igreja Católica frente à ditadura — do diagnóstico estruturador da “cidade desigual” que – conforme a hipótese do alinhamento teórico-político

anunciado por esta tese – forjou a chave interpretativa que se tornaria central para o campo dos estudos urbanos e, conseqüentemente, para a própria ação estatal.

“Íntima união da Igreja com toda a família humana”:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. Com efeito, a sua comunidade se constitui de homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo, na sua peregrinação para o reino do Pai. Eles aceitaram a mensagem da salvação que deve ser proposta a todos. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história (Gaudium et Spes, n. 1).

Papa Francisco desempenhou, com a sua vida, o que entre os teólogos é definido como a Teologia do Povo, um dos retornos ao Concílio Vaticano II. Bergoglio, durante o seu papado, com cada fibra do seu corpo, até as últimas horas de sua vida, testemunhou a necessidade, não apenas nos gestos, de estar com o povo, com as gentes nas favelas, em campos de refugiados, junto de comunidades que sofrem perseguições (como LGBTQIA+), em zonas de conflito, junto de pessoas em situação de cárcere ou mesmo sozinho celebrando uma missa na Praça São Pedro em Roma (enquanto o mundo estava em transe por conta da pandemia de COVID-19/SARS-CoV-2 em 2020).

Francisco deixou o ensinamento teológico de que a Igreja só é fiel a Cristo se estiver junto dos pobres e dos menos favorecidos, se escutar os últimos e defender a dignidade de todos. Como primeiro papa nascido na América do Sul, ele fez da igreja um lugar de acolhida para comunidades marginalizadas e para quem está na linha de frente de conflitos contra ameaças de extinção; esteve, por exemplo, ao lado de comunidades indígenas que enfrentam a mineração e a extração em seus territórios e posicionou-se a favor da autonomia política e territorial da Palestina. O Papa também se voltou contra os crimes estruturais e históricos da Igreja Católica Romana.

Ao se voltar para o estudo das cidades, o legado desse pontífice – cuja a morte aconteceu durante a escrita desta tese – remete ao marco hermenêutico constituído pela recepção das resoluções pastorais do Concílio Vaticano II (1962–1965) na América Latina. Na Argentina de Jorge Mario Bergoglio, as leituras realizadas por padres jesuítas nos anos 1960 de documentos como a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes* compreendiam o povo como lugar privilegiado para a reflexão teológica.

Essa vertente da Igreja Católica constituiu-se a partir das leituras do Concílio e pregou uma ação baseada no serviço, na pobreza, na colegialidade, no diálogo, no comunitarismo e na abertura ao mundo – acolhendo os “pobres” com todos os seus medos e esperanças. Nessa teologia, os “pobres” não foram considerados objetos de libertação ou educação, mas sim como pessoas capazes de pensar com suas próprias categorias, viver a fé de maneira legítima dentro de seus próprios meios e construir caminhos baseados em seus modos de vida.

No Brasil e em outros países da América do Sul, desenvolveu-se um conjunto distinto de leituras dos textos resultantes do Concílio Vaticano II. Essa corrente ganhou forma sob a orientação da Teologia da Libertação. Segundo essa teologia, a fé cristã encontra sua realização na libertação dos pobres de todas as opressões sociais e políticas que os afligem. A partir das resoluções da Igreja Católica nos anos 1960, a presença no mundo – para padres, católicos e teólogos da libertação – passou a ser situada historicamente, e o sentido da fé passou a ser construído pela experiência vivida junto ao povo, incluindo suas lutas políticas.

Os “pobres”, nessa perspectiva, são compreendidos como libertos do sofrimento e da opressão nas cidades latino-americanas pela fé cristã – isto é, por meio da revelação e da ação pastoral da Igreja. Em outras palavras, os “pobres” tornam-se nessa teologia “o conteúdo central” da “primazia do compromisso com a práxis histórica na articulação teológica” (Westphal, 2011)³⁸. A Teologia da

³⁸ É importante destacar que aqui não se pretende avaliar a eficácia de uma teologia em detrimento da outra, nem tomar partido. O objetivo é situar esses movimentos teológicos que se aproximaram dos pobres, focalizando a ação da Teologia da Libertação junto às lutas por moradia nas favelas e

Libertação, enquanto reflexão, desenvolveu-se a partir de uma práxis concreta, em contextos políticos, sociais e culturais marcados por movimentos populares e pela confrontação aos regimes ditatoriais estabelecidos por golpes militares em toda a América do Sul – como no Brasil (1964), Uruguai (1973), Bolívia (1964) e Chile (1973)³⁹.

Do ponto de vista etnográfico das lutas por moradia, essa expressão da fé cristã atuou como uma das principais frentes de combate às opressões vividas pelos "pobres" diante dos problemas de urbanização e da repressão social na cidade de São Paulo. Em estudo etnográfico sobre a produção cotidiana das famílias e suas articulações políticas em movimentos sociais por moradia na periferia, Aquino (2015) descreve como a Arquidiocese de São Paulo, sob a orientação do cardeal-arcebispo franciscano Dom Paulo Evaristo Arns, organizou territorialmente as periferias e favelas da cidade em setores para a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴⁰.

Segundo Iffly (2010) – que realizou um estudo das relações entre Igreja Católica e mobilizações sociais na zona leste da cidade –, a territorialização mediada pela ação das CEBs visava aproximar, na prática, a Igreja do “povo pobre”, contando com a participação de militantes da redemocratização,

a influência desta para a compreensão da urbanização e da política na cidade de São Paulo. Deve-se salientar que a própria compreensão central dessa teologia – a de que os pobres deveriam ser libertos de toda opressão, o que se realizaria pela fé – tornou-se o cerne das principais críticas dirigidas a seus teólogos e a seu engajamento. Tais críticas frequentemente associavam sua práxis ao marxismo, argumentando que, nessa aproximação, a Teologia da Libertação teria comprometido a alteridade de Deus, para quem, em Cristo crucificado e ressuscitado, residiria a revelação única e exclusiva da salvação. Os críticos também afirmavam que, ao se aproximar do marxismo, esta teologia reduziria o pobre a um objeto inconsciente das opressões que sofre, tornando-o alvo de uma libertação meramente extrínseca, operada pela Igreja.

³⁹ Para a formação e o fortalecimento da Teologia da Libertação na América do Sul, foram determinantes alguns acontecimentos. Destacam-se: as reuniões do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em Bogotá (1973) e Lima (1975); o Primeiro Encontro Latino-Americano de Teologia, realizado no México (1975); os assassinatos de teólogos, padres jesuítas e de uma secretária da ordem pelo exército de El Salvador, em San Salvador, em novembro de 1986; a III Conferência Geral do CELAM, ocorrida em Puebla (México) entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979, marcada por disputas entre as orientações teológicas sul-americanas; e o documento das diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja do Brasil para o período 1975-1978 (Westphal, 2011).

⁴⁰ Entre os padres que fortaleceram a vertente da Teologia da Libertação em São Paulo e no Brasil, destacam-se as figuras do arcebispo Dom Hélder Câmara e do teólogo e frade franciscano Leonardo Boff

sindicalistas e moradores locais. Essa dinâmica produziu igualmente uma territorialidade dos movimentos sociais emergentes e um “espaço sociopolítico” de atuação da fé nas favelas e periferias (Iffly, 2010, p. 37).

Dom Paulo Evaristo Arns foi também um importante defensor dos direitos humanos. Ele fundou e liderou a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo (CJP) em 1972. Tendo como referência a declaração do Concílio Vaticano II *Dignitatis Humanae* (1965), a atuação da CJP associou os princípios da Teologia da Libertação à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ampliando assim o raio de ação da Igreja Católica junto aos “pobres”.

No contexto do governo ditatorial no Brasil, estabelecido com o golpe militar de 1964, a CJP fez uma crítica e oposição ao regime. Essa posição fundamentava-se na forma como os militares operacionalizaram o sistema capitalista, gerando a “marginalização dos pobres”, o crescimento das favelas e a violência contra os “marginalizados” e “presos políticos”. A CJP atuou prestando apoio jurídico, registrando casos de violação de direitos humanos, protegendo perseguidos políticos e dando suporte aos seus familiares.

Segundo Marques (2018), a CJP configurou-se como um dos fóruns que passou a discutir o problema da “criminalidade violenta” nas cidades – então apresentado em termos inéditos. De acordo com o autor, diante do estado de exceção instaurado após o golpe de 1964 – em que não apenas negros e pobres eram executados sumariamente nas ruas, muitas vezes com tiros pelas costas, sob qualquer suspeita –, os militantes da CJP entenderam ser necessário estender a defesa jurídica contra violações de direitos humanos, antes garantida aos presos

políticos com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)⁴¹, a todos os presos comuns, assegurando que nenhum direito lhes fosse violado⁴².

Fiel ao pensamento do Concílio Vaticano II, expresso pela constituição *Gaudium et Spes*, a Arquidiocese de São Paulo – por meio da ação da Comissão de Justiça e Paz – promoveu um estudo sobre a cidade, suas periferias e favelas. O objetivo desse estudo, nas palavras de Dom Paulo Evaristo Arns, era ampliar o horizonte e aprofundar a compreensão dos Direitos Humanos.

O estudo serviu como um instrumento para que a CJP e os cristãos pudessem efetivamente abraçar os problemas que afligiam a maioria da população,

⁴¹ A garantia de defesa jurídica contra as violações de direitos humanos foi conquistada pelos próprios presos políticos por meio da carta intitulada *O Bagulhão: a voz dos presos políticos contra a ditadura*, escrita em outubro de 1975 por 35 prisioneiros do Presídio da Justiça Militar Federal. O documento foi endereçado ao então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o civilista Caio Mário da Silva Pereira, que havia declarado publicamente não ter conhecimento de casos concretos de arbitrariedades sob o governo do regime. Os signatários, que se apresentavam como “sobreviventes da estrutura de repressão”, detalharam minuciosamente um mecanismo estruturado de tortura operado por agentes do Estado. A carta foi acolhida por advogados da OAB, que passaram a utilizar seu conteúdo para denunciar internacionalmente a existência de uma máquina de repressão e tortura política no Brasil. A íntegra da carta está publicada no Tomo I (Parte I) do *Relatório da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”*, no capítulo homônimo. Acesso ao relatório: Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”. *Relatório*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, [ano]. Disponível em: <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 03/08/2025.

⁴² Esta tese assume a precisão teórica do abolicionismo penal, compreendendo que todo preso é um preso político e que sobre a população carcerária brasileira recai uma violência de Estado, operacionalizada pelo racismo, pelo patriarcado e por territorializações policiais que definem as favelas, comunidades e ocupações como espaços que “ameaçam a ordem pública” ou apresentam “perigo para a sociedade”. Nesse sentido, é imperativo mencionar os movimentos sociais que, nos dias de hoje, reivindicam a garantia dos direitos das pessoas submetidas ao cárcere e ao sistema penal, como a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Presas (Amparar) e as Mães de Maio. Ademais, política e teoricamente, no âmbito jurídico, esta tese parte da constatação kafkiana de que, quando a lei se apresenta unicamente como processo, o processo torna-se a própria essência da lei; se todo direito se reduz ao direito processual, então categorias como crime, inocência, culpabilidade, obediência e desobediência se confundem e perdem importância nos limites do procedimento. Como destaca Agamben, quando a finalidade última da norma é produzir julgamentos, o direito não visa nem punir, nem inocular; nem fazer justiça, nem estabelecer a verdade, fazendo do julgamento a sua própria finalidade. Ainda segundo Agamben, citando Satta (1994), uma consequência desse dispositivo autorreferencial é que a pena não é consequência do julgamento, mas o próprio julgamento é a pena (*nullum iudicium sine poena*), pois a pena completa está no ato de julgar, sendo a sentença executória ou o cárcere um prolongamento do julgamento (Agamben, 2008, p. 28-29). Assim, a sentença de absolvição converte-se na confissão de um erro judicial, donde cada um é intimamente inocente, mas o único verdadeiro inocente não é quem é absolvido, e sim quem passa a vida sem ser julgado ou oprimido por seu fenótipo, condição de egresso do sistema penitenciário, *ethos* ou lugar em que mora.

desprovida de seus direitos mais elementares. Além disso, funcionou como uma ferramenta concreta para mapear a extensão dos males que assolavam a cidade, identificar suas causas profundas e, a partir desse diagnóstico, combatê-las e extirpá-las (Arns, 1976 apud Camargo et al., 1976).

O estudo promovido pela Arquidiocese revelou que a pujança do crescimento de São Paulo – representada pela concentração, sem paralelo no país, dos meios de produção, dos serviços, do capital e da riqueza – andou lado a lado com o aumento da pobreza. À luz das condições de vida da população, o desenvolvimento paulistano traduziu-se, para as pastorais da Igreja, em um abismo cada vez maior entre a opulência de poucos e as privações de muitos. Nessas circunstâncias, para Dom Paulo Evaristo Arns, já não bastava, naqueles tempos sombrios, apenas sentir os problemas ou comover-se com a miséria. Não era suficiente deter-se na busca de um mero lenitivo para os “pobres”.

Era necessário, portanto, investigar as causas profundas dos problemas e mobilizar um combate conduzido com coragem, paciência e determinação. Nas palavras do cardeal-arcebispo:

Os fatos e a angústia, conhecê-los é um caminho necessário para o encontro e aceitação das soluções. E o povo, pela experiência cotidiana, conhece com acuidade e lucidez de quem precisa lutar cada dia para ganhar o pão, para si e sua família, a extensão da gravidade dos problemas. É preciso romper as barreiras que se opõem a que o povo se organize, participe e contribua para a solução de seus problemas e dos problemas da cidade. [...] Consciente desta tarefa, a Igreja traçou objetivos prioritários de ação. Está presente nas áreas mais difíceis da periferia, tentando a integração de um povo disperso e desarticulado. Tenta uma presença no mundo do trabalho, junto ao povo sofrido que constrói a cidade, às vezes com o preço da própria vida. A Igreja segue o exemplo de Cristo e dos Apóstolos, procurando alinhar-se ao lado dos oprimidos e injustiçados, lançando as bases de uma participação efetiva do povo em todos os níveis de vida e cultura urbana. [...] Um povo que não se massifica poderia ser o resultado de pequenas comunidades de base, conscientes de seus direitos e deveres, influenciando nas decisões que envolvem o Bem Comum e, portanto, o destino da coletividade (Arns, 1976, *ibidem*).

Coube, então, a esta tese indagar: qual foi a natureza e o alcance do estudo encomendado pela Arquidiocese que possibilitou a Dom Paulo Evaristo Arns mobilizar a Igreja para uma ação dedicada aos “pobres”? Como se configurou esse

instrumento de luta que definiu as periferias e favelas como territórios privilegiados para a vivência da fé e o combate às opressões urbanas durante a ditadura? E, por fim, quais foram os fundamentos e as estratégias desse combate, travado sob a liderança do arcebispo?

A Arquidiocese de São Paulo encomendou tal estudo ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que formou uma equipe específica de pesquisadores para conduzi-lo. O resultado da pesquisa foi publicado no livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976).

Embora esse livro tenha sido caracterizado como uma “pré-história” da sociologia da “violência urbana” (Marques, 2018), esta tese sustenta que seu caráter pioneiro reside, sobretudo, em seu propósito declarado: pesquisar as tendências do desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo a partir das condições concretas de vida de seus habitantes, como explicitado em sua introdução (Camargo et al., 1976, p. 13).

Com uma sistematização de dados de natureza econômica e social, por meio da qual a equipe de pesquisadores do CEBRAP buscou descrever o retrato das condições urbanas em São Paulo, o trabalho focou nos problemas que os moradores da metrópole enfrentavam. Desse conjunto analítico, depreendeu-se que o intenso crescimento econômico da cidade entre as décadas de 1950 e 1970 foi acompanhado da deterioração das condições de vida de ampla parcela de sua população.

No diagnóstico elaborado, os pesquisadores vinculam diretamente o processo de crescimento urbano ao agravamento dos “problemas urbanos”. A dimensão desses problemas foi avaliada pelo déficit crônico de serviços e obras públicas – um cenário em que a escalada das dificuldades superava, em ritmo, tanto a implementação de soluções quanto a própria capacidade de planejamento.

Em seu diagnóstico, a pesquisa afirmou que a compreensão – usada para justificar a forma como a cidade se expandia – de que o próprio crescimento ordenaria espontaneamente os problemas urbanos era apenas um exercício de imaginação (Camargo et al., 1976, p. 21-22). Na análise encomendada pela

Arquidiocese de São Paulo, as condições de trabalho e os salários, em uma população majoritariamente constituída por trabalhadores assalariados, foram definidos como aspectos fundamentais para a determinação da “qualidade de vida” urbana.

O estudo argumentou, contudo, que as condições de vida da população dependiam de fatores ligados, direta ou indiretamente, às formas de produção e distribuição da riqueza. A partir dessa premissa, os pesquisadores e pesquisadoras buscaram demonstrar, por meio de dados, que a maioria dos problemas enfrentados pelos habitantes de São Paulo não era resultado do crescimento da cidade em si, mas sim da desigualdade inerente ao funcionamento da política econômica imposta pela ditadura.

Nesse entendimento, a própria organização do espaço urbano, da infraestrutura e dos serviços da cidade também foi enquadrada como determinante para a “qualidade de vida da população”. Dessa análise, surge no estudo do CEBRAP a noção de que a distribuição espacial da população acompanhava a condição social das moradias, “reforçando desigualdades existentes”.

Em termos claros, o agravamento dos problemas que afetavam a “qualidade de vida da população” não atingia a cidade em geral. Isso porque, a partir de 1940, quando, na visão dos(as) pesquisadores(as), surgiram e se expandiram os bairros periféricos que (juntamente com os cortiços e as favelas) alojaram a população trabalhadora, os problemas e as mazelas da urbanização também passaram a habitar – por assim dizer – os espaços de moradia dos pobres da cidade.

Portanto, essa pesquisa seminal introduziu na literatura científica a noção de que, na São Paulo dos anos 1970, vigorava uma forma específica de desigualdade, marcada pela segregação espacial. O processo industrial de urbanização conduzido pela política econômica da ditadura gerava, assim, uma “desigualdade perversa” – que não se expressava apenas pela concentração dos meios de produção e da riqueza, mas também pela localização seletiva dos problemas

urbanos, determinando qual estrato da população suportaria os males habitacionais inerentes ao próprio desenvolvimento.

Havia uma verdadeira “lógica da desordem”, na qual a desigualdade não era apenas um efeito indesejado da urbanização, mas sim uma engrenagem necessária para o tipo de crescimento e desenvolvimento urbano impulsionado pela industrialização (Camargo et al., 1976, p. 21; Kowarick, 1979, p. 29).

Essa teoria sociológica, profundamente arraigada em uma profissão de fé cristã e libertária na América do Sul, explicitou como, no Brasil da ditadura, o Estado operou sistematicamente um tipo de violência direcionada sobretudo contra “os pobres e todos que sofriam” na cidade – privados do direito de manifestar suas dores, angústias e sofrimentos. Definia-se, assim, o crime real praticado por uma violenta engrenagem estatal, cujo funcionamento dependia de um mecanismo “extremamente desgastante e até mesmo dilapidador” (Kowarick; Ant, 1982) dos meios de vida da ampla parcela da população forçada a morar em favelas e periferias.

Desse modo, é possível afirmar que o instrumento produzido pela “ação da Igreja Católica no mundo” dentro dos contextos ditatoriais da América Latina – Igreja que também agregou orientações favoráveis aos golpes que subjugaram os países latino-americanos com trevas e obscuridades – liberou um potencial teórico e político, afirmando a necessidade de se extinguir as repressões e flagelos que violentamente impediam o “povo organizado” de reivindicar participação, contribuição e proposição de soluções para os problemas produzidos com o avanço do desenvolvimento urbano e industrial. Tendo em vista que era o “povo pobre” quem mais conhecia e sofria com tais problemas.

1. 3. Polemistas: querela teórica e convocação de saberes subjugados ao centro do campo teórico

A centralidade política e analítica do diagnóstico de *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976) e de seus desdobramentos, contudo, não é incontestável. Para consolidar um dos pontos do argumento central dessa tese

– o de que essa linha teórica se tornou central –, é preciso se posicionar em relação a uma interpretação que, em sentido diametralmente oposto, a descreve como um saber subjugado. Este subcapítulo volta-se, portanto, para uma querela teórica recuperada por Adalton Marques no campo da segurança pública, onde tais análises foram apresentadas como derrotadas e superadas. O movimento aqui é decisivo: reverter essa leitura a partir do campo da habitação, demonstrando que a referência central mobilizada não foi marginalizada, mas forneceu, precisamente, os termos pelos quais o Estado, por uma perspectiva, passou a enxergar e a intervir nas favelas nas décadas que se seguiram.

Antes de avançar no aprofundamento da linha de entendimento urbano sobre a cidade de São Paulo, descrita no trecho anterior, é preciso fazer um deslocamento e percorrer outro trecho dos estudos urbanos. Nesse sentido, é preciso dizer que há uma querela teórica que pode ser bibliograficamente reativada desde a publicação do artigo de Edmundo Campos Coelho, intitulado *A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade* (Coelho, 1978). Esse artigo operou uma dissociação da condição de “pobreza” como causa da “criminalidade urbana”, ao problematizar o “senso comum” a respeito do perfil social dos autores de atos de delinquência.

Uma tendência frutífera da sociologia, explorada até hoje, consiste em tensionar a produção do saber científico contra os discursos sensacionalistas que estigmatizam pessoas em situação de vulnerabilidade, convertendo-as em figuras “perigosas” e “periculosas”. Se Edmundo Campos Coelho não foi o inaugurador dessa tendência, sua reflexão inaugurou um precedente decisivo. A partir dele, a associação simplista da “pobreza como causa da criminalidade urbana” passou a ser combatida sistematicamente por autores como Sérgio Adorno e Eliana Bordini (1989), Alba Zaluar (1994a; 1994b) e Antônio Luiz Paixão (1990).

Nesse terreno de debates, posteriormente, Michel Misse (1999, p. 7)⁴³ descreveu que, a partir dos anos 1980, a tendência de denunciar a “falsa associação causal” entre “pobreza urbana” e “criminalidade” fortificou-se pelo combate a tendências analíticas anteriores, como a de inspiração marxista ou da chamada criminologia crítica – que relacionava a marginalização socioeconômica às “subculturas criminais” (Misse, 1995; Misse, 1980; Misse & Motta, 1979; Guimarães, 1982) ou às “estratégias de sobrevivência” no meio urbano (Oliven, 1982). Outra vertente analítica combatida pela tendência de denunciar a associação causal entre crime e pobreza foi a que acusava o Estado brasileiro – então sob a ditadura militar – de praticar violência ilegítima e institucionalizada contra os direitos humanos (Pinheiro, 1982; 1983; 1984).

Na visão de pesquisadores e pesquisadoras das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, a “violência urbana” dos anos de 1980 deixava de ser entendida como a criminalidade tradicional das “classes perigosas”. Em seu lugar, ganhava força a noção de um “crime organizado” de caráter “empresarial”, que recrutava jovens “pobres” para a execução de ações criminosas altamente lucrativas⁴⁴.

Ademais, afirmava-se uma rígida demarcação moral nas “populações pobres”, que dividia radicalmente “trabalhadores” e “bandidos” (Zaluar, 1985; 1994b). Outras relações entre “pobreza” e “criminalidade” eram reconhecidas (Coelho, 1992), mas a ação do tráfico de drogas e a atuação arbitrária e corrupta da polícia as complexificavam a ponto de que “não parecia mais adequado sustentá-las com os argumentos convencionais” sobre a causalidade entre marginalidade e crime (Peralva, 1996, apud Misse, 1999, p. 8).

⁴³ Sociólogo e uma das mais importantes referências para os estudos da violência, criminalidade e segurança pública que faleceu durante a escrita desta tese. Este trabalho reconhece sua profunda contribuição intelectual para a compreensão crítica dos problemas urbanos no Brasil.

⁴⁴ Esse caráter “empresarial” e mercadológico do crime organizado levou aproximadamente duas décadas para se consolidar plenamente em São Paulo, processo que se intensificou com a expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) para além dos muros do sistema prisional, objetivando territórios das periferias e favelas. Trata-se de uma dinâmica econômica ilícita detalhadamente analisada, por exemplo, no mercado de carros roubados (Feltran, 2021). Nas últimas décadas, as análises sociológicas têm se concentrado em esmiuçar essa expansão e as atividades ilícitas dos mercados do crime, o que, do ponto de vista desta tese, tem contribuído para uma certa monotemática na representação acadêmica das favelas.

Posteriormente à ocupação desse terreno, Michel Misse apresentou, em 17 de abril de 1995, uma reflexão durante a *Mesa Redonda: Violência no Público e no Privado* do Seminário *Violência ou Participação Social no Rio de Janeiro*, realizado no extinto Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Em sua fala, o sociólogo analisou a então “atual polêmica” travada por pesquisadores contra as tendências analíticas sobre a “violência urbana”. Misse elaborou, assim, uma crítica da crítica, polemizando que o combate de seus contemporâneos contra “teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil” tinha um “estilo próprio” de narrativa.

Pois, tal combate era travado contra um adversário difuso e não nomeado, cujos textos não foram publicados e conotando referenciais muito antigos. Em suas palavras, tratava-se de:

um “Spencer” de Parsons, mas um Spencer sem nome, completamente difuso, outras vezes misturado a um imaginário social também difusamente determinado, geralmente tributário daquele Spencer antiquado e amorfo. Quando não é isso, o adversário é, então, uma categoria mais moderna de sociólogos, cujos nomes também não se sabe com precisão e cujas teses não foram publicadas em lugar nenhum, mas que pensam coisas impressionantes, fortemente deterministas, que exigem imediata réplica dos nossos atuais autores (Misse, 1995, p. 3)⁴⁵.

Desse modo, a relação causal entre “pobreza” e “crime” figurava como “opinião generalizada no imaginário social”. Para obter uma positividade científica, contudo, a narrativa dos pesquisadores e pesquisadoras não se dirigia a esse imaginário, mas sim “a um interlocutor científico”. Nesse caso, a univocidade da

45 A partir dessa crítica, Michel Misse procurou resumir as formulações das “teses” do “adversário” sem rosto, nome ou registro que alguns de seus contemporâneos mobilizaram como retórica em seus combates. Segundo ele, as teses equivocadas combatidas eram: (1) “a pobreza urbana é a causa da criminalidade violenta, ou do aumento da violência urbana”; (2) “o bandido das áreas urbanas pobres (favelas, conjuntos habitacionais, áreas periféricas) é um herói justiceiro, tipo Robin Hood, que rouba dos ricos para dar aos pobres”; (3) “a criminalidade urbana é descendente direta dos quilombos, das capoeiras, das estratégias de resistência de negros e mulatos nos morros e favelas, da ética da malandragem”; (4) “o migrante rural tradicional, geralmente nortista ou nordestino, inadaptado às grandes cidades, lançado à miséria e isolado dos vínculos comunitários, em geral ocupando funções desqualificadas em áreas como a construção civil, é o personagem central da violência urbana”; e (5) “o aumento da criminalidade violenta é uma dimensão do aprofundamento da luta de classes” (Misse, 1995, p. 3).

tese acionada pela antiga querela sobre a qual misse polemizou na década de 1990 era então convertida em uma variedade de imputação.

Foram acusados os trabalhos que conceitualizaram a “violência urbana” pelas teorias “das classes perigosas” e da “marginalidade”. Bem como foram acusadas as descrições baseadas na noção de “estratégias de sobrevivência” no meio urbano ou “na cidade” (Misse & Motta, 1979; Misse, 1980; Oliven, 1982).

A leitura de tal debate e os termos da querela deixaram a imagem de que tudo é tudo e nada é nada. Essa impressão se desfaz, contudo, quando se propõe ler ao pé da letra os trabalhos que fundamentaram a crítica dos sociólogos à tese equivocada da associação direta entre marginalidade e criminalidade – verifica-se então que tais trabalhos não sustentavam tal associação. Na verdade, a caracterização das “classes perigosas” nos estudos de Michel Misse e Dilson Motta, por exemplo, já afirmava ser inegavelmente necessário combater o “mecanismo da falsa relação entre geração de pobreza” e ocorrência de “criminalidade delinquente” (definidora da “violência urbana” no debate sociológico da época). Ao mesmo tempo, esses autores argumentavam ser preciso considerar que existiam “práticas criminais” efetivamente associadas às “condições de vida”, sociabilidade e habitação de “segmentos marginalizados” nas grandes metrópoles brasileiras (Misse, 1995, p. 6).

Ou seja, a crítica feita por pesquisadores como o sociólogo Antônio Luiz Paixão (1990) e a antropóloga Alba Zaluar (1994b) era certa ao demonstrar os preconceitos das práticas típicas de funcionamento das polícias e do sistema judicial, que encarcerava seletivamente pobres, negros e moradores de favelas e morros, tolerando outras criminalidades de estratos médios ou dominantes. No entanto, a crítica era incompleta e unilateral (Misse & Motta, 1979; Misse, 1980, 1995, 1999).

Já Ruben Oliven – dedicado a pensar temas como urbanização, mudança social e industrialização no início da década de 1980 – refletiu que o termo “violência urbana” considerava quase que somente a “delinquência de classe baixa”, e afirmou que:

Procurando enxergar a violência do ângulo do delinquente de classe baixa – o assaltante, trombadinha –, poder-se-ia encará-la como estratégia de sobrevivência num contexto [as grandes cidades] onde as desigualdades são gritantes. Nesse contexto, a possibilidade de conseguir empregos regulares é escassa, a remuneração do trabalho não-qualificado é extremamente baixa e boa parte da população urbana sobrevive no setor informal, desempenhando atividades chamadas de marginais. Poder-se-ia, portanto, argumentar que nessas condições a violência não é praticada somente para satisfazer necessidades econômicas, mas possui igualmente conotação política, pois também tem como meta, do ponto de vista do delinquente, recuperar parte do excedente de que foram expropriadas as classes subalternas. (Oliven, 1982, p. 26).

Essa reflexão, que Oliven fez, afasta-se de qualquer tipo de associação “causal” entre “pobreza” e “crime”, reconhecendo que:

Isso não nos deve, naturalmente, fazer cair no engodo de imputar mecanicamente a criminalidade à pobreza. Embora a falta de oportunidades de trabalho com remuneração condigna possa levar à criminalidade, não são obviamente todos os pobres que se valem da delinquência para sobreviver (ibid., p. 27).

Nesse sentido, Michel Misse (1995, p. 8) também argumentou que, para pensar se a “pobreza” justificaria escolhas por práticas “criminais”, o foco da análise não deveria recair no significado do maior número de pobres que não cometem crimes. Era preciso, antes, compreender “os pobres que optaram pelas carreiras criminais”, pois “talvez nos casos deles, e apenas no caso deles” se pudesse apreender algo da relação entre “pobreza” e “criminalidade”, “quem sabe apreender também porque a maioria dos pobres não se tornaria criminosa”. Nessa mesma chave, cabe citar o trabalho de Antônio Rafael Barbosa (1998), que procurou entender os problemas do tráfico de drogas e da violência urbana no Rio de Janeiro pelos termos de quem, no limite, optou “pelo lado certo da vida errada” (Barbosa, 1998, p. 141).

No entanto, o que interessou a esta tese foi a reativação da querela, no âmbito dos estudos da segurança pública (especificamente sobre temas de cárcere), realizada por Adalton José Marques. Em sua tese de doutorado (2018), o autor explorou essa querela no terceiro capítulo, apontando a ocorrência de um estranho e sistemático apagamento. Esse apagamento refere-se à linha argumentativa de autores que analisaram a violência urbana de modo amplo,

incluindo a prática de atos não sancionados que se circunscrevem ao âmbito da delinquência.

Conforme sua descrição, a sociologia da violência, ao buscar reconhecimento como ciência de Estado para assim consolidar um campo científico, fez mais do que produzir uma retórica contra um adversário sem nome e sem rosto – como já observara seu antecessor direto nesse campo, Michel Misse. Ela também acabou por sepultar trabalhos que se esforçavam para descrever as complexas relações entre desigualdade social e crimes vinculados ao desenvolvimento urbano das grandes cidades brasileiras.

O autor aponta que, a partir desse sepultamento, essa linha argumentativa de entendimento – precisamente ao tratar da “violência urbana” sem se restringir à “delinquência das camadas pobres” – foi acusada pejorativamente de “marxismos vulgares”, “crença” e “ideologia” (Misse, 1995, p. 5; 1999; Marques, 2018, p. 130). Todavia, essa tentativa de Marques de “assenhorar-se”, de “subjugar”, de “imprimir sentido” ao nascimento da sociologia da violência no campo da segurança pública (enquanto ciência de Estado) soa estranha, dada a definição que o próprio autor atribui aos saberes produzidos por seus “companheiros”, considerando-os saberes subjugados, desacreditados e inefetivos para a compreensão da “violência urbana” (Marques, 2018, p. 117).

Esse estranhamento marca esta tese, pois, por exemplo, a linha argumentativa de trabalhos produzidos por pesquisadores como Lúcio Kowarick, as arquitetas Clara Ant, Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, o arquiteto Nabil Bonduki, o antropólogo Ruben Oliven, o sociólogo Michel Misse, entre outros, como Paul Singer, já era consagrada como um marco no primeiro levantamento bibliográfico da área dos estudos urbanos (Valladares, 1982).

Desse modo, a compreensão teórica desta tese declara uma inversão da perspectiva bibliográfica descrita por Adalton Marques, a partir do campo da habitação. Pois, quando se analisa a produção desses autores e autoras, verifica-se que eles não foram marginalizados, mas tornaram-se absolutamente centrais. Foi precisamente esse corpo teórico que, ao longo das décadas, descreveu,

analisou e criticou os processos de produção da precariedade, da vulnerabilidade e da carência de infraestrutura urbana nas favelas – fornecendo, assim, os próprios termos e diagnósticos por meio dos quais o Estado passou a enxergar e a intervir de forma ampla, em certos momentos, nesses territórios após a reabertura democrática.

Outro ponto a se destacar é que essa linha de argumento também foi desenvolvida em função da criação de um quadro político mais amplo, estabelecido após a derrota do regime militar. Nesse quadro, e aqui há uma concordância com o argumento de Marques (2018), a problematização de questões complexas como a habitação nas favelas, o encarceramento e o extermínio de jovens negros, trouxe consigo a afirmação de que as resoluções dependeriam de uma consistente institucionalização democrática. No entanto, não há como desconsiderar a centralidade do discurso científico que denunciou a produção da desigualdade social, a segregação espacial e a violenta dilapidação dos meios de vida da população favelizada nesse amplo processo pós-ditadura. É crucial observar, ainda, que nesse processo, aqueles que lutaram contra a ditadura não consideraram o legado duradouro das violências cometidas pelo regime contra as populações, sobretudo as mais precarizadas – legado esse que perdura até os dias de hoje, a exemplo da temática desta tese.

É compreensível que a duração do problema não tenha sido considerada. Afinal, os que lutaram pela (re)democratização foram os primeiros a se deparar com o aumento da pobreza associado a um sistema urbano-industrial que funcionava como uma “engrenagem extremamente desgastante e até mesmo dilapidadora” dos meios de vida da maior parte da população urbana. Essa dinâmica produzia, concretamente, uma “violência urbana” onde, “mesmo se a criminalidade viesse a diminuir substancialmente”, a cidade continuaria sendo “marcadamente violenta”, na medida em que nela persistiriam condições socioeconômicas danosas — “não só da qualidade de vida da maioria, mas sobretudo, da própria vida de amplos segmentos populacionais das classes populares” (Kowarick & Ant, 1982, p. 32-33).

1. 4. Cidade desigual

Defendida a centralidade do corpo teórico dos anos 1970, o percurso argumentativo avança agora para um de seus conceitos mais duradouros e influentes. Este subcapítulo explora a potência da “espoliação urbana”, cunhada por Lúcio Kowarick, rastreando sua formulação como síntese teórica do diagnóstico da cidade desigual e, sobretudo, seu posterior legado técnico como conceito-chave para a intervenção estatal nas décadas seguintes.

Em razão do posicionamento que esta tese ocupa em meio ao campo de forças das lutas por moradia das favelas, a opção deste trabalho é reafirmar o valor de explicitar a possibilidade de ver a luz de dentro do calabouço ou das favelas. No entanto, é preciso reconhecer o perigo apontado pela polêmica gerada pela antiga corrente de pensamento pós-moderna – emblematicamente discutida na obra *Writing Culture* (Clifford & Marcus, 1986) –, voltado para aquilo que por vezes nos é atribuído como romantização ou apropriação indevida da visão dos sujeitos subalternos, ao mesmo tempo que alegamos ver a partir do seu ponto de vista.

Afinal, ter uma visão menor não é algo isento de problemas nem facilmente apreensível, mesmo que habitemos, como os favelados ou a classe trabalhadora, o terreno dos saberes subjugados. Foi o que precisei aprender com os resultados da minha dissertação de mestrado (Guidotti, 2018).

Nesse sentido, saberes que figuraram como subjugados sob um ponto de vista podem, por outra perspectiva, impor-se como incontornáveis e geradores de potentes centros gravitacionais de entendimento e definição do real – verdadeiros “sistemas de ressonância e redundância”, como “buracos negros” ou oclusões que retêm tudo o que passa ao seu alcance (Deleuze & Guattari, 2011a [1980], p. 70). Conforme o desenvolvimento desta pesquisa, foi o que ocorreu com as linhas de pesquisa explicitadas por Marques como saberes silenciados, subjugados ou sujeitados – tal como definidos por Haraway (1995), nos termos dos saberes

localizados, e por Michel Foucault (2010 [1975-1976]), em relação às potencialidades epistêmicas dos saberes sujeitados.

O estudo da luta pela moradia – pela conquista de um teto ou pela resistência à remoção – denota que a perspectiva que vincula a violência urbana aos processos mais amplos de produção da desigualdade está longe de ser subjugada. Essa linha de pensamento, na verdade, batalhou para ser central, pois orientou proposições de soluções estatais para os problemas urbanos, os quais são intrinsecamente marcados pela profunda desigualdade secular do país.

O trabalho deste capítulo procurou situar o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976) como um dos primeiros a dedicar uma atenção sistemática – sob um olhar sociológico – às condições materiais de vida da população urbana. Três décadas após sua publicação, sua relevância foi reiterada por Eduardo Marques e Haroldo Torres (2005), que destacaram a importância da pesquisa por uma dupla contribuição: política, ao criticar um certo capitalismo tardio aplicado no Brasil e ao se contrapor à ditadura militar; e acadêmica, ao buscar compreender a questão social e urbana do país⁴⁶.

A utilização estratégica desse livro nesta tese justifica-se pela função de seu argumento em liberar o campo político da urbanística. Justifica-se também por esta tese sustentar que as linhas de pesquisa por ele abertas constituíram, com o tempo, uma área de intervenção e de consultoria técnica e teórica, oferecendo entendimentos político-teóricos para intervenções urbanas. Em outras palavras, as linhas traçadas pelo livro em questão consolidaram um saber estatal.

Para rastrear a fundamentação bibliográfica desse enunciado, esta tese seguiu – ainda que para depois abandonar – os caminhos abertos pela ação da teoria sociológica de outros autores e autoras, teoria essa arraigada na profissão de fé libertária e cristã da Arquidiocese de São Paulo, conforme tematizada no segundo subcapítulo desta parte. Como a presente investigação pôde constatar, o melhor caminho para acessar essa dimensão política do campo dos estudos

⁴⁶ Esse trabalho, segundo os autores, instaurou uma agenda de pesquisa sobre as grandes cidades e suas condições, a qual conformou a sociologia urbana nas décadas subsequentes – aspecto que será explorado na primeira parte do próximo capítulo.

urbanos passa pela conceituação da espoliação urbana, tal como difundida pela aplicação da agenda teórica de Lúcio Kowarick.

Na pesquisa etnográfica que fundamenta esta tese, esse conceito foi trabalhado como aquele que permite visualizar a desigualdade e seus efeitos a partir da moradia precária das favelas. Kowarick, dando continuidade ao quadro teórico lançado pelo livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976) e somando a isso os resultados de um trabalho que coordenou juntamente com Ruth Cardoso em duas favelas nos anos 1970 (Trindade & FERRO, 2011, p. 238), obteve material para desenvolver sua obra clássica homônima: *A espoliação urbana* (Kowarick, 1979).

Genericamente, a espoliação urbana pode ser definida como a dinâmica de exploração sofrida pelo “cidadão” e “trabalhador industrial” em uma cidade altamente industrializada – onde se vivia com um salário mínimo extremamente dilapidado – somada à extorsão operada pela inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo socialmente necessários. Essas duas dimensões, a da relação de trabalho e a da reprodução social, agudizavam-se mutuamente, configurando uma máxima extorsão do salário (Kowarick, 1979, p. 59).

Entretanto, com a aplicação da leitura realizada nesta tese, tornou-se igualmente evidente o legado técnico desse conceito: compreender a urbanização de São Paulo como uma máquina desigual de moer gente. Esse entendimento foi inaugurado pelo discurso de denúncia contra os abusos e violências promovidos pelo governo da ditadura militar – analisado em páginas anteriores.

A partir desse entendimento, esta tese descreverá o desenvolvimento teórico do discurso em torno do conceito de espoliação urbana. Assim, é possível afirmar que tal conceito funciona como a base de um verdadeiro edifício teórico no campo dos estudos urbanos.

Contudo, é fundamental considerar que a formulação desse conceito exigiu desvendar a lógica da desigualdade inerente ao processo de desenvolvimento urbano e industrial. Ao traçarmos uma possível história das ideias sobre a urbanização de São Paulo, pode-se afirmar que Lúcio Kowarick articulou a

compreensão dessa lógica urbana desigual com a reflexão de um sociólogo que, ao longo do tempo, distanciou-se das agendas de pesquisa mais vinculadas ao CEBRAP.

No livro de Kowarick, o conceito de espoliação urbana associa-se à moradia precarizada – em particular à "casa autoconstruída", tal como identificada por Francisco de Oliveira em sua *Crítica à Razão Dualista* (1972). Ao analisar a "integração" social dos "setores atrasados no processo de acumulação do capital no Brasil", Oliveira constatou que uma parcela expressiva das residências da classe trabalhadora era construída pelos próprios moradores, que utilizavam dias de folga, fins de semana e formas de cooperação, como o mutirão.

Nessa axiomática, a habitação – o bem resultante desse processo construtivo – era produzida com trabalho não pago, o "supertrabalho". No sistema geral de reprodução da vida urbana, esse bem acabava por intensificar a exploração da força de trabalho, pois a casa autoconstruída representava uma aparente redução no custo de reprodução do trabalhador – custo no qual a habitação era um dos principais componentes.

A precariedade habitacional descrita por Francisco de Oliveira – favelas, habitações sob pontes e periferias desprovidas de infraestrutura – garantia à indústria a oferta de baixos salários, respaldada pelo exército de reserva formado por milhares de trabalhadores favelados com remuneração cada vez mais dilapidada. Assim, essa dinâmica, que à primeira vista mantinha práticas de "economia natural" no contexto urbano industrializado (conforme a teoria da marginalidade), conformava um par perfeito com o "processo de expansão capitalista". Tal processo tinha, como uma de suas bases, a produção sistemática de pobreza e precariedade – viabilizada pela intensa exploração da força de trabalho que as moradias precárias das favelas liberavam (Oliveira, 1972, p. 31).

Em São Paulo, território ocupado pela produção industrial, Lúcio Kowarick identificou – dando continuidade à argumentação desenvolvida no âmbito do CEBRAP, onde atuou – que o salário recebido pelas horas de trabalho na linha de produção era um elemento central para a compreensão sociológica da urbanização

industrial. Desse modo, observar e analisar como as casas eram construídas a partir da obtenção de baixos salários mostrou-se uma abordagem eficaz para aproximar o entendimento da habitação da análise de processos econômicos e políticos mais amplos, esses entendidos como definidores da reprodução da vida nas grandes cidades industriais do capitalismo da primeira metade do século XX.

Essa configuração teórica mostrou-se plenamente relevante e nada anacrônica para a década de 1970, uma vez que já era evidente que o regime instaurado pelo golpe militar não estava estruturado para fornecer aos trabalhadores e aos estratos mais precarizados os meios de vida necessários. Do ponto de vista da acumulação do capital industrial e financeiro, a moradia foi, assim, convertida em mercadoria, e habitar uma casa passou a significar, legalmente, a posse comprovada desse bem (mercadoria).

Essa urbanização desigual, identificada nos estudos urbanos de São Paulo, tendeu a produzir e garantir acesso adequado à moradia-mercadoria para os estratos sociais com rendas mais elevadas, em contraste com os salários precarizados da maioria da população urbana. Do ponto de vista da política habitacional dos militares, a falta de acesso à moradia fora do mercado imobiliário fez com que os estratos das classes médias – especialmente após a criação do Banco Nacional de Habitação – encontrassem meios de se apropriar de recursos públicos e fundos sob gestão nacional, dificultando ainda mais o atendimento habitacional às populações de baixa renda.

Para Kowarick, portanto, o vasto exército de reserva não era uma "massa marginal" alheia ao processo econômico, mas uma alavanca material fundamental para a produção no capitalismo tardio. O Brasil constitui um caso exemplar: a ditadura instaurada com o golpe de 1964 operacionalizou, através da dilapidação salarial, uma superexploração do trabalho que se combinou à espoliação do acesso aos equipamentos urbanos para a maioria da população.

Nesse processo disforme, uma massa gigantesca de mão de obra foi liberada. Vidas foram convertidas em recursos considerados inesgotáveis, passíveis de serem integrados às engrenagens produtivas. Desse modo, para além

das condições de trabalho diretas, a pauperização – absoluta ou relativa – da maioria da população foi incorporada à linha de produção do capitalismo durante a ditadura militar. Esse mecanismo desencadeou os "movimentos contraditórios de acumulação", definidos por Kowarick como o somatório das extorsões decorrentes da inexistência ou precariedade dos serviços de consumo coletivo socialmente necessários para a subsistência (Kowarick, *Ibidem*).

Vale pontuar, neste trecho, que esses termos e esse diagnóstico, no entanto, com o passar do tempo, foram criticados. Uma das críticas será trabalhada no próximo capítulo; por ora, vale evocar o trabalho de Paterniani (2019). A autora parte justamente de uma provocação – levando a sério a proposição de Kowarick de que para entender os conflitos e problemas urbanos, as contradições e os vínculos entre desigualdade e exploração do trabalho, é preciso realizar “estudos que reconstituam a história das cidades, focalizando-as enquanto um espaço social de lutas” (Kowarick, [1988] 1994, p. 50 apud Paterniani, 2019, p. 69).

Levar a sério essa aposta, argumenta Paterniani, “implica rever a constituição já consolidada sobre a história da cidade no campo dos estudos urbanos” (Paterniani, 2019, p. 69). Sua revisão radical propõe que o conflito urbano é, em sua base, um embate ontológico e racial entre o que a autora denomina “ontologia-favela” (atrelada à “casa negra”) e a “ontologia-conjunto habitacional” (a casa estabilizada do trabalhador des-racializado). A primeira estaria baseada numa forma de existir marcada pelo movimento, pela resistência ao embranquecimento e pela produção da vida comunitária, um contínuo estabelecido pela autora com os antigos quilombos da cidade – como o Quilombo da Saracura. A segunda, produzida pelas políticas habitacionais e gestão oficial da cidade, buscaria criar “populações controláveis, densificáveis, escrutinizáveis e estabilizadas”, convertendo a “casa” (lugar de vida) em “habitação” (unidade administrável pelo Estado) e as pessoas em “população vulnerável” legível para os aparatos estatais (Paterniani, 2019, p. 280 – 281). Dessa forma, para Paterniani, a própria teoria urbanística que diagnosticou a “cidade desigual” participou de um processo de embranquecimento e des-racialização da questão urbana, ao tomar o migrante

trabalhador branco como figura central da crise habitacional, invisibilizando as raízes negras e quilombolas das favelas e seus modos de habitar.

Contudo, independentemente da carga ontológica e das disputas de sentido que o perpassam, o ponto crucial para esta tese é que esse conjunto conceitual – forjado na crítica à espoliação urbana – configurou um entendimento teórico incontornável para o debate dos problemas urbanos das grandes cidades. É inegável que esse entendimento, com sua ênfase mensurável na precariedade material, nas relações de produção, na segregação espacial e no risco social, forneceu uma base conceitual altamente aderente para a proposição de intervenções estatais nas favelas nas décadas seguintes. Essa aderência será parte do tema do próximo capítulo, ao analisarmos a fundamentação teórica e os fundamentos técnicos do Programa de Urbanização de Favelas.

1. 5. Conexões políticas e percepções de ação contra a cidade desigual

O percurso deste capítulo culmina no exame de como a crítica teórica à espoliação foi ela mesma reapropriada e transformada em plataforma de ação estatal. Ao descrever essa conversão – do diagnóstico da desigualdade à sua instrumentalização política –, esta seção posiciona o leitor no limiar analítico que o próximo capítulo explorará em profundidade: o da assimilação estatal do discurso crítico que desemboca no enquadramento da precariedade habitacional dos assentamentos precários.

O capítulo buscou estabelecer um posicionamento teórico responsável, explicitando o referencial bibliográfico que conferiu sentido às remoções habitacionais estudadas nas favelas de Heliópolis e São João Clímaco, em consonância com a hipótese da pesquisa. Indo além, esta tese sustenta que a noção de espoliação máxima na cidade – forjada pela produção de moradias

precárias e pela máquina da desigualdade que moldou a ocupação desigual e desordenada do território paulistano – constitui a chave analítica-teórica – fundamental ao PUF – que permite compreender os problemas sociais e habitacionais enfrentados pelas favelas desde o final do século passado.

No campo da urbanística, por exemplo, os problemas da urbanização foram descritos a partir do trinômio “casa autoconstruída – assentamento irregular/ilegal – casa própria”. Nesse contexto, o trabalho seminal de Nabil Bonduki, *As origens da habitação social no Brasil* (Bonduki, 1998), demonstra como os primeiros núcleos de favelas surgiram em resposta a despejos, à intensa urbanização e à ausência de alternativas habitacionais.

Reconhecido, ao lado de Ermínia Maricato, como uma das principais lideranças na luta contra uma crise habitacional crônica que assola São Paulo (cf. Singer, 1998), Bonduki argumenta que as favelas materializam precisamente o deslocamento da produção da moradia para a esfera da própria mão de obra urbana. Para o autor, a provisão da casa, que antes cabia ao setor industrial – com suas vilas operárias – ou aos proprietários de cortiços nas áreas centrais, transferiu-se, com o desenvolvimento urbano-industrial, para as famílias trabalhadoras pobres. Essas passaram a construir suas próprias moradias em terrenos cada vez mais precários, nas franjas da cidade.

Nesse processo de autoconstrução, conforme detalha Bonduki, a viabilização do “autoempreendimento” da casa se dava por etapas sucessivas: o terreno era adquirido a prestações em loteamentos distantes e sem infraestrutura; a casa, então, era erguida aos poucos, ao longo de anos, conforme a disponibilidade de recursos – “permanecendo inacabada e precária” até, não raro, ser removida (Bonduki, 1998).

Na coletânea organizada por Lúcio Kowarick, intitulada *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente* (Kowarick, 1994 [1988]) – que reúne reflexões de importantes nomes dos estudos urbanos como Milton Campanário, Clara Ant, Nabil Bonduki, André Singer, Silvio Caccia Bava e Vera Telles – a

percepção da moradia precária e da constituição de espaços irregulares, como favelas e periferias desprovidas de infraestrutura, é central.

Outra noção central é a de uma urbanização orientada pelo “padrão periférico de crescimento”. Após cunhar o conceito de espoliação urbana, Kowarick escreveu, nesse sentido e em coautoria com Nabil Bonduki, o seguinte:

A consolidação do padrão periférico de crescimento urbano foi de grande importância, pois gerou uma solução habitacional – baseada no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução – que em São Paulo representou a principal opção de moradia encontrada pelos setores populares até os anos 1970 [...]. A lógica que regia esta solução habitacional e que a realimentou por vários decênios foi decorrência da crise de moradia do período pós-guerra e do intenso fluxo migratório para São Paulo, que permaneceu sempre elevado, gerando enorme massa de trabalhadores ansiosa por obter moradia – por mais precária que fosse – que garantisse abrigo a baixo custo e livre das constantes ameaças de despejo. Diante dessa disposição, estes trabalhadores se conformavam, sem medir sacrifícios, a habitar em loteamentos distantes, de difícil acesso e praticamente sem equipamento urbano, além de edificarem eles mesmos – ou contratando um pedreiro para ajudá-los – suas moradias nas horas livres, na perspectiva de obterem a casa própria [...]. A emergência deste padrão de crescimento [urbano] só pode se dar num quadro em que o poder público deixou de exercer sua função de fiscalização e controle sobre a expansão urbana e a edificação de moradias, posto que tanto os loteamentos abertos na área periférica como as casas ali construídas eram clandestinos no sentido de desrespeitarem os padrões mínimos exigidos pela legislação urbana. (Kowarick & Bonduki, 1994 [1988], p. 150).

Outra configuração teórica e política que trabalhou com a ideia da produção das desigualdades e dos problemas habitacionais de São Paulo – descrita neste capítulo – ganhou corpo com a então surpreendente eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, em 1989. Sua posse abriu o espaço institucional da política formal para os movimentos sociais de moradia, que se organizavam a partir das demandas habitacionais nascidas no interior das favelas da cidade.

O primeiro governo do Partido dos Trabalhadores na prefeitura da maior cidade do país inverteu as prioridades administrativas: paralisou as obras viárias iniciadas em mandatos anteriores e voltou-se para os setores sociais. Isso se traduziu em investimentos na construção e melhoria de escolas, postos de saúde e

hospitais, no subsídio ao transporte coletivo e, de forma inédita, na produção habitacional e em políticas de habitação voltadas às famílias de baixa renda⁴⁷.

Conectada aos movimentos sociais locais, a gestão de Luiza Erundina de Sousa desenvolveu uma política habitacional – o Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS), na modalidade Comunitário – que incorporava a participação dos moradores de favelas. Assim, ela promoveu a regularização fundiária e estimulou a construção de moradias populares por meio de mutirões autogestionários.

Essa opção pelos mutirões autogestionários inspirou-se decisivamente no modelo das cooperativas habitacionais uruguaias, cujas primeiras experiências remontam a 1966, seguidas pela Lei nº 13.728, de dezembro de 1968, que institucionalizou o financiamento público para cooperativas por ajuda mútua, e pela instituição da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM) em 1970. Consolidado a partir desse marco legal, o modelo uruguaio baseava-se na propriedade coletiva da terra, na autogestão que se estendia para além do canteiro e na produção por ajuda-mútua – tendo resistido inclusive à ditadura no país. A transposição dessa referência para o contexto paulistano deu-se por meio de intercâmbios como o do engenheiro Guilherme Coelho, que visitou Montevidéu em 1980 e passou a assessorar o movimento de moradia da Zona Norte, aplicando métodos de discussão coletiva de projeto e organização do

⁴⁷ É importante destacar que durante a ditadura militar houve uma massiva política, em nível federal, de remoção de favelas em todo o Brasil, em composição com a produção de desigualdades promovida pelo processo de urbanização e industrialização das grandes cidades – abordado neste capítulo. No entanto, em 1974 foi instituído pelos militares o Programa de Erradicação de Submoradia (PROMORAR), que atuou principalmente na cidade do Rio de Janeiro, por meio de intervenções no Complexo de Favelas da Maré. Mesmo assim, quando houve a extinção do BNH em 1986, ocorreu uma instabilidade institucional no âmbito do Governo Federal para as políticas habitacionais – o que impactou a condução da quase inexistente política habitacional voltada às favelas no país. Nesse período, no nível municipal a urbanização de favelas foi assumida, dando um dos tons políticos do contexto de redemocratização do país e de reestruturação do pacto federativo promovido pela Constituição de 1988. Entre essas experiências, é possível destacar os programas: Cada Família um Lote (promovido por Leonel Brizola enquanto governador do estado), o Programa de Regularização de Favelas (Pró-Favela) proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte, a demarcação das ZEIS e a aprovação do Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social pela Prefeitura de Recife (PREZEIS), as experiências de urbanização de favelas na região do ABC Paulista a partir de governos municipais do PT e o próprio Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal do governo de Erundina (FUNAPS).

canteiro que inspirariam a formação de assessorias técnicas independentes, a própria elaboração do FUNAPS-Comunitário e a atuação de arquitetos(as)-militantes que, na esteira das lições uruguaias, procuraram conciliar gestão popular, qualidade arquitetônica e enfrentamento à lógica da precarização da moradia nas favelas.

Segundo Arantes (2002), essa experiência tornou-se possível pelo deslocamento da prática tradicional dos “mutirões de autoconstrução da moradia” – forma pela qual os trabalhadores, em seu tempo livre, contavam com ajuda coletiva para erguer suas casas (conforme descrito por Oliveira) –, transformando-a de um mecanismo local de autoajuda econômica em um dispositivo de governo autogestionário.

Como dispositivo de governo autogestionário, essa ação coletiva visava uma intervenção direta sobre o uso da terra e dos financiamentos estatais, reivindicando uma parcela do fundo público e a universalização do direito à moradia. Ao ser politizado pelos movimentos sociais organizados – assessorados por arquitetos independentes e realizado com recursos públicos –, o mutirão coletivo tornou-se, durante o primeiro governo do PT na prefeitura de São Paulo, uma das bases da mais radical política habitacional já implementada no país até então (Arantes, 2002, p. 170).

Essa política teria sido impossível sem o engajamento de intelectuais junto às lutas por moradia travadas pelos favelados ao longo das décadas de 1970 e 1980. Desse diálogo direto surgiu, nos anos 1980, uma nova produção teórica sobre tecnologia habitacional e sobre as relações entre intelectuais, estudantes e as populações das favelas.

Na década de 1980, graças às primeiras vitórias do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais de 1982 – com destaque para Diadema, na região metropolitana de São Paulo –, a atuação de arquitetos(as) e urbanistas ganhou uma nova perspectiva de inserção no Estado, voltada à formulação de políticas públicas (Arantes, 2002, p. 179). Foi nesse ambiente de renovação política que professores e estudantes constituíram um núcleo de

atuação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

Menos de uma década após a formação desse núcleo, parte de seus integrantes assumiria a direção das políticas de urbanização, habitação e obras públicas na gestão petista. No contexto paulistano em foco, destacam-se: Ermínia Maricato, como Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Mayumi Watanabe de Souza Lima, na coordenação do Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e da Comunidade; Raquel Rolnik, como Diretora de Planejamento do Município; e Nabil Bonduki, coordenador do Programa de Habitação Popular. Todos esses profissionais ocuparam tais posições durante o mandato da prefeita Luiza Erundina.

Essa arquitetura contestadora e propositiva expandiu-se da FAU-USP para a Faculdade de Belas Artes de São Paulo, onde, em 1982, foi criado o Laboratório de Habitação, coordenado por jovens professores – muitos deles egressos da FAU. Anos depois, esse núcleo formaria um grupo significativo de profissionais que atuariam em futuras administrações públicas⁴⁸. Tanto as iniciativas da FAU-USP quanto as da Belas Artes adotaram como estratégia comum a combinação entre trabalho de campo (em favelas e ocupações), colaboração com organizações populares e o emprego de tecnologias alternativas de construção (Arantes, 2002, p. 180).

A avaliação positiva dessa experiência, no entanto, não era unânime – a questão dos mutirões constituía um campo em disputa, marcado por divergentes percepções sobre seus limites e alcance como política pública. Cabe ressaltar que a adoção dos mutirões autogestionários como política habitacional foi frontalmente criticada por Chico de Oliveira no texto *O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil* (Oliveira, 2006). Nele, o autor temia que a generalização dessa solução como política pública conduziria a um “inferno

⁴⁸ Entre os jovens professores(as) e arquitetos(as) que integraram esses núcleos contestadores e mais tarde atuaram na gestão pública, destacam-se: Joan Villá, Yves de Freitas, Antônio Carlos Sant’Anna, Mauro Bondi, Antônio Sérgio Bergamin, Jorge Caron, Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Nabil Bonduki, Vitor Lotufo e João Marcos Lopes (cf. Arantes, 2002).

urbano”, argumentando que, se alçada à condição de universal, ela representaria a própria negação de uma solução habitacional. Em suas palavras:

Como fez Catarina na Rússia, seria pintar de verde e amarelo todas as favelas do Brasil. É nisso que o mutirão vai dar quando for transformado em política oficial. Por enquanto, felizmente, ele é só a vitrine da virtude. Generalizar-se seria rumar no sentido contrário. Mesmo porque o paradoxo é que, para o mutirão se transformar em solução universal de política pública, supõe que todos estejam desempregados. O que é um formidável tiro pela culatra [...]. A universalização dessa proposta supõe que a maior parte da força de trabalho esteja desempregada e possa, portanto, utilizar horas de folga para construir a própria habitação. E é o oposto do que pensam e desejam todos que estão fazendo essa experiência. Em outras palavras, é pôr a contradição em outro lugar. É preciso endereçar a construção da habitação decididamente para seu caráter de mercadoria [...]. Isso funcionaliza a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada, cooptada, usada em cada momento e depois abandonada (Oliveira, 2006, p. 72-73).

Cibele Rizek (2019, 2013), em homenagem póstuma a Chico de Oliveira, observa que seus escritos jamais conduzem a respostas fáceis. Talvez seja nessa afinidade de tonalidade investigativa – a busca por problematizações densas em vez de conclusões simplificadoras – que se encontre um dos diálogos formativos do projeto que fundamentou esta tese. Para contextualizar essa formação, cabe destacar que um dos ambientes de gestação do seu embrião foi o Núcleo de Estudos Deleuzianos (NED).

Esse núcleo de filosofia foi organizado pelo professor Luiz Roberto Takayama (Universidade Federal de Lavras) e conduzido em parceria com o pensador José Henrique Macedo. Durante os dois primeiros anos de financiamento da pesquisa pela FAPESP, em encontros virtuais, tive a oportunidade de ler – na companhia de colegas antropólogas e antropólogos como Ana Cláudia Rocha Marques, Jorge Mattar Villela e Gabriela Marcúrio, do filósofo Luiz Eduardo e, por vezes, de outros participantes – uma série de obras e escritos de Henri Bergson.

Durante os encontros do NED, chamou-me particularmente a atenção a definição que Gilles Deleuze ofereceu para o tipo de filosofia inaugurada por Bergson. Para Deleuze – filósofo contemporâneo ao crescimento das forças de oposição à ditadura militar, conforme abordado no início do capítulo –, não apenas toda a história da matemática dá razão a Bergson, mas também a célebre fórmula

de Marx, decisiva para a prática e a materialidade: “a humanidade coloca tão somente os problemas que é capaz de resolver” (Deleuze, 1999, p. 9).

Segundo Deleuze, nos dois casos, não se trata tampouco de dizer que só os problemas contam. Ao contrário, é a solução que importa; porém, o problema sempre terá a solução que merece, em função da forma como é colocado, das condições que o determinam como problema, e dos meios e termos disponíveis para formulá-lo.

Nesse sentido, é possível dizer que toda história das gentes – tanto do ponto de vista teórico quanto da prática – é sempre a história da constituição de seus problemas. É aí que eles fazem sua própria história, e a tomada de consciência dessa atividade é, nas palavras de Deleuze, “como a conquista da liberdade” (Deleuze, 1999, p. 9-10).

Esta tese buscou, com este capítulo, exatamente isso: atingir a precisão de termos políticos e teóricos que definem o problema ao qual o Programa de Urbanização de Favelas se propôs como resposta para os assentamentos precários.

A tática para isso consistiu em desbravar as diferentes perspectivas teóricas que definem a urbanização de São Paulo, tomando como referência as linhas centrais do campo dos estudos urbanos. Desse modo, boa parte do trabalho desta tese dedicou-se a compreender como o problema habitacional das favelas foi formulado teoricamente.

Segundo as palavras de Cibeles Rizek – grande amiga de Oliveira e referência fundamental para esta tese –, aprender com o tipo de pesquisa de Chico de Oliveira “talvez seja sempre apreender a construir questões, ganhar densidade, reler perguntas em novas chaves, encontrar armadilhas” (Rizek, 2019, p. 226).

Assim como um barraco da favela que se constrói justamente com a combinação de materiais diversos – como zinco, telhas de fibra de vidro, madeira, cimento, tijolos e materiais reciclados –, este capítulo se estruturou a partir do diálogo entre diferentes campos dos estudos urbanos, como a antropologia, a sociologia, a arquitetura, a urbanística, a geografia e a economia.

Dessa forma, nesta parte da tese, o primeiro subcapítulo demonstrou a constituição do campo dos estudos urbanos a partir da primeira revisão bibliográfica desse campo. Para tanto, considerou o trabalho de pesquisadores e pesquisadoras que assumiram posições na luta teórica contra a crise habitacional deflagrada pela urbanização de São Paulo.

Além disso, este capítulo buscou apresentar a objetivação das favelas como espaços precários, contextualizando o pensamento urbanístico voltado para a definição dos problemas habitacionais enfrentados por sua população. Essa foi a função cumprida pelo segundo subcapítulo, que analisou em detalhe a constituição teórica e política de uma das principais formulações para a compreensão da urbanização das grandes cidades e de seus problemas habitacionais ligados às favelas. O terceiro subcapítulo procurou estabelecer um distanciamento em relação à reativação de certos autores e autoras dos estudos urbanos feita por Adalton Marques – estratégia que permitiu demonstrar como os saberes dos pesquisadores e pesquisadoras convocados nesta tese pautaram linhas centrais do entendimento teórico e político da urbanização de São Paulo.

No quarto subcapítulo, a estratégia consistiu em ancorar-se na linha de entendimento teórico e político da cidade que fundamentou a intervenção do Programa de Urbanização de Favelas, demarcando, nesse último trecho do capítulo, os impactos políticos desse referencial. Para tanto, explorou-se o conceito de espoliação urbana, tal como descrito por Lúcio Kowarick – autor cuja agenda de pesquisa definiu um modo decisivo de pensar e explicar a urbanização de São Paulo e seus problemas. No capítulo seguinte, esta tese avança para apresentar a entrada direta dessas perspectivas dos estudos urbanos nas políticas públicas voltadas à habitação e à desigualdade social, aprofundando o desenlace da vinculação teórico-política entre favelas e espaços precários de intervenção.

Capítulo II – Dobra política e teórica do problema da precariedade habitacional das favelas: alinhamento entre teoria e políticas de habitação

Introdução

Se o Capítulo I reconstituiu a emergência do discurso crítico que enquadrou a favela pela lente da precariedade, uma questão decisiva se impõe: como esse diagnóstico, produzido na oposição ao Estado autoritário, foi assimilado e convertido em tecnologia de gestão pelo Estado democrático? Responder a essa pergunta exige mais do que uma simples cronologia de políticas públicas; exige um instrumental analítico capaz de descrever o deslocamento e a transformação de uma discursividade. É justamente sobre o desenvolvimento, o deslocamento e a operacionalização dessa discursividade fundadora – a operação de sua “dobra teórico-política”, desde o estudo do Programa de Urbanização de Favelas – que este capítulo se debruça.

Para isso foi preciso convocar um arsenal metodológico/antropológico a fim de posicionar os dispositivos do alinhamento teórico e político da dobra aqui analisada. Esse arsenal se desdobra em um gesto preciso: o de escrever *contra* o pano de fundo teórico que se deseja analisar, procurando desnaturalizar seus termos e traçar sua apropriação estatal.

Foi nesse sentido de escrever *contra* que, ao ser questionado por jovens estudantes de antropologia da Universidade de São Paulo, Eduardo Viveiros de Castro respondeu que categorias subdisciplinares como “antropologia urbana” lhe pareciam “pouco úteis”. Não tinha objeções a estudar cidades, mas explicou que não gostava da expressão – assim como rejeitava outras subdivisões do tipo “antropologia rural, silvestre, montanhosa”, etc. Para ele, a questão central era outra: sugeriu que os estudantes não se referiam à antropologia *na* cidade (estudo

legítimo das aglomerações humanas), mas à então chamada "antropologia das sociedades complexas", ou seja, das sociedades nacionais de tradição euroasiática.

Viveiros de Castro criticou o que boa parte dessa produção intelectual havia feito no passado; isto é, aplicar, às sociedades ocidentais e de Estado centralizado, os mesmos conceitos e tipos de objeto característicos da antropologia clássica (dedicada a sociedades indígenas ou tradicionais). Em outras palavras, tratava-se de uma simples transposição de elementos analíticos clássicos para o contexto urbano. Essa abordagem, argumentou, não perseverou – e nem poderia, do seu ponto de vista. Para Viveiros de Castro, para que uma projeção teórica fosse válida, ela deveria ser uma projeção no sentido geométrico do termo, em que “o que se deve preservar são as relações, não os termos” (Viveiros de Castro & Sztutman, 2007, p. 45).

Nesse sentido, portanto, o equivalente da produção de realidade do xamanismo ameríndio não deveria ser buscado no neo-xamanismo californiano ou mesmo no candomblé baiano. Para Viveiros de Castro, o verdadeiro equivalente funcional do xamanismo – na medida em que ambos promovem um certo tipo de relação com o mundo – é a ciência. O espaço de conjuração da realidade análogo à prática do xamã Araweté seria, assim, um laboratório de física; as multinacionais farmacêuticas; as tecnologias de ponta *high-tech*; as tecnologias reprodutivas e os domínios do direito. É dessa constatação radical que emerge sua famosa frase: “O chocalho do xamã é um acelerador de partículas” (ibidem).

Essas reflexões de Viveiros de Castro evidenciam as possibilidades de produção de conhecimento que as ferramentas teóricas da antropologia oferecem para o estudo das relações que constituem o real. Isso vale tanto para o contexto das sociedades de máxima alteridade (como os Araweté) quanto para as então chamadas sociedades complexas (dotadas de Estado e de dimensões nacionais). Como o autor explica na entrevista referenciada, para alcançar o grau de máxima alteridade – fundamental para a formulação de parte da teoria do perspectivismo

ameríndio – foi necessário escrever “contra o pano de fundo da paisagem teórica da etnologia na qual se formou, como estudante, na década de 1970”.

Convém lembrar que boa parte da Amazônia estudada nos anos de 1970 era uma novidade geopolítica, incorporada ao território nacional durante o boom desenvolvimentista – um processo que provocou o extermínio de indígenas e, por outro lado, acelerou a urbanização das grandes cidades, gerando graves problemas para as populações alienadas dos meios de produção, como descrito no capítulo anterior. À época, contudo, o centro do Brasil ainda era o território prioritário da pesquisa etnológica e a pauta central da antropologia nacional.

É nesse sentido que o esforço do teórico do perspectivismo ameríndio me interessa diretamente. Procurei exercer uma função similar de escrever “contra”; contra a literatura que formou minha primeira base bibliográfica sobre as grandes cidades. Esta tese se fez ao escrever contra os estudos urbanos – não num sentido polêmico ou crítico, mas como um gesto de projeção a partir de um fundo. Como uma imagem que só adquire contornos ao ser projetada sobre uma tela, ou como um ator que ganha movimento e cria a cena que representa a partir do cenário que a contextualiza. Em outras palavras, escrevo contra o fundo teórico da tradição urbanística na qual me formei.

E assim como o feiticeiro ou guerreiro teorizados por Deleuze e Guattari (2012 [1980]) – figuras que produzem relações de parentesco inusitadas, forjam alianças, conjuram realidades e chegam a formar “famílias monstruosas” ao aproximar termos manifestadamente opostos –, o texto desta tese empenhou-se em se desenvolver no exterior, na borda dos aparelhos de Estado, ainda que, como pesquisa acadêmica, não possa escapar inteiramente à sua lógica e apropriação⁴⁹.

⁴⁹ Os Estados não deixaram de apropriar-se da máquina de guerra, sob a forma de exércitos nacionais [e movimentos fascistas paramilitares] que limitam estritamente os devires do guerreiro. A Igreja não deixa de queimar feiticeiros e feiticeiras, ou então de reintegrar anacoretas na imagem abrandada de uma série de homens santos que não têm mais com os animais senão relações estranhamente familiares, domesticadas. As famílias não deixam de conjurar o Aliado demoníaco que as corrói, para ajustar as alianças convenientes entre si (Deleuze & Guattari, 2012 [1980], p. 32 – 33).

Desse esforço de distanciamento e aproximação resultou necessariamente uma leitura anômala dos estudos urbanos.

Em 1969, ano de publicação de seu único livro metodológico: *A Arqueologia do Saber* (Foucault, 2013 [1969]), Michel Foucault proferiu uma conferência em resposta às críticas recebidas por *Les mots et les choses* (Foucault, 1966). Essa conferência seria posteriormente publicada como *O que é um autor?* (2001 [1969]). Nesse texto, Foucault (re)afirmou o enunciado do aparecimento de autores bastante singulares, que não poderiam ser confundidos nem com grandes autores literários, nem com os autores de textos religiosos canônicos, nem com os fundadores das ciências.

Foucault denominou esses autores de “fundadores de discursividade”. O que os particulariza, segundo sua explanação, é não serem apenas autores de suas obras. Produzem, antes, algo mais: a possibilidade e as regras para a formação de outros textos. Trata-se de uma função rara, pois tais fundadores não se limitam a um texto específico. Marx, por exemplo, não é simplesmente o autor do *Manifesto Comunista* ou d’*O Capital*; ele instaurou uma possibilidade virtualmente infinita de discursos.

A função desses autores fundadores de discursividade é abrir espaço para algo diferente deles, que, no entanto, permanece no interior do que fundaram. No âmbito da bibliografia desta tese, pode-se dizer que o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976) tornou possível uma singularidade. Ele inaugurou uma agenda de pesquisa no campo dos estudos urbanos, influenciando tanto os conceitos para pensar problemas da cidade quanto a construção de hipóteses que ainda hoje concernem ao domínio da teoria urbana.

O impacto desse livro no campo dos estudos urbanos e nas agendas de urbanização para São Paulo é ressaltado por Eduardo Marques e Haroldo Torres em *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades* (Marques & Torres, 2005). Como já apontado nesta tese, segundo os autores, a pesquisa realizada no CEBRAP em meados dos anos 1970 teve tanto uma relevância política – ao criticar

um certo capitalismo tardio brasileiro e se contrapor à ditadura militar – quanto uma relevância acadêmica – ao buscar compreender a questão social e urbana do país.

No entanto, a emergência da discursividade abordada no capítulo anterior não remonta a uma origem miraculosa, numa espécie de descoberta original, teleológica ou meta-histórica da urbanização da cidade de São Paulo. Pelo contrário, o enunciado da obra do CEBRAP respondia a questões específicas e, sobretudo, estava inserido num campo de lutas em determinado momento. Respondia, por exemplo, aos anseios de uma práxis católica encabeçada pela atuação de Dom Evaristo Arns no contexto da ditadura militar. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976) foi produzido mirando combater o mito do desenvolvimento e do crescimento econômico atribuído ao “milagre econômico” – bradado pelos governos golpistas dos militares, sobretudo a partir de 1970. Aquela foi uma pesquisa engajada na luta contra a ditadura e pela redemocratização. E é nesse contexto que a favela entra na cena teórica e política via estudos urbanos em São Paulo – o que inclui também a consideração do trabalho de Ruth Cardoso para o desenvolvimento da temática.

Nesse sentido, não custa retomar que o processo de urbanização no Brasil, desde a primeira metade do século XX, se caracterizou pelo vertiginoso crescimento demográfico e industrial acompanhado pelo agravamento das condições de vida das populações nas grandes cidades (Rolnik, 1981). E é nesse processo que a dita questão urbana se apresenta em múltiplas faces – dentre elas, a desigualdade de acessos a serviços de infraestrutura urbana, que corresponde à precarização geral das condições de moradia, acentuada pela chamada autoconstrução em ocupações irregulares nas periferias, favelas e regiões de risco ambiental da metrópole (Kowarick, 1979; Maricato, 2007, 1979).

O problema da moradia precária das grandes cidades tornou-se objeto central de diversos seminários e congressos de planejamento urbano, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, a partir da década de 1920.

Nesse período ocorre um processo de redefinição da habitação enquanto questão urbanística, do ponto de vista histórico do “pensamento urbanístico” – como destaca Feldman (2014, p. 131). Essa redefinição representa a mudança de perspectiva para o planejamento em relação às concepções higienistas que, ao longo do século XIX, se mantinham como a formulação mais precisa de propostas para o controle das cidades, onde a maioria das populações pobres ou “classes perigosas” era um problema a ser combatido. A medicina social orientava as ações do poder público, e as cidades eram locais de sua intervenção, sendo a organização dos padrões de moradia e expansão urbana determinadas por pareceres médicos/higienistas que propunham a transformação dos costumes e ações truculentas de controle (sanitário/policial) contra os pobres e negros (Paterniani, 2019, p. 111) – compreendidos como vetores de doenças, miasmas e causadores dos problemas urbanos.

Contudo, encontros como o *Primer Congreso Panamericano de La Vivienda Popular* (organizado pela *Unión Panamericana* e pelo Governo Argentino em Buenos Aires, 1939), a *Primeira Jornada da Habitação Econômica* (realizada pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT – em São Paulo, 1942), e o *Seminario de Técnicos y Funcionarios en Planeamiento Urbano* (organizado pelo *Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento* em Bogotá, 1958) demarcaram a superação da visão higienista sobre o governo urbano. Os eventos de Buenos Aires e Bogotá trouxeram à baila uma visão de planejamento que incorporava a habitação como um direito, a política como intrínseca ao processo de planejamento urbano, o controle da especulação da terra urbana e o planejamento na escala metropolitana. Princípios profundamente expressos na *Carta de los Andes* (resultante do Seminário de Bogotá).

Nas discussões sobre a urbanização das cidades da América Latina, a participação de urbanistas brasileiros(as) resultou no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em 1963. O evento ocorreu no âmbito dos movimentos sociais que reivindicavam as “reformas de base” no governo presidencial de João Goulart (1961-1964), dentre as quais

figurava uma proposta de reforma urbana. Esse Seminário foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Arquitetos e constituiu um momento-chave para a consolidação da nova agenda de planejamento urbano latino-americano no Brasil. O encontro partiu da compreensão do problema da habitação como central na análise da justiça social.

O termo da reforma urbana foi ressignificado, pois já era utilizado em países que colonizaram outros como conjunto de modificações de áreas consideradas deterioradas, sendo mobilizado também em países que foram colônias (como aconteceu no Rio de Janeiro, com a reforma de Pereira Passos). No contexto latino-americano, o termo assumiu outro caráter em função da experiência de implementação da lei de Reforma Urbana de Cuba, fruto do processo revolucionário instituído em 1959 (Monte-Mór, 2007). Especificamente no Brasil, em meio às mobilizações de apoio às reformas propostas por Goulart, o termo foi reivindicado de modo a se referir à então já conceituada reforma agrária, como argumenta Bonduki (2018).

No meio urbano, a Revolução Cubana radicalizou a questão da reforma urbana em três frentes. Em primeiro lugar, ela derivava e se compatibilizava com a ideia de reforma agrária, tratando do regime da propriedade da terra, das condições de produção e da vida nas cidades, partindo da habitação. O Programa Revolucionário Cubano considerava a habitação como um dos focos que demandavam intervenção imediata. Lograda a revolução, foi aprovada a Lei de Reforma Urbana em outubro de 1960, sendo a expropriação de imóveis urbanos uma das principais ações. A lei estabeleceu que toda família tem o direito a uma moradia digna, afirmando um arcabouço teórico-político de combate à especulação imobiliária e fundiária. Além disso, converteu locatários de imóveis em proprietários, definindo ainda pontos para a produção de habitações para as classes trabalhadoras. A lei também estabeleceu a proibição de locação e arrendamento, além da elaboração de um plano que assegurasse o direito à moradia digna em curto, médio e longo prazos. Para isso foram criados Conselhos de Reforma

Urbana: Conselho Superior (de caráter nacional e permanente) e os provinciais (de caráter temporário).

Em segundo lugar, a lei da Reforma Urbana em Cuba foi parte do que Fidel Castro definiu, em 1960, como a transição para o período revolucionário. A aprovação da lei marcou a conclusão do processo reformista da ilha e da *Declaración de La Habana* (2 de setembro de 1960), constituindo a base de um período de lutas que estabeleceu *La Declaración Socialista* (1961). E, em terceiro lugar, ao alçar a perspectiva revolucionária e anti-imperialista no imaginário de grupos populares e nas discussões das esquerdas latino-americanas, a Revolução Cubana alcançava diferentes agentes políticos e orientava o confronto geopolítico. Esse confronto ficou latente quando em 1961, como resposta à ameaça comunista nas Américas, os EUA lideraram, no âmbito da Operação Pan-Americana, a institucionalização da Aliança para o Progresso, desde a Carta de Punta del Este (1961), prevendo medidas para saneamento, moradia e serviços urbanos. O direito à habitação, concebido enquanto solução de mercado e incentivo à propriedade da casa própria, foi uma das principais linhas do discurso de John F. Kennedy no lançamento do programa.

No Brasil, a discussão da Reforma Urbana (Bonduki, 2018; Fernandes, Rizek, Rolnik Vainer, 2025) remeteu a um conjunto de medidas estatais e instrumentos de restrição à propriedade privada e de combate à especulação imobiliária frente ao intenso crescimento e desenvolvimento urbano, assim como à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias (Instituto de Arquitetos do Brasil, 1963, p. 19, apud Fernandes, Rizek, Rolnik & Vainer 2025, p. 7). Segundo um dos intelectuais e arquitetos progressistas que compôs o Instituto Brasileiro de Arquitetos e o Seminário de Reforma Urbana:

para o povo em geral, a sigla RU (Reforma Urbana) não se relaciona com as filas de ônibus, as 4 horas de transporte diário, os atravessadores do abastecimento, as inundações, a ausência de serviços públicos, precariedade de preços das habitações: não se traduz enfim, pelo [sic] mal-viver de nossas cidades e suas possibilidades de modificações. Mas, para nós, profissionais do planejamento, estas mazelas todas são

precisamente os itens que englobadamente se traduzem na expressão reforma urbana (Wilheim, 1964, p. 15).

Desse modo, mais do que um conjunto de medidas e aparatos regulatórios, a construção da agenda da Reforma Urbana em 1963 no Brasil apresentava a compreensão da questão urbana de forma ampla no cotidiano da população, numa percepção frente aos problemas urbanos que buscava romper as causas estruturais das mazelas das cidades (Zerbinato, 2022, p. 7).

Ao integrar a plataforma das Reformas de Base, unificando partidos de esquerda e centro-esquerda, movimentos e organizações populares, o processo de reforma urbana não alcançou impactos efetivos ao ser interrompido com o golpe de 1964. Os setores conservadores, autoritários e golpistas então apresentaram uma contraproposta de reforma urbana. Esses restringiram sua “reforma” ao mercado imobiliário, eliminando qualquer investida regulada e democrática para a urbanização. Todas as reivindicações no sentido de uma compreensão de função social para a terra e moradia, para indenizações em caso de desapropriação e para outros temas relativos foram silenciadas ao colocarem em questão a propriedade privada.

Nesse contexto, foi criado em 1965 o BNH com todas as suas exclusões e dificuldades de acesso para as populações mais pauperizadas das grandes cidades. As proposições progressistas para a Reforma Urbana foram oprimidas com as perseguições políticas que marcaram o regime militar. É então que nos anos 1970 os movimentos de favelas, movimentos sindicais e outros focos de resistência e confrontação ao regime, incluindo a CJP e as CEBs, mantêm as denúncias das desigualdades, violências e problemas produzidos nas cidades pelo Estado.

Entretanto, as desigualdades e as lógicas mercadológicas para o acesso à moradia foram aprofundadas nos países latino-americanos sob regimes ditatoriais alinhados com os Estados Unidos da América. Nos anos 1970, o Chile antecedeu as linhas neoliberais estabelecidas com o Consenso de Washington – ao qual outros países adeririam nos anos 1980 (como o México em 1982 e a Argentina em 1989). Conforme descrevem Fernandes, Rizek, Rolnik e Vainer (2025) e como demonstra a literatura dos estudos urbanos convocada no capítulo anterior, a

década de 1980 foi marcada pelas novas formas de organização política oriundas das favelas, do campo e dos embates da transição democrática negociada pelos próprios militares golpistas e pelos fóruns da Assembleia Constituinte. Ainda em 1987 foi criado o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU) com o objetivo de retomar as reivindicações iniciadas com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana – isto é, o direito à moradia, ao saneamento básico, à saúde, à educação, ao transporte público e ao lazer. O FNRU reuniu movimentos populares, ONGs, as CEBs, instituições de pesquisa, a Comissão Pastoral de Terra (CPT) e associações de moradores das favelas e periferias.

Nos anos 1990, já estavam profundamente evidenciados o esgotamento e efeitos do modelo de desenvolvimento urbano e industrial (centralista-tecnocrático-autoritário) implementado ao cabo de 24 anos da ditadura militar. A esquerda já vinha apresentando modelos de intervenção estatal baseados em ações colaborativas para as políticas urbanas, a fim de democratizar a gestão dos territórios populares. No campo dos estudos urbanos, sob influência de Castel (1998), de Paugam (1996) e da consolidação das análises que abordaram o crescimento desigual das grandes cidades do Brasil, a inclusão de moradores e moradoras no planejamento de soluções habitacionais dialogava com as categorias de vulnerabilidade, exclusão e segregação urbana. Contudo houve profundos ataques às políticas e propostas progressistas e da esquerda durante a década de 1990, um exemplo disso, em nível municipal, em São Paulo, foi quando Paulo Maluf com apenas um mês à frente da prefeitura desmantelou toda estrutura do FUNAPS e dos mutirões autogeridos promovidos pela gestão de Luiza Erundina.

Como destacam Fernandes, Rizek, Rolnik e Vainer no texto *Pensamento crítico e lutas urbanas na América Latina: um olhar a partir do Brasil* (2025), fundamental para o delineamento da discussão deste trecho da tese, o neoliberalismo no Brasil foi mais tardio, uma década em relação a outros países da América Latina. A direita, a centro-direita e segmentos conservadores – herdeiros da ditadura – abraçaram as políticas neoliberais, destruindo o modelo estatista e requerendo mais liberdade para as dinâmicas de mercado. Pouco a pouco, as

políticas neoliberais impactavam as cidades, produzindo desemprego, precarização do trabalho e a ampliação de desigualdades econômicas. A estrutura de desenvolvimento, sustentada por agências multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Banco Mundial), efetivou mudanças no Estado, privatizações de empresas estatais e de serviços públicos, e a redução da intervenção nos mercados imobiliários. Esse processo foi acompanhado pelo discurso crescente da participação e da ressignificação da “sociedade civil” pelos termos do “Terceiro Setor” (Dagnino, 2002).

Quanto à habitação das favelas e periferias, o padrão de territorialização dos assentamentos precários, com infraestruturas insuficientes, dependente da ação imprecisa do poder público e fora das normas urbanísticas, aumentava. O planejamento urbano fundamentado por lógicas de mercado construía espaços que variavam entre a norma e a exclusão social, provendo a distribuição desigual de serviços e investimentos, condenando favelas e bairros a viver sem água e esgoto ao longo da década. Comunidades inteiras precisaram conviver com o aumento da violência e de ações criminais, uma realidade retratada por artistas do Rap Nacional – como na música *O Homem na Estrada* ou em todo o álbum *Sobrevivendo no Inferno* dos Racionais MC's, que narram o cotidiano violento das favelas e áreas menos abastadas da cidade nos anos 1990. Enquanto isso, a política institucional era atravessada por disputas eleitorais e legais no sentido da regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à questão urbana, que culminaram na aprovação em 2001 do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001).

À vista disso, a São Paulo dos anos 2000 apresentava uma paisagem urbana e política totalmente outra em relação ao desenvolvimento urbano e desigual combatido pelo campo dos estudos urbanos durante a ditadura militar. A partir de um texto incontornável para os estudos dos problemas das cidades, Vera Telles e Robert Cabanes (2006) descrevem como os espaços urbanos se encontravam cifrados por diferentes modos de circulação e distribuição desigual das riquezas, como nunca antes. Trabalhadores e trabalhadoras se deparavam com mutações do trabalho formal, compondo legiões de exército de reserva, numa cidade de

espaços e serviços cada vez mais privatizados. Um cenário onde a pobreza, o desemprego, a precariedade urbana se expandiam como epidemia, sendo atravessado por novos ilegalismos – constituindo circuitos de uma crescente economia (e cidade) informal, composta pelos famigerados mercados ilícitos e tráfico de drogas⁵⁰.

Todavia, como alertado pela querela teórica retomada no capítulo anterior, era preciso cautela para lidar sociologicamente com as relações entre pobreza e criminalidade, sobretudo, porque, como afirmaram Telles e Cabanes, aqueles tempos eram de uma persistente criminalização da pobreza, reatualizada sob formas renovadas (Cabanés & Telles, 2006, p. 11). Seja como for, nos lados “pobres” de São Paulo, o diagnóstico sociológico era de um mundo social alterado em relação às duas décadas anteriores. As realidades do trabalho precarizado e do desemprego prolongado conviviam com a expansão de lógicas mercadológicas da integração social pelo consumo. Mesmo nas áreas mais precarizadas, conforme a sociologia da época, mercados e equipamentos de consumo formavam o território, promovendo mudanças nas dinâmicas familiares e economia doméstica. Ao mesmo tempo, programas sociais se replicavam e penetravam as favelas como solução para as mazelas, enquanto se proliferavam associações comunitárias que tratavam de converter suas ações na lógica de gestão do empreendedorismo social, credenciando-se como parceiras de poderes públicos e disputando recursos

⁵⁰ Um dos questionamentos que esta tese recebeu em sua banca de defesa foi o não aprofundamento dos ilegalismos produzidos pela lógica rentista e pela intervenção estudada. Nesse sentido, a lógica rentista da habitação nas periferias opera por meio de uma tolerância produtiva: ao longo da história da urbanização da cidade, o poder público tolerou o loteamento clandestino como principal via de acesso à moradia para os pobres, isentando-se do custo inicial da ocupação e postergando infraestrutura e regularização para o futuro (construídas precariamente pelas famílias). Quando as políticas de urbanização intervêm por meio da remoção, esses dispositivos não rompem com essa lógica; apenas a reeditam ao realocar as famílias para conjuntos distantes e financiados em condições onerosas. Pressionadas por prestações impagáveis e restrições contratuais, muitas famílias sublocam informalmente, vendem as unidades, tornam-se inadimplentes, abandonam ou reformam sem alvará – transmutando-se, assim, em novos agentes da ilegalidade, em um ciclo contínuo de transferência de custos do Estado para os mais vulneráveis. Sabendo disso, esta tese optou deliberadamente por não aprofundar etnograficamente essas práticas no campo, unicamente para preservar seus interlocutores de represálias e incriminações, concentrando-se, antes, nas táticas, lutas e estratégias que as pessoas da região estudada mobilizaram frente à violência estatal desencadeada pela intervenção do Programa de Urbanização de Favelas.

dos circuitos das filantropias empresariais e agências multilaterais. Formava-se, assim, uma constelação institucional articulada por políticas sociais, partidos, movimentos de moradia e agenciamentos locais. Enquanto isso, igrejas neopentecostais também proliferavam e suas comunidades de fiéis aumentavam a cada dia. Uma realidade de escalas variadas que desenhavam um mundo social distante anos-luz das imagens de desolações das periferias e favelas de trinta anos atrás, mas com marcas e presenças de velhas segregações, convergências, práticas solidárias e relações ambíguas com atividades criminais locais e o tráfico de drogas.

Explicita-se assim que não é um pleonasmo dizer que o campo dos estudos urbanos é um verdadeiro campo de lutas. Um campo de batalha com forças diversas, com vozes altissonantes e silenciadas em alternância, um território sempre em disputa, com tempos de silenciamentos e tempos de altissonâncias entre as forças envolvidas em confrontos. Nesse sentido, também é preciso considerar que mesmo os posicionamentos e relações nesse campo mudaram, conforme dissidências, alianças e estratégias dos pesquisadores e pesquisadoras. Até um autor central dentro desse campo como Lúcio Kowarick, com a formalização da conceituação da “espoliação urbana”, promoveu uma série de torções e rupturas nesse campo de lutas. Marques (2018) é quem demonstra como a transição de Kowarick do CEBRAP para o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), ainda na década de 1970, opera uma importante fricção dentro do campo dos estudos urbanos, pois Kowarick mantém viva a potência crítica da constatação da dilapidação material do meio urbano e industrial para denunciar a produção perversa do espaço desigual da cidade, ao passo que se afasta da vertente de pesquisa cebrapiana mais alinhada aos interesses ou aos cronogramas estatais depois de *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976).

Já nos anos 2000, a linha de atuação teórica e política do CEBRAP é bem diferente daquela dos anos 1970. Com a fundação do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), em 2000, o CEBRAP se alinha totalmente como um centro de pesquisa de Estado, convertendo seu aparato de pesquisa para a produção de um

conhecimento categórico em função de políticas no meio urbano – fornecendo diagnósticos técnicos e bases de dados georreferenciados para governos estaduais e municipais e o próprio Governo Federal.

Um caso exemplar disso foi a ocasião do desenvolvimento da política nacional de combate aos assentamentos precários instituída pelo Ministério das Cidades e pela Secretaria Nacional de Habitação do primeiro governo do PT na presidência da República. A análise dos arquivos oficiais do Programa de Urbanização de Favelas demonstra que 2005 foi o ano da criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e 2006 o ano da criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), mecanismos voltados ao enfrentamento do problema crônico da produção da pobreza. Tecnicamente, essa foi a estrutura que liberou o fluxo de recursos financeiros para a produção dos aparatos necessários a intervenções de amplo impacto nas maiores favelas do país. O que configurou a iniciativa política do PT para combater os problemas das grandes cidades – que foram sendo produzidos em meio aos confrontos políticos desde os anos de 1960.

Dentro dessa política, o MCidades encomendou junto ao CEBRAP nos anos 2000 a pesquisa sobre os assentamentos precários a fim de aprofundar a compreensão dos problemas das moradias precárias das favelas e construir uma intervenção precisa sobre esses territórios. E o que salta aos olhos é que, mesmo pesquisas como a de Cabanes e Telles (2006), destacando as mudanças dos cenários urbanos ao longo do tempo e a necessidade de outras referências teóricas para a compreensão daquela atualidade urbana, foi precisamente mantida na pesquisa encomendada pelo MCidades junto ao CEBRAP/CEM a relevância do plano teórico dos estudos urbanos definido com o diagnóstico da produção de desigualdades e suas concentrações nas favelas – diagnóstico esse instaurado com a pesquisa que deu origem ao livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976). Isto é, mesmo com outras questões envolvidas nas desigualdades urbanas no início do século XXI, o conceito da cidade precária, do crescimento urbano de padrão desigual e periférico foi deslocado, ou melhor, foi

dobrado, para o campo de uma discussão teórico-política categorial e de intervenção estatal.

É justamente sobre o desenvolvimento dessa discursividade fundadora – seu deslocamento, transformação e operacionalização – que este capítulo se debruça. Seu objetivo central é demonstrar o processo de “dobra teórico-política” pelo qual se operou o alinhamento entre o diagnóstico crítico sobre a cidade desigual, gestado no campo das lutas contra a ditadura, e sua assimilação refinada em tecnologia estatal.

Ao acompanhar a trajetória dessas ideias, é possível afirmar que a pesquisa coordenada por Marques e Torres, no âmbito do CEBRAP/CEM nos anos 2000, que originou o livro *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades* (Marques & Torres, 2005), apresenta uma relação de continuidade e, ao mesmo tempo, de ruptura com o que foi instituído pela agenda de pesquisa “fundadora de discursividade” analisada no capítulo anterior. Essa publicação é estrategicamente importante para esta tese porque estabelece uma conexão direta entre a intervenção habitacional estudada e a teoria urbanística sobre a cidade de São Paulo.

O primeiro subcapítulo deste segundo capítulo explora as linhas de continuidade e ruptura que o livro resultante da pesquisa do CEM estabelece com a teoria/política da produção da pobreza urbana, posicionando-o, assim, como elemento de conexão entre os estudos urbanos e a política nacional de combate aos assentamentos precários.

O segundo subcapítulo é um trecho mais conciso. Nele é apresentada a metodologia da pesquisa *Assentamentos precários no Brasil Urbano* (Marques, 2007), encomendada pelo MCidades e pela Secretaria Nacional de Habitação ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Essa pesquisa foi apresentada pelo Ministério das Cidades e pela Secretaria Nacional de Habitação no texto *Urbanização de favelas: a experiência do PAC* (2010) – já mobilizado na

introdução do capítulo anterior – como o recurso que permitiu ao Estado aprofundar seu conhecimento sobre as favelas do país. Nesta tese, o estudo desse arquivo funciona como a ancoragem das linhas teóricas dos estudos urbanos, trabalhadas anteriormente, na política de remoção subjacente ao Programa de Urbanização de Favelas. Por fim, o último subcapítulo descreve o deslocamento do saber teórico trabalhado pela pesquisa para o campo da territorialização das lutas por moradia na área estudada.

Desse modo, este capítulo posiciona estrategicamente o argumento geral da tese ao apresentar a construção da ponte teórica entre, de um lado, a formulação acadêmica dos problemas habitacionais das favelas – produzida no campo dos estudos urbanos – e, de outro, a ação da política pública de combate aos assentamentos precários, na qual se insere o Programa de Urbanização de Favelas.

2. 1. Um movimento de continuidade e ruptura nas ideias da urbanização das grandes cidades

A “dobra teórico-política” explicitada por esse estudo inicia-se com uma reelaboração interna no próprio campo dos estudos urbanos. Este subcapítulo examina como, nos anos 2000, pesquisadores do CEM/CEBRAP como Marques e Torres atualizaram o legado teórico dos anos de 1970, mantendo o foco na segregação, mas introduzindo uma categoria analítica: a “heterogeneidade” dos territórios precários. Este conceito operacional, ao diferenciar interna e espacialmente a pobreza, criaria a demanda por um novo tipo de saber de Estado – metódico e classificatório –, que será descrito a seguir.

Como demonstrado no capítulo anterior, ao reconstituir os movimentos e posições do campo teórico-político que combateu a ditadura militar, é possível afirmar que os estudos urbanos se constituíram como um campo de conhecimento

nesse contexto de resistência, nas décadas de 1970 e 1980. É preciso entender, no entanto, que os impactos dessas lutas permaneciam potentes cerca de três décadas depois da publicação do livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976). Foi desde esse legado que Eduardo Marques e Haroldo Torres organizaram, já nos anos 2000, uma agenda de pesquisa que, em termos teóricos e políticos, pode ser vista como uma continuidade e uma ruptura em relação às ideias instituídas pela pesquisa lançada pela Arquidiocese de São Paulo.

Marques e Torres afirmam que, antes da pesquisa seminal do CEBRAP, a cidade havia sido objeto de intervenção de arquitetos e engenheiros desde o final do século XIX, mas sem a preocupação de produzir um conhecimento sistemático sobre os processos sociais do território urbano⁵¹. Segundo os autores, o trabalho dos pesquisadores do CEBRAP publicado em 1976 alcançou objetivos políticos – pela crítica ao sistema capitalista e combate às práticas de tortura da ditadura militar – e também acadêmicos – ao propor compreender as questões sociais e urbanas do Brasil.

Desse modo, a pesquisa encomendada pela Arquidiocese de São Paulo é reconhecidamente definida como um marco inaugural para um amplo conjunto de estudos sobre as grandes cidades e suas condições de vida, moldando a sociologia urbana produzida no Brasil nas décadas subsequentes. Com base no trabalho desta tese, arrisco-me a afirmar que tal pesquisa também definiu o enfoque com o qual o escrutínio sociológico se voltou para as favelas. A disciplina as caracterizou como espaços de permanente expansão, que constituíam amplas regiões espoliadas de serviços públicos e distantes dos empregos concentrados nos centros urbanos e industriais.

Além dessa demarcação espacial, as emergentes periferias urbanas dos anos de 1970 abrigavam as mais precárias condições de vida impostas à população

⁵¹ É importante notar que a periodização dos autores desconsidera a contribuição pioneira do antropólogo Donald Pierson, que, já nos anos 1930, desenvolvia e orientava pesquisas sistemáticas na região de São Paulo dentro da abordagem dos *estudos de comunidade* – um antecedente relevante à preocupação com a base social do urbano, produzido na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Ver: *Os estudos de comunidade e urbanos coordenados por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo* (Guimarães, 2011).

pauperizada da cidade. Foi a partir desse quadro que a nova equipe do CEBRAP/CEM, orientada pelo escrutínio sociológico da desigualdade, segregação e pobreza, se perguntou, nos anos 2000: o que era possível dizer sobre o desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de São Paulo?

Em 2005, entendia-se que as informações disponíveis sobre a realidade urbana de São Paulo eram mais precisas do que nos anos da década de 1970, e que as técnicas de análise – efetivas e empiricamente embasadas – estavam mais difundidas e acessíveis. Quanto à compreensão teórica do espaço da cidade, os autores do CEM indicavam que o espaço urbano se havia tornado consideravelmente mais complexo do que aquele descrito nos anos 1970.

Em termos analíticos, é possível afirmar que, ao entrar em cena, os novos pesquisadores do CEM/CEBRAP partiam do entendimento de que a tradição de estudos urbanos até então vigente descrevia os conteúdos sociais negativos das periferias a partir de uma abordagem herdeira da teoria da interpretação crítica da marginalidade direcionada às relações de trabalho no meio urbano e, posteriormente, associada à sociologia marxista francesa. Nesse arcabouço teórico, a desigualdade socioespacial era compreendida como um reflexo territorial das desigualdades geradas no processo produtivo e nas relações de trabalho de um capitalismo periférico e dependente.

Em relação ao campo de pesquisa, os pesquisadores dos anos 2000 apontaram que a São Paulo do início do século XXI não correspondia mais inteiramente ao modelo da cidade industrial, violenta e de crescimento desigual forjada durante a ditadura militar. Refletindo essa transformação, os pesquisadores do CEM identificaram, mesmo no tecido das periferias, espaços que categorizaram como relativamente "bons" e "dotados de infraestrutura", revelando uma geografia social mais complexa e heterogênea do que aquela da era do desenvolvimento industrial.

Por outro lado, também observaram extensas regiões com indicadores sociais muito mais precários do que a média municipal, onde se acumulavam múltiplos elementos negativos. Esse quadro retratava uma cidade ainda

profundamente desigual, mas que, ao mesmo tempo, revelava periferias mais bem amparadas por infraestrutura urbana do que se poderia supor a partir do olhar consolidado pela sociologia e antropologia urbanas dos anos de 1970 e 1980.

Desse modo, é possível afirmar que a agenda de pesquisa coordenada por Marques e Torres no CEM procurou identificar e demarcar as espacializações da pobreza, destacando a impossibilidade de compreendê-las como fenômenos homogêneos. A partir dessa caracterização, o estudo viria a oferecer um desenho da cidade marcado por espaços internamente “homogêneos socialmente”, porém profundamente “segmentados e separados entre si”, o que configura uma segregação territorial extrema entre áreas ricas e pobres. Além disso, dentro da análise dos pesquisadores, os próprios espaços da pobreza apresentavam características heterogêneas entre si, seja no acesso a equipamentos públicos, seja na intensidade de problemas urbanos como o desemprego e a violência (Marques & Torres, 2005, p. 11).

A rigor, os então novos analistas do urbano afirmaram que não era mais possível compreender os problemas da cidade pelos modelos da sociologia e da geografia urbanas inspiradas no marxismo estruturalista e em suas derivações, pois como seria possível explicar a “heterogeneidade da pobreza” e a “maior complexidade do espaço urbano a partir de modelos muito gerais ou narrativas homogeneizantes”? (Ibid., p. 11).

Vale destacar, assim, que o interesse fundamental dos novos pesquisadores do CEM/CEBRAP – focado na heterogeneidade da pobreza – não se restringia ao campo acadêmico; tinha também uma dimensão política explícita, ao se configurar como uma chave para a aplicação de políticas públicas no meio urbano.

Buscando oferecer uma base tanto analítica quanto operacional para intervir nos problemas da pobreza urbana, esse estudo se propôs como uma contribuição inédita para os dispositivos da política habitacional. Seu propósito era subsidiar a construção de serviços públicos mais eficazes, ao demonstrar a necessidade de articular diferentes funcionalidades políticas às características específicas de cada território precário. Desse modo, a pesquisa visava fundamentar políticas públicas

mais precisas, inclusive como base para a aplicação e o refinamento de políticas de caráter universal.

Essa demarcação teórica produziu uma modalidade de entendimento intervencionista da sociologia urbana, ao integrar o espaço como componente central para uma definição mais precisa de intervenção no campo das políticas públicas. Dessa forma, o território passou a ser concebido como um conceito-chave para acessar uma dimensão constitutiva da situação social vivida por diversos grupos na cidade, em especial os mais pobres.

Em outros termos, a pesquisa demonstrou que a pobreza não é homogênea: pessoas e famílias com renda similar viviam realidades drasticamente diferentes conforme seu lugar na cidade. Foi essa descoberta que elevou o território à condição de dimensão decisiva – tanto para orientar a ação pública quanto para entender os processos de produção e reprodução da pobreza na maior metrópole da América Latina (Marques & Torres, 2005, p. 11).

Consideradas as possibilidades de pensar o território numa cidade como São Paulo⁵² – mas concentrando-se, nesta tese, apenas na linha analítica produzida pelo CEM –, é necessário destacar que, nos anos 2000, consolidou-se a compreensão de que, se por um lado as relações produtivas do trabalho continuavam sendo fundamentais para a (re)produção da pobreza e das desigualdades nas grandes cidades, por outro lado, outros processos locais, tanto aqueles vinculados à dinâmica das políticas públicas quanto aos cotidianos das comunidades que habitavam os espaços precários, também influenciavam e diferenciavam os territórios da pobreza.

Além disso, o espaço passou a ser compreendido não apenas como produto de processos econômicos ou políticos, mas também como um conjunto analítico de constrangimentos e possibilidades que diferenciavam as oportunidades vivenciadas pelos moradores de áreas mais ou menos segregadas. Nesse cenário teórico – que buscou deliberadamente elevar a análise sociológica do urbano a

⁵² Para consultar outras abordagens do território, sobretudo das favelas, ver: *Antropologia urbana em São Paulo* (Magnani, 2014); *É proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC* (Biondi, 2018).

outro patamar –, constituiu-se o entendimento de que a aplicação sociológica exigia compreender a diversidade interna aos espaços precários. Essa compreensão, por sua vez, explicava as novas configurações de possibilidades e oportunidades que emergiam na complexidade das grandes cidades, então reestruturadas pelo capital financeiro e definidas pela dinâmica entre mercados, forças comunitárias e Estado.

Entretanto, ao reconhecer que uma formulação genérica do problema não era suficiente, a equipe coordenada por Marques e Torres compreendeu ser necessário especificar: 1) sob quais condições cada um dos elementos analisados se tornava fundamental na (re)produção dos problemas habitacionais; e 2) quais resultados emergiam da análise das combinações entre esses processos. Como essa tarefa ainda estava em aberto no desenvolvimento dessa linha de investigação sobre a precariedade urbana, a equipe do CEBRAP/CEM apostou em destacar “a multiplicidade dos processos” geradores de pobreza, desigualdade e segregação espacial como base para uma ampla agenda de análises empíricas.

Desse ponto de vista, o livro *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais* é, nas palavras dos próprios autores, “o primeiro patamar dessa trajetória analítica” (Marques & Torres, 2005, p. 12). Talvez o esforço mais importante desse trabalho, nesse sentido, tenha sido analisar os conteúdos sociais dos espaços da cidade, comparando-os com o padrão anterior obtido pela agenda de pesquisa inaugurada com o livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976).

Em primeiro lugar, a equipe de pesquisa tratou de identificar e descrever as diversas formas de pobreza urbana, cruzando conteúdos sociais (mensuráveis por indicadores), formas de ocupação dos espaços urbanos (legalidade e forma de produção do espaço), indicadores de acesso às políticas públicas (analisados, ao menos parcialmente, pela estrutura dos equipamentos urbanos) e resultados em termos de condições de vida. Ao longo do livro *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais* (Marques & Torres, 2005), esse esforço foi realizado segundo diferentes perspectivas: a partir da construção de uma tipologia de áreas urbanas; pela análise de como os padrões residenciais afetavam o desempenho

escolar; por meio da caracterização socioespacial das favelas da cidade de São Paulo; e mediante a realização de uma etnografia, como estudo de caso, na favela de Paraisópolis.

Em segundo lugar, os pesquisadores procuraram compreender como operava a dinâmica da segregação residencial da cidade no início dos anos 2000. Entretanto, assumidamente diferenciando-se da literatura anterior, os pesquisadores do CEBRAP/CEM partiram do princípio de que a segregação espacial não era mera expressão da desigualdade no acesso a serviços públicos entre os moradores da cidade. Para eles, a segregação espacial definia-se como o “grau de separação ou isolamento residencial entre diferentes grupos sociais” (Marques & Torres, 2005, p. 13). Isso porque, com base no Censo do IBGE de 2000, a equipe compreendeu que, a rigor, embora a segregação e o acesso a serviços estivessem frequentemente relacionados, era possível identificar grupos pobres altamente segregados em termos habitacionais que possuíam um acesso relativo aos serviços públicos.

De um lado, procuraram demonstrar que a separação residencial entre ricos e pobres não era uma mera curiosidade sociológica, mas que se fazia acompanhar de importantes repercussões para as oportunidades econômicas e sociais das pessoas e famílias residentes nas áreas segregadas. De outro, procuraram indicar como a dinâmica do mercado imobiliário formal e determinadas políticas públicas atuaram para o aumento ou diminuição da segregação residencial existente.

Ainda em relação a esse tema, o estudo de caso realizado pelo CEM concentrou-se em Paraisópolis – uma favela situada próxima a bairros de alta renda. Essa conjuntura territorial específica oferecia aos seus moradores um conjunto de oportunidades econômicas e sociais mais abrangente do que o esperado para uma favela com características físicas semelhantes, porém localizada na periferia distante (Almeida & D’Andrea, 2005). Por fim, coube aos pesquisadores em questão interpretar como os elementos analisados interagiam com os diversos atores que constroem e reconstróem o espaço urbano, com atenção especial ao “papel do Estado”.

Os pesquisadores entenderam que embora diversas políticas públicas tenham contribuído, em muitos casos, para a intensificação dos processos de segregação, o Estado ainda representava potencialmente o principal agente no combate à segregação, seja por meio de estratégias diretas, seja exercendo seu papel regulador. Outra dimensão dessa questão foi a capacitação do Estado para desenvolver políticas públicas bem formuladas e eficientes em larga escala. Isso conduziu à afirmação de que as instituições públicas deveriam ser capacitadas pela construção de capacidades técnicas e administrativas, assim como de burocracias e procedimentos especializados (Marques & Torres, 2005, p. 14).

Desse modo, a pesquisa coordenada por Marques e Torres não apenas atualizou o diagnóstico da cidade desigual, mas também deslocou o foco da agenda de pesquisa do urbano para uma dimensão crucial para a ação estatal, isto é: a necessidade de diferenciar internamente os territórios da pobreza. Foi esse deslocamento – da denúncia da espoliação homogeneizante para a análise das heterogeneidades dos assentamentos precários – que criou a demanda por um novo instrumento de análise urbana. O Estado necessitaria, agora, de um método para ver, classificar e intervir nessa heterogeneidade da precariedade. É esse instrumento que a descrição desta tese se volta a seguir.

2. 2. O arquivo dos(as) invisibilizados(as): os assentamentos precários

Como o Estado passa a ver e intervir na heterogeneidade da precariedade? A resposta, no caso do estudo desta pesquisa, reside num instrumento analítico encomendado pela Secretaria Nacional de Habitação e pelo MCidades ao CEM. Esta seção descreve a metodologia da pesquisa sobre assentamentos precários, demonstrando como ela traduziu o refinamento teórico anterior em um sistema classificatório que permitiu mapear, quantificar e qualificar a precariedade para, então, nela intervir com programas como o Programa de Urbanização de Favelas.

Neste trecho, o foco é descrever a apropriação política de intervenção em espaços urbanos a partir da atualização dos conceitos de pobreza urbana, segregação espacial e da formulação técnica dos assentamentos precários, irregulares e ilegais. Foi precisamente do CEM que surgiu o estudo que viria a fundamentar as intervenções da política de combate aos assentamentos precários, publicado sob o título *Assentamentos precários no Brasil urbano* (Marques, org., 2007).

Esse livro é fruto de um esforço significativo da Secretaria Nacional de Habitação, durante os anos 2000, para fornecer aos formuladores de políticas públicas informações precisas e detalhadas sobre as múltiplas formas e escalas da precariedade nos meios urbanos.

O livro partiu das informações já existentes sobre condições habitacionais precárias e, com base em uma metodologia própria, construiu uma estimativa que apontava para a presença de assentamentos precários em um conjunto de municípios selecionados pelo Ministério das Cidades. Essa escolha foi feita com base na concentração dos diversos problemas sociais nesses territórios.

Sem grande mistério, o livro apresenta os resultados de um estudo desenvolvido pelo Centro de Estudos da Metrópole, então radicado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP). A pesquisa que originou o livro foi coordenada por Eduardo Marques e contou com uma equipe de pesquisadores formada por Sandra Gomes, Renata Gonçalves, Demétrio Toledo, Encarnación Moya, Donizete Cazzolato e Maria Paula Ferreira.

O desenho metodológico desse estudo, declaradamente, não foi desenvolvido para discutir detalhadamente a utilização de informações nas políticas públicas locais, nem as limitações dos dados existentes sobre os assentamentos precários, ou mesmo as soluções utilizadas anteriormente para calcular o número incontável de moradias precárias no início do século XXI. A equipe de pesquisa afirmou que, embora a maior parte dos estudos sobre favelas urbanas no Brasil seja de amplo conhecimento, considerou mais importante situar

as questões envolvidas de maneira a posicionar a problemática do estudo exclusivamente no campo das políticas públicas (Marques, 2007, p. 10).

Reconhecendo a importância fundamental de informações confiáveis e detalhadas para o desenho de políticas públicas – discussão já consolidada no trabalho de Haroldo Torres, *Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana* (2005) –, a pesquisa coordenada por Eduardo Marques optou por não se deter nessa questão. Em vez de revisita-la, o estudo a tomou como um pressuposto metodológico estabelecido. Seu objetivo, portanto, foi direcionar o esforço analítico para um ataque frontal ao problema específico dos assentamentos precários, partindo do entendimento de que a base conceitual sobre a qualidade da informação já estava suficientemente fundamentada.

Os planejadores do Programa de Urbanização de Favelas enfrentaram uma tarefa árdua e desafiadora, pois atuavam em um ambiente com escassas informações precisas para formular políticas voltadas às camadas populares urbanas. Essa carência de dados decorria de um fato histórico: nunca havia existido no Brasil uma política habitacional federal especificamente dirigida a esse segmento da população. Como demonstrou Nabil Bonduki ainda no final dos anos 1990, as políticas federais de habitação sempre negligenciaram as camadas populares (Bonduki, 1998). Foi apenas com o primeiro governo Lula que se inaugurou uma linha de programas habitacionais – da qual o Programa de Urbanização de Favelas fez parte – voltada especificamente à qualidade de vida dessas amplas populações urbanas.

Como fica notório no estudo da história das políticas sociais criadas pelo Estado para a produção de moradia social, a primeira tentativa de promover uma produção estatal de moradias foram os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) nos anos 1930, sob o regime de Getúlio Vargas. Entre as medidas de Vargas para regulamentar as relações trabalhistas, destacaram-se sobretudo as voltadas à reorganização do setor previdenciário. Com um decreto aprovado em 1937, criaram-se as condições para a atuação dos IAPs no campo habitacional. Por esse dispositivo, os institutos foram autorizados a criar carteiras prediais, mecanismo

que permitia captar recursos e destinar parte das arrecadações previdenciárias dos trabalhadores à construção de conjuntos habitacionais. Cada IAP pautou o funcionamento de sua carteira predial com o fim de garantir acesso à moradia digna para seus associados. Contudo, somente camadas de poder aquisitivo médio tiveram acesso aos conjuntos dessa política, e muitas obras foram embargadas. O fim da política habitacional dos IAPs deveu-se à descontinuidade do projeto nos governos posteriores à morte de Vargas. Seu legado foi sucedido pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964, durante o regime militar, o qual – como descrito no capítulo anterior – também atendeu principalmente a camadas médias urbanas, negligenciando o acesso à moradia das grandes camadas populacionais pauperizadas pelo desenvolvimento urbano e industrial.

Os planejadores e pesquisadores do CEM lidaram com o problema abarcando situações distintas da precariedade – como favelas, loteamentos clandestinos ou irregulares e cortiços –, marcadas também por intensa heterogeneidade interna, conforme já havia analisado o coordenador da pesquisa três anos antes (Marques, 2005). Dessa forma, a metodologia da intervenção política de combate aos assentamentos precários trabalhou exatamente com a ideia de multiplicidade, ou “heterogeneidade”, do “fenômeno da precariedade habitacional” (Marques, 2007, p. 11).

Em termos de fundamentação teórica, a metodologia da intervenção precisou lidar com a dificuldade de estabelecer definições claras, agravada pela escassez de dados abrangentes sobre o problema, especialmente em nível nacional. No âmbito da aplicação prática da política pública, o desenho metodológico enfrentou outros obstáculos, como a oferta insuficiente de programas públicos dedicados a atacar diretamente as causas que levavam grandes parcelas da população urbana a residir em assentamentos precários – condição essa compreendida como resultado da falta de recursos para acessar soluções de moradia formal oferecidas pelo mercado legal.

A metodologia do estudo encomendado pela Secretaria Nacional de Habitação adotou como unidade mínima para a política de combate aos

assentamentos precários o termo “subnormal”. Este termo se refere a uma classificação de setores censitários – e não de pessoas ou domicílios individuais. Na pesquisa estatística, o setor censitário constitui a menor unidade de desagregação (indivisível) dos dados dos levantamentos do IBGE, correspondendo geralmente a um conjunto de cerca de 300 domicílios, aos quais se aplica o questionário que define o universo da pesquisa censitária.

Embora a categoria de setor censitário apresentasse variações de tamanho conforme as condições urbanas, as regiões do país e os diferentes recenseamentos, ela era geralmente definida por dimensões reduzidas. Isso a tornava uma unidade de análise com homogeneidade considerada bastante razoável para um estudo de ampla escala, como a pesquisa do CEM. Nesse sentido, os pesquisadores trabalharam com a definição de *setor subnormal* do IBGE, considerando marcadores de precariedade habitacional e de infraestrutura, altas densidades e ocupações de terrenos alheios – sendo essa a definição oficial do governo para tal objeto (Marques, 2007, p. 12)⁵³.

A pesquisa partiu de informações disponíveis localmente para a organização do trabalho, baseando-se no último recenseamento produzido sete anos antes e complementando-o com dados fornecidos por prefeituras e governos estaduais. A coleta dessas informações mais detalhadas foi completamente descentralizada, e sua completude e qualidade variaram conforme: 1) o grau de integração dos escritórios locais do IBGE com os poderes públicos municipais; e 2) a disponibilidade de informações sistematizadas pelas prefeituras a respeito dos assentamentos precários.

Além disso, segundo a equipe do CEM, os setores censitários – considerando a área de responsabilidade dos recenseadores – tendiam a abranger sempre mais de 50 domicílios (com exceções). Isso significava que pequenos

⁵³ Entretanto, cabe um adendo: essa política habitacional operacionalizou-se por meio do estabelecimento administrativo e prévio de setores classificados como subnormais. Conforme suas próprias diretrizes metodológicas, essa classificação exigiria a realização de trabalho de campo para delimitar com precisão os parâmetros das áreas de intervenção – embora não haja clareza sobre se essa etapa foi de fato executada.

núcleos de moradia precária eram incluídos em áreas urbanas mais amplas, tendo seus indicadores "diluídos" em médias socialmente heterogêneas.

Mesmo diante de uma tendência à subestimação – seja pelo "sub-registro de núcleos habitacionais pequenos", seja pela "desatualização dos polígonos de áreas precárias", sobretudo em regiões de intenso crescimento demográfico –, os planejadores do Programa de Urbanização de Favelas consideraram esses dados a única informação coletada nacionalmente de forma padronizada e com metodologia confiável. Por isso, ela tornou-se praticamente a única fonte de baixo custo e grande abrangência territorial disponível para a execução da pesquisa encomendada.

É justo e importante assinalar que essa informação nunca havia sido disponibilizada pelo IBGE para a análise técnica de favelas ou assentamentos precários. Ela se converteu em termo político ao ser “apropriada pela comunidade de políticas de habitação como uma das possíveis soluções para a ausência de dados abrangentes sobre o fenômeno, por vezes sem o cuidado metodológico necessário” (Marques, 2007, p. 13).

Para o desenvolvimento metodológico, a equipe do CEM identificou e contornou limitações inerentes ao uso da classificação por setores censitários. Em primeiro lugar, como ocorre com toda classificação desse tipo, não foi possível desagregar as informações para unidades inferiores aos setores definidos. Consequentemente, em localidades precárias cujo tecido urbano era marcado por uma heterogeneidade não capturada na definição geométrica dos setores, a definição e o refinamento desses detalhes ficariam condicionados a trabalhos de campo posteriores, previstos apenas após a aprovação e alocação de recursos para as intervenções.

Em segundo lugar, a metodologia mostrou-se sensível apenas às informações do Censo Demográfico, excluindo dados fundiários, urbanísticos ou relativos aos padrões de ocupação do território. Além disso, ela conseguia indicar a existência de precariedades sociohabitacionais, mas não especificar a natureza dos problemas predominantes em cada região pesquisada – uma limitação que,

segundo o próprio estudo, só poderia ser superada com “vistorias de campo e análise de documentação” (Marques, 2007, p. 14). Vale reforçar que essa constatação reitera o conceito de heterogeneidade da pobreza, da segregação e do acesso à infraestrutura urbana, já destacado pelo CEM e presente no livro discutido no subcapítulo anterior.

Desse modo, a pesquisa dos assentamentos precários do Brasil, dedicou aos governos locais um saber de estado para a compreensão de espaços precários definidos por um método. Composto por critérios de análise comparáveis em nível nacional e regional.

2. 3. Uma leitura teórico/etnográfica como contribuição para as lutas por moradia

Concluindo o arco deste capítulo, reafirma-se que a política do PUF não é uma invenção súbita, mas o resultado da assimilação estatal de uma linguagem que lhe era originalmente externa e crítica. Esta síntese final explicita o alinhamento completo entre o saber teórico tratado até aqui e a ação estatal, posicionando a descrição etnográfica da implementação do Programa de Urbanização na região de Heliópolis – com suas tensões e resistências – como o passo seguinte da investigação.

Como demonstra toda a trajetória descrita desde o primeiro capítulo desta tese, a pesquisa urbana, desde os anos de 1970, foi uma luta intensa, travada para além do campo estritamente acadêmico. O ponto de inflexão para a análise etnográfica aqui empreendida reside em compreender os estudos urbanos como um campo de lutas, diretamente relacionado às reivindicações pelo direito à moradia adequada nas favelas e à resistência contra as violências de Estado perpetradas, sobretudo, durante a ditadura militar. Dessa perspectiva, observa-se que a análise da reprodução das desigualdades sociais e habitacionais – acelerada

pelo desenvolvimento urbano e industrial de São Paulo durante o regime militar – alcançou conquistas significativas. Tais conquistas se materializaram, sobretudo, na consideração da constituição política do projeto de cidade formulado durante o governo de Luiza Erundina, por meio da política habitacional dos mutirões autogestionários.

O padrão construtivo e habitacional das favelas, interpretado pelo campo dos estudos urbanos com base nos conceitos de trinômios e binômios da moradia precária – entendida como a solução habitacional viável para a maior parte da população urbana –, serviu de modelo político para a compreensão das causas da pobreza materializadas nas próprias edificações das favelas ao longo da década de 1990. Essa interpretação produziu um discurso de combate à desigualdade intimamente vinculado à melhoria habitacional das casas nas favelas e ocupações irregulares.

Tratava-se de um modelo de política em que a integração com as bases locais era essencial, uma vez que, desde a eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo em 1988, os movimentos de moradores de favelas organizados por melhorias habitacionais passaram a ocupar posições de articulação dentro da máquina estatal das políticas sociais (Feltran, 2011, p. 273). No entanto, o que este capítulo destacou como eixo central de argumento – para além da ocupação institucional por entidades locais nos sistemas de gestão da cidade – é a ocupação discursiva de certas linhas teóricas trabalhadas pelos autores e autoras que constituem a bibliografia central aqui mobilizada.

Retomando o que foi abordado no primeiro capítulo, este segundo capítulo apresenta uma compreensão que focaliza o modo como o CEM foi o ponto de irradiação de um novo tratamento dos problemas urbanos. Esse tratamento, conforme a hipótese central desta tese, foi fundamental para o modelo de intervenção do Programa de Urbanização de Favelas.

Nesse sentido, o primeiro subcapítulo deste segundo capítulo lançou luz sobre a pesquisa coordenada por Eduardo Marques e Haroldo Torres, a qual atacou as desigualdades sociais considerando justamente a resistência do problema às

ações de combate. Essa pesquisa apontou para a importância de integrar, às abordagens teóricas sobre os problemas habitacionais da cidade, as complexidades inerentes à produção das desigualdades – notadamente aquelas relativas à renda, à precariedade habitacional e ao acesso limitado a serviços públicos.

Ao analisar a pesquisa de Marques e Torres, esta tese parte da premissa de que, para além de sua contribuição acadêmica, esse constructo teórico possibilitou um entendimento sociologicamente detalhado das favelas e de seus problemas sociais e habitacionais. Essa contribuição se destaca, sobretudo, pela capacidade que seu entendimento ofereceu ao abrir novos caminhos para a compreensão da pobreza urbana e das desigualdades sociais, com o objetivo explícito de influenciar a criação de políticas públicas “mais eficazes para a solução dos problemas” habitacionais das favelas.

É nesse sentido que o livro *Assentamentos precários no Brasil urbano* (Marques, 2007) foi incorporado ao argumento desta tese e apresentado no segundo subcapítulo do Capítulo II. A relevância dessa incorporação deve-se ao fato de que o estudo resulta de um esforço significativo da direção da Secretaria Nacional de Habitação – durante os anos 2000 – para dotar formuladores e formuladoras de políticas públicas de habitação de informações que combinassem precisão e detalhamento sobre as diferentes escalas e manifestações da precariedade nos meios urbanos.

Desse modo, a releitura empreendida neste capítulo permite compreender a política que fundamentou o Programa de Urbanização de Favelas não como uma invenção pontual ou meramente decorrente de uma decisão técnica de governo – uma melhor gerência do problema dos assentamentos precários, mas como um ápice de uma longa e duradoura trajetória histórica e política de enfrentamento dos problemas urbanos. Nesse sentido, é possível afirmar que a linguagem de planejamento, os conceitos operacionais e o próprio desenho metodológico da política habitacional gestada pelo Ministério das Cidades e pela Secretaria Nacional de Habitação são frutos de uma dobra política e teórica decisiva: um movimento

em que o diagnóstico crítico e a gramática da denúncia forjados no combate ao Estado ditatorial – “a espoliação urbana”, a “segregação perversa”, a “precariedade” como produto da desigualdade (necessária ao desenvolvimento industrial) – foram sistematicamente apropriados, atualizados e convertidos em saber estatal intervencionista, produzindo ferramentas para a própria gestão estatal sobre os territórios favelizados.

A política habitacional do PUF é, portanto, a forma atual pela qual o Estado tenta administrar e resolver (ou, ao menos, conter) os problemas habitacionais das favelas. Ao operacionalizar conceitos como a "heterogeneidade da pobreza" em mapas e tipologias, a política pública realiza um duplo movimento: reconhece a validade histórica das lutas teóricas e sociais do passado e, simultaneamente, as captura e as instrumentaliza, transformando potência crítica em protocolo de intervenção. É no tensionamento dessa dobra onde o saber de Estado, refinado pelo CEM, encontra a experiência concreta dos moradores e moradoras das regiões favelizadas, como o Heliópolis, objeto do próximo capítulo.

Capítulo III – Favela e luta organizada

Introdução

Após reconstituir etnograficamente o discurso que emplacou termos como precariedade, vulnerabilidade e irregularidade como lentes interpretativas para os problemas habitacionais das favelas, e descrever a dobra teórico-política que torceu esse diagnóstico crítico sobre a produção violenta de desigualdade que estruturou a urbanização de São Paulo – alinhando-o a uma ciência de estado e materializando-o em protocolos de intervenção –, esta tese desloca-se agora para o terreno onde essa máquina conceitual encontra a vida vivida nos territórios por ela definidos como alvo. Opera-se, portanto, uma transição: sem abandonar o percurso teórico/etnográfico traçado, este capítulo deixa o plano das formulações do campo de lutas dos estudos urbanos para ocupar a descrição etnográfica da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas em Heliópolis e São João Clímaco. Se os capítulos anteriores responderam à questão etnográfica de como o Estado passou a enxergar e planejar a reurbanização das grandes favelas no marco de uma política de combate à vulnerabilidade dos assentamentos precários, cabe aqui descrever de que modo a intervenção do PUF, armada com conceitos de precariedade, risco e irregularidade, se instalou, negociou, reconfigurou e se inscreveu nas lutas habitacionais que percorreram o trabalho de campo desta pesquisa.

Este movimento analítico insere-se no debate desenvolvido no Grupo de Trabalho (GT) "Etnografias do Capitalismo", conforme discutido no 48º encontro anual da ANPOCS (Campinas, 2024), onde se reafirmou o capitalismo como constante inescapável tanto nas condições materiais da prática de pesquisa quanto na formulação dos objetos de pesquisa em nossa contemporaneidade. A partir da pesquisa que fundamenta esta tese, compreendi que a teoria da urbanização de São Paulo ilustra essa constatação. No entanto, para evitar que o argumento desta

tese fosse soterrado por metanarrativas ou idealizações, foi necessário buscar ferramentas analíticas que atentassem às especificidades do contexto pesquisado.

Nesse esforço, as advertências do geógrafo Milton Santos sobre o estudo da pobreza urbana permanecem relevantes. Ao dedicar-se ao tema, Santos destacou que:

A abordagem do problema da pobreza nos países [então definidos como] subdesenvolvidos é cheia de dificuldades e ciladas. As dificuldades são encobertas pelos deficientes instrumentos de pesquisa, tais como a estatística e classificações duvidosas, enquanto a confusão a respeito dos objetivos e as formulações teóricas falsas ou incompletas representam verdadeiras arapucas. [Isso porque], a maioria dos escritores queixam-se de que as estatísticas são inadequadas, por não serem adaptáveis ou por serem insuficientes, ou ainda devido a problemas de interpretação (Santos, 2013, p. 13).

Nessa linha, Milton Santos acrescentou sobre as pesquisas qualitativas:

As pesquisas realizadas por organizações locais ou por pesquisadores independentes para compensar as deficiências dos resultados são, infelizmente, muito poucas e pouco acessíveis. Isso coloca problemas fundamentais e torna muito difícil qualquer tentativa de comparação ou de compreensão das realidades locais. Frequentemente, o trabalho desenvolve-se com material mal selecionado e interpretado erroneamente, visto que a elaboração das estatísticas é feita obedecendo uma transferência de conceitos elaborados para a Europa ou América do Norte [...]. O peso das ideias feitas, a lei do mínimo esforço, o prestígio do exemplo, tudo contribui para manter um instrumento de pesquisa baseado em ideias preconcebidas (Idem, ibidem).

Quase cinquenta anos se passaram desde a publicação dessas reflexões de Milton Santos. Os instrumentos de pesquisa, sobretudo na tradição etnográfica, desenvolveram-se e atenderam a algumas das propostas do pesquisador. No entanto, as "arapucas" por ele desarmadas mantêm-nos em alerta contra as armadilhas do pensamento categórico e estatístico. Seu legado convida-nos, assim, a desarmar novas arapucas que foram sendo armadas ao longo do desenrolar das teorias da urbanização.

Nessa linha, a etnografia de Bádue e Ribeiro (2019) – produzida a partir do acompanhamento de mulheres das periferias de São Paulo inseridas no programa federal Bolsa Família, atentando para como geram dívidas, acessam empréstimos e administram a renda para o cuidado de suas casas e famílias – apresenta uma

possibilidade analítica que desnaturaliza a pobreza, evidenciando suas tessituras cotidianas e desafiando visões homogeneizantes. Essa abordagem, que permite compreender o capitalismo a partir de suas microfinanças e das táticas cotidianas, ressoa tanto com o debate do GT supracitado quanto com as advertências de Santos. Se tal perspectiva etnográfica desvela a pobreza como um campo de relações e estratégias complexas, cabe questionar como uma intervenção estatal, forjada no reconhecimento da "heterogeneidade da pobreza", se territorializa num terreno habitacional complexo.

Significativamente, foi a própria equipe de formulação teórica da política nacional de urbanização de favelas do PAC-1 que afirmou a "heterogeneidade da pobreza" e a necessidade de trabalho de campo aprofundado nos "assentamentos precários" para especificar seus problemas e complexidades. Este capítulo assume, portanto, esse duplo desafio metodológico e substantivo, iniciando a parte etnográfica focalizada no trabalho de campo desta tese ao descrever o encontro – e as tensões – entre a lógica classificatória e intervencionista do Estado e as dinâmicas sempre complexas e concretas do habitar nas favelas.

Para tanto, a descrição organiza-se em três subcapítulos que constroem uma análise escalar da entrada da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas no campo desta pesquisa. O primeiro subcapítulo apresenta uma reconsideração histórica dos conflitos habitacionais na região, descrevendo a ocupação de Heliópolis e São João Clímaco a partir das lutas por moradia que formaram seus núcleos habitacionais e deram origem ao movimento social organizado local. Essa reconstituição situa a formação habitacional prévia ao PUF, ressaltando a relevância política dessas lutas como chave de entendimento da favela. Este movimento analítico inicial dedica-se, portanto, a reconstituir essas dinâmicas concretas em sua profundidade histórica, revelando o saber habitacional que o PUF encontraria ao se territorializar.

O segundo subcapítulo avança no tempo para apresentar a controvérsia que, segundo moradores, viabilizou que Heliópolis se tornasse um grande destaque do PUF. A narrativa etnográfica centra-se no encontro entre uma liderança da luta

por moradia e o arquiteto responsável pelo projeto de conjuntos habitacionais da intervenção. Seguindo Deleuze e Guattari (2011b [1972]), que nos convidam a compreender a história à luz do capitalismo através das regras da contingência – dos "grandes acasos" e "encontros espantosos" –, este trecho busca elucidar o tipo de encontro contingente que permitiu a entrada da política habitacional federal em um território tão complexo, em termos habitacionais, como a região de Heliópolis.

Finalmente, o terceiro subcapítulo conclui a análise da territorialização da intervenção e prepara a transição para o capítulo seguinte. Considerando que o próximo capítulo examinará outros sentidos para a habitação e ocupação do território de São João Clímaco e Heliópolis, trazendo à baila entendimentos habitacionais dos moradores e moradoras da região removidos pela intervenção do PUF e que ainda não receberam a unidade habitacional prometida.

3. 1. Uma ocupação territorial, o movimento organizado de lutas em Heliópolis: saber habitacional da favela

Boa parte da área onde se situam Heliópolis e o bairro de São João Clímaco pertenceu outrora ao conde Sílvio Álvares Penteado, industrial herdeiro de extensas propriedades cafeeiras no estado de São Paulo. Além de sua influência econômica, seu legado inscreve-se também no campo da formação intelectual e urbana paulistana. Foi o fundador da Escola de Comércio Álvares Penteado, que em 1922 instituiu os primeiros cursos de economia e contabilidade do país, e, junto com seu irmão Armando Álvares Penteado, doou a residência familiar – a Vila Penteado – para sediar a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 1947. Essa trajetória, portanto, vincula a história fundiária da região de Heliópolis a processos mais amplos de produção do saber urbano e de configuração das elites paulistanas – terreno sobre o qual se dará, décadas depois, a ocupação e produção habitacional de uma das maiores favelas do Brasil. No território também havia chácaras menores de outros proprietários.

As terras da região pesquisada foram propriedade do conde e outros proprietários até 1943, quando foram adquiridas pelo Instituto de Aposentadoria e

Pensões dos Industriários (IAPI). Não é de estranhar essa transação, dada a impactante atuação de Sílvio Álvares Penteado no desenvolvimento industrial da cidade e do país. Ele havia assumido a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) alguns anos antes, em 1936, e circulou nas Jornadas da Organização Científica na Administração Municipal em 1938, 1939 e 1940. Essa atuação abriu a região para as finalidades da urbanização atrelada ao desenvolvimento industrial da cidade.

Na região de Heliópolis, terras do IAPI foram objeto de uma ação judicial em 1966, passando então à administração do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS). Essa transferência decorreu da reestruturação do sistema previdenciário após Getúlio Vargas e da subsequente extinção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPI) durante o regime militar.

O IAPAS vendeu parte do terreno à Petrobras e iniciou as obras do prédio do Hospital Heliópolis, em uma área que fazia parte de seus mais de um milhão de metros quadrados. Conforme pude compreender junto de moradores da região, nesse momento algumas famílias já haviam ocupado lotes e construído chácaras.

É importante destacar, contudo, que o IAPAS construiu alojamentos para os trabalhadores do hospital, constituindo assim a primeira leva de pessoas que se estabeleceu em massa na região. Mesmo após a conclusão das obras do Hospital Heliópolis, muitos desses trabalhadores permaneceram no local, trazendo suas famílias.

Em 1971, durante a gestão do prefeito José Carlos de Figueiredo Ferraz, a prefeitura de São Paulo removeu 153 famílias da favela da Vila Prudente, na Zona Leste, e as realocou na área de Heliópolis. A remoção foi justificada pelas obras dos anéis viários que seriam construídos sobre o rio Tamanduateí, no local então ocupado pela favela da Zona Leste.

Neide, presidenta do movimento social organizado da região, afirmou, durante meu trabalho de campo de mestrado 46 anos depois dos fatos, que foi uma das crianças que acompanhou seus pais na remoção da Vila Prudente. Em um

evento de 2016 que tematizava a relação entre habitação e as memórias das lutas por terra em Heliópolis, tal liderança afirmou:

Os moradores que chegaram da Zona Leste vieram para morar em alojamentos provisórios, os quais permaneceriam apenas o tempo necessário à construção de nossas casas. Nós não imaginávamos que esse lugar seria a nossa casa, a nossa comunidade.

No entanto, o discurso dos gestores e políticos da cidade se alterou com o passar do tempo. As famílias removidas foram se fixando na região, mantendo, porém, a reivindicação das casas que lhes foram prometidas. Em resposta, a prefeitura propôs um novo deslocamento para áreas ainda mais afastadas do centro, como o bairro de Guaianazes, no extremo leste de São Paulo.

Na mesma ocasião da fala anterior, Neide disse:

Obviamente, os pobres não poderiam permanecer no centro da cidade. Heliópolis está praticamente no centro – está a menos de dez quilômetros do centro histórico de São Paulo e da Avenida Paulista; a distância é curta. Esta área começou a se tornar extremamente visada pela especulação imobiliária e por interesses econômicos. Tentaram nos remover novamente, deslocando os moradores da favela para regiões cada vez mais afastadas.

Em 1978, sob a gestão do prefeito Olavo Setubal, a prefeitura de São Paulo removeu para Heliópolis centenas de famílias da extinta favela do Vergueiro, replicando o modelo de alojamentos temporários em barracões. A remoção foi parte do processo de desenvolvimento da Linha 1-Azul do Metrô, um fator que, somado à desocupação do terreno, contribuiu decisivamente para a valorização imobiliária da região da Chácara Klabin, transformando-a em uma das áreas mais caras da cidade.

Neto é o presidente honorário desse mesmo movimento organizado que atua desde Heliópolis. Em diversas ocasiões, foi preso e enfrentou o cárcere. Sua atuação no movimento social da região notabilizou-se por ações como no incêndio dos prédios do Cingapura, construídos pelo Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas (PROVER) de Paulo Maluf em 1996⁵⁴. Essa política

⁵⁴ O último mandato desse político à frente da prefeitura (1993-1996) foi marcado pelo combate declarado aos movimentos de favela em suas reivindicações por moradia digna e acesso à cidade. A política do Cingapura, contudo, foi mantida por seu sucessor, Celso Pitta.

habitacional tinha como estratégia remover os barracos de madeira das favelas para, em seu lugar, erguer edifícios e conjuntos habitacionais. Em Heliópolis, próximo ao Hospital Heliópolis, iniciou-se a construção de alguns edifícios; no entanto, como era comum, as obras não foram concluídas. Moradores ocuparam o local, dividiram o espaço à sua maneira e construíram barracos. Tragicamente, houve um incêndio com vítimas fatais.

O próprio prefeito foi ao local e solicitou que a Polícia Militar violentasse os moradores, classificando as reivindicações dos locais pelas mortes como arruaça. Neto confrontou tanto a polícia quanto o prefeito e sua equipe, afirmando diante de câmeras que a responsabilidade total pelo incêndio era de Maluf. Acabou agredido, algemado e encarcerado. Esse episódio, contudo, só potencializou ainda mais a atuação dessa liderança, que já atuava na região desde a década de 1980, acumulando assim um vasto entendimento das lutas por moradia na cidade.

Segundo Neto, em 1979 o Juiz Federal da Sexta Vara, em São Paulo, emitiu uma liminar de reintegração de posse favorável ao IAPAS. A ação foi executada em 1983, o que resultou na remoção de parte dos trabalhadores do hospital e dos moradores que já haviam sido deslocados de outras favelas.

No entendimento da lei, os moradores estavam em situação irregular no terreno, especialmente após recusarem a remoção para Guaianazes. Durante o desenrolar do processo, esses moradores de Heliópolis passaram a conviver com a incerteza quanto à sua permanência na região. Paralelamente, grileiros abriram outros lotes na área. Com o tempo, passaram a cobrar aluguéis e vender lotes, formando grupos que atuavam como justiceiros, controlando quem podia ou não viver na favela. Segundo Neto, a atuação desses grileiros começou a entrar em conflito com o modo de vida dos moradores removidos e daqueles que haviam chegado de outras favelas.

Neto chegou a São Paulo em 1981. Já era pai e deixou sua esposa Januária em Exu (PE). Comprou um lote de terreno em Heliópolis, trouxe a mulher e o filho para a cidade e, na época, pediu demissão de uma empresa de lustres em São Bernardo do Campo (ABC Paulista). Obviamente, precisou encontrar outro

trabalho. Por conta desse trabalho, ele me disse que não ficava em casa. Assim, quem vivenciava o dia a dia da favela em crescimento era sua esposa. Ele me relatou que, perante as “injustiças dos grileiros”, foi sua esposa quem primeiro ingressou no movimento social:

Foi tanta gente que chegou para viver no Heliópolis no final dos anos de 1970 que teve gente que quis dominar o território, dizendo que era dono da terra com documento falso. Isso é grilagem! Por exemplo: eu comprei meu barraco para morar aqui, e foi quando eu fui mandado embora de uma indústria em São Bernardo. Trouxe minha esposa e meu primeiro filho para morar comigo, pra gente ter casa própria e sair do aluguel. Os grileiros queriam cobrar aluguel, mesmo depois de eu ter comprado a casa.

Eu tinha que trabalhar; minha mulher, Januária, era quem ficava em casa. Por isso ela sabia de tudo o que acontecia e me contava. Foram as mulheres a principal força para organizar aqui um movimento. Minha mulher me contava que os grileiros ameaçavam já pela manhã quem não estava de acordo com o controle territorial deles. Os grileiros cercavam a terra e cobravam. Eles ameaçavam as pessoas, colocavam os nomes das pessoas que deveriam sair nos postes. Se a pessoa não saísse por não aceitar a extorsão, havia risco de morte. Minha mulher tomou a frente da situação, foi contra os grileiros. Um dia colocaram o nome dela no poste. Foi quando eu entrei na luta, quando ameaçaram Januária.

Eu saí do trabalho, comecei a convocar e conversar com o pessoal da área para a gente se organizar e acabar com a grilagem da terra. Organizamos os núcleos habitacionais; cada núcleo tinha uma liderança. Eu e a Januária ficamos responsáveis pelo núcleo da minha rua, ou seja, da minha área. Aqui perto do terreno onde depois foi construída a SABESP aqui na região. Com o tempo, chegaram os padres anarquistas, os advogados e o PT; a gente fez aliança. Um companheiro que era da fábrica levava nossas demandas para os sindicatos, e coisa e tal. Isso aí foi importante para ajudar a gente a expulsar os grileiros e mostrar que a gente tinha o direito de ter uma casa.

Ninguém mora numa favela porque quer; mora porque não tem onde morar. Só tinha a favela pra gente construir um barraco e lutar pelo dia a dia

Conforme o entendimento etnográfico das lutas por moradia em Heliópolis – e conforme afirmam as lideranças locais –, a “luta dos moradores organizados” em torno dos núcleos habitacionais contra os grileiros conferiu outro sentido aos mutirões de construção coletiva. Um sentido distinto daquele descrito pelos estudos urbanos que fundamentaram a política dos mutirões autogestionários, analisada no primeiro capítulo desta tese.

Em Heliópolis, os mutirões constituíram uma tática fundamental de ocupação e permanência no território da favela. Por essa razão, Neto afirmou que tanto as tentativas de remoção perpetradas pelo poder público quanto as ações dos grileiros encontraram nos mutirões sua principal forma de resistência. Segundo suas palavras:

Quando chegava para a gente a informação de que ia acontecer uma remoção, a gente se organizava e ia até as casas que seriam removidas. Se juntavam as pessoas; era um que podia cercar, um que fazia a comida, outro que ficava para vigiar, outro que fazia a montagem do barraco, assim ia, cada um fazia uma coisa. Assim era a luta. Quando a polícia chegava para expulsar as famílias, encontravam não os invasores de terra, mas a comunidade organizada. Já não eram poucos barracos, mas sim vários. Expulsar uma ou meia dúzia de famílias era fácil, mas expulsar o povo organizado já era mais difícil. Com os grileiros também era assim; diante de muitas casas, eles não tinham coragem de oprimir. Quando foi preciso, também pegamos em armas. Mas os padres mostraram que não era estratégico responder com violência. Um padre italiano que atuou aqui em Heliópolis me transmitiu o princípio da não violência a partir de Cristo. Ensinou que esse povo que queria ser dono da terra era como os fariseus e Herodes. A gente não poderia ser como eles, tinha que ser como Cristo. Que era pobre, criado com a humildade de Maria e José. Cristo ensinou como lutar dando a outra face. Os advogados também instruíram a gente a procurar nossos direitos. Foi assim que a luta aconteceu, lutando pelo direito de estar aqui e viver sem a violência da grilagem. Com o governo da Erundina, nossos direitos foram reconhecidos.

Conforme esta pesquisa pôde constatar, a mobilização coletiva resultou na formação de uma comissão dedicada à luta pelo direito à moradia digna e à posse da terra. Segundo Neto, essa comissão teve início a partir de três pontos de encontro dos moradores: 1) uma mina d'água localizada na área onde foi realizado o trabalho de campo desta tese; 2) outra mina d'água, situada próximo à Igreja de Santa Edwiges, em outra região da favela, mais próxima do anel viário das Juntas Provisórias, no bairro do Ipiranga; e 3) a própria igreja de Santa Edwiges, santa protetora dos pobres e endividados. Neto relatou que sua atuação começou justamente nesse primeiro ponto de encontro. Em suas palavras:

Todo o povo da favela precisava das minas porque não tinha água potável no começo da ocupação. Então, como todo mundo ia para as fontes de água encher seus baldes, era onde a informação era transmitida. Era onde a gente definia as reuniões e os assuntos importantes da comunidade.

Para facilitar, a gente foi dividindo as áreas em núcleos habitacionais. Cada núcleo de moradores era encarregado de levantar as pautas e

demandas de cada lugar da favela. Aí, nas reuniões, era debatido tudo de forma coletiva. Todo mundo tinha voz.

Aí se formou o núcleo do Flamengo, o núcleo da Rocinha, o núcleo do Paquistão, o núcleo da Alegria e o núcleo aqui da rua da Mina, onde é a sede principal do nosso movimento hoje. O núcleo do Copa Rio.

A força da organização dos núcleos habitacionais mostrou-se eficaz, segundo Neto, quando a intensa reivindicação dos moradores conquistou as primeiras vitórias pela permanência e reconhecimento, como na resistência à "política de desfavelização de Jânio Quadros" perante a prefeitura. Este episódio também me foi relatado por Miguel, que, durante meu trabalho de campo, coordenava a frente dos sem-teto do movimento por moradia em Heliópolis. Nascido em Alegrete (PI), Miguel chegara a São Paulo em 1982, após ter trabalhado como garimpeiro na Serra Pelada, no Pará. Ao chegar a Heliópolis, encontrou um território marcado pela violência dos grileiros e sob constantes ameaças de remoções.

Miguel afirmou que passou a andar armado para se proteger e proteger a família da ação dos "grileiros". Contudo, o último ano do segundo mandato de Jânio Quadros à frente da prefeitura de São Paulo mudou a forma como Miguel entendia sua vida na favela. Em 1988, moradores de Heliópolis sofriam com mais uma ameaça de remoção: o então prefeito planejava remover casas para construir um centro comercial no terreno. Foi quando Miguel abandonou as armas e ingressou na luta organizada. Junto a outros moradores, ele participou de uma ocupação na área dos anéis viários que dão acesso ao bairro do Ipiranga, na Avenida das Juntas Provisórias.

A estratégia alcançou os objetivos de permanência; muitos dos mais de vinte campos de futebol de várzea criados nas áreas desocupadas da região da favela foram loteados e, ao contrário de um shopping, serviram para a construção de conjuntos habitacionais. Essa conquista ampliou-se com a eleição de Luiza Erundina. Desse alinhamento entre a reivindicação local e o poder público, resultaram 268 unidades habitacionais construídas pela COHAB, além de outras

200 erguidas por mutirões autogestionários nos núcleos habitacionais Flamengo, Dom Pedro e Lagoa (na Gleba K do mapa da Figura 2 desta tese).

A construção dessas unidades habitacionais exemplifica, em âmbito local, a política habitacional da gestão de Luiza Erundina, que se baseou no trabalho das famílias de Heliópolis – tanto na ampliação das unidades (inicialmente compostas por apenas dois cômodos pré-fabricados) quanto na construção integral da casa por meio de mutirão. Também durante o mandato de Erundina, outro terreno na Avenida Almirante Delamare foi dedicado à construção de unidades habitacionais, compondo o núcleo habitacional do Paquistão (também na Gleba K).

3. 2. A controvérsia política: ou a entrada da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas no território de Heliópolis

O primeiro estudo acadêmico especificamente dedicado a compreender as lutas e as ocupações em Heliópolis foi realizado pela socióloga e urbanista Maria Ruth Amaral de Sampaio, em sua pesquisa publicada sob o título *Heliópolis: o percurso de uma invasão* (Sampaio, 1991). Nesse trabalho fundador, a autora estabelece de forma concreta a centralidade da ação do “poder público” na formação da favela. Conforme argumenta Sampaio:

O grande responsável pela criação e desenvolvimento da favela de Heliópolis/São João Clímaco foi o poder público, seja federal, o IAPAS [Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social], que deixou sua propriedade abandonada, seja municipal [...], que lá instalou alojamentos provisórios, que se tornaram permanentes (Sampaio, 1991, p. 4).

Embora o estudo fundador de Sampaio (1991) tenha reificado a centralidade do “poder público” na formação de Heliópolis, esta tese argumenta que os próprios moradores e moradoras foram decisivos na ocupação e consolidação do território. Essa afirmação ganha substância quando se compreende que, para além de organizar localmente os mutirões autogestionários coordenados pela Secretaria de Habitação de Luiza Erundina (sob gestão de Ermínia Maricato), o movimento local organizado por moradia engajou-se ativamente no desenvolvimento e na aplicação

de outras políticas habitacionais executadas na região nas décadas de 1990 e 2000.

Esse protagonismo pode ser ilustrado pela reação do movimento ao incêndio criminoso que, no âmbito do PROVER, consumiu barracos de madeira construídos dentro dos edifícios abandonados do Conjunto Cingapura. Em resposta, os moradores organizados passaram a reivindicar não apenas a reconstrução, mas uma melhor qualidade construtiva. Para tanto, adotaram a estratégia de pressionar diretamente o Banco Mundial – financiador do programa –, argumentando pela necessidade de uma metodologia de intervenção participativa em Heliópolis.

Como resultado dessa mobilização, o movimento social conseguiu alterar significativamente o modelo padrão das unidades habitacionais oferecido pela política de verticalização da gestão Maluf. Tais modificações resultaram em diferenças tipológicas que atendiam às demandas das famílias, com apartamentos de um, dois e três dormitórios, além do reprojeto de alguns edifícios para incluir espaços comerciais no térreo.

Conforme apontado pelas lideranças de Heliópolis acompanhadas no trabalho de campo, as alterações no projeto do Cingapura visavam a atender à diversidade das composições familiares locais. Essa percepção é ilustrada por uma fala de Miguel:

Havia famílias com dez pessoas, outras só com um filho, gente que vivia sozinha, idosos, casais recém-casados. E muita gente que foi pro Cingapura tinha um comércio. Manter isso foi importante, pois como a pessoa vai viver sem sua renda?

Durante a gestão de Marta Suplicy à frente da Prefeitura de São Paulo (2001-2004), as reivindicações do movimento organizado concentraram-se na melhoria das moradias precárias localizadas no centro da favela, sobretudo aquelas próximas a córregos. De acordo com lideranças locais, o diálogo com a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) foi constante nesse período, materializando-se por meio do Programa Bairro Legal – iniciativa que visava, e ainda visa, à regulamentação fundiária e à melhoria da infraestrutura urbana em favelas.

Ao observar a ação do poder público em Heliópolis – tendência descrita por Sampaio (1991) e outros autores (Moreira, 2017, 2019; Santis, 2014) – em correlação com a atuação reivindicatória do movimento local por moradia, é possível identificar como as intervenções habitacionais foram também moldadas por embates locais. Um exemplo decisivo ocorreu com a inserção do Programa de Urbanização de Favelas, cuja implementação na região foi diretamente produzida por uma controvérsia entre uma das lideranças locais e o arquiteto dos edifícios cilíndricos (projetados para a reurbanização da Gleba K).

Sob uma perspectiva etnográfica, esta tese sustenta que a controvérsia desencadeada em 2004 – quando o líder Neto confrontou a declaração do renomado arquiteto Ruy Ohtake⁵⁵, que qualificava Heliópolis como "uma das coisas mais feias da cidade de São Paulo" – foi o elemento que articulou, teórica e politicamente, as diretrizes da política nacional de habitação com os sentidos da luta do movimento local por moradia.

Sobre esse acontecimento, é relevante registrar que Ohtake, posteriormente, emitiu uma retratação. Em sua justificativa, argumentou que a "feiura" a que se referia era, na verdade, a da desigualdade social e habitacional radical na cidade – uma feiura manifesta na existência de uma favela com as precariedades de Heliópolis, em contraste com outras áreas que gozavam de soluções habitacionais dignas.

Contudo, no momento daquela fala inicial, a reação de Neto foi pragmática e imediata. Em seu relato, a declaração do arquiteto foi o que o levou a compreender a necessidade de uma interlocução direta. Ele afirmou ter conseguido com um político do PT o número de telefone de Ohtake, a quem então ligou para convidá-lo a conhecer algumas frentes de atuação do movimento social local. O objetivo era duplo: apresentar as soluções habitacionais encontradas dentro da

⁵⁵ Vale destacar aqui um estranhamento de Cibele Rizek, uma das pessoas que leram esse trabalho e compuseram a banca de tese na qual ele foi defendido, a respeito de Ohtake ter assumido um papel central na intervenção aqui estudada. Isso porque Ohtake nunca foi, até então, um arquiteto ligado às lutas sociais e políticas da favela, sendo um renomado membro do *star system* da arquitetura brasileira.

precariedade imposta e, a partir desse diálogo, convencê-lo a contribuir para “deixar Heliópolis mais bonito”. Desse contato, nasceu uma parceria que veio a se concretizar.

Essa conjugação de esforços entre o arquiteto e a liderança comunitária teve como mote central a busca por soluções para a precariedade habitacional extrema da favela. Tal colaboração foi impulsionada por um diagnóstico compartilhado – referendado por Neto – que apontava para a disseminação de moradias em locais perigosos e de alta vulnerabilidade. Essa realidade se materializava em exemplos concretos: edificações precárias de madeira sobre cursos d’água; ocupações em áreas de risco geotécnico e de deslizamento; e adensamentos habitacionais em setores carentes de qualquer infraestrutura básica.

Em 2005, ambos já atuavam juntos em reuniões com os propositores do Programa de Urbanização de Favelas. Dentro do programa, Ruy Ohtake teve liberdade criativa para projetar os edifícios e apartamentos destinados à remoção. Segundo suas palavras, ele foi motivado por algumas preocupações centrais a pensar “um projeto humanizado” de habitação para Heliópolis. Sua crítica partia da concepção de que os conjuntos habitacionais não deveriam ter corredores longos – pois, como observou, “em conjuntos habitacionais já entregues pela prefeitura os corredores se tornaram espaços para comércio local, tráfico de drogas e prostituição”.

Além disso, o arquiteto afirmou que alguns moradores de Heliópolis lhe relataram seu temor de não saber viver em prédios e de que as drogas seriam vendidas nos corredores. Diante dessas preocupações, Ohtake optou por projetar prédios sem corredores internos, criando uma circulação por escadas e um hall de 5 por 5 metros que dava acesso a quatro apartamentos. Não satisfeito, projetou os edifícios em formato cilíndrico. Justificou essa opção estética e urbanística por acreditar que os prédios dos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida

voltados à população de baixa renda não apresentavam inovação, parecendo-lhe, em suas palavras, “plantações de alface, tudo igual”⁵⁶.

3. 3. Síntese e transição: da potência das lutas organizadas à enunciação das vozes silenciadas pela remoção

Dito isso, é preciso evocar outros entendimentos acerca da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas, a partir das vozes e experiências de moradores e moradoras que produziram lutas e ocupações na região de Heliópolis e São João Clímaco. O saber habitacional forjado nas lutas históricas (subcapítulo 3.1) e a articulação política bem-sucedida com o arquiteto e o Estado (subcapítulo 3.2) não apenas definiram os termos da territorialização do PUF, mas também, paradoxalmente, delinearam os contornos de uma exclusão: a dos moradores removidos que não se alinharam ou foram capturados por essa rede organizada. Com este capítulo, a tese encerra seu posicionamento analítico na interface entre a teoria e a política pública de habitação. A partir de agora, o foco se desloca para uma descrição etnográfica densa dos terrenos ocupados – muitas vezes de forma irregular – pelos moradores e moradoras que sofreram remoção habitacional na segunda fase da intervenção estudada.

Para uma antropologia social que se pretende consequente, é fundamental dar voz aos sujeitos que, em sua condição de "grupos naturais"⁵⁷ da cidade, constituem a população vulnerável de São Paulo e engrossam as listas de espera por moradia social. Contudo, para que essa escuta faça sentido, foi necessário estabelecer, neste terceiro capítulo, a relevância fundante das lutas organizadas pelo movimento social local. É essa relevância que, em termos etnográficos, confere potência analítica à pesquisa, pois foi ela que, em grande medida, determinou a cartografia do território de Heliópolis. A territorialização da

⁵⁶ Link para leitura das falas de Ohtake retiradas do texto “Arquitetura social: o mal entendido que levou Ruy Ohtake a Heliópolis, em SP” e convertidas em dado etnográfico nesta tese: <https://caubr.gov.br/arquitetura-social-redondinhos/>

⁵⁷ Isto é, grupos forjados pelas estatísticas, fabricados por dados quantitativos ou numéricos. (Stengers & Nathan, 1995, apud, Villela, 2010, p. 13 e Stengers, 1997, apud, Villela, p. 12).

favela, assim, se constituiu a partir das lutas dos núcleos habitacionais, cujas ações impactaram diretamente as definições e os rumos das intervenções estatais na região.

No primeiro subcapítulo, descrevemos as efetividades dessas lutas, destacando como os mutirões de construção coletiva garantiram conquistas territoriais concretas e, posteriormente, reconhecimento e legitimidade política perante o Estado. Esse processo ilustra um fenômeno crucial: a captação estatal dos movimentos locais, através da qual o movimento de Heliópolis passou a ocupar uma posição direta de negociação com a máquina de políticas públicas.

Este trecho da tese é, portanto, atravessado pelo enunciado territorial produzido pelo movimento social – um enunciado forjado na capacidade de seus membros e lideranças de confrontar atores poderosos (políticos, planejadores, o mercado, a polícia, grileiros) e, ao mesmo tempo, aprender a negociar. Precisaram dominar os termos técnicos, identificar os dispositivos institucionais e ocupar os espaços adequados para fazer suas vozes serem ouvidas. O objetivo último era claro: converter os aparatos estatais em instrumentos favoráveis a um modo de habitação que, a partir dos saberes práticos da luta no território, fosse mais próximo e atento às necessidades reais dos moradores da maior favela da cidade. O que em outro momento da tese foi definido como “lutas jurídico-cartoriais” (Villela, 2020, p. 301).

Finalmente, o capítulo procurou descrever a entrada concreta da política nacional de combate aos assentamentos precários em Heliópolis. Etnograficamente, essa entrada foi narrada a partir da controvérsia entre Neto e o arquiteto Ruy Ohtake. Como demonstrado, a proposta de intervenção emergiu de uma possibilidade de aliança que Neto soube enxergar e onde apostou suas fichas. Em uma analogia reveladora, ele mesmo comparou sua ação a um “truco político”, um jogo de cartas onde a melhoria habitacional da favela era o que estava em jogo, segundo suas palavras: “tinha um pica fumo nas mãos” [a menor manilha do jogo], “foi preciso apostar para ganhar”.

Durante o trabalho de campo, optei por não confrontar o movimento social sobre sua aparente falta de mobilização em torno da situação das famílias removidas na segunda fase do Programa. Para compreender essa aparente contradição, a análise de DJ, liderança dos projetos de juventude na favela de Heliópolis, é elucidativa: "Cara, em 2016 ainda era tudo alegria... Depois o país fechou. Deram o golpe na Dilma, roubaram a vitória da população mais pobre. Depois disso, não teve como se organizar...".

Seu relato oferece uma chave de entendimento local para o desengajamento, vinculando-o a um clima político nacional de desmontes que paralisou projetos de habitação e esperanças. O Capítulo IV dedicar-se-á, assim, a dar voz a essas famílias removidas e ainda não reassentadas – às "vozes silenciadas" que não compuseram com as lutas organizadas –, explorando como o próprio planejamento e desenvolvimento da intervenção, o atraso e o abandono das obras de reurbanização, produziram uma homogeneização de suas vidas e modos de habitar. O Capítulo V, por sua vez, adotará uma perspectiva mais íntima, examinando os efeitos subjetivos e relacionais da espera prolongada, com foco na experiência concreta do atendimento burocrático, nas complexidades geradas pelas obras inconclusas e na luta cotidiana pela permanência na cidade sob a condição de população vulnerável.

Capítulo IV – Complexidades habitacionais e outros saberes das favelas

Introdução

Ao observar as mãos craqueladas do *velho* (seu Alonso), pela terra e pelo tempo, enquanto plantava uma muda que eu não soube definir, pude imaginar um técnico do Programa de Urbanização de Favelas, em algum outro lugar e momento, clicando em um monitor (de algum escritório da subprefeitura ou da SEHAB) – utilizando a interface de um software como o AutoCAD – sobre a coordenada geográfica daquele solo escavado por meu interlocutor. Exatamente onde foi construída a casa onde vivi com minha mãe e minha irmã, antes mesmo que me passasse pela cabeça estudar a habitação e os efeitos do programa de urbanização que removeu tal casa. Pude imaginar um técnico atribuindo àquele terreno, onde Alonso trabalhava durante meu campo de pesquisa, uma classificação como “Área 7-A: assentamento precário de risco 3, família 0247”.

O registro de campo acima não é uma simples imaginação espacial, mas uma expressão da base argumentativa deste capítulo. A saber: a existência de uma multiplicidade do habitar da área estudada. Envolvendo, por um lado, saberes locais relacionados à vida vivida no território e memórias, e, por outro lado, os efeitos de categorias técnicas planificadoras que buscaram ordenar, desde um exterior técnico/administrativo, realidades vividas que escapam à homogeneização técnica de um programa como o PUF.

Quando Otávio Velho (Velho, 1991), nos primeiros anos da década de 1990, refletiu acerca dos desafios da atividade intelectual diante dos “novos sujeitos sociais” emergentes na aurora da redemocratização, situou a antropologia num

lugar singular. Enquanto as ciências sociais em geral voltavam-se para identificar e compreender novas formas de ação coletiva e reivindicação política – como exemplificado no trabalho de Eder Sader (Sader, 1988) sobre os “novos personagens” que ingressaram na cena política dos movimentos trabalhistas da Grande São Paulo –, a antropologia, com sua tradição disciplinar de lidar com o “tradicional”, parecia construir um “contraponto romântico”, ecoando o Eclesiastes: “não há nada de novo de baixo do sol”.

Nesse sentido, para Velho, o desafio da atividade intelectual antropológica daquele contexto consistia em superar a dicotomia entre moderno e tradicional, levando a sério a própria “ideologia da modernidade” – força que, em suas palavras, dominava as elites e as classes médias brasileiras nos primeiros anos da reabertura política pós-ditadura militar. Enquanto esses outros olhares concentravam a resolução dos problemas sociais, políticos e culturais em um futuro a ser construído, cabia à antropologia, com seus aparatos analíticos voltados ao tradicional, à cultura e a outras estruturas sociais profundas, compreender como o passado persistia e se fazia presente.

Essa reflexão, formulada durante a reconfiguração democrática do país, pode ser considerada como um espelhamento de um problema que só se tornaria plenamente visível mais de uma década depois, com a formulação e implementação de políticas urbanas de larga escala, como o Programa de Urbanização de Favelas. Se os anos de 1990 foram marcados, segundo Velho, pelo reconhecimento acadêmico e político de novos sujeitos coletivos, as três últimas décadas apresentariam a materialização estatal desse reconhecimento sob a forma de intervenções técnicas que, por outro lado, tenderiam a apagar outras histórias e saberes que foram desenvolvidos ao longo do tempo nos territórios de intervenção.

Ao se valer das reflexões de Otávio Velho, é possível dizer, teoricamente, que houve na região de Heliópolis uma operacionalização da “ideologia da mudança”. O PUF expressou um modo de intervenção urbana que, para projetar e intervir, necessariamente estabeleceu um ponto de partida que ignorou a complexidade de um território já habitado. Uma complexidade enraizada desde a

violenta produção de desigualdade operada durante a ditadura militar. Dessa forma, a intervenção estudada expressa uma idealização, a de que os problemas abissais de desigualdade urbana e social seriam resolvidos naturalmente pela redemocratização e a atuação do Estado de direito, sem levar em conta a duração e o impacto do passado violento da produção de desigualdade no presente.

Essa tensão entre o plano técnico e o território vivido pode ser fundamentada pela crítica antropológica de Johannes Fabian à negação da contemporaneidade. Para o autor, o “alocronismo” – a operação intelectual que situa o outro em um tempo distinto e anterior, recusando-se a reconhecer que esse outro compartilha o mesmo presente do observador (antropólogo) – foi um pilar da antropologia em seu contexto colonial (Fabian, 1983, p. 31).

Transpondo esse quadro analítico para o cenário da urbanização das favelas, é possível afirmar uma operação similar. O saber técnico do PUF, ao categorizar o espaço a partir de um futuro urbanizado, tendeu a tratar os modos de habitar a favela como elementos de um passado a ser superado. Nesse sentido, a classificação “área de risco”, por exemplo, não opera apenas uma delimitação espacial, mas um posicionamento temporal. Ela situou formas de habitar ali presentes numa linha do tempo evolutiva onde a intervenção figura como o imperativo para alcançar um estado futuro de normalidade habitacional. Desse modo, a planificação, em busca por ordenar o novo, reproduziu uma negação da contemporaneidade, alijando o tempo daqueles que planejam do tempo das pessoas que têm suas vidas atravessadas pela planificação. A remoção habitacional realiza, assim, um duplo apagamento: espacial e temporal.

Como descrito na introdução desta tese, a análise que aqui se desenvolveu confronta três registros ou arquivos sobre as favelas: o arquivo da política pública, que formula a favela como lugar precário a ser intervencionado; o arquivo da literatura acadêmica, que descreve causas, qualidades e soluções para os problemas que teoricamente a definem; e o arquivo etnográfico, produzido pelo trabalho de campo desta pesquisa.

A comparação sistemática desses arquivos apresenta um acontecimento político. A intervenção do Programa de Urbanização de Favelas na região de Heliópolis e no bairro de São João Clímaco atuou como uma força que ocupou um campo de relações, histórias e modos de vida preexistentes, ignorando-o completamente como se tratasse de um terreno neutro e vazio. Nesse processo, algumas das forças prévias se extinguiram, outras se recompuseram taticamente, enquanto novas dinâmicas e forças ocuparam o território.

Em termos concretos, esse acontecimento se traduziu numa reconfiguração radical da paisagem habitacional da área estudada. Parte das pessoas removidas das ocupações dispersou-se por outras áreas da cidade. Outras permaneceram na região, deslocadas de seus pontos de origem. Paralelamente, novos grupos ocuparam terrenos das áreas removidas. Longe de resolver uma equação entre precariedade e urbanização, o PUF acabou por gerar novas e complexas situações de habitar.

Para as famílias inscritas no atendimento da SEHAB, o resultado foi sua conversão em uma população vulnerável indiferenciada – um número na fila de espera. São famílias que, à época desta escrita, aguardam há quinze anos por uma unidade habitacional, permanecendo num limbo administrativo que perpetua a própria insegurança – e o “risco” – que a política pretendia sanar.

Em minha qualificação de doutorado, Cibele Rizek alertou para a necessidade de cuidado e prudência no uso de determinadas categorias em meu trabalho. Ela observou que o relatório apresentado, profundamente marcado pela análise do arquivo do PUF e dos estudos urbanos, tendia a descrever Heliópolis a partir do conceito genérico de periferia.

De fato, naquele momento a pesquisa encontrava-se imersa no arquivo técnico do PUF e na prospecção do arquivo acadêmico dos estudos urbanos. Essa imersão pode explicar a proeminência, no relatório de qualificação, da categorização de periferia conforme elaborada por essas fontes. Minha intenção,

contudo, era precisamente evidenciar essa conceituação e rastrear sua irradiação – tanto na produção técnica quanto nas políticas públicas direcionadas à habitação precária.

A observação de Cibele Rizek ressoou com uma percepção local, já que Neide, liderança de Heliópolis mencionada anteriormente, também destacara a posição estratégica da região para interesses mercadológicos. Enquanto Neide se referia sobretudo ao mercado imobiliário, Rizek ampliou o olhar: chamou a atenção para o fato de que a área não era uma “periferia” genérica, mas uma favela situada na adjacência de grandes eixos do capital financeiro, com dinâmicas próprias de mercados – legais e ilegais – voltados para sua população. Por fim, a socióloga apontou uma ressonância crucial entre os relatos de meus interlocutores e a categoria de “refugiados urbanos”, desenvolvida por Vera Telles (Telles, 2017), o que conduziu a escrita desta tese ao núcleo teórico da análise que se segue.

Para Vera Telles (2017), os “refugiados urbanos” constituem uma presença multiforme e dispersa pela cidade – uma população composta por migrantes, refugiados, pessoas em situação de rua, desempregados e trabalhadores precarizados. Embora essa categoria ofereça quadros interpretativos relevantes para a experiência urbana contemporânea, sua transposição direta para o contexto de Heliópolis e São João Clímaco mostra-se inadequada, conforme a sistematização dos dados desta pesquisa. Essa inadequação torna-se evidente quando se consideram os vínculos persistentes que as pessoas – mesmo removidas – mantêm com o solo do território, relações que contrastam com o deslocamento generalizado descrito pela autora. Assim, antes de avançar na descrição etnográfica, é necessário explorar os fundamentos dessa noção justamente para demarcar as particularidades do material de campo.

Como toda formulação teórica, a de Telles tem seus precursores. O primeiro, segundo a autora, é Walter Benjamin, para quem, a partir da leitura do poema *Do guia para os habitantes das cidades* (Brecht, 2017 [1930]), a cidade se configura

simultaneamente como teatro e campo de luta – pela sobrevivência e entre classes sociais (Telles, 2017, p. 147). Nessa perspectiva, as ilegalidades urbanas forjam uma condição na qual milhares se tornam “migrantes” em busca de refúgio em sua própria terra. Para Telles (2017, p. 147), seguindo Benjamin, a cidade transforma-se num campo de batalha onde os “refugiados” precisam transitar, lidando com agentes que acionam dispositivos de apagamento de rastros, buscando limpar o espaço de suas “presenças infames”. Diante disso, a resistência se dá pela reinvenção, pela persistência em ocupar lugares, seja pelo confronto, fuga ou invisibilidade, para evitar o extermínio físico, a prisão ou a tutela.

Essa descrição remete ao segundo precursor: Giorgio Agamben e sua reflexão sobre as “zonas cinzentas” (idem, ibidem). Para Agamben (2008), atento aos testemunhos de Primo Levi sobre Auschwitz, existem espaços de exceção onde categorias éticas e políticas tradicionais – como vítima e algoz – se dissolvem. Nesses territórios de irresponsabilidade (*impotentia judicandi*), habita uma gente anônima, não escutada. A “zona cinzenta” é, assim, um espaço aquém do bem e do mal, onde se opera “uma alquimia cinzenta, incessante, na qual o bem e o mal e, com ele, todos os metais da ética tradicional alcançam seu ponto de fusão” (Agamben, 2008, p. 30-31). É nesse solo teórico, entre a luta pela sobrevivência urbana (Benjamin) e a suspensão ético-política (Agamben), que Telles assenta sua noção de refúgio urbano, oferecendo uma lente poderosa, porém abrangente, para pensar deslocamentos forçados na metrópole.

A constituição teórica do conceito de Telles, ancorada em Benjamin e Agamben, permite pensar o deslocamento forçado em contextos urbanos. No entanto, sua definição não explora um caso paradigmático de refúgio na própria terra: a causa palestina. É justamente na reflexão filosófica sobre este caso – como a desenvolvida por Gilles Deleuze (1984) a partir da obra de Elias Sanbar – que esta tese encontrou uma ferramenta analítica mais precisa. Ao analisar a lógica de esvaziamento territorial em Gaza, Deleuze descreve um processo em que o Estado sionista de Israel reproduz um extermínio físico subordinado a uma evacuação geográfica e habitacional, criando um “vazio” que nega a própria existência anterior

dos habitantes⁵⁸. Essa noção de “vazio”, que desloca a análise para uma violência de desenraizamento e apagamento da presença, aproxima-se de modo mais fiel da experiência acompanhada entre os moradores de Heliópolis e São João Clímaco. O que emerge das narrativas etnográficas não é a figura do migrante em trânsito contínuo, mas a de pessoas profundamente vinculadas a um território que foi sistematicamente desqualificado e esvaziado de sentido por uma lógica técnica e política exterior. Foi, portanto, a complexidade dialética entre o vínculo arraigado e a ameaça de apagamento – e não o deslocamento generalizado – que esta pesquisa verificou em campo.

Assim, este capítulo desdobra-se em quatro momentos de sistematizações etnográficas que, em diálogo com o arcabouço teórico e metodológico apresentado, buscam refletir a multiplicidade habitacional apagada pelo desenvolvimento do PUF. Cada subcapítulo focaliza uma dimensão específica da habitação na região intervencionada, articulando narrativas locais, descrições práticas e reflexões que afirmam compreensões territoriais e habitacionais que escapam à lógica homogeneizadora do PUF.

O primeiro subcapítulo reconstrói, a partir de uma conversa com um dos interlocutores-chave da pesquisa, aqui chamado de Prató, uma outra territorialização e outros sentidos para a moradia em Heliópolis e São João Clímaco. Seu objetivo é apresentar a existência de saberes e histórias anteriores à intervenção, silenciadas na composição da intervenção feita pela relação entre o

⁵⁸ Nesse sentido, não foi à toa toda a cumplicidade dos Estados Unidos da América do Norte com Israel e com o lobby sionista. Pois, os Estados Unidos (re)fundou em Israel um aspecto de sua própria história: o extermínio de populações onde, como entre os indígenas nativos da América do Norte, a extinção foi apenas em parte física. Assim, nos Estados Unidos e na Palestina, aconteceram esvaziamentos; isto é, a criação de vazios, como se nunca houvessem existido indígenas ou palestinos em seus próprios territórios, exceto em guetos, o que converteu muitas etnias e gentes em imigrantes de dentro do próprio território. O que levou Deleuze a afirmar: “De muitas maneiras, os palestinos são os novos índios de Israel” (Deleuze, 1984, p. 42).

discurso do movimento de moradia local e a abordagem técnica do Programa de Urbanização de Favelas.

O segundo subcapítulo aprofunda-se na singularidade de uma das ocupações removidas em São João Clímaco, tomando a rua Elisabeth – logradouro dos principais conjuntos habitacionais do PUF – como foco. Por meio de uma descrição etnográfica de histórias, modos de ocupar e formas de habitar, destaca como a classificação uniforme do território, por exemplo, como “área de risco” desconsiderou uma complexidade social pré-existente, convertendo-a em um problema técnico a ser erradicado. Este trecho narra cronologicamente dois movimentos distintos de ocupação: um de 1996, regido por entendimentos locais sobre a relação das pessoas da rua com território, e outro em 1998, vinculado a desdobramentos de conflitos criminais e às disputas territoriais pela ocupação da região da favela de Heliópolis – demonstrando o tipo de complexidade soterrada pela planificação da intervenção.

O terceiro subcapítulo realiza uma descrição para destacar a atualização de antigas práticas de ocupação e cuidado com a terra por um antigo morador, o velho Alonso, mencionado no registro de campo que abre a introdução deste capítulo. Este trecho reforça a persistência e a reinvenção de formas de uso do território que resistem e se recompõem mesmo após as intervenções, destacando a vitalidade de um saber-fazer habitacional para o qual a planificação da intervenção abriu espaço para se atualizar.

Por fim, o quarto subcapítulo mobiliza o lugar duplo do pesquisador, como ex-morador e etnográfico para refletir acerca da experiência coletiva da habitação e da intervenção. O objetivo é, a partir desse posicionamento metodológico tensionado, reafirmar a coletividade das questões habitacionais da região estudada e apresentar a conclusão analítica do capítulo.

4. 1. Sistemas políticos da alta e baixa favela

Quando o assunto é habitação na região de Heliópolis e São João Clímaco, a bibliografia do tema literalmente “toma o todo pela parte” – tal como o título de um

dos capítulos da formidável dissertação de Moreira (2017), a respeito da excludente urbanização da favela de Heliópolis. A sistematização científica desta tese contrapõe o trabalho de campo à literatura específica da favela de Heliópolis; a sistematização levou ao cabo a comparação da vida vivida na favela, compreendida pelo campo etnográfico e registrada em diários de campo, com imagens produzidas pela bibliografia do território estudado.

Essa sistematização conduziu a pesquisa a considerar a precisão de escrever para além das lutas do movimento social organizado e além do entendimento técnico da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas. Os acontecimentos do trabalho de campo resultaram numa descrição etnográfica elaborada a partir de um tipo de escrita diária íntima, embaraçosa de apresentar aqui, mas que o trabalho da tese organizou numa coleção de dados que se aproxima de uma antologia de existências da favela. Essa antologia não é um simples registro, mas se tornou um método de compreensão frente aos arquivos oficiais.

Existências que não figuraram nas formulações da política habitacional estudada, que não foram consideradas pela vida que vivem ou viveram, mas sim reduzidas a números, a registros ou classificações amplas e abstratas compreendidas pelos termos do “morador vulnerável” ou da “família de área de risco” (como pode ser lido nos arquivos da intervenção). Em suma, existências convertidas em “população vulnerável” provinda de “assentamentos precários”. As vertigens dos algarismos, das estatísticas, que ninguém pode comprovar, dificilmente possibilitam colocar em palavras os movimentos vitais das existências das favelas. Ao compreendermos a multiplicidade dessas vidas unicamente pelo viés da estatística e da política pública, não apenas as simplificamos, mas corremos o risco de fossilizar teoricamente a população favelada, transformando-a num objeto estatístico de intervenção.

Tendo poucas estratégias disponíveis para a produção etnográfica e descritiva dessas existências, procurei aproximar a sistematização dos dados de campo daquilo que Michel Foucault criou ao ler os registros das vidas infames

(Foucault, 2003 [1977]). Ocasão onde – motivado por um sorriso, prazer, emoção, assombro ou qualquer outro sentimento que tenha causado uma diabólica vibração nas fibras do seu corpo – dedicou sua prática de leitura a pequenos textos e linhas que descreviam, por uma pequena intensidade, vidas miseráveis, desafortunadas, marcadas por excessos, violências e conduzidas obstinadamente ao fracasso da derrota.

Os textos lidos por Michel Foucault, provenientes de arquivos de internamentos, da polícia e de petições reais dos séculos XVII e XVIII na França, descreveram vidas reais desempenhadas em poucas frases. Não se tratavam de biografias profundas, mas de existências cujas liberdades, infelicidades, mortes e destinos foram então, ao menos em parte, decididas por pequenas frases e discursos que as atravessaram. Essas existências infames eram obscuras, sem o dote de nenhuma grandeza estabelecida ou reconhecida – gente sem bom nascimento, herança, fortuna, santidade, heroísmo ou gênio. Condenadas a durarem sem deixar rastros. Mas aqui é que deve ser reativada a suspeita, afinal, vidas infames não mereciam até então biografia e nem a escrita. Foi certa convergência de poderes (judicial, médico e policial) que alçou essas vidas ao registro. Foucault reativou, com essas breves descrições, uma realidade de desgraças, paixões, amores e ódios digna de ser contada. Afinal, foi exatamente na falta de dignidade dessas existências, em seus ardores e violências, nos excessos de suas malvadezas, vilanias e baixeiras, que Foucault viu reluzir os poderes que as definiram. Poderes que lhes deram atenção, ainda que por um instante, que marcaram suas vidas com garras. A questão metodológica foucaultiana que aqui se impõe é: quais relações com o poder essas vidas fazem aparecer? Que produções de poder suscitam? Que jogos e redes de poder estabelecem com o toque do poder? Os pontos mais intensos das vidas infames são bem onde se chocam com o poder, onde se debatem com ele, enquanto tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas? É o poder que lhes dá impulso para atravessar os tempos? Que discursos na desgraça ou na raiva tocam o poder? Em suma, o interesse de Foucault recaiu em vidas que só repercutem por conta do

choque com o poder que as confronta, constrange e as extermina. Vidas que foram dirigidas ao poder que lhes toca por uma denúncia, queixa ou súplica. E ao invés de desaparecerem sem terem sido notadas, só puderam deixar rastros por conta desse contato com o poder. Um poder que se exercerá, a partir de então, no nível da vida cotidiana.

Entre os moradores e moradoras de Heliópolis e São João Clímaco, o choque e exercício da política habitacional estudada produziram, no dia a dia da favela, situações difíceis de restituir na linguagem da descrição etnográfica. Coisas que escapam das palavras e escorrem ao pitoresco, ao íntimo, ao comprometedor. No entanto, é possível afirmar que viver como pesquisador e etnógrafo na favela onde me criei e fui criado permitiu o acesso a outras perspectivas da habitação e ocupação da região de Heliópolis, perspectivas que operam como “intimidades culturais” (Herzfeld, 1997) e que resistem à narrativa oficial da favela apresentada pelo Programa de Urbanização de Favelas.

Moreira (2017) descreveu que os grileiros dividiram e parcelaram a terra, abriram ruas, demarcaram e venderam lotes, controlando assim a ocupação de Heliópolis sob a égide da ameaça. Desse modo, famílias que ocuparam a terra sem crivo dos grileiros tinham que pagar o valor pelo lote ou, caso contrário, eram expulsas. O autor afirma: “desta forma, criou-se outro núcleo dentro de Heliópolis chamado São João Clímaco” (p. 38). Essa afirmação, no entanto, exemplifica a desconsideração da complexidade habitacional da favela que esta tese procura desarmar.

Etnograficamente, é preciso destacar que São João Clímaco não é um “outro núcleo dentro de Heliópolis”. É um bairro de formação anterior, externo à favela, e não um mero produto da grilagem da terra urbana. Sua existência administrativa pode ser verificada em qualquer mapa ou lista de subprefeituras. A descrição de sua ocupação, assim como da favela, não se limita à luta contra grileiros ou aos mutirões autogestionários. Pode ser narrada por muitos moradores ou moradoras que chegaram à região por volta da década de 1970, antes mesmo da ocupação

em massa de Heliópolis. Uma dessas narrativas foi dada por Pratório, interlocutor central desta pesquisa.

Como dito na introdução desta tese, durante o trabalho de campo etnográfico da pesquisa, frequentei o bar de um interlocutor, um bar que me serviu como base de coleta de informação. Esse bar existe há pelo menos 35 anos, é tocado por Pratório e sua mulher, dona Luzia. Por vezes o octogenário casal é ajudado pela presença dos filhos e filhas. O bar se encontra localizado a alguns poucos metros da rampa de acesso aos conjuntos habitacionais da SABESP, boa parte dos moradores e moradoras dos edifícios cilíndricos passam diariamente em frente ao bar. É o fluxo do horário do trabalho, da escola, da faculdade ou mesmo do lazer e das missas/cultos dos finais de semana.

Certa vez, como não poderia deixar de ser, se tratando de um trabalho em antropologia, perguntei como foi a chegada de Pratório à área. Ele me disse:

Pode-se dizer que eu cheguei aqui quando essa rua começou. Vim de Patos (PB). Vim para a rua Elisabeth, onde vieram construir os prédios. Cheguei aqui em São Paulo em 1970. Fui eu que construí a casa do João Bosco [antigo morador da rua Elisabeth e já falecido]. Construí na frente da casa da dona Célia, a vó do Neguinho Cinho. Aqui na região não tinha nada. Em se tratando de habitação. Tinha seu avô e sua avó, onde moram os meninos e onde o Grão tem a barbearia [meus primos]. Aqui para trás havia [apontando para os conjuntos habitacionais do PUF] uma lagoa. Só tinha casas na parte mais alta de São João Clímaco. Aqui era só uma casinha aqui e outra acolá. E só havia rua boa, com pavimento, ali na Passagem B [rua que se tornaria outra entrada para a favela de Heliópolis]. Ali na Cida, mulher do Zequinha que morreu uns anos atrás.

Pratório narrou então como conseguiu o terreno onde construiu sua casa e o estabelecimento de onde tirou boa parte do seu sustento e da família. Por meio de uma transação baseada em amizade, confiança e gratidão, não por meio de um contrato formal, loteamento comercial ou compra intermediada pela grilagem:

Foi seu avô que loteou esse terreno aí onde eu moro, que é minha casa, onde eu fiz meu bar. Sou muito grato a ele e, sobretudo, a tua avó, dona Lázara [em memória]. Eu e seu avô tínhamos amizade de boteco, mas era amizade mesmo, de fazer tudo junto. Fui eu quem construí o começo da ampliação da casa que sua família morou. Seu pai, tios e tias. Primeiro seu vô fez um barraco de madeira, depois construí uns cômodos grandes com blocos de tijolo e cimento. Isso foi em troca do terreno que seu avô loteou. Um dia a gente estava bebendo cachaça, lá no bar do Bigode. Só tinha esse bar, é ali onde hoje é a padaria. Aí imagina, eu bebendo pinga lá. A gente vivia bebendo pinga, eu, seu avô e todo mundo da região.

Nesse dia chegou seu avô, lembro como se fosse hoje, chegou gritando comigo do meio da rua: oh Pratão, seu descarado safado. Eu falei, vixi Maria! Que isso? Aí aquele velho sem vergonha do seu avô disse: vai lá ajeitar o terreno. Seu avô cercou um terreno pra mim, pois disse que eu não tinha coragem, que eu era frouxo [Pratão disse isso em meio de gargalhadas que fizeram escorrer lágrimas de seus olhos]. Daí seu avô cercou outros dois terrenos, um ele acertou o valor da cerca com Pilão [antigo morador da região, amigo de Pratão e meu avô] e outro ele dedicou para uma irmã dele. Aí foi assim que consegui a minha casa.

Seu avô Antônio era muito meu amigo, aquele homem era bruto, mas tinha o coração bom. Não havia energia elétrica, só tinha um poste que era da casa do seu avô e da sua avó. Aí seu avô fez a extensão da energia elétrica pra minha casa e casa de Pilão. Só que Pilão parou de pagar a eletricidade, aí seu avô subiu no poste e cortou a energia que chegava para mim, fiquei sem luz também. Fui lá reclamar com seu avô e ele me xingou, disse que não ia ligar a luz para ninguém, porque só ele estava pagando. Aí fiquei sem luz. Só que sua avó Lázara, por quem eu tenho muita consideração e respeito, falou pro seu avô: oh Tonho, liga a luz pro Pratão, ele e a Luzia estão com criança pequena. Daí seu avô ligou a luz para mim. Depois de um tempo, o Pilão vendeu o terreno dele para o Manuel das Carnes. Já o terreno que seu avô cercou para a irmã, nele o Véio Antônio tomou um chapéu, trocou por uma Kombi e mais uns cruzeiros, o comprador disse que ia pagar o restante depois e nunca pagou, acabou que vendeu para outra pessoa que seu avô não conhecia. Aí depois o Chico Brito comprou dessa pessoa e está aí até hoje. Sua avó ficou muito triste com isso.

Essa conversa com Pratão prosseguiu, e ele apresentou para a pesquisa informações a respeito da habitação e da construção da moradia da favela diferentes da conceituação do padrão periférico de crescimento – baseado nos trinômios e binômios da casa própria precária. Nesse sentido, Pratão afirmou:

Seu avô comprou o terreno dele com a ajuda de um cunhado que ganhou na loteria, depois esse cunhado ficou maluco e dizia que o terreno era dele. Mas o negócio foi que ele emprestou o dinheiro da entrada das parcelas do terreno para o seu avô, aí o Tonho foi pagando o cunhado conforme pagava o valor das parcelas do terreno para uma empreiteira. Uma vez ele perdeu o contrato da compra do terreno, aí eu fui com ele lá no centro da cidade, no prédio da empreiteira. Era assim naquela época, as empreiteiras loteavam os terrenos e as imobiliárias da região faziam a intermediação para compra. A imobiliária era ali na rua paralela à nossa, o prédio da empreiteira era lá na rua Conselheiro Crispiano, perto da rua Barão de Itapetininga. Foi eu e ele lá, subimos os andares do prédio, lá em cima era o escritório, onde seu avô pegou uma cópia do contrato. Ele teve que fazer isso porque o marido da irmã do seu avô dizia que ia tomar o terreno, dizendo que tinha comprado.

Com a sistematização dos dados desta pesquisa, compreendi o relato como uma apresentação das relações locais da ocupação da terra que passaram ao largo do entendimento das narrativas oficiais acerca das formações das favelas da cidade. O que possibilita compreender que a habitação na área estudada se construiu também pela intersecção entre afeto, provocações, pilhérias, ajuda mútua e conflitos. Como demonstra o episódio da extensão elétrica cortada pelo avô e restabelecida pela ação da avó. Nesse sentido, Pratório também detalhou o processo de compra de um terreno na área estudada, envolvendo relações ambíguas entre parentes.

Quando perguntei sobre a ocupação de Heliópolis, especificamente se a favela já existia nos mesmos anos dos conflitos por moradia em São João Clímaco, esse interlocutor foi categórico:

Não homem, a favela de Heliópolis aconteceu depois. Foi eu quem construí a primeira casa na favela. Fui eu, Zé Várgio e um cunhado dele que era piauiense. A rua Itamarati [uma grande rua da favela que dá acesso ao Hospital Heliópolis] foi feita toda por nós. Começou de lá a favela. Construí uma casona danada lá, tremenda. E tinha nego rico naquela época construindo na favela. A rua Itamarati só tem Piauí. Cidade de Jaicós, Paulistana, entendeu? Tudo parentada do Zé Várgio.

Tendo conhecimento da ação da grilagem na área, perguntei ao meu interlocutor se Zé Várgio construía casas para vender ou se exercia algum tipo de controle ou opressão sobre os moradores das casas. Ao que Pratório explicou:

Não, a gente fazia casa para os outros, para os parentes dele. Mas antes era só dois cômodos, as casas eram só com dois cômodos. O Zé Várgio morava numa dessas casas [num dos alojamentos dos trabalhadores do hospital], o cunhado dele, chamado Chico, que deu essa casa para ele morar. O Chico era o guarda do INSS [IAPAS], ele ficava na portaria do INSS. Porque construíram o Hospital, mas boa parte da terra ainda era do INSS, aí os guardas cuidavam do terreno. Outro guarda era o Jean Baixo. A entrada do INSS, a guarida, ficava onde hoje é a entrada da SABESP, na Almirante Delamare, já em São Caetano do Sul.

Assim foi que a favela foi feita, aí depois foi chegando cada vez mais gente. A favela virou uma cidade, foi muita mudança, muita briga para morar aqui. Muita morte. Depois construíram os prédios, tiraram o pessoal que morava nas casas aí. Isso fez sair e chegar mais gente [se referindo às ocupações posteriores à intervenção], de um jeito que nunca antes foi feito.

A sistematização desses dados etnográficos permite argumentar a necessidade de reflexão voltada ao modo como se pensa as favelas. Os saberes técnicos – arquitetônicos, urbanísticos, das políticas públicas – que informam as intervenções mostraram-se insensíveis às diferenças constitutivas dos modos de habitar Heliópolis e São João Clímaco. O que não é acidental, mas sim um delineamento dos efeitos do alinhamento teórico-político entre uma sociologia da cidade que compreende as favelas pela lente unívoca da precariedade e a engrenagem dos atuais programas de reurbanização. Nesse sentido, o resultado foi uma tradução violenta, onde a complexidade vivida no território foi reduzida a um problema técnico a ser solucionado pela remoção e padronização habitacional (operando a lógica da moradia popular via conjuntos habitacionais).

Esta tese afirma que a insensibilidade habitacional, presente nas intervenções estatais como o PUF, se aprofunda quando o próprio arcabouço teórico que as sustenta, ainda que pretenda captar a heterogeneidade das favelas, paradoxalmente atua para aprisionar e paralisar a vida da população favelada. Ao traduzir a vida vivida no território no léxico técnico da vulnerabilidade, precariedade e violência, a perspectiva intervencionista opera um aprisionamento e mesmo extermínio do conhecimento da favela, desconsiderando dinâmicas vitais e constitutivas do habitar. São precisamente essas dinâmicas – os arranjos baseados em amizade, parentesco, os tratos de construção da moradia e as negociações cotidianas – que a narrativa de Pratão traz à tona, oferecendo um contraponto à linguagem planificadora do Estado.

Dessa forma, a política de remoção e urbanização de favelas consubstanciada no PAC-1 não apenas aplicou, mas produziu uma fórmula uniformizadora para enfrentar o que foi nomeado genericamente como “assentamentos precários”. Conforme demonstra o trabalho de campo desta tese, essa forma superpôs uma grade classificatória externa à tecitura vital e diversificada do território de Heliópolis, generalizando padrões de precariedade e

vulnerabilidade numa comunidade produzida por nuances habitacionais historicamente gestadas. Nesse movimento de homogeneização, o desenvolvimento do Programa de Urbanização de Favelas em Heliópolis pode ser aproximado às análises etnográficas de Borges (2005) sobre os sistemas de cadastro habitacional de Brasília. A autora demonstra como os dispositivos documentais de controle habitacional do Estado – formulários, registros e protocolos de atendimento – não são instrumentos neutros, mas tecnologias de hierarquização que definem, no ato de classificar, quem são os “merecedores” do direito à moradia (lote ou terreno). Seus estudos descrevem como a produção burocrática de “papeis” (documentos) engendra um ciclo incessante de ajustes e reinterpretações, no qual funcionários, governos e populações de baixa renda estão permanentemente atrelados. Assim, “um lugar para morar” se revela menos como um problema técnico a ser resolvido e sim como uma questão constante de tradução política, que associa, de modo dinâmico e tenso, a gramática estatal e entendimentos locais acerca da habitação.

A complexa tessitura das ocupações de Heliópolis e São João Clímaco – tramada por histórias como a de Pratão – não foi traduzida, mas sim drasticamente reduzida pela lógica intervencionista do PUF. Conforme será detalhado no próximo capítulo a partir das vozes de outros interlocutores e interlocutoras, a única perspectiva habitacional que logrou ser legitimada pelo Programa de Urbanização de Favelas foi aquela formulada e organizada pelas lutas do movimento social organizado da região de Heliópolis. É crucial reconhecer a eficácia e legitimidade dessa perspectiva. Seu conhecimento íntimo do território resultou em ganhos inegáveis para toda comunidade, além disso, permitiu que centenas de famílias superassem a condição crítica da vulnerabilidade dos barracos de madeira construídos sobre córregos poluídos. Contudo, a escala monumental da intervenção – projetada para intervir num milhão de metros quadrados – se demonstrou estruturalmente ineficaz e incompatível com as nuances habitacionais da região. Ao eleger um único repertório de entendimento territorial, para legitimar a participação local na intervenção, o PUF removeu e soterrou outras formas de

habitar historicamente presentes na área pesquisada. Diferentes formas de existir, morar, lembrar e construir o território, convertendo a multiplicidade da habitação em um único problema técnico a ser gerido com resolução da construção de conjuntos habitacionais.

A imposição de uma única matriz perceptiva da habitação – que, por sua vez, engendra uma única cartografia de soluções para a precariedade habitacional – culmina num paradoxo presente na intervenção estatal; aquilo que se pretende como reparação transforma-se, no cotidiano das moradoras e moradores da favela, em uma nova complexidade e fonte de problemas habitacionais. O direito à moradia adequada corre o risco de ser convertido numa violência epistêmica, que suplanta saberes, temporalidades e arranjos locais. Para encerrar esse percurso descritivo e analítico, reafirmo, portanto, o soterramento sistemático da complexidade habitacional que caracteriza o desenvolvimento de uma política pública de habitação direcionada para muitos dos moradores e moradoras de uma das maiores favelas da América Latina. Desse modo, a função aqui foi, não apenas de descrever, mas de declarar a inseparabilidade constitutiva entre Heliópolis e São João Clímaco. Contudo, o PUF partiu de uma única perspectiva da moradia da favela de Heliópolis e foi desenvolvido desconsiderando São João Clímaco. Ou em outras palavras, O Programa de Urbanização de Favelas, em sua ânsia de precisão técnica, realizou uma fantástica maquinação. Ao mirar a habitação de Heliópolis como objeto coeso, atingiu em cheio as multiplicidades habitacionais do território, inclusive parcelas do viver de São João Clímaco. Essa maquinação não foi um acidente de percurso, mas a inevitável expressão de uma lógica intervencionista que desconhece a permeabilidade habitacional do território e a mutualidade de suas histórias.

4. 2. Ocupações nada espontâneas: o risco do apagamento das complexidades habitacionais

Segundo o verbete do *Dicionário de Favelas Marielle Franco*, o conceito de “áreas de risco” é tecnicamente definido – em meio às políticas públicas de

habitação – baseado em parâmetros geológicos e hidrológicos, além de fundamentado em legislação como a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012). O termo designa territórios suscetíveis a deslizamentos ou inundações, que exigem mapeamento, laudos técnicos e intervenções que podem resultar na remoção de moradias – a fim de garantir a segurança habitacional, preservação ecológica e redução de poluição hídrica. Essa perspectiva técnica informada no verbete⁵⁹, no entanto, é contraposta por descrições como a de Mallak (2022) e de Breda (2016). A primeira autora demonstra como, na execução de reintegrações de posse em “periferias”, o discurso do “risco” é seletivamente mobilizado, privilegiando ameaças à infraestrutura urbana – no caso pesquisado pela socióloga, uma rede de transmissão de energia elétrica – e negligenciando os riscos sociais relativos à remoção habitacional de pessoas de “áreas de risco”. Dessa maneira, com o olhar voltado para as remoções, a autora demonstra que o risco pode ser sociologicamente identificado como um instrumento “das formas de governo” que produzem e são produzidas com políticas públicas (Mallak, 2022, p. 170).

O que ressoa com a crítica de Roselene Breda (2016), cujo trabalho descreve como a noção de “vulnerabilidade social”, ao ser instrumentalizada por dispositivos estatais, oscila entre a promessa de proteção/atendimento social e a prática de controle, convertendo condições materiais (definidas como precárias) no próprio fundamento de intervenções políticas que deslocam e atravessam as vidas de famílias; sobretudo, as atendidas por programas de transferência de renda como o Bolsa Família⁶⁰.

⁵⁹ Para acessar a definição disponibilizada para consulta pública pelo *Dicionário das Favelas Marielle Franco*, ver: https://wikifavelas.com.br/index.php/%C3%81reas_de_risco (último acesso: 12/10/2025).

⁶⁰ Para acessar a discussão acerca das formas de intervenção e operação das vulnerabilidades pelo assistencialismo social, ver também Motta (2017). Tanto a Motta quanto Breda (2016) abordam como o acompanhamento social de “famílias pobres” é realizado inicialmente por órgãos como o CRAS, que serve como uma porta de entrada para a assistência social. É por onde são cadastradas por dispositivos como o Cadastro Único (CadÚnico) e desde onde são definidos os critérios de elegibilidade para o direcionamento de programas de assistencialismo, como o Bolsa Família. Desse modo, as vidas das “famílias pobres” passam a ser visíveis e catalogadas pelo Estado. Por meio de

Em Heliópolis e São João Clímaco, é possível afirmar que esse tipo de redução explorada pelas autoras possibilitou que o discurso do risco e vulnerabilidade se tornasse uma das justificativas para remoções e reassentamentos, desconsiderando dinâmicas comunitárias e intensificando a precariedade habitacional. Desse modo, uma questão legítima – o risco ou a vulnerabilidade ambiental/habitacional/social – foi convertida num instrumento de uma gestão urbana seletiva e excludente. Para compreender descritivamente como se dá essa uniformização no âmbito de programas habitacionais como o Programa de Urbanização de Favelas, é necessário atentar para o modo como essa lógica opera na prática, confrontando-a com a diversidade de entendimentos e experiências habitacionais que constituem o território estudado.

Certa vez, durante o campo, estava na casa de minha tia e madrinha, contei da narrativa que Prata me deu acerca da complexa habitação da região de Heliópolis, desde a rua Elisabeth. Fiquei surpreso, pois minha parente mostrou irritação ao afirmar: “quem cercou os terrenos foi eu, minha mãe, o meu irmão Muchacho e seu pai, ainda todos crianças”.

Fiquei consternado, mais uma vez minhas certezas antropológicas estavam caídas por terra. No entanto, sem entrar no lado íntimo de minha aproximação com o problema estudado, descrevo o questionamento de minha parente, adotado nesta pesquisa como dado do trabalho de campo.

A mãe trabalhava lavando roupa na lagoa que havia no terreno onde os prédios foram construídos. A gente lavava a roupa e estendia nos varais lá mesmo no terreno. Era um descampado. Tinha a lagoa, o campo de futebol, o Tiro de Guerra. Os soldados soltavam bombas, testavam carros. E a gente lavava roupa. E não era um morro, virou um morro depois que o governo começou a jogar a terra retirada dos túneis do metrô [como já enunciado em outro trecho desta tese]. Porque ninguém conta, mas o

atendimentos sociais, técnicos e técnicas dos órgãos de assistencialismo avaliam e definem, em meio ao aparato burocrático, situações de risco ou vulnerabilidade pessoal e social; avaliando a escolaridade das crianças, casos de violência doméstica, acompanhamentos médicos e insegurança alimentar. Dessa avaliação, se desprende o órgão que vai realizar o atendimento de cada caso em sua especificidade.

povo que chegou para viver no Heliópolis da favela do Vergueiro foi retirado por causa do metrô, e as terras do túnel foram trazidas para cá também. Um dia a mãe estava lavando roupa comigo, quando chegou um homem de fora, desconhecido, cercando os terrenos do lado da nossa casa. A mãe pensou que o homem iria tomar parte do nosso terreno. Aí ela avisou meu pai, só que o velho não deu bola. No outro dia, a mãe pediu para o seu pai e o nosso irmão, seu tio Pelé, não ir trabalhar. Eles empurravam carroça, pegavam na rua o que dava para vender no ferro velho. A mãe pediu para eles ajudarem a cercar os terrenos, para os outros não invadirem. Aí o Pelé foi trabalhar, mas seu pai ficou. Cercamos e depois o meu irmão Muchacho ficou cuidando. Passou um tempo, meu pai perdeu os terrenos para outras pessoas.

A adoção dessa concepção habitacional divergente, ou seja, uma entre várias versões a respeito da ocupação de um mesmo conjunto de lotes de terras da região da favela de Heliópolis, com que me deparei em campo, pretende afirmar aqui a potencialidade descritiva da divergência relacionada aos entendimentos da ocupação da área pesquisada. Assumindo que são exatamente os embates entre os enunciados dos moradores e moradoras da região a respeito da habitação, em suas diferenças, pelo encontro de suas forças, com algumas perseverando sobre outras, que podem dar possibilidade a esta pesquisa de não recair no erro de apagar outras histórias das pessoas das favelas.

A etnografia, nesse sentido, deve ser concebida como um meio de tensão narrativa, onde o conflito de versões não é um ruído a ser eliminado na escrita, mas a matéria-prima, ou mesmo pedra de toque, para uma compreensão das favelas mais complexificada e menos silenciadora. Ou em outras palavras, a incorporação da divergência acerca da habitação da região de Heliópolis não busca deslegitimar um entendimento do território em detrimento de outro, mas apresentar a disputa narrativa como constitutiva da própria área da favela. O valor etnográfico disso reside exatamente na fricção e nos conflitos da moradia que impedem, entre os moradores e moradoras da favela, a homogeneização do passado, do presente e da vida. Em suma, esta tese declara, conforme seu trabalho de campo, que as disputas narrativas em torno da ocupação da área pesquisada são, elas mesmas, uma forma de habitar – ou mesmo um modo de afirmação da presença histórica e política de pessoas num território constantemente ressignificado por ações externas (como a planificação do Programa de Urbanização de Favelas).

Nesse sentido, afirmo que as falas, afirmações e sentidos de meus interlocutores e interlocutoras, mais do que apontar para uma disputa de autoria ou verdade, apresentam a complexidade habitacional da favela e uma ressignificação etnográfica da história do território. Além disso, o dado etnográfico da madrinha, circulado entre o registro do cotidiano do afeto familiar e do campo de pesquisa, apresenta uma contraposição da versão oficial do Estado que tende a omitir sua própria ação na constituição geográfica e habitacional das favelas.

Essa reflexão encontra ressonância em experiências etnográficas como a de Marques e Villela (2005), que, ao estudarem brigas de famílias no sertão do Pajeú (Pernambuco), enfrentaram a reação crítica de um leitor/interlocutor insatisfeito com a figuração de um parente no livro *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco* (Marques, 2002)⁶¹. Esse acontecimento levou ambos pesquisadores a considerar como a pesquisa etnográfica não se encerra com a publicação da monografia, mas continua a produzir efeitos, inclusive na relação entre pesquisadores e pesquisados, exigindo no limite, no contexto por eles pesquisado, negociações posteriores ao trabalho de campo a respeito de sentidos e reputações em meio às socialidades do sertão. É relevante destacar que, para lidar com as complexidades e sensibilidades dos conflitos familiares do vale do Pajeú, a antropóloga e o antropólogo optaram por aprofundar em suas análises a perspectiva do lado contrário do parente do então leitor/interlocutor crítico; renunciando a uma suposta neutralidade inalcançável, sem, contudo, adotar essa perspectiva como a realidade única da contenda analisada como dado etnográfico. Essa opção metodológica situada, motivada por percepções éticas imanentes ao trabalho de campo e pela dificuldade de acessar todos os lados envolvidos nos conflitos pesquisados sem romper laços de confiança, denota como a escrita etnográfica é sempre parcial e posicionada, e sua recepção pode variar radicalmente entre os meios acadêmicos e os meios de convívio das pessoas pesquisadas. Entre os interlocutores e interlocutoras de Marques e Villela, a obra

⁶¹ É importante destacar que Ana Cláudia Marques e Jorge Villela realizaram os trabalhos de campo de suas pesquisas de doutorado de forma coetânea e no mesmo local geográfico no Vale do Pajeú. Compartilhando, por vezes, os mesmo interlocutores e interlocutoras.

de Marques foi convertida num artefato de prestígio ou má fama em meio às relações e conflitos das famílias sertanejas, deslocando segredos e disputas locais para um circuito ampliado de informação.

Nessa mesma linha de reflexividade ética, Michael Herzfeld (1997) propõe a antropologia como uma *middle ground militante* (campo militante intermediário). Uma posição teórica que rejeita na mesma medida a neutralidade apolítica (muitas vezes paternalista assumida pela produção de conhecimento antropológico) e a adoção acrítica de essencialismos, sejam esses estatais ou locais (nativos). Para Herzfeld, o Estado-nação produz uma ideologia de fixidez que nega justamente as dinâmicas da ação, agência e usos cotidianos que o constituem. Cabe assim à antropologia atuar nesse contínuo entre as estruturas de poder estatal e as dinâmicas vernaculares, assumindo uma posição de mediação crítica e consistente que reconhece seu conhecimento como situado e potencialmente transformador. Assumir essa posição implica para os profissionais da antropologia se responsabilizarem pelas consequências de suas pesquisas; sobretudo quando revelam intimidades culturais, sociais e políticas que podem ser instrumentalizadas por relações de poder. Trata-se, portanto, de um engajamento ético que aceita o conflito como constitutivo da prática etnográfica e que se recusa a silenciar perspectivas em nome de uma coerência teórica ou política (estatal) simplificadora e externa em relação ao campo de pesquisa.

É para consolidar a centralidade epistemológica e política das diferenças dos modos de habitar as favelas que este subcapítulo aprofunda a descrição de distintas formas de ocupação dos terrenos da rua Elisabeth, local dos conjuntos habitacionais da SABESP e alvo da reurbanização de Heliópolis. A apreciação dessas narrativas divergentes interessa à tese precisamente porque explicitam o soterramento das perspectivas habitacionais dos moradores da região estudada pela uniformização da política habitacional do Programa de Urbanização de Favelas. Ao trazer ao centro da tese os choques de sentido, a etnografia aqui proposta busca se furtar da homogeneização teórica e dar voz às múltiplas

historicidades que compõem o território da favela – mas não como uma relíquia do passado, mas como potência atual de disputa pelo presente e futuro do habitar.

Nesse sentido, até meados da década de 1990, a moradia na rua Elisabeth foi uma produção habitacional assimétrica, concentrada em um único lado do logradouro. O lado oposto, marcado por numeração ímpar, permaneceu, desde uma certa altura, como uma faixa de terrenos sem moradia, desocupados e alheios à dinâmica de ocupação intensa que já marcava o restante da região. Mesmo após o período mais crítico dos conflitos fundiários, registrados pela memória do movimento social, esses lotes persistiram como espaços intersticiais e ambíguos. Até os anos de 1990, alguns dos terrenos abrigavam hortas de subsistência, outros eram cobertos por vegetação espontânea. Essa condição, contudo, seria radicalmente transformada com a implementação do Programa de Urbanização de Favelas. Em sua lógica de ordenamento e reestruturação da paisagem urbana, o projeto técnico do PUF definiu tais terrenos, já ocupados com casas, como áreas de risco e os destinou para acesso aos conjuntos habitacionais da SABESP, planejando a construção de áreas verdes de lazer e playgrounds para a comunidade⁶².

Entretanto, essa designação ignorou que esses terrenos já eram espaços socialmente vividos e investidos de sentidos habitacionais produzidos pelos moradores e moradoras da área. O que fez emergir um choque previsível entre a ocupação afetiva do lugar e a planificação prescrita pelo programa estudado.

Há um córrego que desce do Heliópolis e serpenteia e delimita a rua Elisabeth em relação ao terreno da SABESP, aqui denominado córrego dos Meninos. Em uma de suas margens, já em São João Clímaco, foram construídas duas vielas: a Vicente Gaspar, no início da rua, e a Gaivotas, em sua extremidade

⁶² Talvez, como ponto de curiosidade, a entrada para o terreno dos conjuntos habitacionais da SABESP, no momento das obras, foi feita ao lado da casa que morei com minha mãe e irmã na ocupação construída nos terrenos trabalhados neste trecho da tese.

final (considerando a ordem de numeração da rua). Ambas margeiam o curso d'água e se posicionam, assim como a rua Elisabeth, em frente ao terreno da SABESP. Suas ocupações, datadas da década de 1980, escapam à narrativa hegemônica dos mutirões autogestionários que dominam a historiografia da região (como detalhado no Capítulo III). Não foram resultado de uma mobilização coletiva organizada sob a bandeira do direito à cidade, mas emergiram de conflitos locais. O que é etnograficamente importante, pois reforça a afirmação de que a habitação da região foi fundada com diversas enxadas e picaretas, não apenas por um único aparato construtivo (como os mutirões autogestionários).

A interlocutora que aqui chamo de Luciana, moradora removida pelo PUF, ofereceu durante o campo de pesquisa uma chave etnográfica fundamental para o entendimento da complexidade habitacional envolvida na ocupação dos terrenos adjacentes aos conjuntos habitacionais da SABESP e das vielas. Durante meu trabalho de campo, Luciana recordou de um “alinhamento de ideias” entre grupos diversos: moradores de núcleos internos ao Heliópolis (como o Copa Rio, na Gleba K), inquilinos de casas alugadas em São João Clímaco e até pessoas de outras localidades da região metropolitana como Mauá e Diadema. É importante situar esse momento no contexto das transformações do controle territorial nas favelas e periferias paulistanas. O conflito aqui descrito é anterior à consolidação da “era do PCC” (cf. Biondi, 2010; Feltran, 2011; Marques, 2015), quando a regulação dos conflitos locais, como a ocupação de terrenos, era mediada de forma mais fragmentada com acordos locais de lealdade e disputas. Nesse cenário, o que Luciana chama de “alinhamento de ideias” não se refere ao que se convencionalizou chamar, nas dinâmicas atuais que envolvem a ação do PCC, de “ideias”. O que a interlocutora descreve é antes uma conjunção pragmática de interesses para as ocupações dos terrenos da rua Elisabeth.

No entanto, quando essa coalização tentou materializar o loteamento e ocupação dos terrenos, deparou-se com resistência imediata dos moradores e moradoras locais da rua Elisabeth – parentes e vizinhos daqueles que, como minha avó, cultivavam as hortas nos terrenos e já habitavam a rua. O que se seguiu foi

uma noite de confrontos no ano de 1996, num cenário de luta onde “eram negros contra negros e conterrâneos contra conterrâneos”. Um cenário não menos complexo que o descrito no conto *Pai Contra Mãe* do Machado de Assis. Foi instaurada dessa maneira uma negociação tensa para definir quem poderia ocupar os terrenos. Esse episódio, longe de ser relatado como uma mera rixa, foi apresentado por Luciana como uma violência fundadora que caracteriza a habitação da região de Heliópolis.

A racionalidade da resistência local, conforme explicada por Luciana, era ancorada na “ética local” do pertencimento. Segundo essa interlocutora: “não era ético, não fazia sentido que pessoas alheias à história da rua ocupassem os terrenos enquanto filhos e netos dos pioneiros ainda lutavam por um lugar para morar, tinha a ética local de quem pertencia ao lugar”. Após o ápice do conflito, que chegou a envolver ameaças com armas de fogo, foi estabelecido um ponto em comum. Os moradores locais garantiram a preferência sobre os lotes com hortas; outros terrenos foram transacionados por dinheiro; os lotes sem hortas ficaram para quem era de fora; e os lotes menores foram trocados por trabalhos de pedreiros. Esse último ponto é importante, pois os pedreiros eram centrais nas dinâmicas de ocupações da região. Como salientou Luciana: “terreno de favela é igual pipa de moleque, tem que desde cedo entender que se colocar pipa no alto vão querer tomar. Com invasão na favela é igual”. Nesse sentido, a construção imediata – com o ato de levantar paredes de tijolos ou de madeira – era o sinal que convertia a ocupação em posse efetiva, um ato de inscrição territorial na falta de título ou documento. Daí a importância da presença dos pedreiros nas ocupações, eram eles quem fazia as primeiras paredes no momento da ocupação.

No epicentro desse conflito estava minha própria família. Minha avó, já falecida, era uma das cuidadoras das hortas. Meu avô, temeroso de sofrer outro “chapéu”, expressão local para golpe ou despojo, como aquele que já havia sofrido em transação anterior, mobilizou seus filhos para defender o terreno. O lote da horta da avó foi dividido; uma parte coube a um tio que vivia de aluguel e criava quatro

filhos; a outra foi destinada a meu pai, que ali construiu a casa onde vivi até ingressar na vida acadêmica.

Outros moradores, como o pai de Luciana, também mantinham hortas e foram parte da ocupação dos terrenos da rua Elisabeth, como dito anteriormente. Contudo, a manutenção da horta do pai de Luciana era diferente. Não era ele quem cuidava da horta diretamente, mas sim pagava outro morador para isso. Um caso particularmente elucidativo. Pois, a figura desse morador introduz uma camada adicional na complexidade habitacional da região estudada. O que justifica a descrição apresentada no próximo subcapítulo.

Mas antes disso, é preciso afirmar que a postura de mediação crítica que essa etnografia assumiu com a sistematização dos dados de campo se mostrou crucial para o entendimento dos conflitos locais evocados no campo de pesquisa, onde os entendimentos locais conflitavam entre si e com as ações da reurbanização planejada pelo PUF. Exemplo disso são os terrenos da rua Elisabeth onde foram construídas ocupações removidas pelo Programa de Urbanização de Favelas. Os usos desses terrenos não constituem apenas um mero conflito local, mas um episódio de colisão entre perspectivas dadas ao solo da área pesquisada. Nele, a “ética local do pertencimento” – um código não escrito, gerido na longa duração da convivência, no trabalho de cuidar da terra, nas redes familiares e de vizinhança – chocou-se frontalmente com a lógica de ocupação de outros grupos.

Além disso, enquanto para moradores antigos os terrenos eram espaços de memória e afeto, para o saber técnico da intervenção a área foi definida como área de risco. Nesse sentido, a mediação crítica permite justamente não tomar partido *a priori* por uma dessas racionalidades, mas explicitar o campo de força entre elas. Permite compreender que a defesa narrada por Luciana não foi um mero ato de invasão ou grilagem, mas um ato de afirmação habitacional. Dando a entender que a reivindicação do direito de habitar deriva, na visão dos interlocutores e interlocutoras dessa pesquisa, também, do cuidado com a terra em disputa na favela, na permanência e no investimento afetivo no lugar da moradia.

Se o conflito de 1996 consolidou uma ocupação regida por uma “ética local do pertencimento”, um segundo movimento, em 1998, expandiu a ocupação da rua Elisabeth a partir de uma dinâmica distinta. Enquanto o primeiro momento foi marcado pela defesa de uma preferência ocupacional fundada no cuidado prévio e nas relações locais de vizinhança, o segundo trouxe para o centro da cena personagens cujas trajetórias estavam entrelaçadas com as guerras entre justiceiros e ladrões que marcaram a história de Heliópolis. Essa nova leva de ocupações, embora distinta em sua origem e motivações, seria igualmente categorizada e soterrada pela lógica homogeneizante do PUF.

Conforme afirmado em campo por Luciana, um segundo movimento de ocupação ocorreu em 1998. Desse modo, pode-se estabelecer uma divisão baseada nas construções resultantes da intervenção: ao observar os conjuntos habitacionais da rua, em frente à rampa de acesso, verifica-se que os terrenos ocupados em 1996 se situam à esquerda, e os ocupados em 1998, à direita.

Esses últimos foram ocupados, segundo pude apurar com Luciana, quando um morador de São João Clímaco, que frequentava minha família, saiu da cadeia. Esse morador, já falecido, era conhecido como Sabará ou Baiano. O primeiro apelido decorre de sua origem na cidade de Sabará, em Minas Gerais. Ele e um tio meu eram parceiros em crimes, bailes e conflitos nos anos de 1980. Ambos confrontaram os “justiceiros” ou “grileiros” da favela.

A natureza desse conflito, definido como uma guerra entre justiceiros (ou grileiros) e ladrões pela ocupação de Heliópolis, foi tema da minha dissertação de mestrado, ocasião em que narrei os acontecimentos a partir da perspectiva de antigos criminosos de Heliópolis e São João Clímaco. Posteriormente, durante o trabalho de campo para o doutorado, constatei que muitos dos justiceiros que integravam os temidos grupos de extermínio na região também estiveram envolvidos nos conflitos habitacionais locais, atuando como aliados dos grileiros. Eles eram, de fato, os executores da violência necessária para impor o controle territorial da grilagem.

Um exemplo desse conflito foi entre Zé Maria, um justiceiro, e Pitico, um ladrão – rival de Sabará e do meu tio. Conforme pude compreender, tudo começou porque, segundo relatos, Pitico oprimiu um parente de Zé Maria em 1986. Este, por sua vez, matou um parente de Pitico como vingança. Isso deflagrou uma verdadeira guerra: de um lado, morria alguém próximo a Pitico; em seguida, alguém próximo de Zé Maria.

Nessas circunstâncias, Zé Maria aliou-se aos grileiros e buscou exterminar qualquer um que parecesse ladrão. Contam na região que ele afirmava que ia “limpar a região de ladrão” – os bandidos e suas famílias não poderiam viver na favela, nem em São João Clímaco. Sabará sobreviveu a esse conflito porque foi preso aos 18 anos, em 1989, e só foi solto em 1997 – quando Zé Maria já não contava com o poderio das armas nem com a proteção dos grileiros.

Como Luciana recordou nesta pesquisa, em 1998, sem ter onde morar após deixar o cárcere, Sabará juntou-se a outros moradores de Heliópolis e decidiu iniciar a ocupação dos terrenos vazios da rua Elisabeth, que estavam completamente abandonados. A partir da iniciativa de Sabará, outras famílias também ocuparam e dividiram entre si toda a área desocupada da rua. Com essa ocupação, a rua – que mais tarde se tornaria central para a implementação do Programa de Urbanização de Favelas – foi totalmente ocupada por moradias.

Assim, antes da intervenção do PUF, de um lado da rua moravam os primeiros ocupantes da área, em casas construídas em terrenos comprados de empreiteiras. Essas residências permaneceram após a intervenção e não foram removidas pela urbanização. Por esse lado, também permaneceram casas em terrenos ocupados, como a de Pratão, que não atrapalharam o desenvolvimento do projeto, cabendo à gestão pública estabelecer a regulamentação fundiária. Do outro lado, passaram a viver os filhos desses pioneiros, além de pessoas vindas de outras áreas de Heliópolis e da cidade, em casas ocupadas – portanto, irregulares, ilegais e definidas pela política habitacional estudada como precarizadas. Eram justamente essas casas que seriam removidas futuramente pelo Programa.

Cabe aqui reafirmar que a mediação crítica proposta por esta pesquisa, portanto, ilumina o núcleo da contradição que este subcapítulo expõe; pois, o projeto de urbanização, em sua ânsia planificadora de ordenar um futuro abstrato, se mostrou estruturalmente surdo e cego ao passado que ainda pulsava no presente do território. Ao desconsiderar a “ética local” do pertencimento materializada nas ocupações dos terrenos das hortas, o PUF não apenas ignorou, mas ativamente soterrou as camadas de sentido que constituíam o habitar real daquelas famílias. Esse fracasso no diálogo não foi acidental, mas sintomático da lógica homogeneizante que esta tese identifica como uma das operações centrais do Programa. O conflito da rua Elisabeth torna-se, assim, um microcosmo analítico do soterramento maior que a intervenção promoveu: a substituição de histórias densas e plurais por categorias vazias, de territórios vividos por lentes teóricas externas, como a ideia de “área de risco”.

O ponto aqui não é fazer uma militância ou defender as complexas tramas habitacionais que existiam na área pesquisada antes da intervenção, mas sim mostrar a tensão entre os termos que fundamentam projetos de reurbanização e a vida vivida no território a ser urbanizado. Trata-se, antes, de promover um movimento parecido com o descrito por Anelise Gutterres (2017). A autora mostra que, no contexto dos megaeventos no Rio de Janeiro (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016), o desejo legítimo de urbanização por parte de moradores de morros cariocas – saneamento básico, iluminação, arruamento, acessibilidade – foi utilizado como justificativa retórica para promover remoções forçadas, sob a égide de programas de reurbanização e habitação social (viabilizados pelo MCMV e PAC-1). Na prática, segundo Gutterres (2017, p. 574), tais programas serviram menos para garantir dignidade e permanência e mais para desarticular comunidades, assim como para criar territórios de vulnerabilidade e viabilizar intervenções urbanas que privilegiaram interesses políticos e econômicos, num processo definido pela autora como “(des)habitação”.

Desse modo, por exemplo, a concepção intervencionista da “área de risco” constituiu uma das lentes que simplificam o problema da moradia na região de Heliópolis. No caso dos conflitos das ocupações descritas neste trecho da tese, a definição externa de “área de risco” não apenas demonstrou imprecisão em relação à multiplicidade habitacional pré-existente – atestada pelas divergentes narrativas em torno da ocupação de terrenos da área da intervenção –, mas foi instrumentalizada para converter um problema diverso e complexo numa única solução: remoção e realocação para unidades habitacionais na forma de conjunto habitacional. Nesse sentido, é possível argumentar acerca de uma ruína provocada pelo PUF – que fracassou em dialogar efetivamente com as particularidades habitacionais então existentes em seus territórios de intervenção. O que as narrativas que pude coletar em campo demonstram é que noções utilizadas em políticas públicas, como as de área de risco, longe de serem dados objetivos, configuram dispositivos políticos que, ao desconsiderar a pluralidade das formas de ocupar uma área de favela, impõem uma única forma legítima de habitar, apagando existências divergentes e produzindo, assim, mais complexidades habitacionais.

4. 3. Cultivar o lugar: a persistências do cuidado habitacional na terra

Se as seções anteriores demonstram soterramentos feitos pela lógica planificadora do PUF, considerando as complexidades das ocupações descritas, o presente subcapítulo volta seu olhar para as formas pelas quais o habitar persiste e se reinventa, mesmo após a intervenção. A figura de seu Alonso, apresentada na abertura deste capítulo, incorpora essa persistência. Seu cultivo de hortas nos terrenos das ocupações removidas não constitui um simples retorno ao passado, mas uma prática atual de cuidado com o território que resiste ao apagamento e afirma um saber-fazer local que a planificação não logrou soterrar.

Esta seção aprofunda a descrição de tensões entre a lógica da intervenção e os arranjos habitacionais de Heliópolis e São João Clímaco ao apresentar uma

prática específica da região que permeia os relatos históricos anteriores: o cuidado com a terra da favela. Se a ocupação inicial do território foi marcada por relações ambíguas – ao mesmo tempo de amizade e de conflitos para definir os usos da terra –, e se seu adensamento se deu por disputas em torno de uma “ética local” de ocupação, a figura de seu Alonso, outro interlocutor central do trabalho de campo, amplia esse entendimento habitacional da favela para o presente. O cultivo das hortas por Alonso na terra da rua Elisabeth – terra disputada no passado por moradores da favela e de outras regiões da cidade e, atualmente, pelo PUF – explicita como as práticas cotidianas de cultivo e manejo do solo constituem, elas mesmas, modos potentes de habitar a cidade, de produzir território existencial e de estabelecer relações criativas com o território.

A atuação de Alonso, cuidando de parte dos terrenos definidos como “áreas de risco” durante o trabalho de campo desta pesquisa, plantando árvores e cultivando gêneros alimentícios, fortifica a ideia de uma inscrição material e afetiva no espaço da intervenção que escapa da intervenção do PUF. Esta tese utiliza esse dado de campo para reafirmar que antes da intervenção estudada, na área da pesquisa, já havia uma produção habitacional e de cuidado territorial.

Aqui é importante destacar que seu Alonso replantou hortas nos terrenos das ocupações removidas pelo Programa de Urbanização de Favelas. Terrenos onde foram construídas casas de pessoas como Luciana, minha mãe, alguns de meus parentes e vizinhos. Também vale apresentar que Alonso é um membro da Congregação Cristã e vive na região de Heliópolis desde o início dos anos de 1980. Sua família, mesmo em meio aos inúmeros conflitos habitacionais da região, sempre manteve uma postura discreta. No entanto, conforme eu pude compreender, Alonso, desde quando se estabeleceu na região, assumiu uma postura de organização nos terrenos das hortas e na área da favela. O que, por vezes, foi compreendido e definido por outros moradores, como Prata, como controle excessivo, o que lhe rendeu a alcunha de “prefeito”.

Seja como for, o interesse de Alonso pelo cuidado com a terra o levou, no passado, a cuidar de hortas para outros moradores, como o pai de Luciana. Durante

muitos dos dias de trabalho de campo, acompanhei Alonso em seus cuidados e manejo das hortas. Ele até me deu algumas frutas que plantou. Alonso construiu cercas de madeira, dividiu a terra e estabeleceu um padrão de cuidado no qual moradoras e moradores lhe pagavam para que trabalhasse nas hortas. Foi nesse contexto que, movido pelo afeto familiar, combinei com ele o cuidado de um lote em homenagem à minha avó. Isso me permitiu uma integração ainda maior nas dinâmicas da área durante o campo, tornando as relações de pesquisa mais densas e aprofundadas – abrindo, dessa maneira, meu leque analítico às dinâmicas locais e aos compromissos afetivos e éticos que sustentaram meu trabalho junto aos moradores e moradoras acompanhados.

Quando perguntei a Alonso o que o motivou a retomar o cultivo das hortas, sua resposta apresentou para esta pesquisa o entendimento que orientava seu cuidado destinado à terra. Ele me disse que voltou a trabalhar com as hortas “porque anteriormente era assim que era feito por ele e por outros”. Em seguida, fez uma crítica à ação do poder público. Lembrou que a prefeitura havia prometido, com as obras de urbanização, criar áreas verdes e de lazer nos terrenos das antigas hortas, mas que, “com o atraso das obras e ocupações posteriores às remoções do pessoal que viveu nos terrenos, ninguém fez nada e eu resolvi fazer por conta própria”. Além disso, ressaltou um entendimento dos conflitos habitacionais da região: “se não plantar, alguém vai ocupar”, referindo-se, explicitamente, às ocupações que aconteceram em outras áreas adjacentes aos conjuntos habitacionais da SABESP. Compreendi, então, que sua ação não era um retorno ao passado, mas uma estratégia atual de cuidado com o lugar onde vivi.

Durante o trabalho de campo, Alonso destacou que, certa manhã, um funcionário da subprefeitura do Ipiranga – à qual a área pesquisada está subordinada – passou pela rua e o avistou trabalhando. Perguntou quem era o responsável pelo cultivo das hortas. Meu interlocutor afirmou que respondeu ao agente estatal que não havia ninguém mais a não ser ele mesmo, o que lhe rendeu uma homenagem na sede da subprefeitura. Contudo, Alonso afirmou que depois

disso houve novamente um abandono da prefeitura em relação ao cuidado e à organização da área da intervenção.

Todavia, durante o trabalho de campo, enquanto eu acompanhava Alonso no seu trabalho com as hortas, surgiu uma mulher afirmando ser assessora de imprensa da prefeitura, querendo saber quem era o responsável pelas hortas. Me apresentei como antropólogo que estava pesquisando a habitação na região e indiquei Alonso como o responsável, deixando que ele tratasse diretamente com a representante da prefeitura. Ela se interessou em realizar, junto a esse morador, um projeto que institucionalizasse as hortas junto ao poder público. Contudo, vale destacar que, no final da sistematização dos dados dessa tese, entrei em contato com a então assessora. Ela me informou que havia deixado de trabalhar na prefeitura e que não pôde levar adiante o projeto de institucionalização das hortas.

Considerando essas dinâmicas do trabalho de campo, é possível afirmar que a ocupação efetiva de Alonso nos terrenos do território estudado precede, resiste e se compõe com a intervenção do PUF. Suas ideias e práticas em torno do cultivo das hortas reforçam o argumento aqui apresentado de que, antes de assentamentos precários a serem reordenados, a área pesquisada era um território vivido por seus moradores e moradoras, investido de trabalho, memória e sentidos partilhados. No entanto, a relação que a prefeitura de São Paulo (e mesmo a intervenção estudada) estabeleceu com a localidade da rua Elisabeth foi marcada pela descontinuidade e instrumentalização ocasional. A homenagem que Alonso recebeu da subprefeitura e o interesse efêmero de uma assessora de imprensa da municipalidade demonstram como o Estado é capaz de reconhecer, de forma pontual e exótica, gestos de cuidado e manejo que o próprio poder público não consegue sustentar. Isso possibilita afirmar que esse reconhecimento esporádico não se traduz em incorporação genuína às políticas públicas, mas sim se converte numa apropriação seletiva, que pode celebrar o esforço de um morador, sem, contudo, atuar de forma orgânica com a vida da favela.

Essa descrição se conecta com a complexidade descrita ao longo deste capítulo. Descreve relações que os moradores estabelecem com o espaço onde

vivem, onde afirmam suas invisibilidades frente à urbanização da cidade e seus direitos de habitar a partir do cultivo do lugar em que moram. Simultaneamente, é possível dizer que etnograficamente essa descrição, apoiada no meu trabalho de campo, reafirma o poder estatal nas favelas como intermitente e seletivo em seu reconhecimento, capaz de homenagear, mas incapaz de uma compreensão efetiva das particularidades territoriais das áreas favelizadas.

Por fim, essa descrição pensada nesta tese a partir da ação de seu Alonso atribui ao argumento deste capítulo a ideia de que a complexidade habitacional soterrada pela ação da reurbanização da região da favela de Heliópolis desenvolvida pelo PUF não repercute apenas nos conflitos por terra e moradia, mas também em práticas de ordenação local do espaço favelizado. A retomada do cultivo das hortas por Alonso destaca formas de uso e posse que a planificação do PUF ignorou.

Portanto, a ação de seu Alonso consolida e avança o argumento deste capítulo. Ela demonstra que o soterramento do PUF não foi voltado apenas às narrativas ou aos conflitos de posse irregular da terra, mas também para práticas e alternativas concretas de produção e manutenção do espaço local. O cuidado com a terra emerge como mais um dos sentidos do habitar na favela estudada, que se contrapõem tanto à categorização estatística da vulnerabilidade e do risco quanto ao planejamento técnico desconectado da diversidade habitacional da favela. A história de Alonso, por fim, reforça o paradoxo da política de reurbanização de favelas na região de Heliópolis. Pois, ao buscar ordenar e qualificar o espaço favelizado, o poder público desqualificou e apagou os próprios sentidos preexistentes que os moradores e moradoras, com seus corpos, ferramentas e afetos, inscreveram no solo.

Assim, esta tese declara que a uniformização do padrão de habitação das favelas, tal como projetada pelo Programa de Urbanização de Favelas em Heliópolis, não é apenas uma violência epistêmica, mas é, na prática, um verdadeiro empobrecimento da cidade possível que engloba seus moradores reais, uma renúncia da riqueza das formas de viver e habitar que são inventadas até de

dentro de uma favela. Pois figuras como seu Alonso, mesmo com suas controvérsias locais, não cessam de cuidar, plantar e querer habitar um bom lugar que, como canta o finado rapper Sabotage, “se constrói com humildade” (Sabotage, 2000).

4. 4. Para dizer que não estive no meio do problema

Uma das afirmações partilhadas entre os interlocutores e interlocutoras com que me deparei durante o trabalho de campo, expressa na fala de um interlocutor aqui chamado de Nêgo Paulo, demandava engajamento:

Você tem que fortalecer a comunidade, é isso aí. Tem que dar entendimento para a nossa situação, tem que fazer aparecer a luta da comunidade. Passar a visão daqui de dentro, de quem mora no pé do morro, de quem tem que matar o leão do dia para ter um barraco, uma casa, e quem teve que lidar com a remoção. Você tá no meio do problema. Tem que ver esse ímpeto aí. Você tá no meio do problema.

Esse posicionamento, porém, foi tensionado pela orientação acadêmica desta tese que breiou meu “ímpeto” de escrever de “dentro do problema”, como morador, persistindo na proposição de produzir com a pesquisa uma “descrição etnográfica” do problema. Foi nesse conflito entre pesquisar e vivenciar a moradia em Heliópolis que esta tese foi produzida, afirmando a etnografia como um fazer científico tenso e tensionado. Esse tensionamento, contudo, não equivale (ou ao menos não procurou se equivaler) à adoção de um ativismo normativo, como alertado por cientistas sociais como Ashley T. Rubin (2025), para quem uma lógica de denúncia e tomada de posicionamento político tem substituído, em muitos campos, como a criminologia, a busca por explicações generalizantes e teoricamente consistentes; esvaziando o pensamento sociológico e explicações de fenômenos complexos⁶³.

⁶³ A crítica de Rubin (2025) oferece um exemplo preciso desse risco. A autora destaca que em campos como os estudos sobre punição, uma linguagem moralizante e ativista tem substituído progressivamente a busca por explicações teóricas generalizáveis. Para a autora, conceitos carregados de valorização ativista – como “abolicionismo penal” ou “estado carcerário” – têm frequentemente funcionado mais como plataforma política de denúncias do que como ferramentas analíticas capazes de explicitar causas, mecanismos e variações de fenômenos (como o

Dar atenção à crítica do esvaziamento teórico pela prática do ativismo normativo, no entanto, não implica aderir a um ideal de neutralidade abstrata, tal como sugerido por Rubin. É possível tensionar os limites de uma objetividade científica que, ao buscar generalizações, produz um conhecimento distanciado do vivido. Para tanto, convoco a crítica radical de Henri Bergson, que na segunda introdução de *O Pensamento e o Movente*, apresenta um limite constitutivo da inteligência, atribuída ao fazer da ciência positiva, quando se volta para o domínio do vivo. Bergson argumenta que a inteligência, cuja origem e função são práticas, é uma faculdade moldada no agir sobre a matéria inerte. Seu método analítico, ao dividir o contínuo, fixar estados e espacializar o tempo, é soberano nesse domínio. Porém, ao tentar apreender o “movente” – a duração dos estados psíquicos internos, a mudança do vivente, a consciência como fluxo –, essa mesma inteligência não atinge a realidade efetiva. Em vez disso, produz uma representação abstrata e replica “falsos problemas”, pois estende ao vivente ferramentas conceituais válidas apenas para o inerte, espacializando e quantificando o que é, em sua natureza, qualitativo e contínuo (Bergson, 2006 [1934], p. 35-37).

O alerta de Bergson contra o “vício” de espacializar o vivido não invalida a ciência e nem a inteligência, mas lhes atribui suas precisões sobre o mecânico e a matéria inerte, ao apontar que há outros problemas e modos de conhecimento – como a metafísica alcançada pelo método intuitivo voltado ao conhecimento da duração dos estados internos e profundos do vivente. É aqui que as proposições científicas de Isabelle Stengers (2011) oferecem uma resposta metodológica relevante para esta tese. Para a autora, a objetividade científica não é um princípio abstrato de neutralidade, mas uma conquista prática e situada que emerge da criação de um *rappor*t – em linhas gerais, uma relação significativa e autorizada entre o pesquisador e o problema da pesquisa. Enquanto Rubin defende a neutralidade como barreira contra a ideologia, Stengers a vê como uma ficção que

encarceramento em massa). Por essa perspectiva, a produção científica estaria sendo convertida, perigosamente, de uma lógica da explicação para uma lógica da tomada de partido, esvaziando o pensamento teórico em favor do posicionamento político.

encobre o caráter sempre interessado do conhecimento. A alternativa apresentada por Stengers é uma objetividade engajada, sustentada pela “atenção devida” ao contexto específico e às consequências da pesquisa.

Desse diálogo entre crítica filosófica e objetividade situada, meu posicionamento em campo foi redefinido para a confecção desta tese. O tensionamento vivido não foi um obstáculo, ou esvaziamento, da objetividade, mas a condição efetiva para considerar eticamente todas as relevâncias postas pelo problema estudado. Longe de um ativismo que imporia um enquadramento prévio, tratou-se de um esforço desta pesquisa etnográfica para criar uma relação forte de conhecimento na qual as experiências dos moradores e moradoras – com suas temporalidades próprias, seus conflitos e as invenções contínuas de suas vidas diante da remoção – não fossem reduzidas a categorias analíticas estáticas, mas percebidas em movimento e duração. Assim, a visão de “dentro do problema” reivindicada por Nêgo Paulo não foi convertida em plataforma de denúncia, mas na vitalidade que tensionou e direcionou o rigor da descrição. O resultado não aponta para uma teoria generalizante abstrata, nem para um manifesto ativista, mas sim para uma descrição situada que, ao incorporar o conflito de posições como parte do método, busca uma compreensão fiel do problema habitacional das favelas – um problema que é, em sua gênese e dinâmica, profundamente político e vivido.

Desse modo, a objetividade que orientou esta escrita foi o meio necessário para registrar a dimensão vivida de um dos problemas que a pesquisa foi impelida a descrever: o soterramento de toda uma multiplicidade habitacional. O capítulo que aqui se conclui demonstrou realidades da favela que o PUF, ao operar uma mudança e uma negação de tempos, não apenas removeu casas, mas desqualificou – teórica e politicamente – os modos de habitar que encontrou. As narrativas de Pratão, os conflitos da rua Elisabeth (1996 e 1998) e a persistência do cuidado de Alonso com a terra foram tratados por esta pesquisa não como meros dados do passado a serem superados. São, antes, a expressão viva de uma complexidade habitacional ativa – tramada por afetos, conflitos, negociações e saberes práticos – que a lógica planificadora do Estado foi incapaz de considerar e

traduzir em sua ação, atuando para uniformizá-las com categorias como a de “área de risco”. A etnografia, ao assumir o tensionamento entre o que é dentro e o que é de fora, entre o engajamento e a descrição, permitiu tornar visível essa operação. Ela deixa para nossa reflexão que o verdadeiro “risco” que as políticas públicas podem apresentar não está restrito ao solo da favela, mas na própria incapacidade de escutar histórias plurais que, antes de qualquer intervenção, já fazem do território um lugar de vida.

Por fim, se, como apontado ao longo deste capítulo, a intervenção do PUF gerou um soterramento de multiplicidades habitacionais e atuou como se não houvesse uma complexidade vivida no território, abstratamente tratado como vazio, é preciso agora seguir adiante e descrever os efeitos dessa operação no tempo da vida dos removidos. A crítica bergsoniana à inteligência que espacializa o vivido oferece a ponte para essa passagem. É possível ainda afirmar que o PUF, ao planejar a remoção e a urbanização da favela a partir de um tempo abstrato, linear e quantificável – o tempo dos cronogramas, das etapas das obras e das metas das políticas públicas –, ignorou a duração real das vidas que seriam atravessadas pelas intervenções.

O próximo capítulo, portanto, dedica-se a descrever justamente a partir dessa duração: como a vida prosseguiu – e como a luta por moradia se reconfigurou – no tempo vivido entre a remoção e a não conclusão das promessas de reassentamento. Nele, acompanharemos os modos pelos quais moradoras e moradores, longe de figurarem como meros objetos estáticos de uma política, reinventaram seus cotidianos e reivindicaram seus direitos em uma realidade marcada pela espera e pela precariedade institucionalizada. Se o Programa de Urbanização de Favelas projetou um futuro urbanizado como ponto de chegada, as vidas das pessoas removidas de Heliópolis e São João Clímaco insistiram em se fazer no meio desse caminho, confrontando a paralisação da política habitacional que lhes atingiu.

Capítulo V – A vida pós-remoção e a luta da espera da casa (relatos da população vulnerável)

Introdução

O capítulo anterior focalizou como a multiplicidade habitacional da região da favela de Heliópolis foi homogeneizada e desconsiderada pela idealização do Programa de Urbanização de Favelas. Este capítulo avança para descrever os efeitos do apagamento habitacional promovido pela planificação do PUF: a duração da intervenção. O ponto central da descrição aqui é a consideração de que uma intervenção habitacional não se encerra com a planificação, a remoção ou o projeto arquitetônico; ela perdura na vida das pessoas atendidas pelo programa. Conforme afirmaram meus interlocutores e interlocutoras em diversas ocasiões, ainda que o PUF buscasse, em sua retórica, definir com precisão as condições habitacionais dos moradores para um “atendimento habitacional humanizado e de baixo impacto” – para se valer das palavras de Ruy Ohtake, arquiteto dos edifícios da SABESP –, os efeitos concretos do prolongamento temporal da intervenção (seus anos de espera, sua administração burocrática e seu desgaste de relações) não foram devidamente considerados.

Desse modo, este capítulo parte da constatação da uniformização para se aprofundar em sua consequência mais visível a partir da experiência de campo: o viver reconfigurado e o cotidiano transformado em um estado permanente de espera e incerteza administrativa. Mobilizando narrativas internas da vida vivida na área estudada, conflitos familiares amplificados pela intervenção e os compromissos relacionados ao atendimento habitacional, este trecho da tese descreve como a promessa da urbanização da região de Heliópolis resultou numa reconfiguração forçada das existências que, já em situação de vulnerabilidade, enfrentavam dificuldades de acesso à moradia adequada numa cidade como São Paulo, marcada por problemas de desigualdade e segregação tão amplamente

tratados pela literatura especializada. Nesse contexto, é válido afirmar que a luta já não é mais apenas por um teto, mas pela manutenção da vida na cidade, dos laços que constituem a existência e do próprio sentido do presente em meio a uma espera pela casa futura que se afigura como infinita.

Os subcapítulos que se seguem registram os terrenos existenciais onde a duração da intervenção interpenetrou e se faz presente. No primeiro subcapítulo, o ponto de partida é a memória do pesquisador-morador. A partir de um relato que pude constituir desde a posição assumida, reconstituí a chegada da intervenção – com ruídos, rachaduras e reconfigurações habitacionais –, apontando a desconexão entre a enunciação do projeto oficial da reurbanização e a vida vivida, anunciando, desse modo, a transformação da comunidade em “população vulnerável” registrada por números.

O segundo subcapítulo descreve elementos que perpetuaram essa condição. Ele focaliza o funcionamento do programa “bolsa aluguel” e os critérios de atendimento da SEHAB, demonstrando como a remoção física deu lugar a um longo processo de aprisionamento burocrático. Valendo-se de histórias como a de Maria, condicionada a viver em condições precárias, e de Severino, impedido de deixar a cidade, o texto explicita uma arapuca política: a institucionalização de uma precariedade administrativa, processo que imobiliza corpos e estabiliza a vida em função de uma espera infinita.

O terceiro subcapítulo confere a materialidade íntima dessa espera ao apresentar a redação escolar que uma interlocutora me concedeu. Cidinha, nesse documento singular, apresenta com sua linguagem o custo existencial do tempo confiscado. Suas linhas condensam mais de uma década de adiamentos, a dor da despossessão e a sensação de estar “preso nisso”, funcionando como um poderoso testemunho direto do sofrimento e de uma resiliência que os registros oficiais apagam.

O quarto subcapítulo reposiciona o foco para os efeitos sociais colaterais gerados pela prolongada insegurança da espera. Por meio do denso relato de Maria das Dores, o texto acompanha como a remoção e a consequente espera

prolongada atuaram como um catalisador de conflitos familiares latentes por espaço. A descrição apresenta como a duração da intervenção abre brechas para a atuação do crime, demonstrando como a intervenção estatal, ao desestabilizar arranjos territoriais, pode fortalecer outros interesses e ampliar a vulnerabilidade das famílias, reforçando a violência do crime, que passa a ordenar o viver no âmbito das relações entre parentes.

O quinto subcapítulo destaca a demanda burocrática que delineia a espera imposta aos moradores e moradoras: a renovação periódica do cadastro do atendimento habitacional junto à SEHAB. Acompanhando a interlocutora Katarina em seu deslocamento até o local da renovação de cadastro da SEHAB no centro da cidade, o texto descreve a operação do dispositivo de gestão da população vulnerável que compõe a lista de espera e de distribuição de moradia social em São Paulo. São focalizados os encontros, as filas, a desconfiança e as inúmeras idas aos locais de renovação de cadastro – elementos que denotam a trama burocrática que moradoras e moradores precisam enfrentar. Essa descrição tematiza o dispositivo de gestão habitacional a partir da vida vivida, como uma luta contra a espera infinita, um enfrentamento da precariedade administrada por procedimentos que convertem o direito à moradia adequada num esforço invisibilizado e exaustivo – realizado pelos moradores e moradoras removidas.

Em conjunto, estes cinco movimentos etnográficos compõem uma descrição da duração da remoção. Eles demonstram que, muito além de um atraso administrativo ou técnico, a espera é um operador que reconfigurou destinos, corroe relações, exigiu resistências cotidianas e transformou a promessa de urbanização numa batalha prolongada pelo existir que lida com a imposição administrativa da precariedade e vulnerabilidade – uma luta travada no corpo, nos pensamentos, expectativas e no âmbito das famílias.

5. 1. Quando a reurbanização da favela bateu na porta de casa

Este subcapítulo inicia o registro da duração da intervenção a partir de uma descrição de certas memórias que o trabalho de campo me fez reativar como

pesquisador e ex-morador da área removida. Trata-se de um exercício de reconstituição do momento em que a política habitacional estudada chegou à área, a partir da posição de pesquisador que testemunhou as mudanças habitacionais da favela. O relato busca registrar a desconexão entre a enunciação oficial do projeto de reurbanização e a experiência vivida de sua implementação – desconexão essa marcada por ruídos, rachaduras nas paredes das casas e reconfigurações habitacionais. É com esse registro que esta tese procura anunciar a primeira transformação do viver em precariedade: a conversão de uma comunidade com histórias, relações sociais e afetivas em uma “população vulnerável” definida por um número de algum protocolo da gestão urbana da cidade.

Minha própria vida se entrelaça com este processo vivenciado de forma coletiva pelas famílias da segunda fase da intervenção do Programa de Urbanização de Favelas. Sinceramente, enquanto antigo morador de uma ocupação removida, não me recordo de uma informação clara, antes de qualquer impacto no dia a dia, a respeito do início das obras do conjunto habitacional SABESP 1 – o primeiro a ser construído atrás da casa onde vivi junto de minha mãe e irmã.

Recordo que meu vizinho foi removido prontamente, antes do início das obras no terreno da SABESP. Onde era sua casa, foi construída a entrada para os trabalhadores das obras. Durante o ano de 2010, me dediquei ao estudo pré-vestibular para ingressar na universidade pública. Não havia a intenção de estudar ciências sociais, nem de pesquisar a área onde morei – isso se impôs em função dos efeitos da intervenção e da invisibilidade da situação vivida por meus parentes ou outros moradores da comunidade onde me criei e fui criado.

Em diversas noites de escrita de diários de campo, me recordei das manhãs de estudo daquele ano de 2010, confrontadas pelas vibrações e ruídos do bate-estaca que aterrou o terreno da SABESP para a construção dos edifícios. Recordei os tratores, os caminhões, as falas e palavras ditas em voz alta pelos trabalhadores. Pouco a pouco, as casas, como a que vivi, sofreram rachaduras nas paredes.

Recordei-me também que, já em 2011, havia iniciado os estudos de ciências sociais quando voltei para a casa que minha mãe e irmã permaneceram morando. Na época, procurava encontrar algum tema relacionado à comunidade em que vivi e fazer uma pesquisa de iniciação científica; a ideia inicial era estudar crianças no crime. Contudo, as conversas com professores – enquanto procurava temáticas para o projeto de pesquisa – e as primeiras aulas de sociologia e antropologia deslocaram minhas tendências acadêmicas. Após as semanas de recepção dos calouros e das primeiras aulas daquele ano, chegou o recesso de carnaval e voltei para a casa de minha mãe. Na manhã de sábado de carnaval daquele ano, não imaginava que a casa de minha mãe seria removida, que ela, outros(as) parentes, conhecidos(as) e vizinhos(as) entrariam na luta pela moradia desde a remoção de suas casas.

Naquele sábado, acordei com um barulho incomum na rua, mesmo para uma manhã de carnaval. Assim que saí da cama, fui observar e me inteirar sobre o que acontecia. No portão da casa de minha mãe, começava a se formar uma fila composta por moradores e moradoras da favela de Heliópolis. A fila se estendia bastante, algumas das pessoas eu conhecia por conta das vivências na região desde minha infância. Outras, como dona Leci (hoje em memória), conheci depois da remoção das famílias que viveram nas zonas da favela de maior risco. Dona Leci viveu com o marido, os filhos e um neto num barraco sobre um dos córregos poluídos de Heliópolis. Removida, passou a viver de aluguel até receber sua unidade habitacional. Naquele dia, foi ela quem me explicou o que estava acontecendo: “menino, a fila é pra gente conhecer a casa que a gente vai morar. Os apartamentos vão ser entregues. Chegou o dia da nossa alegria, vamos ter nossas casas!”

A euforia, a alegria e a esperança naquela fila eram contagiantes, perceptíveis aos olhos, aos ouvidos e também pelo arrepiar dos pelos do corpo. Era, para muitos, o ápice da luta, da espera e a concretização da promessa da casa própria. Era o dia de festa, era o dia da nova morada, era carnaval!

Contudo, esse momento de vitória foi também um ponto de não retorno. A remoção das ocupações nas vielas Gaivotas, Vicente Gaspar e da rua Elisabeth se concretizou em abril de 2011. Desde então, pessoas que eu compreendia como meus parentes, vizinhos e conhecidos passaram a compor a “população vulnerável” de São Paulo, relacionadas a um número, a um registro, que não mostra a cor, a raça, nem os corpos, as histórias, os movimentos e os tempos da população, como me destacou durante o campo de pesquisa um interlocutor.

Durante a sistematização dos dados desta pesquisa, compreendi que esse relato, produzido por memórias que invadiram incessantemente meus dias em campo, evidencia que o projeto, ainda em sua primeira fase de implementação, já operava a redução da vida. A complexidade das existências foi atropelada pelo desenvolvimento das obras, que avançaram sem uma comunicação clara, ainda com as pessoas vivendo nas definidas “zonas de risco”, sem um reassentamento adequado, gerando danos materiais e um mal-estar difuso.

A reflexão que se impõe, portanto, é sobre a lógica que orientou a intervenção, como escrevi num diário de campo durante o ano de 2022: não teria a política de combate aos assentamentos precários se atentado à quantidade, visando atacar o problema da profunda e expressiva desigualdade vista pelas extensões das casas nas favelas? Não vislumbrando os impactos qualitativos, como o tempo vivido na favela, o tempo de espera pela moradia e o atraso das obras, que geraram uma complexidade maior para muitos moradores e moradoras removidos? O risco de “tomar a parte pelo todo” é o apagamento de histórias e compreensões territoriais indispensáveis para uma reconfiguração habitacional verdadeiramente sensível.

Compreende-se, então, a partir do acompanhamento das vidas em campo, que a moradia é antes de tudo uma condição de existência, uma composição relacional, não um problema técnico a ser resolvido. Conforme explicitado por Villela (2020) em sua definição de antropologia modal, fundamentada numa leitura de Espinosa:

Não existe nada que não se componha em relação com outros existentes heterogêneos e extrínsecos a si mesmos, determinados a entrar em

relação característica por forças que lhes são externas. Por outras palavras, nenhum existente é a sua própria causa. São os confrontos das afecções (Espinosa, 2013, Livro II, Def. 1) que fazem do corpo um modo de expressão. Define-se assim conceito espinosista de modo. Eis aí a definição do objeto mínimo de uma antropologia que se quer modal: nem pessoa, nem o indivíduo, nem a cultura, nem a sociedade. O existente, definido como uma realidade que, a despeito de suas dimensões [ou extensão no espaço], é uma composição de partes determinada por forças que lhes são externas. Uma antropologia que se pretende modal mantém [...] um movimento voltado para os esforços dos povos [...] em perseverar (Villela, 2020, p. 295-296).

Desse modo, a grade de inteligibilidade que fundamentou o PUF não logrou ainda apreender a complexidade habitacional favelizada justamente por não a reconhecer como uma composição de existentes – um modo de vida tecido por relações materiais, afetivas, históricas e, por que não, espirituais. Em termos etnográficos, essa composição se expressa nas relações de amizade e entre parentes que baseavam a obtenção da moradia, nas negociações cotidianas entre vizinhos que compartilhavam o mesmo poste de luz e nas memórias de lutas por terrenos. A intervenção, ao reduzir o emaranhado relacional a um problema de infraestrutura e reassentamento, operou com um saber que privilegia o quantificável e o visível e o universalizável. Invisibilizando, assim, forças relacionais do viver na favela – que transcorriam desde o afeto até os movimentos pela terra que produziram a habitação pré-existente na região de Heliópolis. A promessa de urbanização, ao tentar substituir uma composição complexa por outra, supostamente ordenada e técnica, gerou a decomposição prolongada de modos de vida que se estabeleceram em meio aos conflitos por moradia singulares à terra favelizada.

Este primeiro movimento descritivo funciona nesta tese para mostrar a chegada da intervenção, entendida como um acontecimento disruptivo que reconfigurou imediatamente o espaço e as expectativas da área pesquisada. Nele, foi explicitada a diferença entre a retórica oficial de um “atendimento humanizado” e a materialidade da obra – com seus ruídos, suas rachaduras e suas remoções. A

euforia inicial diante da entrega da primeira leva dos apartamentos, manifestada pela fala de dona Leci, expressou a adesão coletiva a uma solução padronizada que prometeu um lugar para todas as famílias das ocupações irregulares de São João Clímaco e Heliópolis. No entanto, esse momento – à luz do prolongamento da espera para muitas dessas famílias – também marcou a conversão de toda uma complexidade habitacional na categoria de “população vulnerável”; uma representação estatística desprovida de história.

Agora, se a remoção inaugurou a condição de vulnerabilidade administrativa, era necessário o dispositivo para geri-la no tempo. O próximo trecho da tese descreverá como o “bolsa-aluguel”, longe de uma solução transitória, tornou-se um instrumento de manutenção da precariedade.

5. 2. A continuidade da remoção: o “bolsa-aluguel”

O trecho anterior descreveu a chegada disruptiva da intervenção, agora este descreve a sua permanência na vida das pessoas removidas. Nesse sentido, a remoção física das casas de Heliópolis e São João Clímaco não foi um evento pontual no cronograma de um dos programas do eixo de infraestrutura urbana da política dos Programas de Aceleração do Crescimento, mas a inauguração de um longo e – ainda – inconclusivo processo administrado pelo poder público. É a partir da perda da moradia e da promessa de sua restituição que as existências das gentes removidas passam a ser reconfiguradas.

Este segmento da tese demonstra como o PUF, mantido pelo “bolsa-aluguel”, ao invés de ser uma solução transitória, permaneceu na vida das pessoas removidas, produzindo uma continuidade da remoção. Ao seguir as diretrizes da SEHAB, durante o tempo de realização desta pesquisa, os moradores e moradoras não acessaram uma solução, mas permaneceram “presos” num sistema de contrapartidas e condicionalidades que imobiliza suas vidas e institucionaliza suas precariedades.

Desde o registro de um membro da família que vivia na casa removida – geralmente uma mulher (a mãe da casa) – a SEHAB assume o controle da

distribuição futura das unidades habitacionais e do pagamento do auxílio. Para receber o precário valor do “bolsa-aluguel”, é imperativa a comprovação de baixa renda, frequentemente realizada por holerites ou declarações manuscritas (Figura 5).

AUTODECLARAÇÃO DE RENDA

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX portador (a) do documento de identidade nº XXXXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua/Avenida Paraná 244, declaro, para os devidos fins de comprovação de renda junto a Secretaria Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo, que exerço a atividade de Vendedora, sem nenhum vínculo empregatício, com rendimento mensal de aproximadamente R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos).

Declaro que as informações prestadas são completas e verdadeiras, e estão sujeitas às sanções do artigo 299 do Decreto Lei nº 2.848/1940.

São Paulo, 31 de Agosto 2022.

Assinatura

XXXXXXXXXXXX

Figura 5: Autodeclaração de renda para atendimento SEHAB (acervo pessoal)

A renda que precisa ser baixa é a mesma que, insuficiente, impede o acesso a um aluguel digno no mercado imobiliário formal. Como narrou a interlocutora Maria, muitos ao tentar “correr atrás de uma casa” junto das imobiliárias, esbarravam na inadimplência ou nas comprovações de rendas consideradas irrisórias pelos critérios do mercado imobiliário. Desse modo, é possível afirmar que a política, portanto, se baseia no modelo de contratação de aluguel formal, que é inalcançável para a própria população que pretende atender, redefinindo a exclusão que levava as pessoas à moradia da favela ou ocupação. Isto é, a impossibilidade de pagar e morar numa casa de aluguel.

O efeito imediato é a condenação à habitação precária. Maria, por exemplo, viveu por muitos anos com a filha e o neto pequeno em uma casa de dois cômodos, sem janelas e com odor (de ralo de banheiro) fétido. Uma de suas afirmações que registrei num dos meus cadernos de campo era: “ser pobre dá trabalho”. O que expressa um grande esforço de criar um bom viver em meio a precariedade definida pelo poder público. Verifiquei que essa interlocutora tinha um cuidado meticuloso com a limpeza da casa que morava; no meu entendimento de antropólogo, era um ato de resistência cotidiana contra a dificuldade do viver imposta pela duração da intervenção.

Essa casa em que Maria morou durante uns seis anos após a remoção fica na rua Elisabeth. Com o atraso das obras, como mencionado nesta tese, outras áreas em torno dos edifícios e os próprios prédios inacabados pela intervenção serviram de local para a construção de novas ocupações na região. Conforme Maria me contou e também como pude acompanhar durante uma imersão no campo prévia ao doutorado, o aumento populacional e de construções sem canalização de esgoto poluíram o córrego dos Meninos, o que ocasionou uma infestação de ratazanas na rua. Muitas ratazanas invadiram as casas dos moradores. Maria me relatou que o forro da casa onde morou virou ninho de grandes roedores e que, nas noites, os animais faziam muito barulho, a ponto de não a deixar dormir com a filha, tanto pelo barulho quanto pelo pânico e medo que sentiam.

Paralelamente, o dispositivo da SEHAB para administrar a população vulnerável de São Paulo produz uma imobilidade habitacional dentro da cidade. Pois, para não ter o atendimento cancelado, beneficiários e beneficiárias do auxílio não podem deixar a região metropolitana de São Paulo.

DECLARAÇÃO INFORMAL DE ALUGUEL

Eu, abaixo assinado, Sr(a) [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted] e RG nº [redacted], residente na Rua S. J. [redacted] nº [redacted] bairro/setor S. J. [redacted] na cidade de SP estado de SP, Tel. [redacted] declaro para os devidos fins de direito o sob as penas da Lei que **ALUGO** o imóvel sito na Rua, Av. [redacted] nº [redacted] bairro S. J. [redacted] CEP: [redacted] na cidade de SP estado de SP para o Sr.(a) [redacted], portador(a) do CPF nº [redacted] e RG nº [redacted]. Sendo cobrado o aluguel no valor de R\$ 600 (Seiscentos Reais).

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal.

Assumo total responsabilidade pelas informações citadas acima.

São Paulo, 31 de Maio 2022.



Figura 6: Declaração informal de aluguel (acervo pessoal)

Severino, um interlocutor que afirmava ter a possibilidade de viver com “fartura” nas terras familiares em Petrolina (PE), via-se preso pelo dilema entre essa possibilidade de melhor viver no nordeste do país e o direito à moradia prometida em São Paulo; por vezes, me dizia coisas como: “eu vou ficar até o fim, até que cumpram o que prometeram”, por outras, me dizia coisas como: “eu não quero saber mais desses apartamentos não, eu acho que já era, isso aí nunca mais vai ser nosso, vou ficar aqui em SP nada, vivendo como pobre, lá na terra de vô e vô eu vou tomar é cajuína”. Para comprovar a permanência na cidade, as pessoas atendidas precisam apresentar recorrentemente à SEHAB o contrato dos aluguéis de suas casas ou uma declaração informal de aluguel (Figura 6).

Desse modo, o “bolsa-aluguel” configura uma das complexidades que as pessoas que esperam por moradia na cidade enfrentam. Concebido e apresentado para quem foi removido como uma medida paliativa de “baixo-impacto”, se configurou como instrumento de gestão da espera e da vulnerabilidade produzidas pela máquina estatal. Afinal, ele não mitiga os efeitos da remoção: os prolonga, os gere e os administra, convertendo o direito à moradia adequada num labirinto sem o fio de Ariadne – povoado não por um Minotauro, mas por constantes necessidades de comprovação de precariedade material que aprisionam quem lá dentro cai. Além disso, congela e suspende panoramas possíveis para uma boa vida. A “continuidade da remoção” é, portanto, o que há na experiência vivida de uma política que, ao administrar a população, termina por produzir e gerir as próprias criações: a condição de morador vulnerável e a situação de precariedade habitacional.

Este subcapítulo concentrou-se em descrever como o “bolsa-aluguel” opera nas vidas das pessoas atendidas por políticas públicas de habitação como uma engrenagem da maquinaria administrativa que suspende o viver dos favelados. O ponto agora é que, se há um aprisionamento ou mesmo imposição da pobreza para

quem porventura tem sua vida atingida pela reurbanização da cidade de São Paulo, também há vidas que narram a inscrição da remoção e a persistência frente à espera indefinida. Para dar voz à persistência daqueles que atravessam a espera e a incerteza, no próximo subcapítulo esta tese apresenta um registro de campo singular: a redação que uma interlocutora me deu quando voltou a estudar para terminar o Ensino Fundamental e Médio. Trata-se de uma senhora de 62 anos que reinventou sua vida na retomada dos estudos enquanto enfrentava a incerteza do futuro capturado pela promessa da moradia regularizada. A partir de seu relato, pretendo descrever a potente expressão da espera que pude encontrar durante o campo de pesquisa: uma expressão do confronto com a dor da desposseção, a angústia do tempo confiscado e a resiliência obstinada de quem, mesmo “preso”, insiste em ter sua batalha lida.

5. 3. Linhas da remoção

Inspirado no tipo de escrita etnográfica de intensidade feita por Jacques Meunier (1978 [1977]), este subcapítulo apresenta um conhecimento produzido durante minhas detidas e aprofundadas imersões de campo na área estudada.

Em campo, já não conseguia mais lidar com todo o peso do arcabouço teórico especializado nas periferias de São Paulo, no qual me aprofundara durante minha formação acadêmica. Ao cabo desse percurso, as temáticas da literatura que abordam a ampliação dos mercados legais e ilegais (Feltran, 2021; 2020; Telles, 2012, 2010), embora fundamentais, pareciam querer se impor como narrativa total da favela. E quando digo isso, refiro-me ao que parecia acontecer em campo. O que se via, num olhar imediato, era a hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC) manifesta de duas maneiras: como regulador do dia a dia na favela e, paradoxalmente, como fonte de sua desordenação, não sendo estranha, entre os moradores e moradoras, a afirmação corriqueira de que “a área estava largada”, ou seja, sem a presença de um “irmão” ou da “disciplina” para ordenar o viver. Durante alguns dias de desânimo em campo, chegou a passar na minha mente a ideia de modificar a temática da pesquisa para contra-argumentar, propondo uma

contribuição ao debate sobre o “mundo do crime”: a de que Estado e PCC seriam bem similares – excetuada a opressão estatal que impelira a formação do Comando (Biondi, 2010) – na medida em que lidavam, em parte, com o mesmo objeto: a ordenação da vida em áreas como Heliópolis.

O fato é que a “disciplina” em Heliópolis já não era local. “Os linhas de frente” vinham de fora, de Paraisópolis. Os donos de pontos de venda de drogas e ladrões que ditavam o ritmo da região, após negociações, venderam a “sintonia de progresso” – gerenciamento dos mercados ilícitos – em Heliópolis para “irmãos” de Paraisópolis. Enquanto isso, a glamorização da pobreza, retratada em séries da Netflix como *Sintonia* e *Irmandade* – das quais algumas cenas foram filmadas no meu campo de pesquisa, inclusive dentro de casas de interlocutores – reforçava a ideia de que “o que valia era falar do famigerado mundo do crime”. Viver em meio à pobreza deixada após a intervenção gerava a gana de fazer sucesso, falar de crime e quem sabe participar de um documentário ou ser *best-seller*. Para usar o slogan: “favela venceu!”

Contudo, metodologicamente, era necessário fazer a experiência da compreensão da habitação perdurar no tempo. Apostei em “correr junto” dos moradores e moradoras que enfrentavam no dia a dia o impacto da remoção e de uma intervenção de dimensões colossais. Optei por não ser desleal com o propósito e ímpeto iniciais da pesquisa. Assim, foi preciso aprender a escutar a dissonância, ver e sentir a favela onde cresci de outra maneira. Isso implicou lidar com uma sensação de fracasso – não por viver novamente na favela, mas por testemunhar, dia após dia, o aumento dos barracos de madeira e a precarização em áreas que o Programa de Urbanização de Favelas prometera transformar. Um primo me lembrava, ao ver minha impaciência: “você tem que ver, vai saber se a pessoa que ocupa um lote onde o governo disse que ia construir uma moradia adequada não estava numa situação pior, afinal, ninguém mora num barraco porque quer”, sua fala ecoava na complexidade da favela, onde ocupar um terreno ou mesmo “seguir o lado certo da vida errada” pode fazer sentido diante da absoluta falta de alternativas.

Foi assim, procurando renunciar a um enquadramento imediato, que busquei registrar no meu caderno de campo diversas tonalidades – por vezes contraditórias – que os moradores me apresentavam a respeito da intervenção que havia me proposto estudar. Minha pesquisa seguiu em espiral, cheia de erros, devidamente contestados pelo meu orientador. Mas foi aí que, durante a sistematização dos dados, me voltei para um artefato que havia deixado esquecido numa pasta. Em meio ao estado desesperador de escrever uma tese com dados que me davam desespero ao ler, considerando que tinha a impressão de não haver logrado organizar de maneira sistemática o que pude registrar da experiência de campo, me recordei de Cidinha, uma interlocutora que, durante o campo de pesquisa, me deu um texto, no qual se valeu da própria remoção como tema a fim de realizar um exercício de escrita. Reencontrei ali uma potência singular. Afinal, tratava-se de uma senhora que voltava a estudar, mesmo com as complexidades da remoção, aos seus mais de 60 anos.

Cidinha foi criada na rua, mesmo tendo um barraco em Heliópolis – que herdou após a morte prematura da mãe, crescendo sem pai. Mulher negra, começou a trabalhar com 12 anos e cuidou da mãe doente até seu falecimento. Já na vida adulta, foi removida de uma casa de aluguel em São João Clímaco. O locatário, conhecido de longa data, “deixou” que o registro do atendimento habitacional social futuro ficasse em seu nome, após Cidinha lhe pagar um valor pela “transferência” desse direito.

Como dito acima, inspiro-me aqui no gesto narrativo de Jacques Meunier, que em seu trabalho com *niños callejeros* em Bogotá encontrou no relato de um menino – um traidor do bando que fez parte, uma voz da borda – a chave para acessar o conhecimento profundo dos meninos de rua. De modo similar, a redação de Cidinha funciona como uma voz de quem vive o problema pesquisado. Em sua redação, ela escreveu:

Eu, Maria Aparecida, fui moradora de uma ocupação removida em São João Clímaco. Não me lembro do dia que a minha remoção aconteceu. Prefiro esquecer. Quando a prefeitura de São Paulo nos removeu, foram feitas reuniões. Funcionários da prefeitura nos disseram que seríamos beneficiados e beneficiadas com uma moradia adequada. Disseram que nossas moradias seriam no terreno da SABESP, disseram também que

todo mundo seria beneficiado com o auxílio de um valor para pagar o aluguel de um imóvel que nós mesmos deveríamos providenciar a locação. O valor desde então é de R\$ 400,00.

Hoje não temos nossa moradia, não temos o que foi combinado. Isso já perdura onze anos. Eu continuo a receber o “bolsa-aluguel” de quatrocentos reais, só que o imóvel que moro não me pertence, pago todos os meses a diferença do aluguel e tenho de dar o restante do dinheiro para os donos. Vivo na precariedade, na incerteza se vou estar viva quando essa casa prometida sair, se sair. Todo o dia acordo e agradeço por estar viva, mas logo vem essa dor da remoção no meu coração. Tenho que ficar firme, pois, se deixar, isso causa até doença. De tanto pensar com a tristeza no peito.

A data de entrega ninguém sabe mais quando será. Agora a prefeitura inventou outro programa [...]. É o programa que eles chamam de *Pode Entrar*. Estamos aguardando, porque já houve tantas promessas e expectativas que foram postas. De todo modo, a gente precisa aguardar e se manter firme nessa luta de esperar uma casa que ninguém sabe quando vão entregar. Perdemos nossos vizinhos, muitas famílias foram morar em outro lugar, perderam as escolas que as crianças estudavam, tudo era mais conhecido antes, a gente teve que deixar tudo para trás, muita gente perdeu o trabalho. Tudo isso ficou para trás, mas não liberam a nossa vida. Deixam a gente preso nisso.

Aqui, as linhas de Cidinha informam o custo existencial da espera vinculada à gestão da política habitacional de São Paulo. Apresentam a face da despossessão, a angústia do tempo confiscado e os entraves que mantêm os moradores “presos nisso”. No entanto, a remoção e a espera prolongada não geram apenas sofrimentos individuais e íntimos. Atuam como catalisadores que deixam em ponto de ebulição e levam ao extremo conflitos preexistentes, reconfigurando disputas por espaço e poder que atravessam famílias e a comunidade. Se a redação de Cidinha nos fala da dor íntima da espera, é necessário acompanhar os efeitos dessa intervenção no ponto em que ela explode em outros conflitos. O próximo subcapítulo avança nessa direção ao descrever como a remoção desencadeou um conflito interno de uma família, que acabou sendo capturado pela atuação do crime na apropriação de disputas por moradia. Nesse sentido, pretende-se descrever como a precariedade institucionalizada pelo Estado pode ser apropriada e amplificada por outras configurações de poder, destacando como a

“vulnerabilidade” não é um estado passivo, mas um campo de forças e interesses em disputa na favela, entre outros.

5. 4. Conflitos habitacionais

Os subcapítulos anteriores demonstraram sentidos atribuídos por moradoras e moradores removidos aos efeitos da espera e prolongamento do atendimento habitacional. Ao se voltar para dinâmicas familiares, percebe-se como a intervenção estatal, em sua duração estendida, atua desestabilizando os arranjos, já frágeis, de convivência e moradia. Neste trecho da tese, torna-se visível como a intervenção primeiro reativa disputas familiares adiadas, que depois migram para o âmbito judicial e, por fim, são atravessadas pelo crime. A incerteza sobre o futuro habitacional não suspendeu a vida; ao contrário, comprimiu espaços já tensionados, reativando e reconfigurando conflitos de convivência.

Durante o trabalho de campo em 2022, acompanhei Maria das Dores, moradora removida de sua casa na viela Vicente Gaspar. Seu relato expressa com precisão uma das complexidades enfrentadas após a remoção e os atrasos do Programa de Urbanização de Favelas. Em suas palavras:

Ninguém sabe quando vão entregar a nossa casa, não há uma informação precisa e segura. A política de remoção só pensa em fazer obra, em fazer o dinheiro correr. Fazer política pública, no nosso entendimento, é o que faz o dinheiro correr [...]. As ideias deles geram mais problemas, geram mais dificuldades pra quem vive numa favela [...]. O pior, essa política fez famílias brigarem – irmão contra irmão, primo contra primo. Na minha família mesmo, depois dessa obra, que foi anunciada como a nossa melhoria, aconteceu uma briga que eu não quero ver minha irmã nem no caixão, nem quero que ela vá no meu velório.

Como descrito anteriormente (Capítulo IV), muitas famílias removidas eram compostas por filhos e filhas dos primeiros moradores da região. Não foi raro que, para fugir do ônus do aluguel, pessoas removidas voltassem para as casas dos pais, reativando tensões e redefinindo arranjos de convivência. Maria das Dores voltou para a casa de seus pais, já falecidos, numa rua do bairro de São João Clímaco, onde uma irmã havia permanecido. Essa irmã, conforme narra das Dores, “se autodenominou a dona da casa”. A volta rendeu disputas familiares.

Era como se nós fossemos pessoas de fora, como se fosse um favor a gente estar morando lá [das Dores e filhos]. Até o dia que uma das filhas da minha irmã agrediu uma filha minha [...], chamaram a polícia e um dos tipos que casou com uma das filhas da minha irmã era envolvido com a polícia [...] burlaram nosso depoimento, ela [a sobrinha] saiu como vítima.

O conflito, no entanto, extrapolou os âmbitos familiar e policial. A situação jurídica frágil da casa – documentação incompleta, inventário por fazer – criou uma abertura para outras ações. O “pilantra”, marido de uma sobrinha, conforme a narrativa de das Dores, foi “na favela e conversou com uns bandidos”, acionou os “disciplinas” para levar a questão “às ideias”⁶⁴. A intervenção de um sobrinho e de outro conhecido, que atestaram o lado certo de das Dores na contenda, evitou esse desfecho, convencendo-os de que se tratava de uma briga de família (interna). No entanto, mesmo assim, a disputa tomou um rumo prejudicial para minha interlocutora:

Minha irmã deu o aval para vender uma casa dentro do nosso quintal para os “disciplinas” do morro, vendeu o trabalho dos meus pais, nossos esforços para construir. Vendeu por 40 mil reais, eu estava quebrada [sem dinheiro], não pude pagar o valor para eles não entrarem.

A bibliografia etnográfica recente, particularmente os estudos sobre o PCC, oferece conceitos-chave como “regime de considerações” (Marques, 2015) ou “regime normativo” (Feltran, 2020) para pensar a ordem social em territórios de favelas. Feltran (2020) argumenta que a ordem nas periferias paulistas na “era do PCC” resulta de uma coexistência tensa e interativa entre as normatividades estatal

⁶⁴ No contexto das dinâmicas de poder do Primeiro Comando da Capital em territórios favelizados, os termos “disciplina” e “ideias” possuem significados específicos. “Disciplinas” referem-se tanto aos códigos de conduta e às regras que organizam o cotidiano das áreas sob domínio do PCC quanto aos sujeitos que operam essas regras. Já “levar para as ideias” é uma expressão do linguajar corriqueiro que designa o ato de submeter um conflito ou questão à deliberação dos criminosos, conforme a orientação do PCC, para que decidam qual parte estava certa numa contenda. O desfecho dessa “ideia” pode resultar em represálias físicas ou até mesmo em execução, dependendo da gravidade do caso interpretada pela lógica do grupo. No universo das favelas, esse processo é entendido como um “debate” ou instância de julgamento interno. Para análises teóricas mais profundas sobre esses “debates” e a governança do PCC, ver Biondi (2018); Feltran (2014); Marques (2015).

e criminal, gerando uma negociação – entre sistemas legal, policial e a “lei do crime” – que constituiria uma forma específica de regulação social.

A narrativa de Maria das Dores, no entanto, detalha um processo diferente – ou, ao menos, que tensiona a teoria sociológica de Feltran. Ela demonstra que o prolongamento da intervenção estatal criou uma condição de precariedade que foi, subsequentemente, explorada por uma apropriação assimétrica das relações entre as ordens normativas – conceito que Feltran define como regimes em negociação (mesmo que tensos). Diferente do modelo de convivência mútua e negociação de regimes proposto por Feltran, o dado de campo denota um uso coercitivo da lógica do crime, que foi acionada não para mediar, mas para consumir uma despossessão. O acontecimento demonstra, assim, que a “lei do crime” não opera como um imperativo ou estrutura normativa autônoma e preexistente. Ela se configura, antes, como um conjunto de práticas e enunciados que pode ser mobilizado de forma tática e desigual dentro de um campo de forças mais amplo. Longe de ser uma estrutura a priori, a lógica do crime – no contexto estudado – apresenta-se como uma das forças dinâmicas em disputa que compõem o viver em meio à precariedade da remoção na favela.

Nesse sentido, a chamada “venda” da casa não foi apenas uma transação mercantil, mas também a materialização de uma imposição. Segundo das Dores:

Depois que minha irmã vendeu parte da casa para os irmãos que estavam tomando conta do morro, foi muito difícil. Primeiro, a gente trancou o portão. Pois, a casa não foi vendida num acordo mútuo, com todos os filhos dos meus pais concordando. Mas aí vieram com armas, dizendo que iam metralhar toda a minha família.

Diante da ameaça, a família viu-se obrigada a aceitar a convivência com um estranho, “alguém de fora”, instalado na parte da casa vendida. Paralelamente, um sobrinho buscou a via judicial, mas, segundo das Dores, o processo foi interceptado:

No dia da audiência, o “vacilão” que ficou na casa chegou abraçado com minha irmã. Aí alegaram que ela não vendeu a casa, mas que deixou ele morando lá para que nós não vendêssemos. Nosso advogado era deles, não atuou para reverter a situação. Depois de um tempo, a gente viu ele junto com os caras lá de cima.

A situação tornou-se insustentável. O ápice ocorreu em 2020, com uma operação da Polícia Federal direcionada contra o sujeito que fora instalado na casa. Os federais invadiram o imóvel e apontaram armas para os filhos de das Dores, “arrastando” um deles – conforme seu relato – para prestar depoimento contra o alvo da operação, um ato que, no contexto da favela, carrega o peso implícito da ameaça de represálias em caso de “caguetagem” (delação). Este evento, somado ao clima de terror já instalado, forçou-a a deixar definitivamente a casa dos pais e retornar ao aluguel. Refletindo sobre a trajetória de conflitos, Maria das Dores ofereceu uma síntese:

Tudo isso aí, se pensar bem, tem a ver com a remoção de nossas casas por causa da urbanização da favela [...]. Tanto a prefeitura, quanto os bandidos [...] fizeram coisas parecidas. Tiraram a gente de nossas casas, não quiseram saber da real.

Nesse sentido, a fala de das Dores não é apenas um desabafo, mas uma contundente afirmação que registra o correr de violências que tem na intervenção estatal prolongada seu ponto de explosão. A remoção inicial, a demora, o conflito familiar, seu desvio para o atravessamento do crime e a consequente despossessão habitacional são elos de uma mesma série. O foco seguinte retoma diretamente os efeitos da duração da intervenção do Programa de Urbanização. O próximo trecho descreve reflexões dos moradores atingidos pela remoção e pelo atendimento habitacional da SEHAB frente à administração burocrática da situação de vulnerabilidade.

5. 5. Atualização do cadastro da precariedade

Durante o trabalho de campo, acompanhei minha prima e interlocutora em seu processo para renovar o cadastro habitacional junto à SEHAB. A convocação do órgão público para o procedimento foi em agosto de 2023, quando um contato, um conhecido, informou num grupo WhatsApp que a secretaria estava entrando em contato novamente com as famílias removidas das ocupações de Heliópolis e São

João Clímaco. O objetivo era agendar a renovação dos registros no âmbito do Programa de Urbanização de Favelas.

Em outras ocasiões também foi assim. Um morador ou moradora que recebe uma ligação da SEHAB transmite a informação para os conhecidos e conhecidas. Assim, a informação corre e todos ficam sabendo que deverão se preparar para ir até o local da vez, onde os documentos para o atendimento habitacional são apresentados. Durante os anos após a remoção, a convocação já foi feita em vários lugares. Uma interlocutora me ajudou a registrar isso ao lembrar que a primeira vez em que os documentos requisitados pela prefeitura foram entregues aos gestores aconteceu na favela de Heliópolis mesmo. Depois disso, os moradores e moradoras que acompanhei com meu trabalho de campo foram renovar seus atendimentos habitacionais e sua posição na lista de espera por moradia do município na subprefeitura do Ipiranga, na própria SEHAB no prédio da prefeitura, no centro da cidade, e em outras regiões próximas ao centro antigo de São Paulo.

Dessa vez, a renovação ocorreu em um galpão na Avenida Prestes Maia, na região da Luz, no centro da cidade. Como destacou Cidinha em sua redação escolar, por inúmeras vezes as esperanças foram acesas entre os moradores e moradoras de Heliópolis. Em meu trabalho de campo, pude registrar sobretudo que a expectativa pela casa própria se reacendia quando a SEHAB entrava em contato para convocar os moradores a comparecer a uma de suas sedes. Minha prima Katarina salientou que, nos primeiros anos, as pessoas recebiam a ligação da SEHAB acalentando a expectativa de que, finalmente, seria o dia esperado – aquele em que ouviriam dos agentes data de entrega de suas moradias. Contudo, com o passar do tempo, os moradores da área estudada foram, pouco a pouco, perdendo as esperanças. Passaram a entender as convocações como mais uma etapa protocolada da longa luta pós-remoção e da espera por um desfecho incerto. Essa percepção se consolidava à medida que, ao contactarem canais oficiais da SEHAB, as informações transmitidas às pessoas removidas se tornavam cada vez mais imprecisas e inconstantes.

Nesse sentido, Katarina me disse:

Inicialmente, a informação era que nossos apartamentos ficariam prontos em 2014. Para as primeiras famílias removidas, a intervenção e as obras duraram quatro anos. Para nós também nos deram esse prazo; as casas deveriam ficar prontas em 2014 e 2015, e todos já deveriam estar morando. Em 2014, houve o primeiro atraso. Definiram que a conclusão seria para 2016. Também atrasou. Depois, nunca mais deram uma nova previsão. Quando nos convocavam – o que ocorreu em 2018, 2019 –, a gente ia até lá com a esperança de ouvir algo sério, alguém dizer: “olha, a casa de vocês, dessa comunidade, vai ser entregue dia tal; esta é a última vez que vocês vão renovar o cadastro”. Mas nunca falaram isso. Os agentes sociais começaram a desconversar quando alguém perguntava sobre nossas casas; disseram que a entrega das unidades habitacionais era definida por ordem de remoção e vulnerabilidade habitacional. O que, na verdade, não quer dizer nada, porque, mesmo quando a gente liga para o telefone da SEHAB, dizem a mesma coisa. Só que teve gente que foi removida depois, vizinho com vizinho, e um já recebeu, enquanto o outro, que foi removido primeiro, não recebeu. Ninguém sabe como funciona essa lista, qual é a ordem dela. A gente só sabe que existe uma lista que justifica a nossa espera, mas ninguém nunca a viu. Além disso, tem gente na cidade que foi removida depois de nós e já recebeu casa. Isso aí é uma caixa-preta que ninguém sabe como funciona.

Já sem nenhuma esperança e com um senso de desconfiança, Katarina me convidou para acompanhá-la até o pátio próximo à estação da Luz, onde foi feita a renovação do atendimento habitacional no ano de 2023. Na época, Katarina trabalhava em casa, dividindo seu tempo entre costurar luvas para o uso em metalúrgicas e o cuidar do filho, então com 8 anos de idade. Seu marido trabalhava na manutenção de uma escola circense e teatro na zona oeste. No dia marcado, encontrei minha interlocutora na casa em que vivia com o marido, na Vila Alpina, zona leste da cidade. O casal pôde ocupar a residência após o falecimento do sogro de Katarina. Nos encontramos em uma padaria na rua da sua casa e, de lá, pegamos um ônibus até a estação Vila Prudente do metrô (Linha Verde), seguindo depois para a Luz.

Durante o trajeto, Katarina compartilhou sua compreensão sobre a intervenção estudada. Segundo ela, muitos moradores, nos dias da convocação para renovação do registro, não tiveram a mesma sorte que a sua – isto é, não tiveram a flexibilidade para ajustar seus horários de trabalho ou mesmo se ausentar do emprego para ir até o centro da cidade resolver questões relacionadas ao atendimento habitacional destinado à população vulnerável que aguarda por moradia. De acordo com seu relato, muitas de suas amigas enfrentaram

dificuldades para comparecer ao local da convocação. Ela citou o exemplo de uma amiga chamada Daniela, que acabou perdendo o direito à moradia. Daniela não pôde comparecer a uma das convocações no passado. Conforme pude compreender com Katarina, essa moradora havia sido removida de uma ocupação da favela de Heliópolis, mas possuía uma casa independente de sua mãe, o que lhe garantiu um registro em seu próprio nome. Devido à ausência na convocação, ela precisou recorrer à SEHAB para comprovar que a falta não foi por opção, mas por impossibilidade de se ausentar do trabalho naquele dia. Ainda assim, Daniela perdeu o apartamento. Anos depois, essa amiga de Katarina contraiu uma doença terminal e faleceu antes que a unidade habitacional vinculada ao registro fosse entregue. Essa situação, conforme Katarina apurou e narrou, impediu que os filhos da amiga, ainda crianças, herdassem a moradia que seria da mãe. Segundo Katarina, a mãe de Daniela procurou a SEHAB, mas não conseguiu que os netos ou outra pessoa assumissem o registro, pois, pela interpretação da gestão municipal, ela já possuía um registro que, supostamente, poderia incluir os netos quando os apartamentos fossem concluídos. Dessa forma, o registro de Daniela foi realocado para outra pessoa da lista.

Uma coisa que pude perceber ao chegar ao pátio onde a SEHAB realizava a renovação do atendimento habitacional foi que além de encontrar interlocutores e interlocutoras, aquela ocasião de convocação também proporcionava reencontros entre pessoas removidas que haviam perdido o contato diário. Muitos antigos vizinhos e vizinhas das ocupações desfeitas se reencontravam ali. Havia, porém, encontros que não eram bem-vistos nem bem-sentidos. Naquela mesma ocasião, por exemplo, pude acompanhar o desconforto de das Dores ao avistar a irmã – hoje convertida à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – em uma roda de oração com outras pessoas, clamando pela entrega dos apartamentos. Das Dores reclamou comigo sobre a cena e logo saiu do pátio, dizendo, ao se afastar, que não queria ficar contrariada vendo o que acontecia.

No dia do atendimento, os moradores comparecem no local, apresentam-se em uma mesa de triagem e recebem uma senha. Ao serem chamados, dirigem-se

a um guichê e, sentados, apresentam os documentos. Trata-se de um procedimento que, uma vez obtida a senha, não costuma ser demorado. No entanto, o deslocamento exigido torna o dia da convocação incompatível com a jornada de trabalho para muitos. Conforme resumiu Katarina, “a pessoa chega aqui no fim da manhã e, se tiver sorte, é atendida antes do almoço. Mas, se ficar para a tarde, até voltar para o trabalho já é fim do dia – é ir e voltar à toa”.

Após a renovação do cadastro, as pessoas incluídas no atendimento habitacional da SEHAB continuam a receber o auxílio do “bolsa-aluguel” – desde que comprovem os critérios de baixa renda e apresentem um contrato de aluguel vigente. Todos permanecem, assim, inscritos na lista de espera para a distribuição da moradia, aguardando uma nova convocação.

Na volta da convocação, Katarina expôs mais algumas de suas reflexões, estimulada pelos questionamentos que nutria em relação ao atendimento. Perguntei-lhe, de maneira direta, como ela compreendia toda a situação – a dela e de outras pessoas – de ter sido removida e de aguardar por uma moradia em meio a um processo conturbado e prolongado. Questionei, por fim, se ela entendia essa espera como uma luta por moradia. Ao que ela disse:

Antes não sabíamos que o que a gente fazia era luta por moradia, todo mundo que vive numa favela precisa lutar, lutar para viver, colocar comida na mesa, mas depois dessas obras da prefeitura, tudo virou luta por moradia então o que a gente sempre fez foi lutar por moradia. Ocupar um terreno na favela não é algo simples, é uma verdadeira luta. Porque todo mundo precisa, e antigamente se morria e matava para conseguir construir uma casa num pedaço de terra. Só que antes a gente vivia, a nossa vida não era focada na luta, dessa forma que é hoje. Hoje em dia não temos mais aquela vida, tudo se tornou luta. Conversar com o patrão para ir até a prefeitura tratar do assunto da moradia é uma luta, por exemplo. A pessoa que faz isso está lutando por uma casa, arrisca até perder o emprego. As pessoas que têm que comprovar a baixa renda, muitos têm que lutar todo mês para conseguir pagar o aluguel. Isso é uma luta. A renda e o dinheiro são voltados para isso. Só que é uma luta invisível, a prefeitura mesmo não sabe como as pessoas removidas e que estão na espera vivem. Eles acham que com o que dão já dá para a pessoa morar e viver numa cidade como São Paulo. Agora, você tendo sua mãe e seu pai nessa luta, acompanhando o pessoal que foi removido, acha que a prefeitura está preocupada com a gente da favela? De verdade mesmo? Ou só quando é eleição? Eu pergunto isso porque você vota no Lula, vota no PT, meu pai também votava no PT, era metalúrgico, puxador de torno, ele morreu e não viu a casa que foi prometida. Talvez meu filho veja essa casa, é isso, muita gente que está nessa luta não está por si, mas para o futuro, para um filho, um neto. Diferente da Daniela que morreu e a casa

não ficou para os filhos, meu pai na remoção colocou meus irmãos mais novos nos registros das casas, se não meus irmãos também perderiam a casa que a ocupação do meu pai deu o direito. E essa é a complexidade, isso que é difícil, ninguém mora na favela porque quer, mas porque precisa. Uma casa não é luxo, ainda mais uma casa de 50 m² ou 45 m², como são os apartamentos. Uma casa dessa é precisão, não é luxo, a gente precisa, mas quem faz a política não está muito interessado nisso. É assim que eu vejo. Quando precisa, esquerda e direita estão na favela dizendo que a obra é deles, que eles que deram o terreno, que projetaram as melhorias. É assim que funciona. Não é querendo levar bandeira de ninguém.

Aqui fica considerado que a narrativa de Katarina, assim como os reencontros e as tensões observados no galpão da Luz, condensam os movimentos da “atualização do cadastro da precariedade”. Para além de um trâmite burocrático, a atualização do cadastro administra ao mesmo tempo que perpetua o prolongamento da espera. Assim, não atualiza apenas dados pessoais, mas a própria condição de vulnerabilidade administrada pela SEHAB, num estado de suspensão permanente. O cadastro do atendimento habitacional, no contexto desta pesquisa, é a expressão de uma política que, ao adiar infinitamente sua promessa, não fornece a habitação, mas que mantém produtiva e renovada a precariedade que se propunha erradicar. A espera, desse modo, longe de um intervalo, um entremeio, consolida-se como o próprio traço distintivo da população definida como vulnerável na cidade de São Paulo.

Notas Finais

Esta tese partiu de uma aparente contradição: como uma política pública concebida para combater a precariedade habitacional e concretizar o direito à moradia – o Programa de Urbanização de Favelas – pôde terminar por reconfigurar, intensificar e produzir novas camadas de vulnerabilidade para a população que pretendia beneficiar? A resposta, construída ao longo deste percurso etnográfico, mais do que encerrar a questão, apresenta possíveis caminhos para sua compreensão. Desse modo, a aposta analítica aqui foi entender o problema não como resultado de uma má-fé ou falha na gestão dos agentes públicos, nem como uma ação prévia e perversa do Estado (indefinido), mas como a expressão de um alinhamento teórico e político entre um diagnóstico forjado nas lutas contra a desigualdade e sua subsequente conversão e operacionalização em saber estatal, aplicado numa tecnologia de intervenção habitacional. O percurso da tese delineou três movimentos para a descrição desse acontecimento.

No primeiro deles, a partir do Capítulo I, a tese rastreou a formação, nos estudos urbanos, de um discurso potente e combativo que, em oposição à ditadura militar e aos seus projetos de desenvolvimento excludente, definiu as favelas e periferias urbanas a partir das lentes da precariedade, desigualdade, risco e irregularidade. Esse discurso, apresentado em obras como *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976), não foi considerado aqui como um saber marginal. Pelo contrário, o argumento aqui assumiu tal discurso como central, ao fornecer a linguagem e os conceitos para denunciar a violência de um modelo de urbanização que produz pobreza. Desse modo, as ideias críticas que gravitam em torno da noção de “espoliação urbana” foram aqui tomadas como a expressão de um arcabouço analítico inescapável e definidor do diagnóstico político dos problemas habitacionais das grandes favelas da cidade de São Paulo.

No segundo movimento, Capítulo II, foi descrita a dobra teórico-política que converteu aquele saber crítico – assimilado e refinado – em tecnologia de estado.

Para isso, foram utilizadas pesquisas do CEM relacionadas, diretamente e indiretamente, aos esforços do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Habitação de combater o problema dos “assentamentos precários”. A complexa realidade das lutas e modos de habitar nas favelas foi traduzida em categorias operacionais – como “setores subnormais”, “graus de risco”, “tipologias de precariedade” – que permitiam ao Estado mapear, classificar, planejar e melhor compreender as moradias precárias.

No terceiro movimento, foi feito um aprofundamento etnográfico focalizado no contato entre a política habitacional e a vida na favela. Os Capítulos III, IV e V ocuparam os terrenos de Heliópolis e São João Clímaco para descrever os efeitos concretos da ação política estudada. A intervenção do PUF não chegou num vácuo, mas num território marcado por diversas histórias de luta, com núcleos habitacionais consolidados e saberes profundos do habitar. A etnografia demonstrou que a planificação da intervenção, guiada pelas categorias de risco e irregularidade, por exemplo, operou uma violência de desmontagem comunitária. Ao decompor arranjos locais complexos para enquadrá-los no modelo de unidade habitacional padrão (o conjunto habitacional), o programa soterrou modos de vida, desfez trajetórias e substituiu a casa (com seus sentidos, ampliações e relações) por um apartamento a ser esperado num tempo indefinido.

A “espera” tornou-se, assim, a nova condição existencial produzida pelo PUF. Ao invés da reurbanização, o principal resultado da intervenção, pelo ponto de vista etnográfico adotado por esta tese, foi a instituição da incerteza e do adiamento do que foi prometido aos moradores e moradoras da região de Heliópolis. A remoção, seguida do Auxílio-Aluguel congelado no tempo e das sucessivas promessas não cumpridas, não mitigou a vulnerabilidade; administrou-a, burocratizou-a e aprofundou-a. As vozes de Maria, de Chiclete, de dona Josefina, entre outras, narradas aqui, não são relatos de uma falha pontual, mas material etnográfico de como uma política de reconhecimento de um direito (à moradia digna e adequada) se realizou, na prática, como um procedimento de negação cotidiana, convertendo-se numa gestão lenta de esperas, esperanças e desapropriações existenciais.

Portanto, é possível afirmar que a hipótese central desta tese se confirma: a implementação do PUF só foi possível a partir de um alinhamento discursivo e prático entre, de um lado, a teoria urbanística que concebeu a favela como *locus* da precariedade a ser sanada e, de outro, a planificação estatal que adotou esse diagnóstico como roteiro para uma intervenção massiva. Contudo, a tese procurou ir além ao demonstrar que esse alinhamento gerou uma complexidade fundante. A linguagem da justiça social e do combate à desigualdade, ao ser reapropriada e convertida em protocolo de intervenção técnica, esvaziou-se da potência política das lutas que a originaram e passou a operar uma lógica homogeneizante e descontextualizada. Trazendo complexidades para a vida e para as lutas de quem era para ser os principais interessados e interessadas: as gentes cujas vidas foram tocadas pelas obras de reurbanização e mitigação da precariedade.

Esta pesquisa não se encerra com uma denúncia simplista, mas como uma contribuição etnográfica e analítica que focaliza o movimento de deslocamento contínuo das políticas habitacionais. Ao descrever a constituição e os efeitos da dobragem teórico-política do PUF, esta tese oferece uma chave para o entendimento dos limites e fricções de políticas sociais que, mesmo com discursos humanizantes, operam por meio do desmonte e da reordenação dos mundos vividos.

A conclusão do trabalho de campo etnográfico coincidiu com um novo ciclo de deslocamento administrativo. Como observado por Breda (2023), a conjuntura das políticas sociais sofreu profundas reconfigurações pós-golpe de 2016, com a destruição dos programas gestados nos períodos dos governos do Partido dos Trabalhadores e a instituição de novas normas e modelos para as políticas públicas – do fim do Minha Casa Minha Vida ao surgimento do Casa Verde e Amarela e do Programa Pode Entrar na esfera municipal.

Este último, sancionado como política da Prefeitura de São Paulo, é apresentado como uma solução ágil, baseada na compra de imóveis de

construtoras da iniciativa privada para contornar a morosidade das obras públicas. No entanto, a etnografia aqui mostra que, para os moradores de Heliópolis e São João Clímaco, essa “nova” solução apresenta, na prática, a continuidade da espera, agora sob outra sigla.

Em agosto de 2024, meus interlocutores e interlocutoras voltaram ao galpão da Luz. Lá testemunharam um culto evangélico promovido pela gestão do então prefeito Ricardo Nunes que precedeu o anúncio formal da transferência em massa dos registros de atendimento do PUF para as linhas do Pode Entrar. Vivenciaram mais uma vez o redirecionamento e a mudança do resultado do atendimento. Receberam um termo de vinculação entre seus registros e um dos apartamentos de construtoras contratadas pelo programa, além de uma nova localidade para a moradia e a promessa de entrega: Zona Leste, com a previsão de entrega para 2026, o que estabelece o fracasso do PUF, quando considerada a promessa de apartamentos na própria área da remoção.

Desse modo, é possível afirmar que as políticas habitacionais, mesmo quando se renovam discursivamente e alteram seus mecanismos (de Habitação de Interesse Social à compra direta no mercado imobiliário), persistem em produzir e gerenciar a incerteza e o tempo de espera como modo de governar a população vulnerável. O direito à moradia, nesse quadro, permanece capturado como um trâmite administrativo, na busca da política mais efetiva, gerindo a espera infinita, num processo em que as pessoas capturadas pelos atendimentos habitacionais são permanentemente realocadas entre cadastros, programas e promessas.

O futuro das lutas por moradia, assim, já se apresenta no presente etnográfico desta tese. Ele exige o enfrentamento, a resiliência e a persistência dos moradores e moradoras acompanhadas pela pesquisa. Pois, o que se mostra no futuro imediato é a continuidade da maquinação da espera e da incerteza por parte da gestão pública, num fluxo perpétuo de criação de soluções para as moradias das favelas.

Essa maquinação, no entanto, não se restringe aos moradores e moradoras que aguardam a entrega da moradia prometida. No momento em que são escritas

as linhas finais para esta tese, famílias que já receberam suas unidades habitacionais no terreno da SABESP foram surpreendidas pelo Governo do Estado. No mesmo mês que esta tese foi defendida, março de 2026, moradores dos prédios da rua Elisabeth receberam uma notícia que pode impossibilitar a concretização do direito à moradia digna. Três dias após a defesa desta tese, no dia 30 de março, a CDHU convocou uma reunião com os moradores e moradoras das unidades habitacionais já entregues com o desenvolvimento do PUF para anunciar novos valores e condições para a obtenção definitiva dos imóveis. Segundo informações da região onde foi desenvolvido o campo de pesquisa desta tese, os valores informados no momento da entrega dos apartamentos eram 85 mil reais, considerando os subsídios definidos pelo PUF. Contudo, com a nova convocação foi informado que as famílias moradoras podem chegar a pagar 250 mil reais. Os valores iniciais foram definidos no momento da convocação das famílias moradoras pela COHAB, na década passada, quando foram assinados os Termos de Permissão de Uso fixando o pagamento de 85 mil reais ao longo de 312 meses, em parcelas condizentes com as rendas dos moradores e moradoras.

Contudo, esse termo não garantiu a propriedade definitiva dos apartamentos, ainda que as famílias pagassem os valores completos. Mais de uma década após entrarem na moradia, A CDHU, sob gestão do governo de Tarcísio de Freitas, informou às famílias que foi definida a atualização do custo para o financiamento dos imóveis da política pública na região de Heliópolis. Os novos valores do financiamento podem chegar a ser três vezes maior que o estipulado inicialmente. Segundo pessoas de São João Clímaco que esta pesquisa acompanhou, a CDHU informou que há duas opções de financiamento para as famílias escolherem – com quitação em até 360 meses: comprometimentos de 20% da renda familiar, sem juros para famílias com ganhos de até cinco salários mínimos, com correção anual da inflação; ou comprometimento de 30% da renda sem correção inflacionária, existindo o subsídio entre o valor da construção e a capacidade de financiamento das famílias concedido pela CDHU.

Desse modo, uma família que ganha um salário mínimo pagará parcelas de R\$ 324,00 (optando pelo comprometimento de 20% da renda) ou R\$ 486,00 (optando pelo comprometimento de 30% da renda). Para as famílias com renda de um salário mínimo, o subsídio do Estado será de aproximadamente 70% do valor da construção da unidade habitacional.

Moradoras e moradores que vivem desde a década passada nos conjuntos habitacionais da SABESP deverão, assim, pagar quantias diferentes pelos mesmos apartamentos – definidos a partir da renda da composição familiar, ou seja, das pessoas que vivem juntas na habitação, independentemente de qual era a situação habitacional da família no momento da remoção. Além do custo total, as prestações atuais, que giram em torno de R\$ 265,00, também serão submetidas a aumentos consideráveis. Por exemplo, uma família que ganha três salários mínimos (R\$ 4.863,00) pagará no total R\$ 250.000,00 em parcelas mensais de R\$ 972,00.

Moradores e moradoras que pude escutar – ao informar a conclusão desta tese e que, em contrapartida, me apresentaram a nova confiscação perpetrada na região de Heliópolis pelo Governo do Estado – afirmaram que muitas das pessoas que estão morando nos apartamentos são aposentadas, com idades avançadas e impossibilitadas de obter outras fontes de renda ou trabalhar no pesado novamente. Uma das filhas de dona Leci, que passou a morar no apartamento da mãe após o seu falecimento, me disse: “não é justo isso, a moradia, se for ver bem nossos direitos, deveria ser dada para a gente, ninguém foi no Palácio dos Bandeirantes ou na Prefeitura pedir para sair de Heliópolis”. Mané, outro morador dos apartamentos dos conjuntos habitacionais da SABESP afirmou: “comprei meu barraco em Heliópolis quando a Prefeitura me removeu de lá. Aí depois de muita luta e espera, vim morar aqui nos prédios com a minha família. E de novo, não escutam a gente e tomam uma decisão por nós”. Esse interlocutor concluiu: “nem sabem se temos a condição de pagar esse valor numa moradia social, esse valor é de apartamento de classe média meu filho”.

Essa maquinação da espera e da incerteza pelo direito à moradia opera precisamente um ato de confiscação, no sentido atribuído por Villela (2020, p. 282)

ao termo. Conforme o orientador desta tese reflete, a confiscação não é apenas a expropriação de bens ou a remoção de corpos. Trata-se de um processo que envolve a decomposição e recomposição de modos de vida inteiros, onde as relações e composições anteriores são desfeitas e substituídas por outras, reguladas por instituições legais, morais, familiares, arquitetônicas e epistemológicas. Na confiscação, composições se perdem em organizações, ritmos são eliminados, o viver é convertido em hierarquias. Agora quem puder pagar vai morar em São João Clímaco e Heliópolis, enquanto quem não puder vai sofrer, provavelmente, outra remoção e outro deslocamento. Ou como definiu minha mãe, ao ter seu atendimento habitacional descolado para o Programa Pode Entrar:

Eles [políticos e gestores de políticas públicas] brincam com a gente. Mexem com nossa fé, com nossa esperança. Enquanto isso, deixam a gente morando da pior maneira possível. Então para quê tirar a gente das ocupações? Parece que nessas políticas, somos só um número. O importante pra eles é fazer o dinheiro deles render. Deixar a gente na miséria, para sermos pobres sempre.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOUD, L. 2018 (1991). A escrita contra a cultura (Writing against culture). Equatorial, Natal, v. 8, pp. 193-226.
- ADAMS, V.; HATTUM, T. V & ENGLISH, D. 2009 Chronic disaster syndrome: displacement, disaster capitalism, and the eviction of the poor from New Orleans. Am Ethnol. Nov 1;36(4):615-636.
- ADORNO, S. & BORDINI, E. 1989. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 9 (3), pp. 70-94.
- AGAMBEN, G. 2008. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha, homo sacer III. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo.
- Amorim & Feltran, 2023.
- ALMEIDA, R. & D'ANDREA, T. 2005. Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo. In: MARQUES, E & TORRES (orgs.), São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac.
- APURINÂ, F. 2019. Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos: os "limites" da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília.
- ARNS, P. E. 1976. Apresentação (Festa de São João Batista). In: CAMARGO, C. P. F., São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Ed. Loyola.
- ARANTES, P. F. 2002. Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34.
- AQUINO, C. R. F. 2018. Os sentidos de política na luta por moradia em São Paulo. In: Comerford, J.; Bezerra, M. O & Palmeira, M. Questões e dimensões da política: anais do encontro dos 20 anos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.
- _____. 2015. A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradias em São Paulo. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BÁDUE, A. F. & Ribeiro, F. 2018. Economia do aperto: Bolsa Família, dinheiro e dívida no dia a dia de mulheres paulistanas. In: Alquimias do parentesco: casas, gentes, papeis, territorias. Coordenação de Ana Claudia Marques, Natahca Simeleal - Rio de Janeiro: Gramma/Terceiro Nome.
- BARBOSA, A. C. R. 1998. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. EDUFF – Editora da Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- BENITES, S. 2018. Viver na língua Guarani Nhandewa (mulher falando). Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BERGSON, H. 2006 (1934). O pensamento e o movente. São Paulo: Martins Fontes.
- BIONDI, K. 2018. É proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome.
- _____. 2010. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome.

BONDUKI, N (Org). 2018. A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade.

_____. 1998. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP.

_____. & KOWARICK, L. 1994. As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. & ROLNIK, R. 1979. Periferias: ocupação do espaço e reprodução de força de trabalho. São Paulo: FAU-USP, Fundação de Pesquisa Ambiental.

BOLLAFI, G. 1977. A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. In: Caderno Cebrap, 27.

_____. 1975. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: Ensaio de Opinião. 2, 1.

BOLOGNA, P. C. C. 2018. Narrativas, espaço e dádivas: a conformação de um Movimento de luta por moradia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos.

BORGES, A. 2005. Sobre pessoas e variáveis: etnografia de uma crença política. Mana. 11 (1), pp. 67-93.

_____. 2003. Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos na política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BOSCHI, R. & GOLDSCHMIDT, R. 1970. Populações faveladas do Estado da Guanabara. Edição Dados. Rio de Janeiro: Iuperj.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. 2010. Urbanização de Favelas: a experiência do PAC – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, Brasília.

BRECHT, B. 2017 (1930). Do guia para os habitantes das cidades. In: Tércio Redondo (org.). Do guia para os habitantes das cidades. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo.

BREDA, T. V. 2023. O campo da política habitacional no último desmanche: ocupações, movimentos sociais e ativismo identitário. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BREDA, R. L. 2016. Efeitos da vulnerabilidade social: notas sobre o cotidiano de trabalho em um CRAS na cidade de São Paulo. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BRÉHIER, É. 2012 (1965). A teoria dos incorporais no estoicismo antigo. Tradução de Fernando Padrão de Figueiredo e José Eduardo Pimentel Filho. Belo Horizonte: Autêntica (Coleção Filô).

CALDEIRA, T. 1984. A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense.

CAMARGO, C. P. F. 1976. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Ed. Loyola.

CARDOSO, A. L; DENALDI, R. 2018. Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: CARDOSO, A. L; DENALDI, R. (Org.). Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital.

- CASTILHO, J. V. 2013. A favelização do espaço urbano em São Paulo. Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.
- CASTELLS, M. 1998. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. 1983. *The City and the Grassroots: A Cross-cultural Theory of Urban Social Movements*. Berkeley: University of California Press.
- CLIFFORD, J. & MARCUS, G. 1986. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. California: University of California Press.
- Clifford & Marcus, 1985.
- COELHO, E. C. 1978. A criminalização da pobreza e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 12 (2), pp. 139-161.
- COELHO, M. P. 1992. Crime organizado e pobreza: uma nova associação. In: *Polícia militar, Estado e sociedade: os desafios da modernidade*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – PMEMG.
- CONN, E. 1968. The “squatter” rights of favelados, in: *Ciências Econômicas e Sociais*, vol. 3, nº 2, dezembro, pp. 50 – 142.
- DELEUZE, G. 1999. *Bergsonismo*. Tradução Luiz. B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34.
- _____. 1984. Grandeur de Yasser Arafat. *Revue d’études Palestiniennes*, nº 10.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. 2012 (1980). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v. 4. Tradução de Suely Rolnik. Revisão Técnica de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34.
- _____. 2011a. (1980). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v. 1. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Revisão Técnica de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34.
- _____. 2011b. (1972). *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradução Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34.
- FABIAN, J. 2006. A prática etnográfica com compartilhamento do tempo e como objetivação. Entrevista. In: Oliveira, J. P.; NEIBURG, F.; BLANCHETTE, T. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, v. 12. nº 2, pp. 503-520.
- _____. 1983 (2003). *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece se objeto*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FAVRET-SAADA, J. 2005. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 13, pp. 155-161.
- _____. 1977. *Les mots, la mort, les sorts: la sorcellerie dans le Bocage*. Paris: Gallimard.
- FELTRAN, G. S (org.). 2021. *Stolen cars: a Journey through São Paulo urban conflict*. Estados Unidos: Wiley.
- _____. 2020. Das prisões às periferias: coexistência de regimes normativos na era PCC. *Revista Brasileira de Execução Penal*, v. 1, pp. 45-71.
- _____. 2014. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 27, n 72, st-dez.

_____. 2011. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.

FERNANDES, C; RIZEK, C; ROLNIK, R.; VAINER, C. 2025. Pensamento crítico e lutas urbanas na América Latina: um olhar a partir do Brasil. *EURE Revista Latina Americana de Estudios Regionales*, v. 51, pp 1-19.

FELDMAN, S. 2014. O primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular (1939) ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963): planejamento e habitação na perspectiva da metrópole latino-americana”. *Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, CIEC/Unicamp Dossiê Cidade e Habitação na América Latina*, Vol. 6, N. 1, pp. 129-143, jun.

FIGUEIREDO, A. C. 2021. Habitação social e o Programa de Urbanização de Favelas: o conjunto Paraisópolis, em São Paulo. *RISCO – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*. São Paulo, v. 19, pp. 1-15.

FOUCAULT, M. P. 2013 (1969). *Arqueologia do saber*; tradução Luiz Felipe Beata Nevers. – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. 2010. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*; Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão – São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2008. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*; Trad. Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2003 (1977). *A vida dos homens infames*. In: *Ditos e escritos: Estratégia, poder-saber* (vol. IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. 2001 (1969). *O que é um autor?* In: *Ditos e Escritos: Estética e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. 1966. *Les mots et les choses: une archeologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard.

FREIRE, B. C. 2018. *A administração da diferença: materialidade e poder na constituição dos espaços, territórios e estruturas temporais na constituição de um programa de pesquisa*. Em *Construção*, v. 4, pp. 105-131.

GOHN, M. G. M. 1979. *Classes populares, periferia urbana e movimento social urbano: o movimento das Sociedades de Bairro Em São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOLDMAN, M. 2016. *Mais alguma antropologia: ensaios de geografia do pensamento antropológico*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Ponteiro.

GONZÁLES CASTILLO, P. 2021. *Habitar entre arenas de relaves. Incertidumbre sanitária y sufrimiento ambiental em Chañaral (Chile)*. *Revista INVI*, v. 36, n. 101, pp. 83-108.

GRABOIS, G. P. 1973. *Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GUIDOTTI, M. V. S. 2018. *Dissertação (mixtape): na humildade sampleando a quebrada para desenrolar na antropologia*. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS-UFSCar).

_____. 2017. Da quebrada olhando os balões no céu. In: Bertelli, G. B. & Feltran, G. (org's.). *Vozes à Margem: periferias, estética e política*. São Carlos: EdUFSCar.

GUIMARÃES, R. E. M. 2011, Os estudos de comunidade e urbanos coordenados por Donald Pierson na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. *Cadernos CERU*, série 2, v. 22, nº1.

GUIMARÃES, A. P. 1982. *As classes perigosas. Banditismo rural e urbano*. Rio de Janeiro: Graal.

HARAWAY, D. 2009. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (org.). *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Tradução: Tomaz Tadeu, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

HERZFELD, M. 2014 (2001). *Antropologia. Prática teórica na cultura e na sociedade*. Petrópolis: Vozes.

_____. 1997. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York/London: Routledge.

HIRATA, D. V. 2010. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

KOWARICK, L. & ANT, C. 1982. *Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo*. In: BOSCHI, R. R. (org), *Violência e cidade*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

_____. 1989. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1975. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IFFLY, C. 2010. *Transformar a metrópole – Igreja católica, territórios e mobilizações sociais no Brasil, 1970-2000*. São Paulo: Editora UNESP.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. 1963. Seminário de habitação e reforma urbana. *Revista Arquitetura*, (15), pp. 17-24.

LACERDA, P. 2023. *Reassentar e indenizar: formas de governo no contexto da implantação da usina hidroelétrica de Belo Monte, em Altamira, Brasil*. *Etnográfica*, Lisboa, v. 25, nº 3, pp. 729 – 749.

LEACH, E. 1968. *Critique de l'anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France.

LEEDS, A. 1969. The significant variables determining the character of squatter settlements, in: *América Latina*, ano 12, nº 3. julho/setembro, pp. 44 – 86.

LEFÈVRE, R. 1979. *Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo*. In:

MALLAK, F. K. 2022. *Trajetórias do fazer e perder a casa: riscos e temporalidades nas periferias paulistas*. Tese (doutorado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MARICATO, E. (org.), *A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega.

MEUNIER, J. 1978 (1977). *Os moleques de Bogotá*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel.

LOJKINE, J. 1981. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

LIMA BARRETO, A. H. 1915. A volta. in: Raquel Valença (org.), Toda crônica, 2004. Rio de Janeiro: Agir.

LIMA BARRETO DOS SANTOS, G. M. 2017. Cobra canoa: em busca de uma antropologia indígena. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus.

LOPES, J. S. L. 1976. O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MACEDO, J. J. 2021 Territorialidades, identidades quilombolas e políticas públicas. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, v. 10, pp. 71-90.

MACHADO DA SILVA, L. A. & ZICCARDI, A. 1980. Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos. In: Cadernos, nº 13. CERU, pp. 79-95.

_____. 1967, A política na favela, in: Cadernos Brasileiros, ano IX, nº 41, maio/junho, pp. 35 – 47.

MAGNANI, J. G. C. 2014. Antropologia urbana em São. Revista do Arquivo Municipal (São Paulo), vº 205, pp. 43-54.

_____. 2009. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos (UFRGS. IMPRESSO), v. 32, pp. 129-156.

_____. 2000. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, J. G. C & Torres, L. L (org's). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP.

MAGNANI, J. G. C. 2009. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos (UFRGS. IMPRESSO), v. 32, pp. 129-156.

MALINOWSKI, B. 2018 (1922). Os argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: UBU.

MARCURIO, G. 2025. A máquina do terror: a luta das pessoas atingidas pelo desastre da Samarco em Mariana. São Carlos: EdUFSCar.

MARICATO, E. 1976. Autoconstrução, a arquitetura possível. Comunicação apresentada na XXVIII Reunião da SBPC, Brasília. Versão republicada em Maricato, Ermínia (org.), A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-ômega.

MARTINEZ, M. 2015. Redes de cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersetorial para usuários de drogas. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MARQUES, A. 2018. Humanizar e expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM.

_____. 2014. Crime e proceder: um experimento antropológico. 1. ed. São Paulo: Alameda.

MARQUES, A. C. D. R. 2002. Intrigas e questões: vingança, família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

_____. & VILLELA, J. L. M. 2005. O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. Revista de Antropologia, 48, 1, pp. 37-74.

MARQUES, E. 2007. Assentamentos precários no Brasil urbano. Brasília, DF: Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; São Paulo, SP: Centro de Estudos da Metrópole.

_____. 2005. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E. & TORRES, H (orgs.), São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac.

_____. & TORRES, H (orgs.). 2005. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac.

MEDINA, C. A. 1964. A favela e o demagogo. São Paulo: Martins.

MELVILLE, H. 1957 (1851). Moby Dick. Adalberto Rochsteiner (trad.). 4. Ed. São Paulo: Nacional.

MISSE, M. 1999. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. 1995. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada da sugestão para uma agenda de pesquisas. Série Estudos (IUPERJ), nº 91, pp. 23-39.

_____. 1980. O crime sem privilégio de classe. A Gazeta. Vitória, ES, 14 de dezembro, p. 1.

_____. & MOTTA, D. 1979. Crime: o social pela cultura. Rio de Janeiro: Achiamé/Socil.

MOISÉS, J. A. 1978. Experiência de mobilização popular em São Paulo. In: Contraponto, ano III, nº 3, pp. 69-86.

MONTE-MÓR., R. L. 2007. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. ETC. Espaço, Tempo e Crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, v. 1, n. 4, pp. 71-96.

MOREIRA, F. F. 2019. Provisão habitacional: o caso de Heliópolis. In: Ferreira, L. Oliveira, P & Iacovini, V. (org.). Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas. 1 ed. São Paulo: Peaburu TCA/Coletivo Lablaje.

_____. 2017. Heliópolis e as estratégias de enfrentamento da cidade real. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, F. 2006. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. Novos Estudos, nº 74, pp. 67-85.

_____. 1972. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos Cebrap, nº 2. São Paulo.

OLIVEN, R. 1982. Chama o ladrão: as vítimas da violência no Brasil. In: BOSCHI, R. R (org.), Violência e Cidade – Série Debate Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

PAES FILHO, J. R. O. 2021 A trajetória das comunidades remanescentes de quilombos: Território Lagoas em vias de titulação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato.

PAIXÃO, A. L. 1990. A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos, e teorias e linguagens. Religião e Sociedade, v. 15, nº1. Rio de Janeiro.

PAUGAM, S. 1996. L'exclusion, l'état des savoirs. Éditions La Découverte.

PARISSE, L. 1969. Favelas do rio de Janeiro – evolução – sentido, in: Caderno do CENPHA, nº 5.

Paulo Lins (Lins, 1997). Cidade de Deus.

PATERNIANI, S. Z. 2019. São Paulo cidade negra: branquitude e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

PEARSE, A. 1962. Quelques caractéristiques de l'urbanisation dans la ville de Rio de Janeiro, in: Hauser, Philip (org.). L'urbanisation em Amérique Latine. Paris: UNESCO.

PERALVA, A. 1996. Démocratie et violence: le cas de Rio de Janeiro. Problèmes d'Amérique Latine. Paris, nº 23, pp. 79-98.

PINHEIRO, P. S. 1984. Escritos indignados. São Paulo: Brasiliense.

_____. 1983. Crime, violência e poder. São Paulo: Brasiliense.

_____. 1982. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, R. (org), A violência brasileira. São Paulo: Brasiliense.

RAPPORT, N. & OVERING, J. 2000. Social and cultural anthropology: the key concepts. London, New York: Routledge.

RIZEK, C.; CARVALHO, C. S; CAMARGO, C. M, 2014. Política Social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida “entidades”. Caderno CRH (UFBA), v. 27, pp. 531 – 546.

RIZEK, C. 2019. Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira – um biógrafo não autorizado do Brasil. GEOUSP: espaço e tempo, v. 23, pp. 10-19.

_____. 2014. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades; Provisão de moradia ao avesso da cidade? Revista Cidades, v. 11, pp. 236 – 265.

_____. 2013. Homenagem de vida: Francisco de Oliveira, a coragem radical. Revista em Pauta, v.11. pp. 215 – 218.

ROLNIK, R. 2015. A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo.

ROY, A. 2010. Poverty capital: microfinance and the making of development. New York: Routledge.

_____. & ALSAYYD, N. 2004. Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia. London: Bloomsbury Publishing.

SABOTAGE. 2001. Rap é compromisso! São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica.

SADER, E. 1988. Quando novos personagens entram em cena: experiência, fala e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAGMACS. 1960. Aspectos da favela carioca, in: O Estado de São Paulo. Suplementos especiais, 13 – 15. São Paulo: O Estado de São Paulo.

SALMEN, L. 1969. A perspective on the resettlement of squatters in Brazil, in: América Latina, ano 12, nº 1, jan/março, pp. 77-93.

SANTIS, M. 2014. De favela a bairro educador: protagonismo comunitário em Heliópolis. Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho, São Paulo.

SANTOS, M. 2013. Pobreza urbana. São Paulo: Edusp.

SANTOS, C. N. 1980. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.), Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1981. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. & BRONSTEIN, O. 1978. Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro. In: Revista de Administração Municipal, ano XXV, nº 149, pp. 6-35.

_____. 1977. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. In: Religião e Sociedade, nº 2, pp. 29-59.

SAMPAIO, M. R. A. 1991. Heliópolis: o percurso de uma invasão. Tese (Livre Docência – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

SARTORI, L. 2019. A política de financiamento de uma tecnologia do cuidado. Etnografia do processo de reforma psiquiátrica do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SINGER, P. 1998. Apresentação. In: BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 1998. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP.

_____. 1981. Movimento de bairro. In: SINGER, P & BRANT, V. C (orgs.), São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP.

_____. 1978. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E., A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alta-ômega.

_____. 1973. A economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense.

SOUZA, B. V. 1974. O BNH e a política do governo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Spinoza, 2009

STENGERS, I. 2011. Comparison as a matter of concern. Common Knowledge, 25 (1-3), pp. 176-191.

_____. 1997. Sciences et pouvoirs. Paris: La Découverte.

_____. & NATHAN, T. 1995. Medecins et sorciers. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Ronde.

STOCKING, G. 1992. The ethnographers's magic and other essays in the History of Anthropology. Madison: University of Wisconsin Press.

STRATHERN, M. 2014a (1987). Os limites da autoantropologia. In: In: O efeito etnográfico e outros ensaios Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify.

_____. 2014b. O efeito etnográfico. In: O efeito etnográfico e outros ensaios Coordenação editorial: Florencia Ferrari. Tradução: Iracema Dullei, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify.

TELLES, V. S. 2017. Refugiados Urbanos/Espaço urbano em tempos de urgências: ressonâncias... In: Tercio Redondo (org.). Bertold Brecht. Do guia para os habitantes da cidade. Poema e comentários. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, pp. 145-168.

_____. 2012. Jogos de poder nas dobras do legal e ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: Azais, C; Kessler, G. & Telles, V. S [orgs.]. Ilegalismos, cidade e política. Belo Horizonte: Fino Traço / Programa de Pós-graduação em Sociologia - USP.

- _____. 2010. As cidades na fronteira do legal e do ilegal. In: TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Argumentum.
- _____.; CABANES, R. (Org.). 2006. Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- TOLEDO, L. H; COSTA, C. E. 2022. A persistência do método ou cem anos de mal-entendidos? Revista Pós-Ciências Sociais, v. 19, pp. 265 – 284.
- TORRES, H. 2005. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. In: MARQUES, E. & TORRES, H., São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac.
- TRINDADE, T. A & FERRO, M. C. T, 2011. Vulnerabilidade e (sub)cidadania na sociedade brasileira: entrevista com Lúcio Kowarick. Ideias. Revista do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, v 2, nº 2. Campinas.
- VALLADARES, L. 2015. A invenção da favela – do mito de origem a favela.com. São Paulo: Editora FGV.
- _____. 1982. Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: *Debates Urbanos* (Volume 3: *Repensando a Habitação no Brasil*), Lícia Valladares (org.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- VETTER, D. 1975. Uso do solo e distribuição de renda. In: Revista de Administração Municipal, ano XXII, nº 133, pp. 23-35.
- VILLELA, J. L. M. 2020. Confiscações, lutas anti-confiscatórias e antropologia modal. In: VIEIRA, S. A; VILLELA, J. L. M (org's.). Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária.
- _____. 2010. Apresentação. In: Biondi, K., Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome.
- _____, 2008
- VIVEIROS DE CASTRO, E. 2018. A antropologia perspectivista e o método da equivocação controlada. Tradução de Marcelo Giancomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 5, nº 10, pp. 247-264.
- _____. & SZTUTMAN, R. 2007. Encontros: Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.
- Wagner, 2010
- WESTPHAL, E. R. 2011. Uma breve história da teologia da libertação: um olhar crítico sobre os primeiros 20 anos. Vox Scripturae – Revista Teológica Brasileira – São Bento do Sul/SC – vol. XIX – n. 1, pp. 68-98.
- WILHEIM, J. 1964. “A tal da reforma urbana”. Revista Arquitetura, n. 3, pp. 14-16.
- ZALUAR, A. 1994a. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Revan; Ed. UFRJ.
- _____. 1994b. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, J. P. R (coord.), Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1985. A máquina e a revolta. São Paulo: Brasiliense.
- ZERBINATO, I. M. G. 2022. A reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963) ao Estatuto da Cidade (2001). In: Anais do Congresso de Produção Científica do Curso de Direito da UCDB. Campo Grande: UCDB. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-congresso-de-producao-cientifica-do-curso-de-direito-da-ucdb-280186/530187-A-REFORMA-URBANA->

[NO-BRASIL--DO-SEMINARIO-DE-HABITACAO-E-REFORMA-URBANA-\(1963\)-AO-ESTATUTO-DA-CIDADE-\(2001\)..](#) Ultimo acesso 15/05/2026.

Sites do arquivo consultado

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “RUBENS PAIVA”. Relatório. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. 2014. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo.

NOVAES, P & JUNIOR, O. S. W. Dicionário das favelas Marielle Franco, verbete: área de risco. Wiki favelas. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/%C3%81reas_de_risco. Último acesso: 12/10/2025.

MARTINS, L. 2024. “Podem apressar o empreiteiro”. Na reta final da eleição, prefeitura de SP faz evento para entregar termo prometendo casas que nem começaram a ser construídas. Intercept Brasil, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/10/03/prefeitura-de-sp-faz-evento-para-prometer-casas/>. Acesso em: 15/09/2025.

Arquitetura social: o mal entendido que levou Ruy Ohtake a Heliópolis, em SP” e convertidas em dado etnográfico nesta tese: <https://caubr.gov.br/arquitetura-social-redondinhos/>